

CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

REVISTA PIBIC 2019





Ciências Sociais Aplicadas

O SIGNIFICADO DA “REFORMA AGRÁRIA” NO RURAL BRASILEIRO

Autores: Matheus Menezes de Moraes, Maria Laura Campos, Vanuza da Silva

Pereira

CEC/NEEA/NERU

INTRODUÇÃO:

O projeto buscou analisar a dinâmica do desenvolvimento rural e sua relação com a agrária e a agricultura familiar no Assentamento Antônio de Farias, localizado em Campos dos Goytacazes, RJ. O projeto buscou analisar como se deu o processo de reforma agrária no Assentamento Antônio de Farias, localizado em Campos dos Goytacazes, RJ. Para isso, a revisão teórica e histórica acerca da reforma agrária no Brasil foi feita com base na literatura sobre o tema, bem como os indicadores disponíveis nos sites sobre o tema, como o INCRA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os chefes de famílias são na maioria do sexo masculino, atingindo 82%, enquanto que, com relação aos beneficiários do lote, este percentual cai para apenas 57%. Tal distorção pode ser explicada pela impossibilidade do chefe de família assumir como beneficiário do lote por ser aposentado. Com relação à distribuição dos chefes de família de acordo com sua faixa etária, 47% dos mesmos se situam entre 61 anos ou mais e 29% entre 51 e 60 anos. Com relação aos conjugues, a distribuição se modifica, 19% se situa entre 51 e 60 anos e para as demais faixas etárias a porcentagem é igual a 27%, com exceção da faixa etária de 20 e 30 anos que não possui representação, como também mostra a tabela 2 acima. O estudo realizado pelo NEAD (2004) que teve como foco as áreas com elevada concentração de projetos de assentamentos e alta densidade de famílias assentadas por unidade territorial, implantados pelo INCRA no período de 1985 a 1997 (implementação do Plano Nacional de Reforma agrária), encontrou que 85% dos beneficiários são do sexo masculino semelhante ao perfil verificado no assentamento Antônio de Farias. A escolaridade dos chefes de família é baixa, pois 59%

possuem somente até a terceira série do ensino fundamental. Os conjugues possuem percentual similar nesta categoria, ou seja, 60% possuem até a terceira série do ensino fundamental. Destaca-se também que, 33% dos chefes de famílias são analfabetos, enquanto que 20% dos conjugues o são, e apenas 10% dos conjugues possui ensino médio completo, enquanto este percentual chega a 14% para os chefes de família. O estudo realizado pelo INCRA (1996), a Pesquisa Amostral nos Projetos de Reforma Agrária com objetivo de traçar o perfil sócio econômico dos beneficiários que correspondeu a um subconjunto do universo de famílias encontradas em todo o país, aproximadamente 9000 famílias, com relação à educação mostra que, aproximadamente 12% dos beneficiários possuem até a quarta série do ensino fundamental, enquanto que, cerca de 40% são analfabetos e apenas 2% possuem no mínimo até a primeira série do segundo grau. A pesquisa do NEAD (2004) aponta que 28% dos beneficiários nunca foram à escola e 28% possuem até a segunda série do ensino fundamental. Assim como nas pesquisas do INCRA (1996) E NEAD (2004) no assentamento Antônio de Farias foi constatada a baixa escolaridade dos chefes de família. Sendo que o percentual de analfabetos no assentamento Antônio de Farias é um pouco menor (33%) do que o encontrado no estudo do INCRA (40%). O número total de crianças e jovens no assentamento em idade escolar, ou seja, as pessoas que possuem entre 6 anos e 24 anos somam 24. Realizando a distribuição destes por faixa etária descobrimos que entre 11 e 14 anos, 89% freqüentam a escola. Entretanto, este percentual diminui para as faixas entre 6 e 10; 15 e 20 anos (67%) e entre 21 e 24 anos (33%). O local de moradia anterior ao assentamento é composto principalmente por cidades do próprio estado do Rio de Janeiro (94%), seguidos por assentados provenientes de Minas Gerais (6%). Grande parte residia na

zona urbana. Dentre as cidades de moradia anterior dos chefes de família se destaca Campos dos Goytacazes com 82%, revelando que a grande maioria dos assentados. A pesquisa realizada pelo INCRA (1996) apontou que cerca de 70% dos beneficiários são oriundos do meio rural e, aproximadamente 70% também vieram do próprio município ou de municípios do próprio estado. Os dados obtidos pelo NEAD (2004) apontam que a maioria (80%) morava na área rural e somente 20% na área urbana. Dos responsáveis pelo lote, 58% morava no mesmo município anterior ao assentamento, enquanto que 23% moravam em municípios vizinhos, 12% em outro município do estado e apenas 7% em outro estado. As duas pesquisas confirmam, portanto, que a maioria dos assentados é proveniente do próprio município onde o assentamento é criado. O perfil dos beneficiários do assentamento Antônio de Farias em Campos dos Goytacazes não se distancia muito do perfil verificado pelas demais pesquisas analisadas. O percentual de beneficiários do sexo masculino (82%) se mantém próximo aos percentuais encontrados na pesquisa do NEAD (2004). O percentual de analfabetos é menor, mas a escolaridade dos chefes de família continua precária. Os dados referentes ao local de moradia anterior também seguem a mesma tendência verificada nas demais pesquisas, ou seja, grande parte dos assentados se origina da mesma cidade e no mesmo estado. As condições de moradia dos assentados podem ser analisadas de acordo com os dados obtidos sobre o material utilizado para a construção das casas, a presença ou não de banheiros e redes de esgoto, entre outros. As residências que possuem quatro cômodos atingem 30%, cinco cômodos, 35% e seis cômodos, 35%. A construção das moradias ficou a cargo do ITERJ e inicialmente as casas possuíam quatro cômodos. Os banheiros estão presentes em 100% das casas, e o destino do esgoto para a totalidade dos domicílios é a fossa séptica. A água é encanada para 71% dos assentados e é proveniente de poço. A análise realizada pelo NEAD (2004) revelou que as moradias estão localizadas no próprio lote e apresentam condições razoáveis, apresentam quatro cômodos em média (sem incluir o banheiro) e quanto ao material utilizado nas construções predominam os tijolos (74%) e madeira (18%). Os banheiros estão presentes em 63% das moradias. Na pesquisa do INCRA (1996) os tipos de habitação que prevalecem são os de madeira (32%), taipa (28%) e

alvenaria (23%). Os banheiros estão presentes em apenas 19% das residências. Dessa forma, na pesquisa do NEAD (2004) as construções de alvenaria alcançam 74% enquanto no estudo do INCRA (2004) representam apenas 23%. Com relação à água o NEAD (2004) constatou que o acesso é feito, principalmente, por meio de poço comum (37%), poço artesiano (27%), nascente (34%), rio (18%), açude (10%), rede pública (5%) e outros (43%). A pesquisa do INCRA (1996) encontrou em sua pesquisa que três tipos predominantes de acesso a água: poço (46%), riacho (14%), e cacimba (13%), sendo que a água encanada é utilizada apenas por 13%. No que diz respeito ao escoamento de esgoto a pesquisa do NEAD (2004) constatou uma situação bastante precária, com 80% dos lotes sem nenhum tipo de escoamento. As fossas comuns estão presentes em 40% dos projetos e as fossas sépticas em 35%. A pesquisa do INCRA (1996) constatou que 33% utilizam fossas.

CONCLUSÕES:

O caso do assentamento Antônio de Farias reflete a realidade brasileira de políticas de assentamentos rurais resultante da pressão dos movimentos sociais. Além disso, os governos brasileiros não criaram condições institucionais e financeiras suficientes para uma real estruturação dos assentamentos e de seus sistemas produtivos, evidenciando a inexistência de um plano de desenvolvimento rural integrado às ações de distribuição de terras. O Estado distribuiu terras, mas não investiu recursos necessários num planejamento de longo prazo. O assentamento Antônio de Farias compartilha desta realidade e os principais problemas encontrados foram: a dificuldade de acesso a assistência técnica, e a dificuldade de acesso ao crédito. Nesse sentido, os principais entraves ao êxito da produção agrícola, e, portanto, da geração de emprego e renda, persistem no Assentamento e carecem de políticas que ofereçam acompanhamento e treinamento às famílias. O impacto dos créditos na produção pode ser percebido quando se analisa a finalidade mais usual dos mesmos. A utilização dos créditos para custeio da produção agrícola é de 100% no caso do assentamento Antônio de Farias, o que demonstra a necessidade que os assentados possuem de recursos para a manutenção e reprodução da produção agropecuária, o que

nem sempre é possível devido ao atraso na liberação dos recursos. As assistências técnicas prestadas pelo estado do Rio de Janeiro, como EMATER, não tem sido proveitosa a ponto de não considerar as peculiaridades e especificidades do assentamento nas suas características físicas e humanas. Tais problemas como falta de assistência técnica e atraso na liberação de recursos representam a política adotada durante os anos 90, ou seja, a de simplesmente criar projetos de assentamentos e disponibilizar, embora precariamente, acompanhamento, assistência e recursos financeiros para garantir a permanência e consolidação das famílias no lote. A criação de assentamentos não é acompanhada de medidas que garantam às famílias condições efetivas de produção, comercialização e melhoria das condições de vida, uma vez que as obras de infra-estrutura - produtiva e social - necessárias não são realizadas na maior parte dos assentamentos criados. Não há estradas para escoamento da produção, não há assistência técnica, ou esta é precária, não há escolas nem postos de saúde, ou há, mas não funcionam. Alentejano (2004). O assentamento Antonio de Farias e os projetos de assentamentos de um modo geral têm sua capacidade de geração de emprego e renda freados dadas as dificuldades encontradas. Com os estímulos corretos, quais seja a presença de assistência técnica para diminuir a dificuldade em lidar com a terra, o crédito liberado no momento adequado e a criação de canais de comercialização direcionados aos produtos da reforma agrária, os resultados poderão se transformar em estruturais e permanentes.

REFERÊNCIAS:

GRAZIANO da Silva, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

GUANZIROLI, Carlos E. *Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil*. Janeiro de 1998.

GUANZIROLI, Carlos E. [et al.]. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

ITERJ. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Antônio de Farias*. Instituto de

Terras do Estado do Rio de Janeiro. 80 p. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

LEITE, Sérgio; Heredia, Beatriz. [et al.]. *Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, 2004.





Grande área do conhecimento

Título do Projeto; O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS, NO BRASIL E EM PORTUGAL, de 2010-2015

Autores:

Departamento/Unidade/Laboratório

INTRODUÇÃO:

O estudo comparativo das ações, práticas, instituições que tratam do enfrentamento a violência contra meninas no Brasil e em Portugal, no período de 2010 a 2015, pauta seus estudos em questões centrais, como: infância, adolescência, gênero, violência e direitos humanos. O olhar nesse estudo centra-se também sobre a produção da subjetividade referente à violência contra criança e adolescente aliado aos contextos objetivos presentes nas legislações, nas políticas sociais efetivadas e nas práticas de proteção social, de forma a perceber a complexidade do processo que envolve estes fatos e suas implicações com as questões de gênero. Esta pesquisa parte de um esforço teórico- metodológico no sentido de dar visibilidade a violência contra meninas, a partir de materiais bibliográficos produzidos principalmente na área das ciências sociais aplicadas e humanas, sobretudo no Serviço Social. Tem como base epistemológica as relações gênero para a análise da violência, fenômeno que perpassa o universo feminino, visando analisar as práticas e políticas de proteção social, além da legislação presente e implementadas, por parte do Estado, voltadas para este segmento. Nossa hipótese é que o debate acerca da problemática da violência contra meninas, no Brasil e também em Portugal, é muitas vezes, atravessado por abordagens econômicas e culturais que podem contribuir para sua “naturalização”. Por isso mesmo, demanda pesquisas e iniciativas de políticas e práticas de proteção social, para seu enfrentamento enquanto construção histórico-social, e para a ampliação do debate da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para o desenvolvimento desta pesquisa de campo, que abrange o período cinco anos de violência contra meninas no Brasil e em Portugal, alguns contextos já foram estabelecidos. As discussões e orientações são quinzenais e as leituras sobre as questões teórico-conceituais da violência intrafamiliar e demais questões relativas à proteção social são semanais. Foi elaborado um banco de dados e armazenamos periodicamente os dados coletados em nossa pesquisa. No que se refere às fontes de pesquisa, temos realizado incursões no arquivo bibliográfico Português vinculados à Universidade de Coimbra que se constituem em polos de referência pluridisciplinar de ensino e pesquisas sobre gênero, relações sociais de sexo e feminismo, política e proteção social, bem como leituras de livros, de artigos e de legislações Portuguesas. Também já iniciamos um banco de dados que objetiva quantificar os dados coletados. Com o intuito de contextualizar de forma articulada a violência contra meninas - criança e adolescente, nos territórios estudados, a partir das legislações existentes, das práticas efetivadas em termos de proteção social pelas principais organizações representativas nos dois países, temos procurado perceber a experiência acumulada que caracteriza o tipo de atendimento e o percurso que expressam as demandas encaminhadas as estas entidades. No processo desta pesquisa também buscamos desvelar o entrelaçamento das ações desenvolvidas, o espaço social priorizado enquanto cenário contextual, as condições

sociais e a produção das subjetividades inerentes às histórias de vida explicitadas nos atendimentos institucionais. Procuramos, assim, perceber como se processa a comunicação desenvolvida no espaço institucional, principalmente a efetuada no decorrer dos atendimentos, considerando que a presença do pesquisador implica uma nova contextualização no cotidiano institucional. Consideramos como fundamento desta pesquisa a importância de dar visibilidade às questões inerentes ao tema estudado. Para tanto, partimos da perspectiva de que os trabalhos acadêmicos têm uma função social, pois “a pesquisa social é sempre tateante, mas ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos” (Minayo, 2001: 13), que devem ser retornados ao espaço social originador da própria pesquisa, consolidando-se a construção do conhecimento, visto que se entrelaça nesta prática tanto o pesquisador quanto os diversos agentes implicados no processo. Assim, o trabalho de campo “consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento [que] combina entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional etc.” (Minayo, 2001: 26). O propósito almejado é que este retrate, o mais amplamente possível, os casos explicitados nos prontuários. Em termos territoriais no Brasil terá uma retratação para a pesquisa das 5 regiões: Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sul e Sudeste, onde serão escolhidas instituições representativas cujas práticas se destacam no cenário nacional para o enfrentamento da violência contra meninas. Em Portugal serão delimitadas as regiões Norte, Centro e Sul. RESULTADOS:

✓ Foi elaborado um banco de dados e tem havido manutenção com os textos, artigos, livros e materiais pesquisados;

✓ Foi organizado um quadro explicativo com os dados coletados com recorte territorial e regaste por data de 1990 até a atualidade.

✓ Participação em Seminários e eventos destinados a difusão de pesquisa;

✓ Divulgação dos resultados obtidos em congressos e seminários científicos;

✓ Elaboração de material didático.

5. PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA:

Artigo em revista

- Violência contra meninas: retratando as legislações, as políticas e as práticas de proteção social no Brasil e em Portugal de 2010 - 2015. O SOCIAL EM QUESTÃO, v. 20, p. 133-147, 2017.
- Reflexões sobre as legislações e práticas de proteção social no Brasil e em Portugal para o enfrentamento à violência contra meninas (crianças e adolescentes) de 2000 a 2015. A REVISTA CRONOS, v. 18, p. 93-104, 2017.

Capítulos de livros publicados

Meninas adolescentes LGBT no contexto familiar: violência e exclusão social. In: Barros, N.V; Freitas, R.C.S; Bittencourt, L. (Org.). Gênero, diversidade sexual e direitos sociais Debates preliminares. 1ed.Niterói: Eduff, 2018, v. 1, p. 17-28.

CONCLUSÕES:

Buscamos investigar as formulações brasileira e portuguesa, uma vez que estamos interessada em dar continuidade ao estudo comparativo sobre a questão no Brasil e em Portugal. Assim, propomos, além da realização de uma pesquisa documental, sobre a produção bibliográfica acerca da temática, e também, identificar os aparatos políticos e de proteção social implementados para o enfrentamento desta problemática, na atualidade, isto é, no período entre 2010 a 2015. É importante ressaltar que apesar dos inquestionáveis avanços alcançados pelas mulheres, ainda permanecem muitas disparidades, principalmente no que se refere à dialética violência-sexualidade-educação como elementos definidores do lugar que as mulheres e as meninas ocupam na sociedade. Tais diferenciações repercutem nas mais variadas inserções sociais, que passa composição de conteúdos diferenciados nas atividades produtivas, pelas constituições de relações assimétricas, pela condição de hierarquia e sociabilidade e pela multiplicidade de tipologia da violência (física, psicológica, sexual, de negligência, entre outras).

Agradecimentos:

Agrademos ao Núcleo de Pesquisa Direitos Humanos e Cidadania – Nudhesc/UFF, ao Núcleo de Pesquisa sobre Proteção Social/NPHPS/CRD, ao CNPQ.



Figure SEQ Figure 1*
ARABIC 1: Logo PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

Demandas Sociais e requisições institucionais para o Serviço Social

Julia Pires de Andrade Oliveira, Leticia Fonseca Piedade, Valter Martins

Departamento de Serviço Social de Campos/ Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, trabalho e proteção social (GETRAPS).

INTRODUÇÃO:

A discussão em questão trata-se de um eixo de análise da pesquisa intitulada Mercado de Trabalho e Espaços Sócio ocupacionais do Serviço Social na região Norte e Noroeste Fluminense e tem como objetivo identificar as demandas sociais e as requisições institucionais para o Serviço Social. Toda análise ocorre em um contexto de reestruturação produtiva, contrarreforma do Estado e das políticas sociais no Brasil no século XXI, advindas do neoliberalismo. As transformações no mundo do trabalho, alteradas pelas novas configurações do capital, sob o signo do neoliberalismo, num período atualmente marcado pela mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais vêm incidindo de forma avassaladora nas expressões do trabalho assalariado acometendo diretamente nas requisições institucionais e profissionais. A metodologia aplicada versa sobre o estudo exploratório, com caráter bibliográfico e documental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para identificar as demandas do Serviço Social é necessário compreender o processo de (re) produção das relações sociais no capitalismo, desvendar os meandros da sociedade, as configurações e relações de poder e dominação para desvendar a lógica na qual as demandas e requisições ganham sentido, desta forma, é preciso situar a profissão no contexto das relações mais amplas que constituem a sociedade, particularmente, no âmbito das respostas que a sociedade e o Estado constroem historicamente, frente as manifestações da questão social. Historicamente as demandas para o serviço social são institucionalizadas por meio da mobilização do Estado e do empresariado, em alguns casos, com o suporte da sociedade. A contradição entre capital e trabalho com o

advento da sociedade capitalista mobilizou e continua mobilizando recursos públicos e privados para conter algumas das expressões da questão social, que se manifestam na vida cotidiana, adquirindo expressão política, sendo assim, a questão social além de compor o cenário político apresentam-se como “matéria prima” do serviço social, constituindo e atribuindo uma identidade à profissão, um objeto, uma particularidade na qual será o lastro para inscrição da profissão na divisão social e técnica do trabalho. As requisições à profissão são postas pelo Estado e suas instituições para enfrentamento das expressões da questão social, quando esta passa a ser vista como problema de administração, o que tem gerado polêmicas e ausência de consenso, uma vez que as transformações na orbita do Estado tem implicado mudanças para as políticas sociais, tensionando o trabalho dos assistentes sociais, que se veem numa trincheira, por um lado inspirado no Projeto Profissional da Profissão que busca garantir os direitos sociais à população e de outro lado um padrão de acumulação de capital que busca reduzir parte da alíquota da riqueza social redistribuída ao conjunto da população instituindo políticas seletivas e focalizadas que caracterizam a subordinação aos interesses econômicos. A atuação dos assistentes sociais está condicionada as mudanças nas expressões da questão social, mas, seu núcleo, trata de um refinado processo de criação de condições fundamentais para a reprodução da vida social. O trabalho do assistente social sofre interferências objetivas do contexto em que atua, seja nas relações de poder, nos objetivos e metas das políticas e institucionais, grosso modo, muitas vezes estão na contramão das ideias postas como valores éticos e políticos da profissão. O trabalho profissional é diretamente afetado pela tensão entre trabalho assalariado e projeto profissional, que se materializa no Código de Ética e fundamenta a ação profissional.

CONCLUSÕES:

Os assistentes sociais, inseridos na divisão social e técnica do trabalho são impactados pelas mudanças da nova morfologia do trabalho de forma peculiar, e pelo estágio atual do capitalismo, que combina enxugamento da força de trabalho, expressas principalmente através da precarização/flexibilização e intensificação do trabalho, mudanças no processo produtivo, desregulamentação, terceirização, baixa remuneração e condições de trabalho precarizadas, tendo alterado de forma significativa seu cotidiano profissional, trazendo novas requisições e demandando um esforço de compreensão desse movimento histórico. Analisando este contexto é perceptível uma eminente contradição, ao mesmo tempo em que amplia o mercado de trabalho dos assistentes sociais com a descentralização das políticas, se intensifica a precarização das condições de trabalho do profissional. Emerge assim, nas relações de trabalho, uma dualidade entre valorização e desvalorização, onde é possível constatar fragilidade das condições de contratação e de permanência dos profissionais no mercado de trabalho.

Agradecimentos:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq que sem o fomento à pesquisa a produção do conhecimento é inviabilizado.

À Universidade Federal Fluminense – UFF que transforma vidas e prepara a juventude para os desafios da realidade da sociedade brasileira.

Ao Conselho Regional de Serviço Social/Seccional de Campos dos Goytacazes dos questionários da pesquisa.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Relatório integrado (RI): um estudo bibliométrico da atividade de pesquisa em literatura científica indexada na base SCOPUS

Jefferson Carletto Callado; Julio Vieira Neto

Faculdade de Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Empreendedorismo /
Departamento de Atuária

INTRODUÇÃO:

As empresas, os investidores e os mercados de capitais, dependem do fornecimento de informações relevantes das mesmas a fim de alocar de forma mais efetiva os recursos, incentivar investimentos e facilitar a transparência empresarial. Notou-se que métodos tradicionais de relatórios financeiros não possuem total capacidade de captar todas as implicações econômicas das inovações dos negócios, além da grande atenção voltada ao tema de sustentabilidade nos últimos anos.

Digo isto, diversas empresas diante da atual necessidade de se autoanalisar do ponto de vista da informação contábil/financeira e de aspectos sociais/sustentáveis, passaram a adotar o Balanço Social, GRI (*Global Reporting Initiative*) e, mais recentemente, do Relato Integrado. Este estudo busca analisar esse segundo grupo de relatórios, dado a sua crescente importância no meio acadêmico e corporativo.

O objetivo do relatório integrado consiste em fornecer um relato conciso e holístico do valor e desempenho da empresa, relatando uma gama abrangente de fatores financeiros, bem como humanos, intelectuais, ambientais e sociais que afetam o desempenho de curto, médio e capacidade de longo prazo para criação de valor.

Dado a relevância deste tema, o interesse mundial em relatórios integrados continua a crescer e cada vez mais em países, órgãos reguladores, bolsas de valores e outros interessados vem adotando estes tipos de relato e em tempos atuais mais de 1500 empresas preparam tal relatório.

No que tange estudos referentes ao tema, pode-se observar que, apesar de estudos datarem desde a década de 70, é a partir de 2010 que são estabelecidas as bases para que houvesse um profundo avanço nas pesquisas indexadas sobre o Relatório Integrado - Dessa forma, o tema está ganhando cada vez mais

importância, tanto para o mercado e seus agentes, como para o meio científico.

Devido à necessidade de indexação de pesquisas científicas, diversos autores defendem o uso de uma série de indicadores bibliométricos como um dos requisitos mais relevantes para o mapeamento, evolução da ciência e tecnologia e medição de progresso. Nota-se, portanto, com o uso destes indicadores, uma questão ainda não respondida em pesquisas anteriores, o presente estudo busca solucionar este hiato, a saber: o uso do método bibliométrico para analisar o desenvolvimento de pesquisas científicas indexadas na base SCOPUS relacionado ao tema Relatório Integrado.

A partir da análise do contexto inicial, delimitou-se a questão central deste trabalho, a saber: Como, nos últimos anos, tem sido apresentado os estudos sobre relatório integrado na literatura científica indexada na base SCOPUS? A partir deste questionamento, se definiu o objetivo deste trabalho que consiste em: mapear o desenvolvimento do tema relatório integrado, entre os anos de 1975 e 2019, a partir de trabalhos indexados na base SCOPUS utilizando o método bibliométrico. Além disso, no âmbito deste estudo qualitativo e sua metodologia, a partir do seu objetivo central, foi identificado palavras chaves e áreas temáticas que proporcionam um quadro conceitual, possibilitando a exploração de dados de pesquisas publicadas na literatura e indexadas pela base SCOPUS - determinadas por uma série de filtros e arquitetura browniana. No que tange a análise dos dados, foram utilizados os software Excel e VOSviewer.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A metodologia de levantamento de dados para análise de resultados foi desenvolvida a partir de um o método bibliométrico - aplicado por uma estrutura de palavras chaves, áreas temáticas, filtros e

arquitetura browniana, para levantamento de pesquisas na literatura e indexada a base SCOPUS, sobre o tema relatório integrado. A aplicação desse método resultou em 465 documentos para investigação. Tais documentos foram tratados com o auxílio do software Excel e VOSviewer, sob a ótica das seguintes análises:

- (1) Comprovação do gap de pesquisa:
 - Analisou se existe na literatura científica indexada na base SCOPUS pesquisas correlatas ao objetivo do presente estudo;
- (2) Tipos de documentos analisados
 - Analisou os percentuais de tipologias documentais;
- (3) Publicações de documentos por ano e estimativa de crescimento
 - Analisou o nível de publicação por ano e sua estimativa de crescimento;
- (4) Análise dos artigos mais citados
 - Analisou os 10 artigos mais citados e suas contribuições para o desenvolvimento do tema
- (5) Publicações por país, afiliação e área do conhecimento
 - Analisou os documentos de acordo com o país, afiliação a base e área do conhecimento;
- (6) Análise de Agrupamentos (ou Clusterização) dos termos
 - Analisou a frequência de ocorrências da palavra no corpo do documento (título e resumo) e na força de associação da presença de palavras na publicação, medida pela quantidade de vezes que o termo aparece;
- (7) Análise da Fonte: acoplamento bibliográfico e cocitação
 - Analisou o acoplamento bibliográfico e cocitações de periódicos sobre o tema Relatório Integrado, mostrando as relações dos periódicos com a quantidade de referências compartilhadas e a relação dos periódicos fundamentada na quantidade de vezes que são apontados juntos;
- (8) Análise de Cocitação de autores
 - Analisou a cocitação de autores com base no número de vezes que os autores são citados juntos pelos trabalhos publicados e indexados.

Todos os resultados são apresentados na seção da CONCLUSÃO, obedecendo a mesma disposição numérica.

CONCLUSÕES:

Diante das análises realizadas no estudo, foi possível apresentar resumidamente as seguintes conclusões: (1) Existe uma lacuna de pesquisa que consiste na ausência de investigações científicas que aborde o uso do método bibliométrico, consubstanciado numa estrutura informacional, para mapear estudos científicos indexados na base SCOPUS sobre a evolução do tema Relatório Integrado; (2) Os artigos são o tipo de documento científico publicados em revistas indexadas a base SCOPUS com maior frequência de utilização, representando 75,5% dos trabalhos; (3) A partir da análise dos 465 documentos que formam objeto de investigação desta pesquisa e como sua evolução ocorreu ao longo dos anos, percebeu-se que, embora o tema datando para 1975 com o trabalho de Bonfitto e Hager, é a partir do início do século 21, por exemplo, que o assunto ganha maior relevância e aderência com os objetivos da atualidade - considerando também uma forte tendência de crescimento científico sobre o tema a partir de 2010, o que releva o interesse da academia sobre o mesmo. (4) Através da pesquisa foi possível identificar autores e trabalhos importantes para o desenvolvimento do tema relatório integrado. (5) Países como Itália, África do Sul, Austrália e Reino Unido se destacam no desenvolvimento de pesquisas relacionadas sobre o tema relatório integrado. Vale salientar que, o mercado e as empresas Sul Africanas são os principais objetos de investigação, já que desde 2013 todas as empresas listadas na bolsa de Joanesburgo foram obrigadas a adotar o relatório integrado. (6) As palavras que apresentam maior frequência de em títulos e resumos de pesquisas indexadas a base SCOPUS são: sustentabilidade, teoria, capital, autor, qualidade, investidor, África do Sul, função e contabilidade; (7) Ao analisar a fonte sob a ótica do acoplamento bibliográfico e cocitação, pode-se notar, portanto, que o periódico "Accounting, Auditing & Accountability journal" é a publicação com maior quantidade de referências e compartilhamentos e maior número de citações conjuntas entre os documentos analisados; (8) A análise de Cocitação de autores evidenciou que 4 (quatro) significativas clusterização são formadas, sendo

as mesmas formadas a partir de Eccles, de Villiers e Guthrie as que apresentam maior frequência de cocitação, resultando em maior impacto.

Por fim, o estudo recomenda que pesquisas futuras sejam realizadas utilizando o método bibliométrico para mapear a evolução de pesquisas sobre relatório integrado, levando em consideração outras abordagens metodológicas, bem como outros parâmetros possíveis de utilização no software Excel e VOSviewer. Além disso, é possível realizar trabalho similar em outra base que não seja a SCOPUS, levando ao um objeto de comparação.

Agradecimentos:

Agradeço o meu orientador, Julio Vieira Neto, por todo apoio, suporte, orientação e ensinamentos no desenvolvimento desta pesquisa. Além disso, agradeço a UFF e a PROPPI por me permitir participar de um programa com tamanha importância e grandiosidade, o que me permitiu aproximar da área acadêmica, bem como contribuiu significativamente para o meu desenvolvimento pessoal e profissional





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Política Social brasileira e mercado de trabalho para Assistentes Sociais nas Regiões Norte e Noroeste Fluminense

Autores: Carlos Antonio de Souza Moraes (Orientador); Gabriela Mendes Moreira

Schocair

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social de Campos/ Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/ Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES).

INTRODUÇÃO:

O Serviço Social brasileiro origina-se a partir da mescla de antigas obras sociais e movimentos de apostolado social. Suas pioneiras, eram mulheres representantes de famílias advindas das classes dominantes, do sistema de ensino mantido pela Igreja católica e de obras sociais.

A partir de 1936, com a implantação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil e, dos anos posteriores, a ampliação de seu mercado de trabalho determinou alterações no perfil profissional através da formação de quadros subalternos, que buscavam melhores qualificações profissionais.

Para tanto, exigia-se íntegra formação moral, devotamento ao próximo, simplicidade, calma, saber influenciar, convencer, ter boa saúde e ausência de “defeitos físicos”.

No decorrer dos anos, a profissão sofreu acentuadas transformações, também determinadas por um perfil vinculado às classes trabalhadoras.

Atualmente, o Serviço Social tem defendido a formação de profissionais voltados para a defesa dos direitos humanos, da liberdade e justiça social a partir de capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Mediante tais elementos, objetiva-se identificar o perfil dos assistentes sociais das regiões Norte e Noroeste Fluminense.

Para tanto, recorreu-se ao método dialético como perspectiva teórico-metodológica e, metodologicamente optou-se pelo trabalho de pesquisa bibliográfica e de campo.

Para o estudo bibliográfico, optou-se pelo descritor “perfil profissional do/da assistente social” e, recorreu-se a todas as edições impressas e on-line da revista Serviço Social e Sociedade (nº 01 a 135), além de teses de doutorado e dissertações de mestrado

publicadas na Plataforma CAPES, a partir do ano 2000 e, livros da biblioteca básica do Serviço Social.

Já a pesquisa de campo, esteve pautada em amostra probabilística de tipo sistemática, construída a partir de dados cadastrais dos (as) assistentes sociais registrados (as) no Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região – Seccional de Campos dos Goytacazes/RJ. Desta forma, estas entidades foram parceiras desta pesquisa e, asseguradas às condições éticas, disponibilizaram informações, conforme previsto na resolução CRESS/RJ 114/2015.

A partir destes dados oficiais em que identificou-se cerca de 850 assistentes sociais trabalhadores nas regiões anteriormente mencionadas, realizou-se contato com estes (as) profissionais, apresentando a proposta de pesquisa e disponibilizando o questionário por meio do programa “Survio” (ferramenta disponível on-line). Dos (as) contatados (as), obteve-se o retorno do questionário preenchido por 313 assistentes sociais.

Posteriormente, recorreu-se ao software de pesquisa SPSS a fim de realizar a mineração dos dados. Dos questionários respondidos, foram validados 200 pelo programa de pesquisa, garantindo índice superior a 90% no que concerne a confiabilidade dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados apontam para *predominância* de mulheres, de 40 a 49 anos, que se auto-intitulam brancas, casadas, com 1 filho, residentes em Campos/RJ, filhas de pais com baixa escolaridade; além de possuírem baixa participação cívico-política; e terem sido graduadas entre os anos de 2001 e 2010 na UFF/Campos.

A discussão aponta para a necessidade de aprofundamento das seguintes variáveis:

1. Identidade feminina da profissão e divisão sexual do trabalho;
2. Pertença étnico-racial;
3. Vínculos e valores religiosos e suas possíveis implicações para o trabalho profissional;
4. Condição de classe do/da assistente social e;
5. Engajamento cívico-político.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que o Serviço Social tem sofrido alterações em seu perfil profissional, com destaque para o reconhecimento de sua condição de classe trabalhadora e de sua dimensão política voltada para a defesa dos direitos dos trabalhadores, ainda que permaneçam características históricas como o perfil feminino e as implicações vinculadas à mulher no mercado do trabalho.

Além disso, verifica-se poucas produções referentes ao perfil do/a assistente social brasileira e escassos estudos a respeito do sujeito assistente social, considerando inclusive variáveis como a deficiência física entre as profissionais no context atual, demonstrando significativa lacuna na produção de conhecimentos na área.

Agradecimentos:

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal Fluminense;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Ao Programa de Fomento à Pesquisa (FOPESQ, 2017) da Universidade Federal Fluminense;

Ao Departamento de Serviço Social de Campos.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: ANÁLISE DO CENÁRIO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS DO RAMO DE SEGUROS

Autores: Mirian Picinini Méxas e Alexandre Louzada Lacerda

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Ciências Atuariais e Finanças/ Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho pesquisou seis ferramentas essenciais para o futuro das seguradoras, tanto brasileiras, quanto mundiais. Essas tecnologias são: Blockchain, Computação em Nuvem, Inteligência Artificial, Big Data, Internet das Coisas e Segurança Cibernética. Descreve-se cada uma delas durante o trabalho, analisa-se no contexto do mercado de seguros, e além disso, apresenta-se presente o valor que essas tecnologias poderão proporcionar no futuro da sociedade.

O trabalho é dividido em 6 tópicos, sendo eles título, introdução, metodologia, resultados, produção técnica científica e conclusão.

A metodologia de pesquisa foi uma enriquecida e extensa pesquisa bibliográfica, onde foram analisadas centenas de artigos e selecionados algumas dezenas para compor o relatório.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Pesquisa bibliométrica na base Scopus, no período de 06/11/2018 a 20/11/2018, realizada em sete fases:

Fase 0 - Escolha das novas Tecnologias da Informação a serem consideradas neste trabalho: *Blockchain*, *Bigdata*, *Internet of Things* (IoT), *Cloud Computing*, *Cyber Security* e *Artificial Intelligence*.

Fase 1 a 6 – Combinação das palavras-chave: "*Blockchain*" AND "*Insurance*", "*Bigdata*" AND "*Insurance*", "*Internet of Things*" AND "*Insurance*", "*Cloud Computing*" AND "*Insurance*", "*Cyber Security*" AND "*Insurance*", "*Artificial Intelligence*" AND "*Insurance*" e uso dos filtros: Document type = Article, Article in Press e Review e Source type= Journal.

Fase 7 – Importação dos artigos selecionados, após uma primeira leitura do título e resumo dos

artigos relacionados à área de Seguros e depois de um segundo refinamento desta análise, para o *software* Mendeley. Também foi criada uma planilha excel com os dados dos artigos selecionados para esta pesquisa.

A tabela 1 a seguir apresenta o resultado dos 69 artigos selecionados agrupados por tipo de tecnologia.

Tabela 1: Resumo da pesquisa bibliométrica realizada na base Scopus de 06/11/2018 a 20/11/2018

Tecnologias	Geral	Limit to	Ligados seguro	Escolhidos
Blockchain	39	18	15	10
Big data	367	179	45	21
Internet of Things	90	32	8	3
Cloud Computing	148	51	9	9
Cyber Security	99	34	13	12
Artificial Intelligence	431	149	15	14
Total	1174	463	105	69

O Gráfico 1 apresenta uma síntese dos 69 registros encontrados na pesquisa por ano de publicação. Observa-se, um aumento de publicações sobre as novas tecnologias no mercado de seguros a partir de 2016, sendo destaque o ano de 2018, apesar da pesquisa ter sido feita até 20/11/2018, faltando ainda um mês e dez dias de novas publicações.

A tabela 2 mostra 4 tipos de periódicos diferentes que obtiveram 2 ou mais resultados na pesquisa, 10 dos 69 artigos escolhidos foram publicados nesses 4 periódicos, restando apenas 59.



Gráfico 1: Distribuição de artigos por ano de publicação

Tabela 2: Distribuição de artigos por periódico

Periódicos repetidos	Nº
IEEE Access	2
IT Professional	4
Computer and Industrial Engineering	2
Electronic Markets	2

O gráfico 2 apresenta a distribuição geográfica das instituições / organizações de vínculo dos autores dos 69 artigos selecionados. Vale ressaltar que existem 53 autores afiliados a alguma instituição dos Estados Unidos que publicaram artigos sobre o tema aqui pesquisado. O fato de que cada artigo possui em média de dois a três autores, justifica a frequência total ser igual a 218 que é maior que 69 (total de artigos analisados). A partir do Gráfico 2 observa-se que os três países com maior número de publicações estão no âmbito das Instituições dos Estados Unidos, Itália e China.

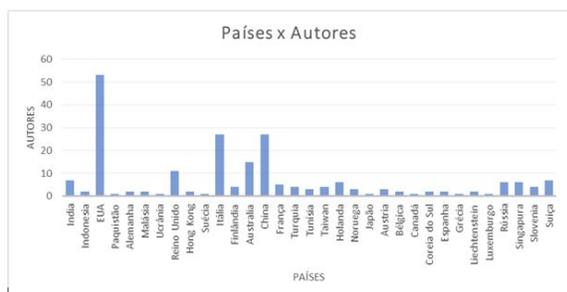


Gráfico 2: Distribuição de artigos por nacionalidade da instituição de afiliação dos autores

Além dessa análise de tabelas e gráficos, também foi realizada uma descrição de todos os 69 artigos, agrupados pelas seis tecnologias, relacionando-os com as respectivas áreas dentro do mercado de seguros, sendo que as áreas de saúde e automotiva são as que mais têm utilizado essas novas tecnologias.

CONCLUSÕES:



O presente estudo realizou uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de coletar informações sobre Tecnologias da Informação no contexto do mercado de seguros, a partir do acesso à base Scopus, do Portal de Periódico da Capes.

Foram selecionados, ao todo, 69 artigos, e em seguida foi realizado um esquema de classificação por: evolução cronológica de publicação; publicações de periódicos; países da instituição de afiliação dos autores; e, consolidação por tipo de tecnologia.

Como resultado desta pesquisa, observa-se um aumento de publicações das tecnologias Blockchain, Bigdata, Internet das Coisas, Computação em Nuvem, Segurança Cibernética, Inteligência Artificial, a partir de 2016, sendo que em 2018 teve um crescimento considerável de artigos sobre este tema em questão.

Com relação aos periódicos, é possível concluir que os três que mais publicaram sobre as TIs no mercado de seguros foram *IT Professional* com mais publicações, seguido do *IEEE Access*, *Computer and Industrial* e *Electronic Markets*, com o mesmo número de publicações. Quanto à distribuição geográfica, a maioria das afiliações dos autores está ligada a instituições situadas nos Estados Unidos, Itália e China. Outra conclusão é que a maioria dos artigos estão relacionadas às tecnologias Bigdata (30,4%), Inteligência Artificial (20,3%) e Segurança Cibernética (17,4%), correspondendo a 68,1% do total, seguido de Blockchain (14,5%), Computação em Nuvem (13,0%) e Internet das Coisas (4,4%). Vale ressaltar que as novas Tecnologias de Informação aqui estudadas abordam diferentes áreas do mercado de seguro sendo as que mais se destacaram estão relacionadas ao Seguro Automotivo e ao Seguro de Saúde.

Espera-se, que o presente estudo, possa servir como um referencial bibliográfico sobre novas Tecnologias de Informação que estão sendo aplicadas no mercado de seguros, apresentando uma visão global sobre as diferentes áreas onde estas estão sendo aplicadas. Como proposta para futuras

pesquisas, sugere-se a realizar uma análise mais detalhada de cada artigo pesquisado com o objetivo de fundamentar uma pesquisa de campo junto a empresas com negócios no mercado segurador.

Agradecimentos:

Agradecemos a concessão de bolsa de Iniciação Científica dentro do Programa Institucional do CNPq (PIBIC), destinadas ao aluno de graduação, de acordo com os termos edital e da Resolução Normativa 017/2006 do CNPq, através do EDITAL PIBIC / CNPq/ UFF 2018/2019 da PROPPI.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Reconceituação e Lutas Sociais na Argentina: a relação entre o Trabalho Social e as experiências de organização das classes subalternas nas décadas de 1960 e 1970.

Autores: Pedro Macedo (estudante de Serviço Social, bolsista de IC); Katia I. Marro (Professora do Curso de Serviço Social do CURO/UFF, orientadora).

Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, Curso de Serviço Social

INTRODUÇÃO:

Este projeto buscou compreender a relação do Trabalho Social com as lutas sociais na Argentina, nas décadas de '60 e '70, no contexto do movimento de Reconceituação Latino-americano¹. A partir do pressuposto de que a profissão existe em condições e relações sociais historicamente determinadas, buscamos compreender a dinâmica de movimentação das classes subalternas no contexto de radicalização da luta de classes na Argentina da época, identificando os principais sujeitos e qualificando o tipo de relação que se estabeleceu entre o Trabalho Social e as lutas sociais. Tendo como hipótese de que a relação entre a profissão e os movimentos operários-sindicais, universitário-estudantil e de bairro/ comunitários foi uma mediação fundamental para que o Trabalho Social argentino questionasse sua função social na reprodução dos conflitos de classe – na perspectiva de romper com as suas bases tradicionalistas e conservadoras. Assim, ao longo da pesquisa, indagamos de que forma se constituíram esses vínculos; seus possíveis

desdobramentos em experiências concretas de intervenção profissional; seus impactos no redimensionamento ético-político e teórico-metodológico da profissão, priorizando o período que se compreende entre as décadas de '60 e o golpe de Estado de 1976. Por meio de uma pesquisa qualitativa historiográfica, analisamos Revistas no âmbito da profissão com circulação na época (*Hoy en el Trabajo Social* e *Selecciones de Servicio Social*), assim como também teses, dissertações e demais produções contemporâneas produzidas sobre o tema. No processo final desta pesquisa, a professora orientadora realizou entrevista com uma Assistente Social Argentina, que protagonizou os processos estudados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para compreendermos o conflito de classes e a ação das classes trabalhadoras e subalternas a partir da década de 60, devemos nos remeter tanto a alguns aspectos históricos que marcam transformações na estrutura econômica e de classes, assim como também da conturbada conjuntura política – fortemente marcada pela resistência peronista e uma incipiente ação classista sindical. Não é por casualidade que desde o golpe militar contra o governo de Perón em '55, assistiríamos a uma sucessão de governos militares e “democracias fracas” que sorteiam conjunturas de forte recessão econômica até a ruptura profunda marcada pela ditadura civil-militar de 1976. A conjuntura que se abre a partir do golpe de 1955, será marcada pela instabilidade política que provoca a proscricção do Peronismo – principal expressão política da classe trabalhadora –, mas também por alguns sinais de esgotamento daquele cenário de prosperidade econômica. Esta realidade estrangulária as condições de vida dos trabalhadores, aumentariam os conflitos com os sucessivos governos militares e democráticos que se sucederiam – inclusive os governos

¹ Este trabalho se relaciona com os esforços de um Projeto de Pesquisa maior, integrado pela professora orientadora junto a um conjunto de professores de Universidades da América Latina e do Brasil, como UERJ, UFJF, PUC-SP, UNIFESP, UFOP. Nos referimos ao Projeto de Pesquisa “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória”, coordenado pelas professoras Marilda Iamamoto (UERJ) e Cláudia Mônica dos Santos (UFJF). A professora orientadora integra esta equipe, desde o ano 2016, pesquisando junto a um sub-grupo de docentes da UFJF e da UC (Universidad de Chile), especificamente “A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil, Argentina e Chile, no período de 60-80”.

peronistas de '73 – e estariam na base das ações de luta classista que se diversificam nos próximos lustros.

Do ponto de vista das resistências subalternas próprias do período 1960-1976, os autores coincidem ao apontar uma *complexificação e uma generalização das lutas de classe*, que segue o ritmo do caldeirão que se prepara em outras partes do mundo, como os movimentos de libertação nacional e descolonização na África ou a promessa de uma revolução latino-americana e antiperonista que ameaça se alastrar pelo continente a partir do exemplo cubano. À luz da radicalização ideológica da juventude, *cresce o movimento estudantil*, criando novas organizações devido à proibição das suas Federações (Frente Estudantil Nacional, de extração peronista, e Coordenadora Estudantil em Luta, identificada como marxista). Suas lutas ganham projeção nacional, agora articuladas às pautas e reivindicações do movimento operário, sobretudo em cidades como Córdoba e Rosario (BRENNAN & GORDILLO, 1994). Por sua vez, assiste-se ao *nascimento de um novo movimento sindical, mais radical, com presença de tendências classistas e do peronismo combativo*, que se diferenciam das formas gremiais tradicionais pelas ações de confronto e ofensiva para obter melhorias nas condições de trabalho; pelas práticas de democracia interna; pelo investimento na participação massiva e direta dos trabalhadores; lançando mão de diversos repertórios de luta, como a participação de assembleias estudantis ou greves de fome. Esta dissidência no seio do movimento sindical peronista deriva na criação da CGTA (CGT dos Argentinos) em 1968. Este sindicalismo “jovem” protagonizará junto aos estudantes o Cordobazo e construirá alianças com segmentos identificados com a Teologia da Libertação – como os do Movimento de Sacerdotes do Terceiro Mundo (MSTM) –, que levarão a frente uma intensa atividade em bairros operários e comunidades, confluindo com os movimentos *villeros*. Sem dúvidas, *outro dos pontos destacados do conflito social e do processo de mobilização de massas que caracterizam o período analisado, será o movimento villero*, constituído a partir da organização política e territorial nas *villas*² de

² De forma similar a outras partes de América Latina, as *villas* surgem a partir da década de '30 ao ritmo dos fluxos migratórios provocados pelo processo de industrialização e se conformam pela ocupação

grandes cidades como Buenos Aires, Córdoba, Rosario, sobretudo a partir dos anos '60. Não é por casualidade que este movimento será alvo destacado das ações repressivas dos sucessivos governos militares, especialmente com o golpe de 1976.

Apesar do nível de organização nos sindicatos, bairros, comunidades e universidades, a ausência de unidade política entre as forças do campo popular; a falta de uma estrutura nacional das coordenações fabris; a militarização das organizações armadas pela ofensiva repressiva, encurrularão as massas trabalhadoras e subalternas que não conseguirão reverter o sanguinário golpe que se impõe em março de 1976, num contexto de avanço de uma contrarrevolução preventiva no continente. A ditadura civil-militar que se instaura na Argentina de 1976 a 1983, faz parte dos projetos de articulação continental da contra-insurgência (retratada no plano Condor) para frear essa radicalização e impor as políticas econômicas para salvar o capitalismo central.

Como impacta esta conjuntura ao interior do Trabalho Social? Como não poderia ser diferente, constatamos que o “ritmo”, os sujeitos e as organizações políticas e populares com os quais o Trabalho Social Argentino estabeleceu vínculos e relações no período estudado segue de perto a própria conjuntura histórica do país: a dinâmica do conflito de classes vai atravessar profundamente o Trabalho Social e este vínculo se estabelecerá pela via privilegiada da militância política e/ou universitária, trazendo mudanças significativas na formação, nos debates e na atuação profissional, com graus diferenciados de intensidade de acordo com as realidades particulares de cada região (MOLJO, 2005; PAPILI, 2009; GIANNA, 2011; SIEDE, 2015).

Num primeiro momento do movimento de Reconceituação na Argentina (meados dos anos '60), notamos a presença da perspectiva tecnocrática modernizadora que é entendida pela conjuntura desenvolvimentista que também atravessa outros países da América Latina no período. A industrialização e aumento acelerado

irregular do território – do ponto de vista da organização do espaço e da situação da posse legal da terra – por parte de segmentos empobrecidos das classes trabalhadoras. Expressam os processos de segregação e ausência de acesso a um conjunto de serviços básicos, evidenciando as desigualdades sociais e de classe que marcam o espaço urbano.

dos centros urbanos pela incorporação dos fluxos migratórios que vinham dos campos e que se estabeleciam muitas vezes de maneira irregular nas *villas* trazia a necessidade de uma intervenção mais profissionalizada do Trabalho Social. Neste contexto também se explica a reivindicação pela passagem das Escolas de Trabalho Social para o âmbito universitário, o que vai favorecer também um maior contato com a militância estudantil e sindical. O grupo ECRO (“Grupo de Investigación y Docencia”), formado por jovens profissionais que traziam estas preocupações, atuará na publicação da Revista *Hoy en el Servicio Social* (depois, *Hoy en el Trabajo Social*) e ministrando seminários de formação profissional nas universidades, sendo o principal organizador das polêmicas da Reconceituação, sobretudo neste primeiro momento. Houve também o grupo vinculado à editora Humanitas que publicava a revista *Selecciones de Social Work*, primeiro divulgando autores norte-americanos, e posteriormente (quando muda seu nome para *Selecciones de Servicio Social*), buscando uma relação maior com a realidade Latino-americana. Em sua formação, o ECRO traz influências da perspectiva desenvolvimentista, preocupando-se pela necessidade da qualificação profissional para lidar com os problemas sociais oriundos do “subdesenvolvimento”. À medida em que incorpora debates presentes na militância estudantil e social, e de acordo com as transformações da sociedade argentina da época, experimenta uma viragem (GIANNA, 2011). Podemos perceber não só um vínculo cada vez maior com os setores populares, como também uma mudança na autoimagem do Trabalho Social e da relação entre profissão e usuários, incorporando uma perspectiva ético-política cada vez mais crítica. O ECRO também realiza o intercâmbio com o movimento reconceituador de outros países nos Seminários Latino-americanos. O IV Seminário Latino-Americano, realizado em 1969 no Chile, expressa uma perspectiva mais crítica, provavelmente influenciado pela conjuntura Chilena, que estará marcada pelo desafio de construir institucionalmente projetos profissionais voltados aos interesses populares.

Dos sujeitos mais representativos das lutas da época, com os quais a profissão estabeleceu profundas relações, nos interessa refletir sobre o movimento estudantil universitário, por ter sido ele, uma das vias privilegiadas de acesso aos outros sujeitos que

também se destacaram nesta relação, seja através da militância política ou da confluência com a militância eclesial nas *villas* e comunidades, seja pela inserção em movimentos operários-sindicais. A radicalização do movimento estudantil será fruto, também, da radicalização da própria Universidade, provocando um giro político dos debates acadêmicos. É assim que, sobretudo após o Cordobaço e intensificando-se com a “Primavera Camporista” em ‘73, o movimento estudantil de Trabalho Social ganha novas dimensões, atrelado também ao processo de passagem das Escolas do âmbito ministerial para o âmbito Universitário. Ao destacar as novas dimensões do movimento estudantil no Trabalho Social, é importante também mencionar um repertório de ações político-gremiais e “assembleísta” pautadas pela democracia direta e um intenso protagonismo na transformação da formação profissional. Com a realização de grupos de discussão, os estudantes colocam em pauta temas considerados fundamentais para a formação profissional: o “compromisso com o povo ou a classe trabalhadora”; a imersão nos seus territórios; o diálogo com o marxismo e a realidade latino-americana; marcam algumas dessas urgências. Caracterizam o protagonismo estudantil do Trabalho Social da época: as “Cátedras Paralelas”; o boicote, o “juízo coletivo” e até expulsão de docentes considerados conservadores; a participação em reformas curriculares que envolviam desde novas assinaturas até a reorganização dos estágios e participação na seleção de docentes – na qual avaliavam não só a perspectiva teórica, mas também seu compromisso social e político, como meios de garantir a tão almejada reorientação dos estágios. As organizações políticas da época tiveram forte presença no movimento estudantil, tendo diferentes perfis de acordo com a região. Em Santa Fé e Rosário, havia maior inserção do peronismo, enquanto em Córdoba foram mais presentes as organizações de vertente marxista, ainda que após 1973, crescem aqui também as organizações Peronistas. Mesmo constando as dificuldades que o Movimento de Reconceituação teve ao dialogar com o marxismo (dificuldade de leitura das fontes, apropriações mediadas pelas “urgências” e interpretações da militância política, utilização de manuais), o trabalho de Gianna recupera a experiência de reforma curricular em Córdoba, que incorpora uma matriz “predominantemente

marxista” (GIANNA, 2011). Esta constatação demonstra a existência de particularidades do movimento de Reconceituação, alertando-nos sobre o cuidado que devemos ter com afirmações abstratas que podem subestimar algumas diferenças. A busca pela incorporação e o diálogo com o marxismo e a realidade latino-americana; o tema da “conscientização” e até mesmo o vínculo com as classes populares que chegam ao Trabalho Social não são preocupações exclusivas da categoria, estando presentes na militância universitária da época. Pela via privilegiada da militância no movimento estudantil – não sendo a única via de entrada –, estes temas vão adentrando no Trabalho Social (GIANNA, 2011; SIEDE, 2015). A reorganização dos estágios, no sentido de privilegiar experiências nos territórios e espaços organizativos onde estavam os trabalhadores e demais segmentos subalternos, encontrará também o protagonismo do movimento estudantil e de jovens docentes vinculados a esta área de formação. Estes confluem com militâncias políticas e sociais de diversas forças de esquerda, peronistas e vinculados à Teologia da Libertação (como os padres ligados ao Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo) que tinham atuação no movimento *villero*. O “Taller Total”, como era chamada essa prática no território (com uma evidente conotação de classe), se inspira e dialoga com práticas similares desenvolvidas pelo movimento estudantil de arquitetura. É evidente que a luta pela inserção universitária dos Cursos de Trabalho Social aproximará os estudantes à sua vida política e às suas militâncias (nos bairros, nas organizações políticas e até político-militares), impactando profundamente no perfil e na formação profissional.

CONCLUSÕES:

Estudantes, docentes e profissionais do Trabalho Social estariam atravessados por esta realidade de radicalização e polarização da sociedade, modificando o conteúdo de algumas disciplinas; criando “vivências” e experiências de estágio junto a comunidades e em articulação com segmentos radicalizados da Igreja Católica; ou até engrossando a militância política e territorial nas periferias, promovida por diversas expressões da esquerda Argentina. No período compreendido entre 1960 e 1976 germinariam debates teórico-políticos inéditos e perspectivas de atuação profissional que apontam novos temas, atribuições e

competências fundamentais para o redimensionamento crítico da profissão, mas que seriam abruptamente interrompidos pela cruenta conjuntura que se abre após o golpe civil-militar de 1976.

Bibliografia

- BRENNAN, J. & GORDILLO, M. **Protesta obrera, rebelión popular e insurrección urbana en la Argentina: el Cordobazo**. Estudios, Córdoba, Centro de Estudios Avanzados de la UNC, nº 4, 1994.
- CAZANIGA, S. **Sistematización de las publicaciones de la editorial ECRO** – Hoy en el Trabajo Social (1965 – 1977). Paraná, mimeo, s/d.
- GIANNA, S. **Una nueva praxis para el Trabajo Social: Reconceptualización y militancia en la Escuela de Asistencia/Servicio Social de la Universidad Nacional de Córdoba (1966-1976)**. Tesis de Maestría en Trabajo Social. La Plata: Facultad de Trabajo Social de la UNLP, 2011.
- MOLJO, C. **Trabajadores sociales en la historia. Una perspectiva transformadora**. Buenos Aires, Espacio Editorial, 2005.
- PAPILI, G. **El movimiento de reconceptualización en la Escuela de Servicio Social de la ciudad de Santa Fe durante las décadas de 1960-1970**, Tesis de Maestría, Universidad Nacional de Entre Ríos, 2009.
- SIEDE, V. **Trabajo Social, marxismo, cristianismo y peronismo**. El Debate profesional argentino em las décadas 60-70. La Plata, Dynamis, 2015.

Agradecimentos:

Agradecemos o apoio do CNPq e da Proppi da UFF, que através do Edital PIBIC 2018-2019 viabilizou a concessão de uma bolsa de IC que permitiu o desenvolvimento deste trabalho e a iniciação

à



experiência de pesquisa na trajetória de formação do nosso estudante. À Profa Dra. Carina Moljo (UFJF) que socializou conosco de forma generosa o seu acervo de revistas Argentinas e em especial, à Profa. Dra. Susana Cazzaniga (UNER, Argentina) que abriu um pedaço da sua história e nos concedeu uma entrevista para a realização deste trabalho.



Grande área do conhecimento: 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas
Título do Projeto: A Produção Técnica do IF Sudeste MG Campus Santos Dumont

Autores: Cecília Oliveira de Freitas e Márcio Moutinho Abdalla (orientador)

Departamento/Unidade/Laboratório: Universidade Federal Fluminense – Dep. de Administração e Administração Pública de Volta Redonda

INTRODUÇÃO: Com a criação dos institutos federais (IFs), o governo lhes conferiu-lhes e a missão de desenvolver ciência e tecnologia. A pesquisa torna-se o meio pelo qual os IFs se fortalecem na produção do conhecimento, a partir da inovação e da formação. Essa é a verdadeira missão dos IFs: formar profissionais, prioritariamente nos níveis técnico e tecnológico, para desafiar o *establishment* com vivências sociais e profundo conhecimento técnico (CONCIANI; FIGUEIREDO, 2015). A institucionalização dos IFs é considerada pelo governo como uma estratégia para o desenvolvimento local, regional e nacional. O Estado entende os IFs na perspectiva de contribuição para o processo de modernização e desenvolvimento do País, qualificando, a partir da educação profissional e tecnológica, os cidadãos e, conseqüentemente, incluindo-os no mercado de trabalho, levando em conta os arranjos produtivos e os aspectos sociais e culturais locais. Por meio dos atos normativos, defende-se a ideia de que a construção de um país que busca sua soberania, que visa ultrapassar a condição de consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia, passa pela ampliação das políticas públicas inclusivas, como é o caso da educação profissional e tecnológica (TURMENA; AZEVEDO, 2017). Nesse contexto, a lei de criação da Rede

Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei no 11.892/2008) - Seção III, Art. 7o, inciso III, assinala como um dos objetivos dos institutos federais a realização de pesquisas aplicadas que estimulem o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade (BRASIL, 2008a). Dessa forma, buscou-se, a partir da investigação, evidenciar o panorama da Produção Técnica docente do IF Sudeste MG *campus* Santos Dumont. Desse modo, a seguinte pergunta orientou o desenvolvimento da pesquisa: “Como o perfil da produção acadêmica do *campus* Santos Dumont do IF Sudeste MG se alinha às diretrizes da legislação que o instituiu?”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei no 11.892/2008) - Seção II, Art. 6º fala sobre as finalidades dos institutos federais, e uma dessas, localizada no inciso II assinala o desenvolvimento educacional profissional e tecnológico relacionado às necessidades locais (BRASIL, 2008b). O *campus* Santos Dumont originou-se no dia 25 de fevereiro de 2010, estabelecendo-se na antiga Escola Profissional e seguindo as premissas da lei supracitada,

teve como foco o setor ferroviário, que é de grande importância para a cidade. No âmbito da produção técnica, ao analisar os dados do *campus* percebeu-se que dentre os itens o “Trabalhos técnicos” sobressaiu-se e além disso, os itens “Cursos de Curta Duração Ministrados”, “Desenvolvimento de Material Didático ou Institucional” e “Entrevistas, Mesas-Redondas, Programas e Comentários na Mídia” também obtiveram destaque em relação aos demais. A produção bibliográfica obteve destaque no quesito “Trabalhos publicados em anais de congressos (Completo, Resumo e Resumo Expandido)” que sozinho correspondeu um número maior que o total das produções técnicas.

CONCLUSÕES:

A finalidade desse projeto de iniciação científica foi analisar o que foi produzido academicamente pelos docentes do IF Sudeste MG *campus* Santos Dumont visando verificar o alinhamento das produções com as premissas da lei que instituiu os IFs. Com isso observou-se que a produção científica se sobressaiu em detrimento da produção técnica, considerando que a comunidade acadêmica tem maior apreço por publicações bibliográficas por conta dos estímulos e por esse tipo de trabalho receber maior prestígio. Todavia é necessário também considerar a produção técnica. Em se tratando da produção técnica do IF Sudeste MG, no geral e não somente no *campus* Santos Dumont, somos levados a crer em uma alta no potencial científico do IF Sudeste MG se for desenvolvido no intuito de aumentar as relações no âmbito da educação profissional com Arranjos Produtivos Locais. Ademais, todos os dados levantados

sobre a Produção Técnica proporcionam um material útil ao Instituto, seja para consulta, gestão estratégica ou transparência pública. Outro aspecto relevante é sobre a Plataforma Lattes, mais especificamente os currículos dos docentes que foram coletados e seu papel importante de base dados acadêmicos transparente e fundamental na vida acadêmica tanto para docentes quanto discentes. Levando isso em conta faz-se necessário que haja por parte dos Institutos Federais um incentivo e auxílio didático para o uso da plataforma afim da comunidade acadêmica dos IFs manter seu cadastro atualizado. Em suma esse estudo foi inédito para o IF Sudeste MG *campus* Santos Dumont porque esse levantamento de dados sobre a produção técnica dos docentes ainda não havia sido feito e pode instigar novas possibilidades de pesquisas sobre o tema. Com isso, essa pesquisa propõe uma necessidade na avaliação das estratégias do instituto federal propondo um questionamento se estão com os mesmos pressupostos conforme a lei que os institui.

Agradecimentos:

Nesse período de um ano, a experiência de participar de um projeto de iniciação científica foi gratificante pois pude aplicar diversos conceitos e ferramentas que estudei na graduação. Agradeço ao meu orientador professor Márcio Abdalla por proporcionar e contribuir com esse aprendizado e experiência que me permitiram crescer academicamente e à colega do grupo de pesquisa Nicolle Esteves por todo apoio e por cada ensinamento que foram de suma importância para a confecção desse trabalho. Concluo esse ciclo contente

com tudo aprendi ao longo desse ano que me fez crescer como aluna, pesquisadora e cidadã e assim quero transmitir meus aprendizados para contribuir positivamente na sociedade.

Referências:

BRASIL. **Lei n o 11.784**, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE. Brasília, 2008a.

BRASIL. **Lei n o 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008b.

BRASIL. IF Sudeste MG. **Regimento geral**. Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<https://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/REGIMENTO%20GERAL%20MAIO%202012.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia, Belo Horizonte**, v. 6, n. 2, 91 2013. Disponível em: . Acesso em: 05 out. 2017.

CONCIANI, W.; FIGUEIREDO, L. C. de. A produção de ciência e tecnologia nos Institutos Federais, 100 anos de aprendizagem. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 40-54, jul. 2015. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2941>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

TURMENA, L.; AZEVEDO, M. L. N. **A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 17, n. 54, jul./set. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoed>

ucacional/article/view/21938>. Acesso em: 15 out. 2017.





Ciências Sociais Aplicadas (60000007)

Design para Inovação Social: aspectos críticos, métodos e ferramentas.

Liliane Iten Chaves

Paulo José de Assis Bezerra

**Departamento de Desenho Técnico / Universidade Federal Fluminense /
Curso de Desenho Industrial.**

INTRODUÇÃO: O uso das novas tecnologias, que avançam rapidamente, permitem novas formas de interação. Por outro lado, verifica-se que o modelo atual de mercado e seus incentivos não são apropriados a resolução de problemas sociais, influenciando assim de forma direta o cotidiano da população, seja devido à falta de competitividade, externalidades ou ainda por falta de bens públicos. O Estado, ou a própria sociedade civil, ao encarar os problemas gerados pelo mercado ou por causa da rigidez de sua estrutura política, toma para si as responsabilidades de criar soluções inovadoras com o objetivo de melhorar o bem estar social. Contudo, tais políticas remetem a estruturas ultrapassadas, antigas, que não se adaptam aos novas relações permitidas com a internet, dificultando ainda mais o exercício de criatividade por parte da população. De acordo com (Murray et al 2010), há uma disjunção entre as estruturas econômicas e institucionais para com as estruturas e instituições que são necessárias atualmente, tanto no setor público quanto no privado. A sociedade, portanto, não possui capital inicial, habilidades e/ou recursos para assumir esta enorme responsabilidade. Considerando este contexto, se torna fácil a identificação da importância de Inovações Sociais para romper a barreira do problema e reestruturar o tecido social, que por sua vez, vem sendo desgastado com a artificialidade promovida pelas interações via internet.

O conceito de Inovação Social possui uma ampla variedade de definições. Mesmo com essa variedade é possível afirmar que há uma ideia em comum cuja Inovação Social refere-se à busca do bem-estar de indivíduos e comunidades através de uma forma inovadora de agir na sociedade, ou ainda, promover um processo social (CLOTIER, 2003; MURRAY et al, 2010; MANZINI, 2014; MULGAN, 2007). Através da interpretação de Manzini (2008), o termo está diretamente relacionado à transformação do modo como este indivíduo ou a própria comunidade resolve os problemas

encontrados pela mesma em seu cotidiano, criando assim novas oportunidades. Estas formas de organização inovadoras podem vir a contribuir para um aprendizado social e empoderamento dos indivíduos envolvidos, devolvendo a sua autonomia nos processos de decisão de suas vidas. Além disto, alguns autores (MANZINI, 2008), acreditam que pela necessidade de uma ruptura aos padrões de consumo e produção atuais, estas inovações poderiam funcionar como um laboratório de aprendizado social, experienciando novos modelos.

Através de diferentes ações e motivações, as pessoas ou comunidades criam iniciativas com o intuito de reorientar as atitudes e expectativas em uma direção que, se comparado, mostra-se coerente com os princípios da sustentabilidade social e ambiental (Manzini, 2012). Estas iniciativas estão, em geral, ligadas a uma nova resposta ou novo modo de fazer com o objetivo de solucionar uma situação considerada insatisfatória por parte das pessoas envolvidas, com foco na melhora dos padrões de bem estar dos indivíduos e comunidades (CLOUTIER, 2003). Se dá então de forma coletiva, buscando uma mudança durável para um problema social atual ou futuro.

Há uma variedade de modelos buscando um desenvolvimento sustentável. As inovações disruptivas se mostram mais eficazes, visando novos estilos de vida e auxiliando a motivar um menor consumo de produtos. Porém a aceitação de tais inovações, em nível estratégico, só podem acontecer quando pequenas mudanças incrementais podem ser identificadas pelo consumidor. A transformação do modelo atual exige inovações radicais e uma descontinuidade dos padrões de consumo e produção. O design para a sustentabilidade também tem buscado criar inovações disruptivas, como a desmaterialização de produtos, a oferta de soluções através de serviços e a criação de novos modelos de consumo mais responsável e

consciente. Apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ser aberto e amplamente criticado por muitos, traz em si argumentos implícitos relacionados à escassez de recursos naturais, necessidade de igualdade social, redistribuição de renda e o respeito às diferenças e ao aumento do valor da terra, através do conhecimento e cultura local (CHAVES, 2017).

Um possível caminho para a projeção deste futuro se dá através de projetos em Sistema Produto + Serviços (PSS), a qual possui como resultado uma estratégia de inovação, redirecionando o foco dos negócios de design do projeto de produtos tangíveis para a venda de PSS, possibilitando resolver os problemas de forma conjunta e integralizando as demandas dos clientes (MANZINI e VEZZOLI, 2002), possuindo assim potencial de adoção de posturas mais sustentáveis por parte da sociedade e do mercado. Um caso particular de PSS são as Inovações Sociais, consideradas iniciativas criativas e locais, voluntárias, que poderão exercer este papel fundamental de auxílio a reestruturação social, redirecionando o rumo para a sustentabilidade através de um novo modelo de consumo e produção. (Manzini, 2012).

Considerando casos promissores, em um viés social e ambiental, o projeto de sistemas eco eficientes, exige novas ferramentas e métodos dos designers (CHAVES, 2017). No Brasil, o ensino de design tem por tradição o desenvolvimento de novos produtos e é possível identificar uma recente crescente no viés do estudo de conteúdos relacionados a design de serviços, o qual exige novas capacidades (VEZZOLI, 2010), são elas:

- Promover e facilitar novas interações com novos parceiros socioeconômicos;
- Promover e facilitar o design participativo entre diferentes parceiros;
- Criar ferramentas de visualização que permitam comunicar resultados e processos;
- Orientar o sistema criado para uma solução eco eficiente.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender quais são os fatores críticos que fazem um caso de inovação social ter sucesso, bem como levantar métodos e ferramentas do design para a inovação social. Para atingir este

objetivo será utilizado os estudos de Camila Krassuki (2018), nos quais foram levantados dimensões para análise de casos. Além disto, a pesquisa de Iniciação Científica busca levantar a atual teórica da relação entre inovações sociais e métodos e ferramentas de design.

Inicialmente foi feito uma revisão bibliográfica assistemática e com seus resultados foi possível entender as características que diferenciam os diferentes tipos de inovação da inovação social. A pesquisa então segue efetuando uma revisão bibliográfica sistemática de ferramentas e métodos de design para inovação social entendendo o objeto a ser pesquisado e separando strings para pesquisa focada, nas strings continha as palavras "design", "métodos", "inovação social" e "ferramenta", formando diferentes frases com as mesmas palavras. Foi escolhido o portal de periódicos da CAPES para tal pesquisa por abranger um conteúdo amplo e reconhecido no âmbito científico. Após a escolha do portal de pesquisa e das strings de pesquisa com foco em métodos e ferramentas de design para inovação social, o trabalho de pesquisa se iniciou ao incluir as strings na pesquisa, verificando os resultados com a leitura do título da publicação, data de publicação e resumo, buscando a proximidade com o tema, onze publicações foram pré-selecionadas. Após a pré-seleção, foi feito o download dos artigos e feito a leitura da introdução e da conclusão para que fosse identificado os artigos que pudessem ter, de fato, o assunto em pauta, onde três artigos foram selecionados para leitura na íntegra.

Após as revisões bibliográficas assistemática e sistemática, pode-se concluir que as ferramentas e métodos aplicados em IS são advindos do design de serviço, portanto não são métodos e ferramentas próprios do campo, fazendo com que os profissionais da área tragam as ferramentas do design de serviço e façam adaptações para a aplicação nas IS.

O próximo passo para identificação do sucesso ou insucesso das inovações sociais, foi a aplicação do Framework desenvolvido durante a pesquisa de mestrado da Camila Ferrari em 2018, no programa de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná. Este Framework analisa as inovações sociais a partir das seguintes dimensões de análise: condições de surgimento, natureza, campo e atores, recursos e dinâmicas, evolução, resultados e a abordagem do design utilizado. Foram escolhidos 03 casos já levantados pela

professora doutora Liliane Iten Chaves, entre os anos 2009 e 2014. Para a aplicação no Framework, foram utilizados 03 (três) dos casos anteriormente levantados, sendo estes: Coletivo Alimentar, Brechic Solidário e a Praça de Bolso do Ciclista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A Revisão Bibliográfica Assistemática é uma ação anterior aos resultados apresentados acima. Com ela foi possível entender as características que diferenciam uma inovação social de outros tipos de inovação, como aquelas inovações advindas da tecnologia, formando a produção técnico-científico e fundamentação teórica para este trabalho.

Foi possível identificar através da Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) que as ferramentas utilizadas pelos designers no trabalho com Inovações Sociais (IS), são advindas do Design de Serviços e por muitas vezes precisam ser ajustadas para a realidade de trabalho, nos mostrando assim o quão novo é o trabalho do design para IS e a necessidade de criação de ferramentas apropriadas para tal trabalho, facilitando assim não só o trabalho do design para IS como também a ascensão de novas iniciativas sociais.

A Revisão Bibliográfica Sistemática de ferramentas e métodos de design para inovação social. Foi escolhido o portal de periódicos da CAPES para tal pesquisa por abranger um conteúdo amplo e reconhecido no âmbito científico. Após a escolha do portal de pesquisa e das strings de pesquisa com foco em métodos e ferramentas de design para inovação social, o trabalho de pesquisa se iniciou ao incluir as strings na pesquisa, verificando os resultados com a leitura do título da publicação, data de publicação e resumo, buscando a proximidade com o tema, onze publicações foram pré-selecionadas. Após a pré-seleção, foi feito o download dos artigos e feito a leitura da introdução e da conclusão para que fosse identificado os artigos que pudessem ter, de fato, o assunto em pauta, onde três artigos foram selecionados para leitura na íntegra. Após a leitura destes artigos, pode-se concluir que não há métodos e ferramentas de design para inovação social, o que foi encontrado são métodos ferramentas de design de serviço aplicados em IS, sendo o design de serviços o campo do design que trabalha com os produtos de forma intangível, faz com que suas

ferramentas e métodos se tornem a metodologia mais aproximada ao trabalho com IS.

Entende-se que a falta de ferramentas apropriadas ao trabalho do design para inovações sociais se enraíza na justificativa de que as inovações sociais são iniciativas de comunidades criativas que, insatisfeitas com o cenário atual, criam soluções para seus problemas e quando envolvem um designer, seja este profissional da área ou não, bebem da fonte do design de serviços justamente por conseguir ajustar suas ferramentas por trabalhar com objetos intangíveis tanto quanto objetos tangíveis.

O próximo passo para identificação do sucesso ou insucesso das inovações sociais, será a aplicação do Framework desenvolvido durante a pesquisa de mestrado da Camila Ferrari em 2018, no programa de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná. Através da aplicação deste Framework, se espera entender os padrões de comportamento que podem demonstrar o sucesso ou insucesso de uma IS.

Através da RBA e RBS foi possível identificar que as Inovações Sociais são respostas criativas e inovadoras da população ao se deparar com a falta de infra estrutura ou insumo oferecido pelo Estado ou ainda pelo mercado.

A partir da inclusão de três (03) casos de Inovações Sociais levantados pela professora doutora Liliane Iten Chaves, entre 2009 e 2014, em um Framework desenvolvido durante a dissertação de mestrado da Camila Krassuski (KRASSUSKI, 2018) com o intuito de investigar o sucesso ou insucesso destas Inovações Sociais. As Inovações Sociais escolhidas para serem trabalhadas no Framework são: O Coletivo Alimentar, Praça de Bolso do Ciclista e Brechic Solidário.

Com a inclusão destes três casos no Framework, foi possível verificar as motivações, percurso e as dificuldades das comunidades criativas e a partir deste olhar geral, buscar com um olhar social o sucesso ou insucesso de tais iniciativas. A primeira conclusão tirada deste processo e de que não há a possibilidade de entender o sucesso de uma Inovação Social através do faturamento ou no setor financeiro, uma vez que o objetivo destas são sempre sociais, seja uma melhoria no meio social ou ainda uma oferta de um serviço carente no local, a análise deve ser feita sempre sobre o ponto de vista social e se a Inovação Social atingiu seu objetivo.

O Coletivo Alimentar possui o objetivo de aproximar a comunidade local do centro de Curitiba, no Paraná, aos produtores locais, discutir temas como “alimentação devagar” e “alimentação consciente” assim como oferecer espaço e infraestrutura para que recém formados no setor gastronômico possam utilizar o coletivo para aprimorar suas habilidades, montar seus negócios e testar seus cardápios diretamente com a comunidade que frequenta o coletivo. Apesar das dificuldades que a iniciativa possui com a legislação que, por sua vez, não compreende um empreendimento social, conseguiu evoluir com o tempo, aumentando o espaço, o número de frequentadores e o Coletivo Alimentar se considera uma Inovação Social de sucesso por atingir todos os seus objetivos.

A Praça de Bolso do Ciclista surgiu do ímpeto de profissionais da arquitetura, design, engenharia, professores e simpatizantes de outras áreas para reformular uma praça que fica localizada no centro de Curitiba. Esta praça havia se tornado um ponto de venda de drogas e de violência no coração da zona histórica da cidade, com o passar no entorno e sofrer com o uso irregular do local, a comunidade local resolveu se juntar e projetaram uma nova praça, onde aconteceriam eventos culturais e de fato reformaram a praça com o intuito de aumentara circulação de pessoas e do movimento artístico da cidade. Este caso em particular foi difícil de ser analisado pois houve o sucesso por um tempo, logo após a reforma, houve muito movimento artístico e o local foi mais frequentado por quem trabalha e mora próximo, porém a onda de violência voltou ao local após um tempo. É considerado um caso de sucesso por seu objetivo ter sido alcançado.

O Brechic Solidário foi uma campanha de doação de roupas em troca de horas complementares em uma instituição de ensino superior. O objetivo da campanha era estimular a comunidade acadêmica a refletir sobre o consumo e sua proposta era envolver alunos, professores, colaboradores e a comunidade local. Porém, com as campanhas de doações de roupas paralelas, o Brechic Solidário foi se modificando, se tornou Coletivo Sustentável, que tinha por objetivo propor ações de caráter social e ambiental dentro da instituição. Apesar das várias mutações da Inovação Social inicial, o caso foi considerado de sucesso por atingir seu objetivo primordial, fazer a comunidade acadêmica refletir sobre o consumo e um fato interessante é que após o Brechic Solidário,

muitas iniciativas paralelas ganharam força para sair do papel e tomar forma dentro da instituição, reforçando assim seu sucesso.

CONCLUSÃO

Através das revisões bibliográficas sistemática e assistemática, foi possível perpassar sobre o conceito das inovações sociais e suas características, suas potencialidades, assim como entender que não há ferramentas e métodos específicos de design para trabalhar com inovações sociais.

Podemos assim concluir que as Inovações Sociais nascem de uma vontade de um grupo de pessoas que utilizam sua criatividade para resolver algum dos problemas encontrados em seu cotidiano. Podemos também ver a importância do papel do designer na atuação em conjunto às comunidades criativas e os resultados positivos que trazem essa união, porém também foi possível identificar a carência de ferramentas de design apropriadas para este trabalho tão específico. Quanto a análise de sucesso ou insucesso das Inovações Sociais, identificou-se que para uma boa análise de tais critérios, é necessário um entendimento de todas as dimensões dessa inovação e esta análise deve ser feita com um olhar social, questionando se o objetivo social desta inovação foi atingido.

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente ao PIBIC UFF pela oportunidade de trabalhar este tema tão importante para a sociedade em geral. Ao CNPQ por fornecer as verbas necessárias para tal pesquisa. Não posso deixar de mencionar os mestres que acompanharam este processo e as pessoas que formam as comunidades criativas por nos fornecer consentimento para o

levantamento das informações necessárias.

Agradeço também, imensamente, a Camila Krassuki por disponibilizar seu trabalho para que pudéssemos desenvolver esta pesquisa.





Ciências Sociais Aplicadas

Mulheres como chefe de Família: Uma análise sobre a pobreza e indigência no Brasil.

Natália da Silva Barcelos, Vladimir Faria dos Santos

Departamento de Ciências Econômicas/ Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

INTRODUÇÃO:

As mulheres são a maioria no Brasil, possuem, em média, uma expectativa de vida maior que os homens e têm contribuído, cada vez mais, para a renda familiar. Segundo o IBGE (2014), 49,9% das mulheres contribuem para a renda das famílias no Brasil. No campo, o valor chega a 42,4%, 51% dos quais no Nordeste do país. Esses números estão estreitamente relacionados com o crescimento da participação feminina na atividade econômica. Segundo Hoffmann e Leone (2004), a partir da década de 1970, onde se observou um acelerado processo de industrialização e urbanização, intensificou-se a participação das mulheres no mercado de trabalho. Mesmo a sociedade atual apresentando grandes avanços dentro das questões de igualdade de gênero, os lares chefiados por mulheres possuem maior tendência à pobreza, o que, de acordo com Macedo (2008), pode ser explicado pela vulnerabilidade econômica que estes estão inseridos. Assim, este trabalho tem como objetivo verificar se as famílias chefiadas por mulheres são mais propensas (maior probabilidade) a serem pobres ou extremamente pobres.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se o modelo multinomial logit, considerando três categorias (grupos econômicos), a saber: extremamente pobres, pobres e não pobres. A base de dados usada neste estudo é oriunda da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, a mais recente disponibilizada pelo IBGE. De acordo com os resultados, indivíduos que vivem em domicílios cuja pessoa de referência é uma mulher possuem maiores chances de serem extremamente pobres ou pobres, ou seja, pertencer a domicílios chefiados por mulheres, no Brasil, aumenta a probabilidade de estar

abaixo da linha de indigência ou da linha de pobreza em, respectivamente, 3,12 pontos percentuais (p.p.) e 3,06 p.p., em média. Também é possível observar que a probabilidade desse mesmo indivíduo de não ser pobre reduz em 6,26 p.p.

Este resultado comprova a análise feita por Barros, Fox e Mendonça (1997), a qual aponta que a probabilidade dos lares com chefia feminina ser mais pobre do que outros tipos de lares é maior e está relacionada a fatores como nível de escolaridade e de renda mais baixo e discriminação contra mulheres no mercado de trabalho. Macedo (2008) afirma que as mulheres chefes enfrentam dificuldades por ter que lidar com a jornada de trabalho e cuidar dos filhos, assim, apresentam condições desfavoráveis ao comparar com a realidade dos lares chefiados por homem. Dessa maneira, a autora conclui que a mulher não consegue apresentar as condições necessárias para garantir o mesmo patamar de subsistência que o homem.

Há uma relação negativa entre anos de estudo e a probabilidade de a pessoa ser extremamente pobre ou pobre, em que a cada aumento de um ano de estudo, reduz 0,97 p.p. a chance de o indivíduo ser extremamente pobre e 1,22 p.p. de ser pobre. Dessa maneira, o aumento de um ano de estudo também leva ao aumento de 2,2 p.p. na probabilidade de não ser pobre. Silva (2016) aponta que no Brasil, a educação se relaciona com a pobreza em dois sentidos, sendo instrumento de solução da pobreza e, ao mesmo tempo, confirma a condição de precariedade de vida por conta da falta de estudo, realçando a condição de pobre ao não conseguir alcançar os mesmos níveis de consumo de bens e conhecimento cultural.

CONCLUSÕES:

A chefia feminina se apresenta como uma consequência da ausência masculina e mesmo quando a mulher é o sustento do lar, a presença

do homem faz com que este seja considerado o chefe. Há ainda o questionamento de que os domicílios chefiados por homens ou com múltiplos trabalhadores ofereçam o melhor nível de bem estar econômico, isto porque os lares chefiados por mulheres apresentam maior vulnerabilidade econômica, por conta do tipo de renda que recebem ou por causa do menor capital humano das mulheres, além da disparidade de salários entre os gêneros.

Sendo assim, a relação entre a chefia feminina e a pobreza pode ser explicada, principalmente, pela condição inferior de renda das mulheres, tanto por conta do nível salarial quanto por muitas vezes terem sua fonte de renda baseada em pensões e programas sociais. Dessa maneira, a mulher a enfrenta a dupla jornada de trabalho que é sustentar o lar e cuidar dos filhos, não tendo condições de participar mais efetivamente das vidas dos filhos.

A transmissão intergeracional da pobreza é a consequência da falta de capacidade dos pais de investirem em saúde, educação e alimentação, ou seja, no capital humano. Dessa forma, sabendo que os lares chefiados por mulheres não conseguem manter o mesmo nível de subsistência do que os chefiados por homens, o investimento no capital humano dos filhos é comprometido e, com isso, as chances de aumentar o nível de renda e consumo ao longo da vida para sair da condição de pobreza inicial reduzem, favorecendo a transmissão intergeracional da pobreza.

Conforme as estimativas, há uma relação negativa entre anos de estudo e a probabilidade de a pessoa ser extremamente pobre ou pobre. Observa-se, então, aquilo que já é consenso na literatura, ou seja, a importância da educação para superar as barreiras da mobilidade social. Sendo, então, necessário investimento no capital humano das mulheres chefes, como sugerido por Novellino e Belchior (2008), por meio de políticas públicas que, principalmente, garanta o aumento do nível de educação das mulheres. Isto possibilitaria melhores condições para investir no capital humano de seus filhos e elevar a mobilidade social.

Agradecimentos:

Com o encerramento deste período de 12 meses de pesquisa, gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo

financiamento da bolsa, e a Coordenação de Pesquisa da Universidade Federal Fluminense. A oportunidade de participar de um projeto de Iniciação Científica é enriquecedor para a formação do aluno tanto em questões acadêmicas quanto em questões pessoais, além de despertar o interesse do discente pela comunidade científica.

Estendo os agradecimentos ao meu professor orientador Vladimir Faria dos Santos confiou em minha capacidade para desenvolver este projeto, além das orientações e ensinamentos passados durante o período de vigência do programa. Também agradeço ao corpo docente do Departamento de Economia da UFF-Campos que sempre busca novas bolsas e projetos de pesquisa para os alunos do curso. Assim, encerro este período de pesquisa com novas ferramentas para o desenvolvimento do conhecimento científico que continuarão a contribuir para o meu crescimento acadêmico e pessoal.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Águas Urbanas na Cidade Contemporânea: abordagens, exigências e possibilidades nas cidades de Maricá e Niterói

Autores : Caroline de Oliveira Moura e Eloisa Carvalho de Araujo

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Urbanismo/Escola de Arquitetura e Urbanismo / Laboratório do Lugar e da Paisagem (Lupa)

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa é continuidade da desenvolvida no período anterior, PIBIC2017/2018 *“Águas Urbanas: novas abordagens no contexto da cidade contemporânea: abordagens, exigências e possibilidades nas cidades de Maricá e Niterói”*. Reforça-se aqui a investigação quanto ao planejamento e a gestão das cidades alvo Maricá e Niterói, à luz do desenvolvimento sustentável. A investigação, em referência, se apoiou na fragilidade ambiental do território em análise e nas demandas decorrentes da expansão urbana crescente. A região de estudo, com dinâmicas próprias, estrutura e formas urbanas em transformação evidenciam ameaças às Áreas de Preservação Ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A caracterização dessas áreas, suas especificidades, em conformidade com as bacias hidrográficas dos Rios João Mendes (Niterói) e Ubatiba (Maricá) foi imprescindível para compreender a relação natureza – sociedade- legislação sobre territórios frágeis ambientalmente.

A pesquisa sobre o tema, sua base teórica, a caracterização e análise das informações coletadas, os estudos através de mapas e imagens, visitas de campo e registros fotográficos foram suporte para o propósito da pesquisa em compreender a relação do rio com o espaço urbano, no qual está inserido e sugerir medidas transformadoras. Das metas estabelecidas no projeto de pesquisa, foram realizados trabalhos de campo, aplicação de questionário, revisão de aportes teóricos e o estudo do quadro normativo recente voltado ao segmento do desenvolvimento urbano e da infraestrutura urbana, em especial as políticas de recursos hídricos. O estudo em escala aproximada, a partir da adoção do conceito de unidades de paisagem, privilegiou a perspectiva

do pedestre, a visualização e a identificação dos problemas e potencialidades às margens do rio. Foram realizadas visitas de campo, aplicação de questionário e levantamento fotográfico através da plataforma Google Earth. Devido à extensão dos corpos hídricos, as visitas prestigiaram o curso principal dos rios, inicialmente desconsiderando seus afluentes. As análises não oportunizaram a caracterização da fauna ou a flora do local ou os índices de qualidade da água. A avaliação se concentrou na identificação visual e perceptiva da descaracterização das margens do curso dos rios e a relação com as áreas de amortecimento.

CONCLUSÕES:

Através do processo de análise acima referenciado, com base em abordagens perceptiva e investigativa foi possível traçar um comparativo entre as áreas dos casos de estudo, considerando, sobretudo a expansão urbana, em ambos os casos. É sentida a ausência de programas de recuperação e conservação dos ecossistemas estudados em um contexto do bom desempenho do planejamento municipal.

Ao considerar a temática das Águas Urbanas, é fundamental a harmonização entre os diferentes instrumentos normativos produzidos, de forma que os mesmos possam se adaptar às novas realidades das cidades que passam por constantes transformações, delegando aos municípios mais autonomia para poder operar as águas dentro de seu território. Soluções práticas e factíveis perpassam uma trama temática altamente complexa e ampla, que envolve política, economia, meio ambiente, urbanização e sustentabilidade entre outros. O que ainda merece ser aprofundado e discutido, no âmbito da presente investigação.

Agradecimentos:

Agradecimentos especiais são devidos à UFF, por meio do apoio do Programa PIBIC, do Laboratório do Lugar e da Paisagem – Lupa (TUR/PPGAU/EAU), onde se pode aprofundar a capacidade interpretativa nos variados instrumentos urbanísticos de análise e explorar habilidades, na confecção técnica de peças gráficas, para a produção de materiais visuais.





Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação

Título do projeto: **A persuasão oculta na publicidade veiculada no Facebook**

Autoras: Isabela de Oliveira Evaristo (bolsista)

Ana Paula Bragaglia (docente)

Departamento de Comunicação

Universidade Federal Fluminense

Instituto de Artes e Comunicação Social – IACS

INTRODUÇÃO

O objetivo geral da pesquisa é investigar se e de que forma as marcas utilizam técnicas de persuasão oculta atreladas à sua publicidade inserida no Facebook, contrariando, assim, o conceito de liberdade do sujeito como um todo e referente a seu papel de consumidor, em específico. Mais detalhadamente, busca-se compreender o chamado Big Data atrelado a objetivos do mercado, entendendo o processo como os já conhecidos algoritmos produzem anúncios e outros conteúdos voltados à persuasão, bem como outras ações na rede social com tal intenção, como publicidade camuflada, conteúdos e mecanismos voltados a que o internauta clique em anúncios.

Para isso, estudamos este cenário à luz de discussões filosóficas (filosofia moral – ética), sociológicas e, em específico, do campo da ética publicitária e do direito do consumidor, a fim de constatar se não estaria reduzida a liberdade dos sujeitos no sentido específico de resistir a seus desejos de consumo.

Também, realizamos uma pesquisa empírica, para compreender melhor o modo de operar das publicidades algorítmicas no Facebook; a tabulação dos dados obtidos; por fim, Análise de Conteúdo, através da qual elaboramos inferências sobre do material que recolhemos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, igualamos (bolsista e orientadora) nossas configurações no Google e no Facebook, deixando a menor privacidade possível. Durante cerca de duas semanas, dedicamos trinta minutos por dia à captura de de anúncios com fins lucrativos que

apareciam nos nossos *feeds* de notícias do Facebook. Após a captura, fazíamos diários de recepção, nos quais constam nossas atividades em outros sites e até mesmo *offline*, como simples conversas, que poderiam ter relação com as publicidades direcionadas a nós naquele período.

Logo percebemos que quanto mais se usa o Facebook, mais anúncios ele te mostra. Observamos um padrão $\frac{1}{4}$ que poucas vezes se alterava: um anúncio a cada quatro publicações de amigos. Experimentamos rolar a *timeline* continuamente por 1 minuto, repetidas vezes, e o resultado foi cerca de 6 anúncios por minuto, sendo alguns repetidos ou diferentes, mas da mesma marca. As repetições geralmente ocorriam com produtos mais cotidianos, consumidos com frequência regular, como de produtos para cabelo e *fast food*. Além disso, a cada minuto, o Facebook mostrava sugestões de amizades numa média de 4 vezes e sugeria que visualização de stories de outros usuários em média 3 vezes.

Ao considerarmos que um usuário da rede navega em média 50 minutos por dia¹, constatamos um total de cerca de 300 anúncios por dia. Essa “enxurrada” chega a ser tão comum, que é normalizada. Justamente pelo fato de ajustarem aos nossos interesses, essas publicidades, em sua maioria, são relevantes.

Ocorreram casos de publicidade por geolocalização e aparecimento de conteúdos relacionados a conversas, mesmo sem que sequer uma palavra sobre o assunto tivesse sido escrita. Declara-se que a captura de áudio sem aplicativos com permissão em uso não é possível, principalmente, por dois

¹ Estratégia Digital. *Sabe quanto tempo passamos em média no Facebook?*. Disponível em: <http://www.estrategiadigital.pt/quanto-tempo/>. Acesso em 26/11/2018.

motivos: ser prejudicial à empresa que lida com os dados e a tecnologia ainda não ser capaz de decodificar áudios gravados dessa forma, devido a ruídos e fatores linguísticos².

A compatibilidade de interesses e o cruzamento de ações que gera os anúncios são notórios. Também nos chamou atenção o fato de que se a página for recarregada, os anúncios que aparecem no feed de notícias podem não aparecer de novo, o que provoca uma sensação de perda de oportunidade se não aproveitar a oferta presente. Tudo muito baseado na rapidez, no momento.

Este cenário torna a publicidade tão direcionada que é muito difícil resistir. Nisto está o problema. Conforme um dos itens da Seção 6 - Identificação Publicitária, “consideram-se indevidos e ilegítimos os proveitos publicitários obtidos mediante o emprego de qualquer artifício ou ardil” (CONAR apud BRAGAGLIA, 2017, p. 245).

De acordo com o psicólogo Herbert Simon, “uma riqueza de informação cria uma pobreza de atenção”. Por isso, financeiramente, para os anunciantes, muito mais interessante que pensar nas questões éticas do uso desses artifícios é pensar como alcance seus objetivos de comunicação neste cenário.

CONCLUSÕES

Esse cenário se encaixa perfeitamente no conceito de sociedade de controle, elaborado por Deleuze e discutido por Domingues: a colaboração, a conectividade, a coletividade, a velocidade, o *continuum* (fluxo constante de comunicação). Pesquisas e reações aos resultados em tempo real, a automação. Linguagem cada vez menos “escancaradamente” persuasiva, publicitária; cada vez mais híbrida, disfarçada, como o *branded content* por exemplo.

A possibilidade de considerar tantos detalhes e segmentações para definir um público torna a campanha mais eficaz. Por quase sempre estarem de acordo com os interesses pessoais do usuário, essas

ferramentas são oferecidas como benefício e até mesmo favor, pela comodidade de receber ofertas de produtos que te interessam sem precisar ao menos procurar.

Porém, sob um olhar crítico, estes fatos indicam que a liberdade do usuário de resistir à esses apelos de consumo pode ser afetada negativamente. Por usarem dados provenientes das ações do usuário na rede para elaborar uma lista de interesses, o Facebook Ads, ferramenta de criação e veiculação de anúncios no Facebook, torna-se um meio de burlar o “radar crítico” do consumidor, que por ter interesse é mais propenso a comprar, mesmo que não esteja necessariamente precisando no momento. Além disso, reproduz ideologia do consumo ao condicionar os usuários da rede a um superestímulo ao consumo, o que reforça a ideia de que consumir é o único modo de vida.

Agradecimentos

Agradecemos à UFF, ao Cnpq, à PROPPI, e a todos que de alguma forma contribuíram com esta pesquisa.



² Exame. *O Google e o Facebook ouvem suas conversas?* Disponível em: <
<https://exame.abril.com.br/tecnologia/o-google-e-o-facebook-ouvem-suas-conversas/>>. Acesso em 26/11/2018.



Linguística, Letras e Artes - Cinema

Coleção Carlos Fonseca - Análise de uma documentação inédita sobre a história do cinema brasileiro

Rafael de Luna Freire (Orientador) e Natália Teles Silva e Fróes

Cinema e Audiovisual/Instituto de Artes e Comunicação Social/Laboratório Universitário de Preservação Audiovisual

INTRODUÇÃO: O objetivo deste projeto é entender o que compõe a Coleção Carlos Fonseca, e a partir disso pensar formas de organizar e catalogá-la, para disponibilizar no futuro à pesquisa. Doada à Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e à Universidade Federal Fluminense, a coleção acumulada pelo produtor, gestor e crítico ao longo de sua vida é uma fonte em potencial, em especial para áreas pouco estudadas na história do cinema. Contém fotografias de filmes raros, críticas cinematográficas, cartas trocadas por produtoras, documentos relativos ao INC, Embrafilme e Concine, bem como documentos de produção de filmes e documentos pessoais de Carlos. Hoje figura desconhecida pela história, foi membro de um grupo conservador política e esteticamente, que durante a ditadura militar esteve presente nos órgãos estatais relativos à gestão do cinema brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Ao longo do ano, o foco de meu trabalho foi verificar os conteúdos das caixas que haviam sido previamente separadas pelo Grupo de Pesquisa Carlos Fonseca, que durante três semestres descobriu de forma geral o que havia no acervo e esboçou ideias de quem foi Fonseca. Com exceção da coleção de críticas cinematográficas, que estava mais organizado, foi necessário identificar novamente o conteúdo das caixas, entender se sua separação foi coerente, refazer partes e organizar mais detalhadamente os materiais ali disponíveis, catalogando-os em seguida.

Tratei 28 das 64 caixas que atualmente existem no acervo, o que representa as fotografias e releases de filmes brasileiros até a década de 1980, cuja identificação foi um desafio para mim, documentos sobre a Cinemateca do Museu de Arte Moderna, programas de cineclubes, dentre os quais um organizado por

Carlos e amigos, documentos de produção relativos aos filmes O Mundo em que Getúlio Viveu (Jorge Ilegi, 1963), Quelé do Pajeú (Anselmo Duarte, 1969), O Descarte (Anselmo Duarte, 1973) e Pureza Proibida (Alfredo Sternheim, 1974), sobre os quais me demorei tentando entender mais sobre sua passagem pelas salas de cinema e consequente bilheteria. Organizei documentos relativos a festivais de cinema nos quais Fonseca Trabalhou (Cabo Frio, Penedo e Natal), bem como documentos relativos aos curtas produzidos pela Procine e Arro Filmes, cujas caixas continham uma quantidade de cartas acompanhando a produção do média-metragem Rio Maravilha do Mundo (Carlos Fonseca e Ruy Pereira da Silva, 1965). Todos os catálogos que produzi possuem versão digital e o acesso a esta parte do acervo estará disponível em breve.

CONCLUSÕES:

Se inicialmente eu assumia que em um ano conseguiria organizar e catalogar a Coleção Carlos Fonseca por completo, não consegui nesse tempo tratar metade do material. Isso tanto porque o processo de organização em si é muito mais complexo e demorado do que havia previsto (várias vezes um método de separação que assumi ser o mais coerente no começo se demonstrou completamente inadequado e tive que refazer o trabalho), quanto porque fui incentivada pelo meu orientador a fazer mais do que um trabalho mecânico de arquivamento, me permitindo ao mesmo tempo ler os documentos de forma mais atenciosa e pesquisar sobre os assuntos que estava tratando. Acredito que um efeito dessa atitude é que a organização tenha sido mais bem-feita do que seria se não tivesse me aproximado tanto dos objetos.

Esta também foi uma oportunidade de entrar em contato com material primário, o que nunca tinha feito antes de trabalhar com a Coleção

Carlos Fonseca. Me chamou a atenção sua natureza fragmentária, como a história que constrói não é linear e aponta em direções de lacunas e dúvidas mais do que apresentam respostas diretas. Foi uma oportunidade de experimentar de forma empírica uma discussão constante que havia tido em aulas e grupos de estudos, sobre os esquecimentos e lacunas ainda mais presentes na construção narrativa da história. Carlos Fonseca é, ele próprio, uma figura esquecida, membro de um grupo relativamente pouco discutido, mas no acervo encontrei também fotografias de filmes, reportagens sobre eventos, e outros personagens dos quais nunca tinha ouvido falar.

Agradecimentos:

É importante que eu agradeça a meu orientador, Rafael de Luna, tanto por me dar a oportunidade de participar dessa pesquisa, quanto por sua exigência e atenção, que trouxeram o resultado desse trabalho ao seu nível atual de profissionalismo. Também gostaria de agradecer pela enorme ajuda, Hernani e Fábio, curador-chefe e curador do acervo documental da Cinemateca, que se empenharam em me ajudar a responder perguntas, identificar fotografias, documentos que me confundiam, discutir sobre as possibilidades e dificuldades de arquivamento específicas à coleção com a qual trabalhava. Sua presença no dia-a-dia da cinemateca e as conversas que tivemos foram além disso extremamente inspiradoras. Também preciso agradecer à minha mãe, que quando meu orientador publicou a chamada no Grupo Carlos Fonseca a procura de bolsistas, foi quem me convenceu que estava apta e que deveria me manifestar para participar dessa que conforme sua predição, foi uma grande oportunidade de aprendizado. Deveria também agradecer às pessoas que estiveram envolvidas na elaboração desse projeto de bolsas e escolha de pesquisas a serem financiadas, pois não seria possível para mim participar dessa pesquisa sem a ajuda financeira representada pela bolsa, que me custeou deslocamento e alimentação. Agradeço a Beatriz Leal, pelo entusiasmo em continuar o trabalho.





Grande área Ciências Sociais aplicadas

**Construções em taipa no município de Nova Friburgo –
RJ e municípios limítrofes:
um estudo comparativo**

Werther Holzer e Viviane Folly

**Escola de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de
urbanismo, Laboratório da Paisagem e do Lugar, Grupo de Pesquisa Geografia Humanista
Cultural**

INTRODUÇÃO:

Este texto apresenta um estudo comparativo no campo da arquitetura vernácula construída no município de Nova Friburgo e nos municípios limítrofes tendo como marco temporal a colonização suíça e alemã ali implantada há exatos duzentos anos.

A partir de pesquisa que teve como objetivo inicial levantar e catalogar a arquitetura, de caráter popular, produzida por descendentes de suíços e alemães nas áreas rurais dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, visando a sua preservação (Holzer, 2014) concluiu-se que a técnica construtiva em taipa de mão utilizada naquela região tinha suas especificidades se comparada com a praticada nos municípios limítrofes.

A pesquisa concentrou-se, então, a investigar as técnicas empregadas pelos descendentes de suíços e de alemães nas edificações onde o método construtivo empregado era a taipa de mão e a delimitar a sua ocorrência. Resultados preliminares desta pesquisa foram apresentados no TerraBrasil (Holzer, Damasceno, Fajardo, Carvalho, 2014).

Para comprovar a hipótese de que esse método construtivo apresentava peculiaridades e investigar as suas origens prováveis optou-se pelo estudo comparativo com outros tipos de casas de taipa de mão, em municípios limítrofes a Nova Friburgo – RJ, e a inquirir se haviam sido construídas por descendentes de suíços ou alemães. Simultaneamente foi feita pesquisa bibliográfica sobre as origens e a ocorrência da técnica da taipa, especificamente a taipa de mão no Brasil e sobre a ocorrência de utilização da taipa na Suíça.

Os resultados, tanto da pesquisa bibliográfica como da pesquisa de campo, serão apresentados resumidamente a seguir, com o objetivo de comprovar a hipótese de que os imigrantes suíços e alemães introduziram um método construtivo próprio em Nova Friburgo e seu entorno e que ele se restringe aos locais onde se assentaram.

A pesquisa cujos resultados são apresentados neste texto foi orientada pelo levantamento de campo, em área previamente delimitada para o estudo de caso, que tinha como procedimento a identificação e o fichamento de edificações onde foi utilizada a técnica da taipa de mão. Esse levantamento foi feito com o auxílio de fotografias e croquis voltados para a elucidação dos detalhes técnicos do sistema construtivo. Para o esclarecimento de dúvidas quanto à propriedade, a idade da construção e de sua história foram, sempre que possível, realizadas entrevistas abertas com os moradores ou proprietários. Esse procedimento foi fundamental para correlacionar os métodos construtivos da edificação com a ascendência suíça de seus construtores.

Pesquisa bibliográfica sobre as edificações em taipa no Brasil e na Suíça, com ênfase nos exemplos que utilizaram a técnica da taipa de mão. Foi também levantada bibliografia versando sobre a arquitetura local e sobre os métodos construtivos que foram utilizados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A área de estudo objeto da investigação apresentada neste texto abrange o município de Nova Friburgo, situado no estado Rio de Janeiro e municípios limítrofes, estes utilizados como marcadores para a delimitação da abrangência do sistema construtivo objeto dessa pesquisa.

Nova Friburgo foi objeto do primeiro projeto oficial de colonização do governo brasileiro que trouxe imigrantes europeus, suíços neste caso, para o Brasil. Este projeto foi colocado em prática ainda no período colonial, com o patrocínio oficial da coroa portuguesa, representada por D. João VI. Essa experiência de colonização inicia-se em 1819 a partir de um contrato que estipulava a vinda de cem famílias católicas de língua francesa provenientes do cantão de Fribourg, Suíça (Sanglard, 2003).

Para receber essas famílias foi construído um vilarejo em Morro Queimado, distrito de Cantagalo, hoje sede do município de Nova Friburgo. Esse vilarejo, além das cem casas que abrigariam uma família cada, foi implantado com escola, igreja, hospital, armazém, açougue, moinhos, entre outras comodidades (Sanglard, 2003). No entanto, por razões que não cabem comentar aqui, vieram para o vilarejo 260 famílias suíças. A estas se juntaram, em 1824, 80 famílias alemãs (Oliveira, 2012).

A ausência da infraestrutura para atender a um número imprevisto de moradores se somaram as dificuldades impostas pelo acesso precário, seja nas vias locais, seja na comunicação com o Rio de Janeiro (Witt, 2004), levaram uma parcela considerável dessas famílias a se dispersarem pelo território fundando pequenas localidades que hoje estão dispersas por Nova Friburgo e pelos municípios limítrofes. A muitos deles restou o isolamento, com o casamento sempre entre moradores vizinhos, a maioria descendentes de suíços e de alemães, o que propiciou a manutenção e a disseminação dos conhecimentos sobre a agricultura e também sobre a construção baseada sempre nos laços familiares.

Um dado importante para essa pesquisa é o de termos informação de que a taipa de mão

estava presente desde o início desse processo de colonização e de dispersão pelo território: o primeiro templo luterano, edificado pelo pastor que liderava os imigrantes alemães, foi erguido em pau a pique (Oliveira, 2012).

A partir deste contexto histórico foi realizada pesquisa que procurava estabelecer paralelos entre a arquitetura vernácula do cantão de Fribourg na Suíça e do município de Nova Friburgo no Brasil. A hipótese de que as construções dos descendentes de suíços seguiam padrões culturais encontrados em Fribourg foi comprovada a partir de estudos comparativos que envolviam a apropriação da paisagem, a disposição das casas no terreno e a disposição de suas fachadas (Holzer, 2014; Holzer, Damasceno, Fajardo, Carvalho, 2014). No entanto a origem da utilização da taipa de mão e o método construtivo utilizada nessa arquitetura vernácula continuou incerta. Inicialmente, baseada na bibliografia disponível, citada acima, se depreendeu que se tratavam de saberes compartilhados por diversas culturas que foram adotados pelos descendentes de suíços e de alemães a partir de sua condição de isolamento e da disponibilidade dos materiais, no entanto o método construtivo se mostrava por demais sofisticado para afirmar as teses de Lemos (1993) e de Pisani (2004).

A pesquisa foi, então, direcionada para a pesquisa da ocorrência da técnica de taipa de mão na Suíça. Esta técnica já era empregada nas imediações de Fribourg desde a Idade do Bronze, cerca de 3.000 anos A.P. (David-Elbiali, 1992), No cantão de Fribourg e arredores caiu em desuso no início do século XVI, quando a madeira foi sendo abandonada como material de construção em detrimento da pedra (Glauser, 2008). No entanto continuou em uso em outros cantões, associada ao método construtivo da estrutura em enxaimel.

O que se encontra em Nova Friburgo é um tipo de construção com estrutura em enxaimel e vedação em taipa de mão, no que, para efeitos da pesquisa, foi denominado de “método suíço adaptado”, como descrito a seguir: A casa é suspensa do chão, muitas vezes tirando partido da declividade do terreno. A técnica construtiva para se elevar as casas é a de apoiar toda a

sua estrutura sobre baldrames contínuos de madeira, no mais das vezes grosseiramente aparelhadas. Estes baldrames são apoiados sobre pedras retiradas do próprio terreno, que tem seu topo nivelado, ou sobre colunas de madeira simplesmente apoiadas no solo. Sobre esses baldrames são apoiadas colunas de madeira, que compõe as fachadas delimitando as portas, as janelas e a amarração das paredes internas, ali é apoiado também o tabuado corrido do piso. Nas seções mais amplas da estrutura são colocadas peças em quarenta e cinco graus, como contraventamento. As colunas apoiam o frechal, também grosseiramente aparelhado, onde se apoia o encaibramento dos telhados, alguns feitos em pau roliço, outros com madeira aparelhada à mão. Essas peças, nas casas mais antigas são encaixadas, ou fixadas com cavilhas de madeira. Essa descrição corresponde a uma estrutura em enxaimel, onde a vedação das paredes é preenchida com taipa de mão, aqui chamada de estuque, deixando claro que sua função não é autoportante. Essas paredes são construídas de modo tradicional um trançado retangular de madeira roliça e/ou de bambu. Segundo um dos entrevistados na pesquisa, “um joga o barro e o outro fica escorando assim, as ripas e fica acertando” (Holzer, 2014).

A partir do objetivo de buscar construções para o acervo da pesquisa, que possibilitassem o estudo comparativo da arquitetura vernácula do cantão de Fribourg na Suíça e do município de Nova Friburgo e dimensionar a dispersão do método suíço adaptado, a pesquisa realizou diversas visitas de campo, dentre elas, a no Município de Duas Barras. O centro histórico da cidade é tombado pelo decreto nº 723, de 02 de dezembro de 1996, o que ajudou na avaliação da arquitetura, já que a maioria das casas em taipa de mão estavam preservadas, porém, a maioria das construções sofreram reformas e/ou foram emboçadas, o que dificultou catalogar as especificidades do método construtivo adotado na região.

Através de entrevistas com moradores, da observação de algumas construções e partes da estrutura que estavam expostas e inalteradas, permaneceu a dúvida se o centro desta cidade

teve a influência dos suíços em suas construções. Para uma resposta concreta sobre os métodos construtivos dessas construções será necessária uma intervenção que permita a análise da parte estrutural das mesmas.

A última visita de campo realizada pela pesquisa aconteceu no distrito de Conquista, na localidade de Barracão dos Mendes, onde a pesquisa catalogou uma casa com aproximadamente 100 anos.

A partir da análise estrutural da casa catalogada, a mesma não sofreu influência do método construtivo suíço disseminado com a dispersão das famílias colonizadoras. Conforme mostra as imagens, a construção não é suspensa por um baldrame e apoiada por pedras ou tocos de madeiras; as colunas não delimitam as portas e janelas, que também não se estendem até o frechal.

Segundo o proprietário, todas as casas desta região foram construídas pelo Sr, Ary Jiló, e, desde o seu falecimento, nenhuma outra construção em taipa de mão foi levantada na localidade, e que muitas das construções que existiam anteriormente ao desastre de 2011, foram desmontadas pela falta de mão de obra com conhecimento para a realização da reformas que impedissem o avanço da degradação das casas.

CONCLUSÕES:

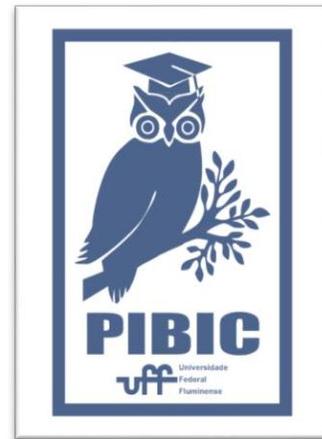
Há muito o que se pesquisar sobre a arquitetura vernácula brasileira. No campo dos métodos construtivos tradicionais e no emprego de técnicas como o da taipa de mão a pesquisa de campo ainda é pequena e dedicada ao período colonial. No entanto a técnica foi intensamente em todo o Brasil, e continua a ser em alguns locais, com uma diversidade de variações que podem se remeter a origens ainda pouco estudadas ou sequer consideradas.

O caso do método construtivo utilizado em Nova Friburgo e municípios limítrofes aponta para a necessidade de pesquisas mais acuradas, que passam pela preservação das edificações ainda existentes. As influências da arquitetura

vernacula suíça sobre a produzida por seus descendentes no Brasil ainda tem que ser melhor estudadas, mas a pesquisa pode comprovar que existem variações significativas nos métodos construtivos empregados em Nova Friburgo e municípios limítrofes que antam para um modelo suíço adaptado.

Agradecimentos:

Um agradecimento especial à todas as famílias de Nova Friburgo e municípios vizinhos que receberam a pesquisa de portas abertas e dispostos a compartilhar um pouco sobre a história da família, a imigração das mesmas para o Brasil e, principalmente, por dividir as memórias que vivenciaram e ainda vivem ao redor e nas construções levantadas nas visitas de campo.





Ciências Sociais Aplicadas

O cotidiano do Trabalho do assistente social no âmbito da Política de Saúde: o processo de produção do conhecimento

Emanoella Moreira

Orientadora: Adriana Ramos

Departamento de Serviço Social de Niterói

INTRODUÇÃO:

Este projeto é oriundo da pesquisa que fora desenvolvida pelo Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS) com objetivo de compreender e analisar o trabalho do Assistente Social no âmbito da Política de Saúde, área de maior inserção desses profissionais. O NEFSS é um espaço político pedagógico que se propõe a desenvolver estudos, debates e pesquisas acerca das relações de trabalho, das expressões da questão social na sociedade capitalista que interferem nas configurações das políticas sociais, como uma de suas formas de enfrentamento do Estado e da relação com o trabalho e a formação profissional do Assistente Social. Este, portanto se consolida como um espaço de reflexão e construção de debates acerca do trabalho do assistente social e de suas relações na sociedade burguesa, destacando sua dimensão histórico-conceitual. Nesta fase da pesquisa, buscou-se durante esse processo apreender a cotidianidade do trabalho dos Assistentes Sociais, como vem sendo construída a sua intervenção nas mais diversas expressões da “questão social”, articulado ao Projeto Ético Político e as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Para a execução desse movimento, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a produção de conhecimento dos assistentes sociais na saúde, a fim de trazer a luz à sistematização da prática desses profissionais, e expor as contradições, avanços e limites, reflexões, as tendências teóricas, e como esses profissionais têm respondido às requisições sociais e institucionais, no que concerne aos direitos da saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O processo de pesquisa foi realizado da seguinte forma: em um primeiro momento fora produzido um mapeamento sobre a produção de conhecimento do Serviço Social na esfera da Política de Saúde, no período dos anos 2000 a 2015. Com auxílio da plataforma CAPES, consultamos os bancos de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Pontifícia Universidade Católica (PUC Rio de Janeiro e PUC São Paulo), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Nacional de Brasília (UnB), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), junto a isto, analisamos artigos das revistas de grande circulação na profissão, a saber: Serviço Social e Sociedade, Temporalis, Praia Vermelha, Serviço Social e Saúde, Em pauta e Katálysis. Para acessarmos os artigos, teses e dissertações, foram utilizados os seguintes descritores: Política de Saúde, Serviço Social e trabalho profissional do assistente social.

Após reunir todo esse material, tínhamos como objetivo a extração de eixos temáticos e para esse movimento, realizamos a leitura dos títulos, resumos e palavras – chaves. Sendo assim, os eixos temáticos ficaram divididos desta maneira: Política de Saúde, Lutas e Movimentos Sociais, Sujeitos da Política, Trabalho e Saúde e Serviço Social e Saúde. No eixo Política de Saúde apresentam-se as tendências que discutem os atuais modelos de gestão, Princípios do SUS e Programas específicos. Nos eixos Trabalho e Saúde e Lutas e Movimentos Sociais a tendência mais relevante se refere ao trabalho em equipes interdisciplinares. No eixo Serviço Social e Saúde apresentam-se tendências referentes à Formação Profissional do Serviço Social, Humanização, Projeto Ético - Político, Trabalho Profissional. A partir desses eixos,

criamos planilhas analíticas sobre o mapeamento da produção de conhecimento do Serviço Social no âmbito da Saúde. Nesse momento, com objetivo de captar as principais tendências teórico metodológicas dividimos a planilha em: Universidade ou revista; Eixo analisado; Título e objetivo da tese, dissertação ou artigo; Principais conceitos extraídos; Principais autores utilizados; Observações.

Os dois primeiros tópicos eram a nível de identificação, o terceiro, para além da identificação, líamos o resumo para entender qual o objetivo explicitado pelo autor(a). Para extrair os principais conceitos, realizamos a leitura do resumo e da introdução das teses e dissertações, e a leitura completa dos artigos. Feito isto, sinalizavamos quais eram os principais autores, junto a assimilação das referências bibliográficas. Nessa fase, a plataforma CAPES não fora suficiente para a realização de todas as leituras, algumas teses e dissertações não estavam disponíveis na plataforma online, o mesmo acontecerá com os artigos das revistas, principalmente da Revista Serviço Social e Sociedade. Com isso, fomos a campo, acessamos as bibliotecas físicas da UERJ e da UFF, mas mesmo assim, não encontramos todo material.

Por fim, o último processo foi a identificação das tendências teóricas. A partir do tópico relatado acima sobre “principais autores utilizados”, e junto ao conhecimento já acumulado, categorizamos as tendências teóricas bibliográficas da seguinte forma: marxista, indicativos de ecletismo teórico, pós-modernos, não identificados e indicação sem referência bibliográfica.

Através da absorção do material, que fora constituído por 180 textos, temos dentre eles, 83 que se refere a área de Política de Saúde, 73 que versa sobre o Serviço Social e Saúde, outros 25 que aborda a temática de Trabalho e Saúde, 17 que tratam sobre Sujeitos da Política, e apenas 4 que retratam o tema de Lutas e Movimentos Sociais. Vale salientar, que existem textos que se adequa a mais de um eixo, por isso somatização é superior ao número de textos. No âmbito das tendências teóricas, 3 obras não tinham referências bibliográficas, 6 delas estavam indisponíveis, ou seja, não foram encontradas nas bibliotecas digitais e físicas, 38 textos estão vinculados ao pensamento pós-moderno, 52 escritos estão associados ao

ecletismo teórico e 72 produções estão filiadas a perspectiva da tradição marxista.

CONCLUSÕES:

Após a análise do material adquirido, podemos chegar a algumas conclusões, levando em consideração o trabalho do assistente social espaço sócio ocupacional da saúde, e o acervo da produção de conhecimento dos mesmos. A primeira tendência encontrada, é o acúmulo de produções voltadas para a área de Política de Saúde, sabe-se que a partir da década de 1970, ocorre uma crise clássica de superprodução, forçando o capital a realizar o processo de reestruturação produtiva, diante desse contexto de crise, ocorre a implementação do ideário neoliberal como uma das ações para essa reestruturação. Em solo brasileiro, o neoliberalismo ganha força a partir da década de 1990, favorecendo o mercado e a privatização de serviços públicos estatais, minimizando a intervenção do Estado, isto é, o desresponsabilizando, tornando a sociedade civil responsável pela “questão social”, e enfraquecendo as políticas sociais duramente conquistadas. Todo esse movimento irá afetar de forma direta e indireta a Política de Saúde no Brasil, com uma Contrarreforma do Estado. A saúde antes responsabilidade o Estado, vem transferindo essa ocupação para o mercado privatista, junto a parcerias com a sociedade civil, o Sistema Único de Saúde vem sendo descumprido legalmente e constitucionalmente, a saúde não é universal. Com isso, podemos compreender a inclinação da maioria das produções para temática da Política de Saúde, a fim de recuperar, garantir e perpetuar direitos e políticas sociais, no enfrentamento do “projeto privatista”.

Após a produção sobre a Política de Saúde, o eixo sobre Serviço Social e Saúde ganha destaque, demonstrando a preocupação desses profissionais sobre sua atuação nesse espaço sócio ocupacional. É sempre bom ratificar, a teoria e prática caminham juntos, não há uma indissociabilidade entre elas, o aprimoramento profissional e intelectual é um compromisso expresso Código de Ética dos Assistentes Sociais. Para nossa surpresa o menor índice de produção é encontrado no eixo de Lutas e Movimentos Sociais, com apenas quatro obras. Esse dado impacta de forma direta na garantia de uma saúde universal e

coletiva, há uma desarticulação entre a luta (propriamente dita) e a produção sobre esses movimentos, abrindo espaço seu enfraquecimento e conseqüentemente, para o fortalecimento do neoliberalismo, contrarreformas, neoconservadorismo, e até mesmo ao “projeto privatista”. Reconhecemos a importância dos estudos voltados para as áreas de Política de Saúde e Serviço Social e Saúde, mas produções que apontam para essa temática descoladas de estratégias de lutas e movimentos sociais não as garante, há uma limitação.

Quando se trata das tendências teóricas analisadas, a partir do que fora captado, podemos afirmar que no campo das produções acadêmicas, existe uma hegemonia voltada para a tradição marxista. Com isso, compreendemos que teoria marxista e método material histórico dialético de Marx, nos permite uma leitura da realidade social e das expressões da questão social no âmbito da política social, e nos diferentes espaços sócio ocupacionais.

Agradecimentos:

Agradeço a Deus, autor e consumidor da minha vida.

Agradeço à Fernanda, minha mãe, a maior investidora e incentivadora, eu te amo e te amarei.

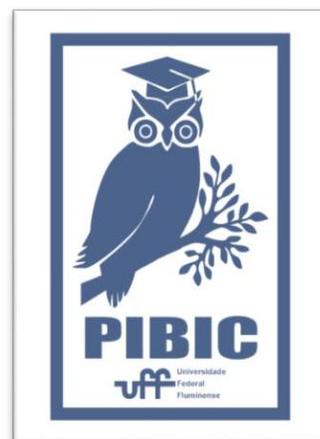
Agradeço aos meus irmãos, Gabriel e Daniel, o fato de vocês existirem é suficiente.

Agradeço ao meu noivo e futuro esposo, Daniel de Souza Fonseca, obrigada por me acalmar nos momentos de crises, me amar e me compreender em todos os sentidos.

Agradeço à minha amiga e companheira Daniele Sandes, sem você, nada disso seria possível.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Adriana Ramos, por esse tempo de aprendizado, pelas conversas e orientações.

A todos que de alguma forma contribuiu, e tem contribuído para o meu processo de formação.





Ciências Sociais Aplicadas

Entre a realidade e a lei: o panorama da prática infracional dos adolescente em conflito com a lei na mesorregião macaense

João Pedro Pimentel Ferreira¹; Andreza A. Franco Câmara²; Yan Felipe Assumpção Freitas³

¹ Departamento de Direito de Macaé/Curso de Direito de Macaé; ² Departamento de Direito de Macaé/ Instituto de Ciências da Sociedade/Laboratório de ³ Curso de Direito de Macaé

INTRODUÇÃO:

Apesar do esforço legislativo e doutrinário para afastar o Direito infanto-juvenil das concepções penais, a conceituação do ato infracional advém da analogia feita junto ao Direito Penal, que define as bases para o enquadramento daquilo que seria considerado como fato a ser tutelado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A realidade socioeconômica, familiar e educacional da maioria dos adolescentes infratores contraria os ditames legais. Desse modo, o presente trabalho analisou a prática infracional na mesorregião Norte Fluminense, considerando o recorte territorial dos municípios de Macaé, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Carapebus, Casimiro de Abreu, Quissamã e Silva Jardim.

A metodologia empregada neste trabalho consistiu em uma revisão de literatura interdisciplinar sobre o tema, analisando sob diversas matrizes teóricas a prática infracional. Realizou-se observação não participante nas audiências de competência infracional na 2ª Vara de Família, Infância, Juventude e do Idoso da Comarca de Macaé/RJ. Confrontando-se com os dados obtidos no relatório do sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Por fim, realizou-se a coleta de dados na Unidade do CRIAAD-Macaé, responsável pelo cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade para as cidades da mesorregião pesquisada. Os dados foram compilados a partir de parâmetros identificados neste artigo permitindo uma análise qualitativa e quantitativa da prática infracional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os fatores considerados de risco para a conduta infracional são “acontecimentos (genéticos ou ambientais) relacionados ao aumento de

prejuízos emocionais e/ou comportamentais no desenvolvimento de determinada pessoa” (STUDZINSKI, 2016, p. 64). No caso dos adolescentes em conflito com a lei, os fatores de risco são considerados precursores do comportamento infracional, podendo ser identificados em contextos totalmente distintos (STUDZINSKI, 2016, p. 64).

Os dados coletados junto à 2ª Vara de Família, Infância, Juventude e Idoso da Comarca de Macaé são frutos de relatórios extraídos do sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro onde pode-se analisar o quantitativo de atos infracionais pesquisados nos anos pesquisados, bem como quais tipos penais são mais praticados pelos adolescentes na cidade. Estabeleceu-se o recorte temporal entre os anos de 2013 e 2017 para realizar a coleta e processamento de dados.

Procedendo à análise dos dados obtidos verificou-se que entre os anos de 2013 e 2017, primeiro e últimos anos pesquisados respectivamente, houve uma variação crescendo 130 (cento e trinta) atos infracionais cometidos. Além disso, percebe-se que a partir do ano de 2014 há um aumento considerável em relação ao ano de 2013, ultrapassando nos demais anos o patamar de 300 atos infracionais cometidos.

Para analisar os tipos penais mais praticados pelos adolescentes na prática infracional foi necessário realizar uma subdivisão entre os crimes que tenham afinidade em sua gênese. Assim, dividiu-se em cinco grandes áreas assim dispostas: dos crimes contra a vida; dos crimes contra a honra; dos crimes contra o patrimônio; tráfico de drogas e suas condutas análogas; crimes acerca da posse e comercialização de armas ilegais; e crimes diversos. Assim, todos os crimes dispostos no Código Penal brasileiro e na legislação especial estão compreendidos em nossa análise.

Deste modo, é possível identificar que a prática de atos infracionais é mais comum nos atos análogos às condutas previstas na Lei 11.343/2006, conhecida como Lei de Drogas, compreendendo 40% do total pesquisado. Em seguida, apresentam-se os atos análogos aos crimes contra o patrimônio (roubo, furto, extorsão, receptação, dentre outros) totalizando 29%. Os demais atos infracionais praticados correspondem, se somados, a 31% do universo pesquisado.

Verificou-se que a cidade de Macaé segue a tendência das grandes metrópoles brasileiras em que predomina a prática de condutas originadas no tráfico de drogas e dos crimes contra o patrimônio, como pode-se aferir do último relatório do Conselho Nacional de Justiça de 2012 (CNJ, 2012, p. 27).

Analisou-se também os dados obtidos junto ao CRIAAD-Macaé. Esta Unidade possui competência para receber os adolescentes, exclusivamente do gênero masculino, oriundos de determinadas cidades a partir da divisão administrativa no Estado.

Durante a pesquisa na Unidade foi possível analisar aproximadamente 280 (duzentos e oitenta) fichas de acompanhamento da medida socioeducativa de semiliberdade, sendo este quantitativo considerado como nosso universo total da pesquisa, apesar de ser possível encontrar mais documentos deste tipo nos arquivos da Unidade.

Para efetuar esta análise foram separados alguns parâmetros para delimitar a coleta de dados, estabelecendo os seguintes parâmetros: i. tipos penais mais praticados nos atos infracionais; ii. cidades de origem do adolescente; iii. Idade; iv. cor de pele; v. reincidência na prática infracional; vi. uso de drogas; vii. situação escolar. Desta forma, passa-se a dispor sobre parte destes dados, em razão da finitude deste resumo, obtidos a partir de cada um desses parâmetros.

Quanto aos tipos penais mais praticados nos atos infracionais, a partir dos dados obtidos se percebe que a mesorregião pesquisada também segue a tendência da cidade de Macaé com relação a predominância das condutas oriundas do tráfico de drogas na prática infracional. Com cerca de 66% (sessenta e seis por cento) da média total dentre todos os parâmetros pesquisados essas condutas são predominantes e absolutas na região. Em seguida aparecem as condutas dos crimes contra o patrimônio com cerca de 25% (vinte e

cinco por cento) do quantitativo total de atos infracionais.

Com relação a situação educacional a partir da leitura dos dados pode-se se depreender que aproximadamente 89% (oitenta e nove por cento) dos adolescentes em análise estavam em situação escolar incompatível para a sua idade no momento em que foram recepcionados na Unidade. Somente cerca de 8% (oito por cento) estavam compatíveis com a sua idade, sendo que outros 3% (três por cento) não tinham informação na ficha analisada.

Além disso, analisando as idades mais comuns dos adolescentes no universo pesquisado percebe-se que grande parcela possui entre 16 e 18 anos, totalizando na média geral aproximadamente 79% (setenta e nove por cento). Estes dados seguem a mesma tendência a nível nacional evidenciada no último Relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2012, onde a grande maioria dos adolescentes em conflito com a lei pesquisados possuíam entre 15 e 20 anos de idade.

Sobre os dados dos “antecedentes infracionais” atesta-se que a maior parte do quantitativo total está em sua 1ª passagem pelo cumprimento de medidas socioeducativas o que percentualmente representa 66% (sessenta e seis por cento) da quantitativo total. Os demais 34% (trinta e quatro por cento) já haviam cumprido outras medidas socioeducativas sendo reincidentes na prática infracional.

CONCLUSÕES:

Certo é que o senso comum desconsidera os fatores de risco que contribuem para a prática do ato infracional que a nosso sentir são os principais responsáveis pela prática infracional. Dentre esses fatores, destacam-se os fatores ambientais e dentre esses há de se ressaltar os fatores socioeconômicos, familiar e escolar.

O indivíduo que vem se tornar um adolescente em conflito com a lei não nasce com estas condições, ele se torna assim a partir das normas e exigências impostas pela sociedade no seu desenvolvimento enquanto ser humano. Diante disso, pode-se dividir os fatores em: econômicos e sociais; familiar e escolar, cada qual com as suas particularidades e influência sobre a vida do adolescente.

Nessa dinâmica, a problemática infracional somente é remediada, punindo o adolescente, sem trabalhar nas bases da conduta infracional o que reafirma a lógica punitivista e

segregadora da sociedade e continua a perpetuar o ciclo infracional.

Agradecimentos:

Agradecemos o apoio financeiro oferecido pela PROPPi/UFF e pelo CNPq para a realização do projeto e fomento de bolsas. Igualmente ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro por meio da 2ª Vara 2ª Vara de Família, Infância, Juventude e do Idoso da Comarca de Macaé/RJ, ao DEGASE e ao CRIAAD-Macaé.

REFERÊNCIAS:

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Panorama Nacional. A execução das Medidas Socioeducativas de Internação. Programa Justiça ao Jovem.** 2012. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

NOVO DEGASE. **Socioeducação: Legislação, Normativas e Diretrizes Nacionais e Internacionais.** V. 2. Disponível em: <http://www.degase.rj.gov.br/Publicacoes_degase/

1Socioeducacao_Legislacao_Normativas_Diretrizes_Nacionais_Internacionais_volume2.pdf>.

Acesso em: 26 nov. 2018.

STUDZINSKI, Natasha Gouveia. Fatores de Vulnerabilidade que Influenciam a Conduta Infracional na Adolescência: uma Revisão.

Revista Brasileira Adolescência e conflitualidade, n. 15, p. 62-69, 2016.

Disponível em:

<<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/view/4005/3539>>. Acesso em: 10 set. 2018.





Ciências Sociais Aplicadas

Título: **Poder Judiciário e internação compulsória: um mapeamento das decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

Aluna: **Alice Leite Lazaro**

Orientadora: **Dra. Fernanda Andrade Almeida**

Departamento de Direito de Macaé – ICM

INTRODUÇÃO:

As primeiras discussões sobre a saúde mental no Brasil surgiram na época da Ditadura Militar, por meio de alguns movimentos, grupos e instituições, como a Renovação Médica e o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. A partir desse contexto, surge o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental, sendo este fundamental para o surgimento, crescimento e fortalecimento do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial no Brasil¹.

A partir de muita luta, e aos poucos, o referido movimento ganha força, e começa a crescer e se espalhar pelo Brasil, sendo o grande impulsionador da aprovação da Lei 10.216/2001.

A referida Lei traz em seu texto a Reforma Psiquiátrica, solidifica as garantias sociais e humanitárias das pessoas que possuem transtornos mentais e privilegia o envolvimento da sociedade nessa esfera. Além disso, quebra a cultura manicomial pautada na exclusão, no medo, nas condições precárias de subsistências, no isolamento e na prática de diversas violências e torturas².

Dessa forma, a Lei 10.216/2001 entra em vigor para um redirecionamento do modelo assistencial à saúde mental, sendo pautado nos direitos humanos e, principalmente, na dignidade da pessoa humana. A necessidade de criação de uma lei que tratasse dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais surgiu com a constatação de que, com a hospitalização, o paciente, além de sofrer com a doença, também sofre discriminação, pois é

excluído da comunidade e muitas vezes do convívio com a família.

O presente resumo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa que tem como objetivo geral fazer um mapeamento das decisões judiciais proferidas em segunda instância no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ), no período de 2001 a 2016, em processos de internação compulsória.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Na primeira etapa do presente estudo foi feita uma análise dos dispositivos presentes na Lei 10.216/01, bem como de livros e artigos sobre saúde mental, luta antimanicomial e internação compulsória.

Posteriormente, realizou-se a busca das decisões judiciais proferidas em segunda instância no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ) acerca do tema da internação compulsória.

As decisões foram selecionadas no banco de dados do TJ/RJ, através de uma busca em seu *site* institucional³. A busca foi feita por assunto, dentro dos processos cíveis, utilizando-se o termo “internação compulsória”, no período de 2001 a 2016. O marco inicial da busca foi escolhido tendo em vista ser o ano do advento da Lei 10.216/2001.

Os dados foram coletados, inicialmente, de forma quantitativa, objetivando mensurar: (a) a quantidade de decisões de segunda instância em processos de internação compulsória em cada ano; (b) o perfil dos portadores de transtorno mental identificados nos processos; (c) os tipos de transtornos psiquiátricos presentes nos casos analisados; (d) o perfil de quem solicita a internação; (e) o perfil de quem recorre da internação.

Na busca realizada no banco de dados do TJ/RJ – em conformidade com os parâmetros indicados anteriormente – foram encontradas 266 decisões de segunda instância em processos de internação compulsória no

¹ LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, Março/Abr. 2017

² CORREIA, Ludmila Cerqueira. O movimento antimanicomial: movimento social de luta. **Prima Facie - Direito, História e Política**, Paraíba, v. 5, n. 8, p.83-97, jan./jun. 2006

³ <http://www.tjrj.jus.br>

período analisado (2001 a 2016). Todavia, foram analisadas apenas 184 decisões, tendo em vista que as demais – 82 decisões – não possuíam a íntegra do acórdão, o que inviabilizava a busca pelas informações pretendidas.

Através da análise dos acórdãos proferidos no TJ/RJ foi possível concluir que a internação compulsória, prevista na Lei 10.216/01, está sendo usada, na maior parte das vezes, para a internação de dependentes químicos.

Observou-se que, em geral, os pedidos de internação compulsória são solicitados pelos próprios familiares do internado, e que este, na maioria das vezes, é classificado nos processos judiciais como usuário de drogas. Além disso, observou-se um interesse do poder público (municipal e estadual) em recorrer nos casos em que a internação foi deferida em primeira instância.

Constatou-se, ainda, que as decisões judiciais são muitas vezes genéricas, especialmente ao se referirem ao usuário de drogas, o que nos leva a supor que os laudos médicos nos quais elas se basearam também são extremamente generalizados, não especificando a modalidade de droga utilizada pelo indicado à internação e/ou o motivo pelo qual ele deveria ser internado. Isso pode ser problemático na medida em que a Lei nº 10.216/2001, em seu artigo 6º, exige um laudo médico circunstanciado para a realização da internação psiquiátrica.

Outro ponto que merece destaque é o papel do Centro de Atenção Psicossocial (popularmente conhecido como CAPS) na internação compulsória. A partir da leitura de decisões que indeferiram a referida internação, verificou-se que, na maioria das vezes, os desembargadores argumentavam no sentido de que o CAPS deveria ser utilizado como a primeira etapa para o tratamento dos dependentes químicos e de doentes mentais, e que a internação compulsória só deveria ser realizada em último caso, e mediante relatório médico.

CONCLUSÕES:

O objetivo da pesquisa consistia em analisar a recepção do instituto da internação compulsória no Poder Judiciário. Para fins de delimitação da pesquisa, optou-se por um recorte que compreendia as decisões acerca do

tema proferidas em segunda instância no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ), no período de 2001 a 2016.

Com a análise dos dados coletados nos acórdãos proferidos nos processos de internação compulsória do TJ/RJ, percebeu-se que essa internação é aplicada, em geral, a usuários de drogas.

Entretanto, é importante destacar que a utilização dessa lei para internação de dependentes químicos aponta para uma violação do princípio constitucional da dignidade humana e do direito à saúde nestes casos, pois o dependente químico não deve ser considerado um doente mental⁴.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZARRA JUNIOR, Benilton. Desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2007;

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988;

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm> Acesso em: 24/08/2018;

COELHO, Isabel; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Internação compulsória e crack: um desserviço à saúde pública, *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, V. 38, N. 101, p. 359-367, Abr-Jun 2014;

CORREIA, Ludmila Cerqueira. O movimento antimanicomial: movimento social de luta. *Prima Facie - Direito, História e Política*, Paraíba, v. 5, n. 8, p.83-97, jan./jun. 2006;

⁴ COELHO, Isabel; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Internação compulsória e crack: um desserviço à saúde pública, *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, V. 38, N. 101, p. 359-367, Abr-Jun 2014;

DELGADO, Paulo Gabriel Godinho. Democracia e reforma psiquiátrica no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(12):4701-4706, 2011;

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, Março/Abr. 2017;

PAZ, Fernando I.; IBIAPINA, Érico F. V.; PARENTE, Ariela M. V.; CASTRO, Ulysses R. de; SILVA, Daniele O. F. da. Bioética principialista e internação compulsória: tensionamentos entre autonomia e vulnerabilidade, **Revista Psicologia & Saúde**, vol.8, n. 2, Campo Grande, jul./dez. 2016.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao CNPq/PIBIC pela concessão da bolsa como forma de apoio e incentivo ao desenvolvimento do projeto de pesquisa acima apresentado.





Ciências Humanas

Transformações e Permanências na Paisagem no entorno das Ruínas da Usina de Cana de Açúcar e álcool de Pureza em São Fidélis (RJ).

Rodrigo Pereira Pinheiro da Silva

Departamento de Geografia/Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/Laboratório Cultura, Planejamento e Representações Sociais.

INTRODUÇÃO:

A pesquisa buscou analisar as transformações na/da paisagem da Usina Pureza e das áreas ao seu entorno, no município de São Fidélis-RJ. Unidade produtiva que teve grande relevância nos contextos regional/nacional, sendo também uma das mais tradicionais indústrias de seu município e encontra-se fora de operação desde 2009 em decorrência de múltiplas dificuldades causadas pela desestruturação do sistema regional sucroalcooleiro. A análise é estruturada em dois eixos: o primeiro referente a sua constituição material, a partir do conceito de formação socioespacial proposto por Milton Santos; e o segundo dedicado a dimensão simbólica da paisagem, amparado pela perspectiva crítica da Nova Geografia Cultural. Espera-se com isso contribuir para os estudos da memória de São Fidélis e da mesorregião Norte Fluminense como um todo, uma vez que o futuro desses espaços deve ser de interesse público, já que sua paisagem é sobretudo uma memória coletiva e, portanto, patrimônio da sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir da leitura da paisagem da Usina Pureza e das áreas ao seu entorno, pode-se perceber como a usina, para além de sua importância econômica, também possuía um forte valor simbólico, sendo uma representação de poder das elites locais. Sua paisagem, repleta de uma carga ideológica, revela a imposição de um padrão de classes espacialmente posto na monumentalidade das edificações, na composição e distribuição das casas dos trabalhadores, no padrão estabelecido da moradia determinada pela estratificação social baseada na divisão do trabalho. Todos esses elementos revelam a imposição do poder e o

estabelecimento de uma divisão classista que busca se naturalizar a partir da paisagem.

Os distintos objetos analisados na composição da paisagem estudada possuem distintas temporalidades e graus de conservação. As funções exercidas por cada forma perdem e ganham novos sentidos em diferentes contextos espaço-temporais.

A ferrovia e a estação de trem são os elementos espaciais que a mais tempo encontram-se esvaziados de funções, entretanto, conservam um forte apelo histórico. A vila dos trabalhadores da usina conserva ainda seu padrão arquitetônico tradicional e cumpre ainda função de moradia, de lazer e cultura nos espaços comuns. Já o Engenho Central de Pureza propriamente dito apresenta-se como uma paisagem-ruína, esvaziada de sua função e carregada de significados.

As formas conservam simbolismos que representam o poder das elites do açúcar. A paisagem é repleta de uma carga ideológica e revela, a partir de sua leitura, a imposição de um padrão de classes espacialmente posto na monumentalidade das edificações, na composição e distribuição das casas dos trabalhadores, no padrão estabelecido da moradia determinada pela estratificação social baseada na divisão social e territorial do trabalho. Todos esses elementos revelam a imposição do poder e o estabelecimento de uma divisão classista que busca se naturalizar a partir da paisagem.

CONCLUSÕES:

A manutenção dessas ruínas leva a pensar a partir de duas perspectivas: a) a primeira a respeito do reconhecimento da importância desses prédios para a história e a memória da nação e b) a falta de recursos financeiros para demolir aquela estrutura abandonada leva a manutenção dessas estruturas na paisagem.

O futuro desses lugares e suas respectivas paisagens encontram-se hoje em aberto, dentro do campo das possibilidades de desaparecerem com o tempo, pois consideramos improvável um retorno da economia sucroalcooleira. Assim, esse espaço pode receber novas funções, talvez podendo ser transformado em um espaço de memória, mesmo que em ruínas.

Agradecimentos:

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que tornam possível a realização da pesquisa em desenvolvimento.

Agradeço também a orientadora Prof.^a Dr.^a Elis de Araújo Miranda por todo apoio e suporte dado, bem como aos colegas do Laboratório Cultura, Planejamento e Representações Sociais (LabCULT) e também ao Prof. Dr. Marcelo Werner, pela contribuição na realização do projeto.

Por fim, agradeço aos demais professores, funcionários e colegas discentes da Universidade Federal Fluminense e do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, localizado em Campos dos Goytacazes- RJ.



Figure SEQ Figure 1*
ARABIC 1: Logo PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

Direitos Humanos e Jurisdição Internacional: O cumprimento de Sentença das Condenações da República Federativa do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos

Discente: Luciana Moreno Toro Vidal / Orientadora: Professora Dra Leticia Virginia Leidens

Departamento de Direito de Macaé/ ICM

INTRODUÇÃO:

No contexto do Direito Internacional dos Direitos Humanos o sistema regional da Organização dos Estados Americanos (OEA), possui por objetivo desenvolver a promoção dos direitos humanos. O Brasil está inserido no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos (SIPDH), que é constituído pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgãos especializados da OEA.

Uma das atribuições da jurisdição internacional consiste na análise casos contenciosos que envolvem as violações dos direitos humanos por Estados, descumprindo as obrigações firmadas em tratados internacionais. A pesquisa cinge-se em analisar o cumprimento das condenações do Brasil na Corte IDH, que, até hoje, somam nove casos, quais sejam: Damião Ximenes Lopes - 2006; Gilson Nogueira de Carvalho - 2006; Arley José Escher - 2009; Sétimo Garibaldi - 2009; Gomes Lund e outros, (Guerrilha do Araguaia) - 2010; caso Povo Indígena Xucuru e seus membros - 2017; Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde - 2017; Cosme Rosa Genoveva, Evandro de Oliveira e Outros (Favela Nova Brasília) - 2018; e Caso Herzog – 2018.

Há oportunidade do debate sobre a aplicabilidade e alcance dos efeitos do direito internacional no Brasil, diante de uma condenação pela jurisdição internacional, principalmente do trato da promoção da cultura de direitos humanos. Sobretudo, num momento de reformas estruturais no âmbito público, em que os direitos individuais e sociais são renegados, torna-se importante fazer uso das ferramentas oferecidas pela jurisdição internacional.

A problemática da pesquisa reside na ausência de um Comitê no âmbito da OEA, responsável por averiguar o cumprimento das sentenças após a condenações, e principalmente, a averiguação de uma prática

recorrente de cumprimento parciais das sentenças pelos Estados Contratantes. Assim, a pesquisa objetivou averiguar casos que envolvem o Brasil, especificamente, determinar as razões do cumprimento parcial das obrigações impostas, e, quais as suas implicações no aprimoramento da cultura de direitos humanos no Brasil, via auxílio da jurisdição internacional, já que o cumprimento parcial incide uma nova responsabilização estatal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O método utilizado no desenvolvimento da pesquisa foi o indutivo, razão do estudo dos casuísticos que envolveram o Brasil, bem como os Relatórios de Cumprimento emitidos pelo Brasil nos anos de 2014 e 2015 e a compatibilidade com os tratados internacionais.

A fim de investigar o cumprimento integral, parcial ou descumprimento das Sentenças da Corte IDH, o primeiro caso estudado foi o Caso Gomes Lund e outros, até então, a mais recente condenação, no início da pesquisa. No desenvolvimento da primeira etapa discutiu-se: cronologia dos fatos; andamento processual; enumeração dos direitos humanos violados e seus respectivos instrumentos jurídicos; fundamentação das partes; argumentação dos juízes da Corte IDH; penalidades impostas e o respectivo *status* de cumprimento – total, parcial ou pendente.

Na segunda etapa avaliou-se a jurisprudência nacional e os dispositivos legais brasileiros relacionados ao caso Araguaia, como a Lei de Anistia, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 e os instrumentos internacionais ratificados pelo Brasil vinculados ao tema. Após, houve o levantamento de hipóteses, de perspectivas positivas e negativas para o cumprimento, baseadas em aspectos políticos, sociais, históricos e jurídicos. Realizamos, também, um estudo comparativo do Caso Araguaia com

Caso Herzog, já que ambos guardam semelhanças fáticas, uma vez que foram consequência de fatos que ocorreram no período histórico do Regime Militar, e proporcionam um panorama do comportamento do Brasil em se tratando de cumprimento das sentenças internacionais.

Sendo assim, no caso Araguaia o cumprimento ocorreu parcialmente, não havendo perspectiva da realização integral. Tal cenário cinge-se no ponto de vista jurídico, especificamente no julgamento da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal, que decidiu pela constitucionalidade e vigência da Lei de Anistia, o oposto do que foi determinado pela Corte IDH. Além disso, a ausência da tipificação do crime de desaparecimento forçado e a incitação da doutrina do dualismo internacional dificultam a mudança da realidade. Por fim, destacamos a necessidade da análise interdisciplinar do tema, pois as razões para o cumprimento da sentença integral, vai além do universo jurídico, razão da forte influência histórica, sociológica e das relações internacionais para tanto.

CONCLUSÕES:

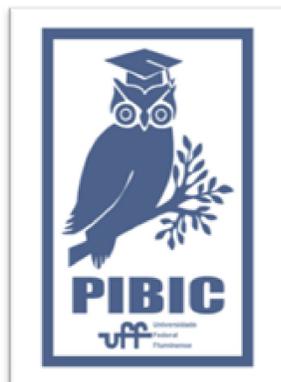
Para compreender as causas da inexecução/execução das Sentenças e suas contribuições no aprimoramento da cultura dos direitos humanos no Brasil, concluímos pela necessidade de uma abordagem interdisciplinar de seus impactos, superando olhar estritamente jurídico, já que insuficiente para sanar os questionamentos que envolvem a questão.

O resultado atual perpassa pelo papel do Poder Judiciário, principalmente, ante a ausência do diálogo com a Corte Interamericana e inobservância dos seus mandamentos, quando exarados. A discussão e o diálogo sobre o uso do direito internacional deve ser observada pelas Cortes Nacionais, como suporte do acesso à justiça, visando atender compromissos compartilhados nacionais e internacionais.

Ainda, faz-se necessário analisar as demais condenações do Brasil, para traçar a linha de comportamento do país, se por categorias de direitos violados ou a partir do direito internacional por si só, oriundo da Corte IDH, definindo desta forma, um dos papéis da jurisdição internacional e o efeito na cultura dos direitos humanos local, como contributo para transformação e emancipação social.

Agradecimentos:

Ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica 2017/2018; ao PIBIC/UFF pela bolsa de Iniciação Científica 2017/2018.





Grande área do conhecimento CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Título do Projeto A TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO NA PERIFERIA DO SISTEMA: AS FORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DEPENDENTES

Autor Gabriel Oliveira de Carvalho Senra

Departamento/Unidade/Laboratório Faculdade de Economia

INTRODUÇÃO:

O objeto do trabalho de pesquisa apresentado era, a partir da base categorial estabelecida pelo projeto anterior, onde foram estudados os mecanismos de espraiamento do capital pelo mundo e sua relação com a transição ao modo de produção capitalista nas mais distantes regiões, explorar a perspectiva posta pela Teoria Marxista da Dependência. Assim, o foco era destrinchar a apreensão da maneira específica que os pensadores que fizeram parte deste campo compreenderam a passagem das mais diferentes formas de sociedade para o capitalismo, e sua relação com a sua condição dependente.

Foram estudadas as principais obras de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, de acordo com sua importância e reconhecimento teórico. Se buscou evidenciar a perspectiva de cada um dos autores quanto à transição das sociedades latino-americanas ao capitalismo e sua relação com a dependência, enfatizando tanto seus avanços quanto seus problemas teóricos, metodológicos e historiográficos fundamentais.

Por fim, foi levado a cabo também um amplo movimento de leitura de algumas obras de Marx, para recuperação de suas categorias e principais análises para o trabalho rigoroso do tema da transição dos países hoje dependentes. Desta maneira foi firmada a base da crítica às análises da Teoria Marxista da Dependência que permitiu, ao mesmo tempo, o pleno aproveitamento de suas principais contribuições. Tal movimento elucidou questões importantes também ao Debate Clássico da Transição, que por ter desta maneira alguns de seus elementos ressignificados, constituiu em um avanço efetivo para a apreensão de quais determinações são importantes para o estudo do processo de “transição dependente”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir da base teórica estabelecida pela comparação crítica entre as produções dos principais autores do Debate Clássico do Imperialismo e do Debate Clássico da Transição, com suas consequências analíticas para a transição efetivada pelo processo expansivo do capital pelo mundo, evidenciou-se que a grande contribuição dos pensadores da Teoria Marxista da Dependência é a centralidade posta na Revolução Industrial como marco histórico de afirmação do capitalismo nas regiões hoje dependentes. Principalmente nas obras de Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, se encontra a descrição de como a emergência do capital industrial nos países da Europa Ocidental, em especial na Inglaterra, coloca novos condicionamentos às antigas colônias resultantes da expansão comercial dos séculos XV e XVI, modificando sua estrutura produtiva e seus mecanismos internos de funcionamento. A despeito de uma interpretação em muitos sentidos limitada da Revolução Industrial, tais autores foram capazes de apreender os fenômenos essenciais que afirmaram as relações capitalistas como dominantes na América Latina, além da própria inauguração do Mercado Mundial capitalista.

De Theotonio dos Santos, a despeito da descrição suficientemente problemática do autor da economia colonial como uma estrutura econômico-social dependente, extraímos uma interpretação muito proveitosa do caráter da expansão comercial europeia e sua relação com a Revolução Industrial. Esta análise e seus desdobramentos para a identificação da economia colonial como uma formação de produção não-feudal em que no entanto ainda não predominam formas de sociabilidade capitalistas, as quais somente seriam afirmadas após o domínio do capital industrial na Europa, está plenamente de acordo com os apontamentos historiográficos mais gerais gestados pela pesquisa em todas as suas fases anteriores.

Por fim, pela análise dos textos de Marx foram encontrados elementos teóricos fundamentais que atestam a especificidade e significado históricos da Revolução Industrial, não só como ponto de partida para a mudança da técnica produtiva geral da sociedade, mas como fenômeno fundante do Mercado Mundial capitalista e de suas relações essenciais, que condiciona para suas diferentes partes trajetórias de desenvolvimento desiguais e combinadas entre si. Desta maneira, se tornou evidente que a Revolução Industrial é o “motor” que impulsiona a afirmação do modo de produção capitalista e sua tendência universal, efetivando a transição de várias regiões que antes estavam sob formas distintas de sociabilidade, ao mesmo tempo que as coloca em relações subordinadas nos marcos das relações econômicas internacionais. Se efetivam, portanto, mediante um processo de “transição dependente”.

CONCLUSÕES:

As propostas categoriais traçadas pela Teoria Marxista da Dependência fornecem elementos indispensáveis para a compreensão de como o capitalismo, ao mesmo tempo que se estrutura enquanto modo de produção universalizante, condiciona relações heterogêneas em seu interior, de subordinação e domínio. O mercado mundial, totalidade das relações capitalistas de produção, é ao mesmo tempo a unidade entre relações de imperialismo e dependência, e resultado disso é que em sua reprodução são ampliadas as divergências entre as distintas trajetórias de desenvolvimento.

Em *Dialética da dependência*, de Marini, encontramos a descrição clássica das categorias da dependência e de sua metodologia de apreensão correspondente. Apesar de sua postura metodológica obstaculizar a compreensão plena sobre a posição particular ou universal de determinadas categorias, os traços ontológicos gerais apontados pelo autor são de tal maneira centrais que permitem a ênfase na Revolução Industrial como momento essencial. O trabalho de Bambirra explicita a não-homogeneidade da condição dependente e o quanto a forma de inserção subordinada ao mercado mundial, com seus efeitos para a dinâmica de desenvolvimento dos diferentes países latino-americanos, condiciona trajetórias históricas distintas. Sua contribuição fornece mediações categoriais importantes para a

apreensão de suas diferentes realidades. Ao mesmo tempo, encontramos mais bem descritos os efeitos da Revolução Industrial sobre a forma do trabalho e intercâmbio social das antigas colônias, evidenciando o conteúdo histórico deste fenômeno e seu papel qualitativamente novo. Por fim, a posição subordinada da região no mercado mundial condiciona a raridade de suas revoluções políticas e a manutenção dos mesmos setores e projetos políticos dominantes. O tema da colonização encontra um tratamento sistemático em Dos Santos, que estabelece importantes referenciais para a análise das relações de produção da América Latina no período da transição entre o modo de produção feudal e o capitalista, principalmente em sua ênfase na totalidade dos fenômenos.

Entendemos, no, entanto, que em suas formulações categoriais e apontamentos ontológicos centrais já estavam contidos os elementos que possibilitam a renovação crítica da Teoria Marxista de Dependência, a partir de discussão ampla de formulações e rigorosamente referenciada na teoria marxiana. Nos parece especialmente importante a tarefa de apreender o nexos entre o mercado mundial em sua totalidade de relações e a dependência, parte inextrincável do mesmo, portanto também resultado de suas contradições fundantes.





Ciências Sociais Aplicadas

ANALISE DA PERCEPÇÃO DOS CLIENTES: UM ESTUDO SOBRE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS EM RESTAURANTES DA CIDADE DE CAMPOS

Autores : Michelle Morais da Silva Granja/Denise Cristina de Oliveira Nascimento

Departamento de Administração de empresas/ MAC/ ICM

INTRODUÇÃO: O Bairro Pellinca em Campos, era apenas uma rua, logo em seguida se tornou avenida que de tão importante, se transformou no bairro mais valorizado de Campos e não seria exagero dizer que é o coração da cidade.

De acordo com uma matéria publicada no Jornal Terceira Via, a Pellinca tem uma história muito original a começar pelo nome, sobrenome do padre Luiz Ferreira Nobre Pellinca. O cônego da Igreja Católica tinha uma chácara onde hoje é uma das catedrais do consumo do bairro: o Parquecentro Shopping. Seu traçado foi esboçado, segundo o arquiteto e urbanista Renato Aquino, pelo francês Alfred Agache, do escritório de Coimbra Bueno. Agache foi um dos que ajudaram a reconstruir Paris quando a capital francesa ficou em ruínas após a histórica revolução em meados do século 19.

Segundo Renato Aquino, Arquiteto formado pela UFRJ em 1961, concorda que a Pellinca passou por um processo de copacabanização, um mix de área nobre residencial, comércio e serviço. Para ele, esse é um caminho natural, fenômeno urbano que ocorre em todas as cidades do mundo. Obviamente ele aponta algumas falhas urbanísticas, como o pouco verde ou um espaço público de lazer.

Fato é que a Pellinca se transformou no mais importante corredor comercial de Campos, apesar do trânsito intenso e dos casos de violência que se empilham, o bairro cresce disparadamente e os valores de novos empreendimentos chegam a alcançar R\$ 1,5 milhão, na cotação de hoje.

A Pellinca está viva de segunda a segunda, sete dias na semana. Em qualquer horário que se passe por ali, há comércio funcionando, uma movimentação contínua fazendo lembrar um pouco o estilo nova-iorquino. Percebe-se pessoas de todas as idades e estilos, transitando na avenida que concentra lojas, shoppings, em média 40

restaurantes e bares instalados na avenida e em torno dela, com cardápios para todos os gostos e bolsos, além de cinco casas de shows, que movimentam o bairro a semana inteira.

Hoje mais do que nunca, as organizações têm se moldado, buscando atender as exigências dos clientes, levando em consideração a grande quantidade de concorrência. A finalidade é obter a fidelização do cliente através de uma percepção conceituada de qualidade.

“Ter como meta tornar a vida do cliente mais fácil, o que vai além do simples objetivo de apenas resolver seus problemas, essa é a melhor estratégia para manter o consumidor como o foco central da companhia. É uma visão que requer pro atividade (TAMBELINI[2], [2009])”.

Mas o que seria essa percepção do cliente?

Percepção é uma palavra originária do latim. Perceptio, õnis 'compreensão, faculdade de perceber',

Substantivo feminino

1) Faculdade de apreender por meio dos sentidos ou da mente.

"p. da temperatura"

2) frm. Consciência (de alguma coisa ou pessoa), impressão ou intuição, esp. moral.

"ensinar a p. do bem e do mal"

Ou seja, podemos definir que percepção do cliente no aspecto da qualidade de serviços ofertados, é um conjunto de sentidos e impressões que ele obtém do ambiente a partir da entrada, em como ele enxergar o local, até como ele analisa a disposição e apresentação dos móveis, dos alimentos, a forma como o cliente sente no paladar a textura, a aparência, a temperatura, o comportamento dos funcionários, suas vestimentas, a limpeza do local, e até o fim de todo o processo ao efetuar o pagamento do serviço. Todo esse processo

irá determinar o olhar que cliente terá daquele local, se ele será capaz de retornar outras vezes e até mesmo fazer o marketing gratuito, indicando o local para outras pessoas.

Analisando dessa forma, podemos identificar a importância e o papel de cada cliente, nos parâmetros da qualidade.

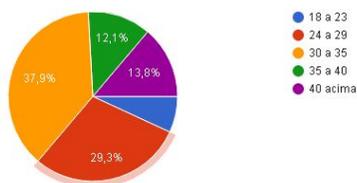
RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir dos dados coletados na pesquisa de campo, foi possível traçar o perfil do consumidor que frequenta o bairro mais badalado de Campos dos Goytacazes, a pesquisa não levou em consideração o gênero dos entrevistados, abaixo segue os perfis de acordo com faixa etária, escolaridade, renda per capita e estado civil.

Foram entrevistadas 58 pessoas, entre os dias 18 e 19 de janeiro de 2019.

Qual a sua faixa etária?

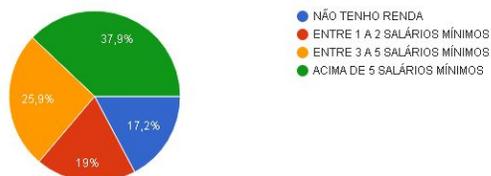
58 respostas



Dos 58 entrevistados, podemos constatar que em sua maioria são Jovens com idade entre 24 a 35 anos, sendo que sua maioria 37,9% possuem idade de 30 a 35 anos.

Qual sua renda per capita?

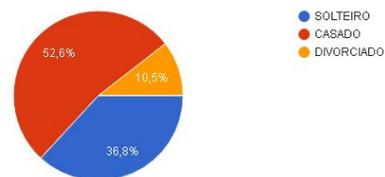
58 respostas



A renda percapita está acima dos 5 salários mínimos, o que nos faz chegar a conclusão de que realmente o bairro é badalado pela alta classe de campos, sendo 37,9% tem renda superior a R\$ 4.700,00, e 25,9% dos entrevistados possuem renda de no mínimo 3 salários mínimos.

Qual seu estado civil?

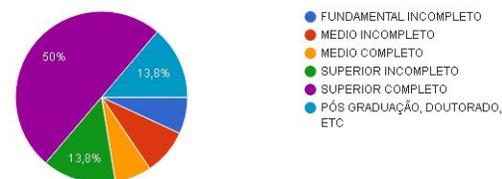
57 respostas



Em sua maioria os mais de 52,6% são casados, apenas 10,5% são divorciados e 36,8% ainda são uma parcela da população jovem e solteira.

Qual seu nível de escolaridade?

58 respostas



Foi possível verificar que em sua maioria 50% da totalidade possui escolaridade de nível superior, seguindo de 13,8% de Pós-graduados e um empate técnico de 13,8% de superior incompleto.

Através desses dados foi possível traçar o perfil do consumidor do bairro da Pellinca em Campos, sendo em pessoas com faixa etária de 24 a 35 anos em sua maioria, com renda per capita de no mínimo 3 salários mínimos em sua maioria acima dos 5 salários mínimos, com nível superior completo, casados e também muitos solteiros. A noite no bairro da Pellinca é muito badalada, com bastante diversidade econômica.

4.1 Índice de Avaliação de Desempenho

O objetivo desse tópico é mostrar os resultados da avaliação que os consumidores apresentaram durante a realização da pesquisa.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS RESTAURANTES NO BAIRRO PELLINCA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES				
Produto - serviços - atendimento	RUIIM	BOM	ÓTIMO	PREFIRO NÃO OPINAR
Como você avalia o atendimento dos restaurantes e bares?	3	17	33	5
Como você avalia a qualidade dos produtos ofertados?	3	15	38	2
Como você avalia a variedade dos cardápios?	2	19	36	1

Preço/condições de pagamento	RUIIM	BOM	ÓTIMO	PREFIRO NÃO OPINAR
Como você avalia os preços praticados nos restaurantes e bares?	8	23	27	0
Como você avalia as condições de pagamento?	1	22	35	0

Praça - ponto - distribuição - localização - entrega - acesso	RUIIM	BOM	ÓTIMO	PREFIRO NÃO OPINAR
Como você avalia a localização dos restaurantes e bares?	1	22	35	0
Como você avalia a entrega?	2	19	37	0
Como Você avalia o acesso aos Restaurantes e Bares?	1	23	33	0
Como você avalia a distribuição dos Restaurantes e Bares	2	24	30	2
Como você avalia a segurança?	14	26	17	1

Promoção - comunicação	RUIIM	BOM	ÓTIMO	PREFIRO NÃO OPINAR
Como você avalia as promoções?	13	21	34	0
Como você avalia o Marketing?	8	19	30	1

Indicação	Não	Sim
Você indicaria o Bairro os Bares e Restaurantes do Bairro da Pellinca aos seus amigos e conhecidos?	5	53

Na Tabela, podem ser observados os totais de respostas por critérios, ruim, bom ótimo e ainda aqueles que preferem não opinar. Uma última análise, constata-se que a dispersão nas avaliações está entre Ótimo e Bom, sendo que em relação aos produtos em média 60% dos entrevistados acreditam que são ótimos, 29% entendem que são bons produtos, e apenas 5% relacionaram os produtos a ruins.

Em relação aos preços e condições de pagamento existe uma variação considerável, 53% classificam como ótimos, 39% como bom e 8% consideram os preços ruins, ou seja, uma boa parcela dos consumidores não está totalmente satisfeita com os valores praticados nos restaurantes e bares da Pellinca.

Em relação à praça, distribuição, localização e prazo de entrega dos pedidos e segurança, 52% em média deduz como ótimo, 39% classificam como bom e 7% classifica como ruim, podemos ver que nessa média a segurança no local não é tão bem avaliada, sendo que 24% do total dos entrevistados acreditam que a segurança na localidade é ruim.

No que se refere a promoção e Marketing 55% avalia como ótimo, 34% como bom e 18% avalia como ruim a comunicação e o marketing do local, apesar de o bairro está em constante crescimento e envolto de novos empreendimentos milionários, acredita-se que ainda é necessário melhorar o marketing do local.

Uma última análise que podemos fazer em relação aos bares e restaurantes da Pellinca e sobre a indicação, o marketing gratuito, oculto

aquele que é melhor do que muitos outdoors, do total dos entrevistados 91% indicaria o complexo de lazer aos amigos e conhecidos, o que é um ótimo retorno.

Apesar da satisfação do cliente não ser totalmente completa, é possível depreender que o local é bem recomendado.

CONCLUSÕES:

A cidade de Campos dos Goytacazes fundada em 28 de março de 1835, traz em sua história muita cultura arquitetônica e engenhos centrais (usinas). "O desenvolvimento recente, embora ainda ligado a indústria canaveira se direciona em outros rumos, favorecido pelo surgimento de pequenas empresas, da melhoria de suas atividades comerciais e de serviços para o que também contribuiu, sem dúvida, a atividade petrolífera na plataforma continental."(trechos extraídos do Guia das Confecções de C.G.).

Todo esse desenvolvimento tem feito de Campos uma das mais importantes cidades Brasileiras, seu desenvolvimento econômico transformou o Bairro da Pellinca em um dos mais importantes pontos da Cidade, gerando emprego, diversão e lazer. A percepção do cliente frente à qualidade ofertada nos bares e restaurantes dessa região específica, traz ainda mais crescimento, portanto é importante do ponto de vista econômico medir o grau de satisfação, para que haja uma constante melhoria, tornando a cidade de Campos atrativa no também no que concerne ao turismo e levando seus moradores a optarem por gerar valor a sua própria região ao invés de gerar economia em Cidades vizinhas.

Agradecimentos:

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica pela bolsa concedida e aos proprietários dos restaurantes que permitiram a realização desta pesquisa.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I

A primeira turma de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional: quem eram, o que faziam e para quê se formaram?

Caio da Gama Gaudie Ley

Carlos Henrique Juvêncio

Departamento de Ciência da Informação / Instituto de Artes e Comunicação Social

INTRODUÇÃO:

Ortega y Gasset (2006) observa que a profissão bibliotecário bem como o seu fazer são uma resposta a demanda social que deriva da necessidade comunitária, ou seja, ele surge porque a sociedade como um todo necessitava de alguém que pudesse ser o guia em meio a um mundo crescente de informações.

Nesse sentido, segundo Silva (1913), a Biblioteca Nacional cria seu curso de Biblioteconomia buscando sanar a sua necessidade de profissionais aptos a lidar com a diversidade e o tamanho de seu acervo, sobretudo a partir da remodelação pelo qual a instituição passou em 1910 ao ter seu prédio na Avenida Central (atual Rio Branco) inaugurado. Este projeto se ancorou no fato de que é ainda incipiente a busca por informações que elucidem aspectos do surgimento e desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia no país, mesmo este já contando com mais de 1 século em nosso país. Ademais, é importante frisar que o curso da Biblioteca Nacional foi o terceiro instituído no mundo, ficando atrás somente do de Chicago e Paris (CASTRO, 2000), logo, ao esclarecermos aspectos de nossa história ajudamos a desvendar um pouco mais sobre o ensino da disciplina no mundo, servindo de parâmetro para novas descobertas e (re)leituras dos fatos até então conhecidos.

Logo, nossos objetivos com este projeto foram, em primeiro lugar, compreender o surgimento do curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional em 1915 à luz do perfil de seus egressos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir da análise de relatórios anuais publicados pela instituição em seus Anais, é possível traçar a trajetória da Biblioteca Nacional ao longo de ao menos um século,

embora este texto enfoque na segunda década do século XX.

De acordo com Oliveira; Carvalho e Souza (2009, p. 13), a “[...] criação do primeiro curso para o ensino da Biblioteconomia se deu na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, através do decreto 8.835 de 11 de julho de 1911, durante a direção de Manoel Cícero Peregrino da Silva”.

No tocante à inauguração do curso de Biblioteconomia, como explicitado por Juvêncio (2016) ao longo de sua tese, ocorre em um período de “florescimento e a adoção de novos pensamentos”, além da predileção de Peregrino da Silva em se “inspirar/espelhar no moderno” (JUVÊNCIO, 2016, p. 164).

Peregrino da Silva “cria o Curso visando preparar profissionais aptos aos serviços executados pela instituição” (SILVA, 1910, p. 772).

O período inaugural do curso, tomando a matriz francesa como referência para a implementação do mesmo, é visto por Weitzel (2009). As matérias eram ministradas pelos Chefes de Seção responsáveis por cada disciplina.

O curso funciona com sucesso até 1922, quando é interrompido, só retomando suas atividades na década de 1930.

Assim, a primeira geração de bibliotecário formados pela instituição, além de trabalhar na Biblioteca, passa a formar novos bibliotecários, são eles: Carlos Mariani, Emanuel Eduardo Gaudie Ley e Floriano Bicudo Teixeira.

CONCLUSÕES:

Portanto, o compromisso dos bibliotecários da primeira geração mostra-se vitalício à instituição, conforme notas sobre os professores do período de 1932 - 1939:

Eugênio Teixeira de Macedo (1866-19?)
[...] Foi admitido na Biblioteca Nacional em 1898, no cargo de amanuense, tendo

se classificado em 4o lugar. Em 1913, foi promovido a oficial, tendo chegado a bibliotecário (1933) por merecimento. Como dirigiu a 3a Seção, lecionou a disciplina Iconografia e Cartografia até setembro de 1934, quando se aposentou. [...]

Carlos Mariani (1884-1937) [...] A carreira na Biblioteca Nacional teve início como amanuense, tendo sido nomeado em julho de 1911. [...] Formou-se no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional em 1916 e chegou ao cargo de bibliotecário com a promoção por merecimento em 1933. Foi diretor da 1a Seção (Impressos) e da 3a Seção (Estampas e Cartas Geográficas), lecionou as disciplinas Bibliografia e Iconografia e Cartografia, e ocupou interinamente a direção da Casa em 1934.

Luiz Corte Real de Assunção (18?-1936) Ingressou na Biblioteca Nacional em 4 de setembro de 1914, habilitando-se ao Curso de Biblioteconomia em 1916 e promovido a auxiliar-amanuense (1918). Em 1929, ocupou o cargo de secretário, período em que tomou providências para a implantação da seção de obras em braile, a pedido da viscondessa de Cavalcanti (BIBLIOTECA NACIONAL, 1915, p/ 672; 1917; 1919; 1920; 1930 apud BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p. 191). Enquanto ocupava o cargo de oficial foi designado para ministrar História Literária e depois foi promovido a sub-bibliotecário (1933). Chegou ao cargo de bibliotecário e foi diretor da 2a Seção. Em 1935, lecionou Paleografia e Diplomática no Curso de Biblioteconomia. [...]

Florianio Bicudo Teixeira (1885-19?) [...] Habilitou-se no Curso de Biblioteconomia em 1922, e seguiu carreira na Biblioteca Nacional, tendo ocupado os cargos de amanuense e, por merecimento, oficial (1933) e sub-bibliotecário (1934). Com o falecimento de Carlos Mariani, substituiu-o na cadeira de Iconografia e Cartografia, de 1937 a 1948 (com algumas interrupções). [...]

Emmanuel Eduardo Gaudie Ley (1892-1953) [...] ingressou por concurso na Biblioteca Nacional em 1917, na de vaga de auxiliar. Foi promovido a sub-bibliotecário por merecimento e

lecionou a disciplina História Literária aplicada à Bibliografia. Em 1934, foi promovido a bibliotecário e a diretor da 1a Seção. Lecionou as disciplinas História Literária aplicada à Bibliografia, no período de 1938 a 1939 e Bibliografia, de 1938 a 1940. Fez curso de especialização nos Estados Unidos (1941) e, a partir de 1942, passou a fazer parte da Comissão Brasileira de Catalogação. Lecionou também História do Livro no Curso Fundamental de Biblioteconomia, de 1944 até pelo menos 1948, conforme documentos consultados. Gaudie Ley chegou a ministrar pelo menos três disciplinas simultaneamente, prática que começou em 1933, com o falecimento de Constâncio Alves e Mario Behring, e se fortaleceu depois da reforma, em 1944. Chegou ao cargo de bibliotecário classe L (WEITZEL, 2010, p. 190-192).

Sendo assim, percebe-se que suas ações realizadas outrora sob o título de funcionários e bibliotecários da Biblioteca Nacional, exercem um vínculo indissociável com a herança deixada para futuros estudantes, mesmo um século depois de seu ingresso na instituição.

Agradecimentos:

Ao CNPq pela oferta da bolsa e a Biblioteca Nacional pela disponibilidade de sempre na oferta de informações.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Infraestrutura e Cidade: relação entre espaço e meio ambiente – o caso da metropolização do espaço da cidade de Niterói em face aos conflitos entre espaço urbano e espaço virtual

Autores: Julia Barreto Nogueira dos Santos e Eloisa Carvalho de Araujo

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Urbanismo/Escola de Arquitetura e Urbanismo / Laboratório do Lugar e da Paisagem (Lupa)

INTRODUÇÃO:

Desde o início da popularização das tecnologias de informação e comunicação, se observa a mudança que essa causou no comportamento humano quanto às relações interpessoais e a relação de como o homem atua no espaço em que vive. Nas últimas décadas tivemos cada vez mais acesso ao que acontece em nosso entorno sem precisarmos estar presentes onde o fato se sucede. Ruas são exploradas e congestionamentos são evitados numa fração de segundos por navegadores antes mesmo de se ligar o carro. Nesse contexto, surge então uma nova modalidade de transporte, um serviço solicitado por aplicativo, no qual o motorista recebe notificações de passageiros durante as corridas, sem precisar sequer estacionar e esperar o próximo cliente. É com base na análise dessa nova realidade que foi investigada a influência que o espaço virtual tem sobre o espaço urbano, precisamente sobre a cidade de Niterói. A pesquisa teve como corpo de análise ambientes urbanos da cidade de Niterói, em especial seu centro expandido e, como problema, as conectividades (eixos viários) frente ao processo de virtualização do espaço urbano. A cidade de Niterói vem sendo submetida, nos últimos anos, a uma dinâmica urbana, que sugere tensões provocadas por um processo de metropolização de seus espaços urbanos. Um quadro preocupante em relação à gestão de problemas ligados a saturação do sistema de transporte na cidade de Niterói, com repercussão no campo da mobilidade urbana, funciona como motivador para compreender questões associadas aos diferentes sentidos do virtual no espaço urbano, metropolitano. A cidade perde forma e ganha expressão enquanto sucessão de movimentos, representações e imagens, sobretudo, associando-se à tecnologia como elemento chave, parte do cotidiano do usuário na cidade. Tais situações estudadas tem potencial para serem transformadas em possíveis ações para

mitigar os impactos gerados pelo excesso de veículos, seja pela perspectiva das medidas reguladoras da atuação dos aplicativos de transporte, seja pela pouca efetividade da oferta de transporte público.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A cidade de Niterói, na Região Metropolitana do Rio, foi eleita a pior num ranking das cidades mais congestionadas do país¹. Como rota de passagem de veículos de outros municípios, tem o seu território sacrificado pela demanda de serviços de transporte, seja pelo movimento pendular casa-trabalho-casa, culminando na saturação em diversas vias da cidade. De acordo com dados do Departamento Nacional de Trânsito - Denatran a frota de carros em 2016 era de 264 mil veículos e em 2017 atingiu 290 mil carros emplacados². Esse crescimento constante da frota de veículos em muito compromete a piora do trânsito da cidade com alta concentração de veículos circulando, sobretudo, pelos bairros do Centro e Icaraí. Vale ressaltar que essa problemática incorpora as preocupações do Plano Diretor de Niterói, aprovado recentemente. Por outro, a cidade vem sofrendo o impacto do excesso de veículos em seu cotidiano, o que é relatado por especialistas, por usuários de transporte coletivo, taxistas e motoristas de aplicativos de transporte. A orientação metodológica adotada privilegiou inicialmente a revisão bibliográfica e o balanço das posições teóricas pertinente ao tema mobilidade urbana, visando contribuir para compreender o processo de virtualização do espaço urbano. Tal leitura foi somada a trabalhos que abordaram a adoção das tecnologias de informação e comunicação, da cibercultura e a repercussão dos mesmos

¹ Ver em: <https://www.mobilize.org.br/noticias/10910/niteroi-com-o-pior-transito-plan-eja-a-mobilidade.html>

² Informação disponibilizada Jornal O Fluminense em: <http://www.ofluminense.com.br/en/cidades/mais-29-mil-ve%C3%ADculos-nas-ruas-de-niter%C3%B3i>. Acesso em 20 de junho de 2019.

eventos como subsídio, seja no campo da problematização da temática da mobilidade urbana, seja como mecanismos que projetem significados para interpretar tendências em curso. Também foi priorizado o estudo de autores, obras e trabalhos científicos que abordam a temática da mudança no comportamento do indivíduo e, conseqüentemente, da cidade depois da introdução da tecnologia digital de forma mais ampla e acessível, em especial à facilidade de acesso à tecnologia, às experimentações no campo do ciberespaço³. Outro aspecto investigado foi o diagnóstico do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável – PMUS, de Niterói que prevê um modelo de corredor viário para o centro com redução de número de ônibus e conexões com outros modais. A ideia, até agora consagrada, valoriza a integração dos sistemas de mobilidade urbana, priorizando o transporte público coletivo e incentivando os modos ativos (a pé e de bicicleta). A investigação pautou-se também em relacionar o conhecimento sobre como o indivíduo e a cibercultura estão relacionados de forma quase orgânica. Percebe-se a influência da tecnologia sobre a dinâmica da virtualização do espaço na vida individual, e conseqüentemente na cidade.

CONCLUSÕES:

Os aplicativos de transporte de passageiros configuram hoje uma nova opção de locomoção pelas principais cidades do mundo. As plataformas conectam motoristas parceiros e passageiros que solicitam a corrida através de um aplicativo de celular. Segundo relato de taxistas de Niterói (através de entrevistas não estruturadas), foi a partir de 2014 que este mercado se abriu para Uber, 99 e Cabify na cidade. Hoje, calcula o Sindicato de Taxistas de Niterói que circulem cerca de seis mil ou mais veículos provenientes desses aplicativos na cidade. Ainda não há regras municipais específicas e, por conseqüência, a cidade vive uma sensação de horário de pico durante todo o dia, expandindo o congestionamento nos principais

eixos viários e, sobretudo, nos bairros da zona sul e centro de Niterói. Mais carros rodando, mais congestionamentos e mais poluição é o que verificamos, percorrendo as ruas da cidade. Os congestionamentos frequentes sugerem uma migração de passageiros do transporte coletivo e individual para os veículos de aplicativos. De fato é complicado saber a origem dos transportes por aplicativo que estão circulando oriundos de cidades adjacentes, inflando cada vez mais o volume de automóveis nas vias municipais, muitas vezes não preparadas para esse acréscimo. Podemos afirmar que a pesquisa, em pauta, nos abre um sem número de possibilidades relacionadas, inicialmente ao tema escolhido, mas também se estende por circuitos diversos, por exemplo, da economia compartilhada. E é por este caminho que a investigação tende a prosseguir. Porém com a consciência de que, mesmo concluída, é possível que haja pauta para novas discussões acerca do assunto, motivadas pela relevância do tema. Além disso, a pesquisa oportuniza a discussão sobre a precarização da força de trabalho e sobre como os trabalhadores inseridos nessa dinâmica se utilizam do espaço público.

Agradecimentos:

Agradecimentos especiais devem ser feitos à FAPERJ por oportunizar bolsa de IC e ao Laboratório do Lugar e da Paisagem – Lupa (TUR/PPGAU/EAU), ambiente no qual grande parte da pesquisa pode ser desenvolvida.



³ Termo idealizado por William Gibson, em 1984, no livro *Neuromancer*. Refere-se a um espaço virtual, associado ao uso de tecnologia e atrelado a uma rede mundial. *Neuromancer*, é um dos mais famosos romances do gênero cyberpunk. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Neuromancer>. Acesso em: 24 de junho de 2019.



Ciências Sociais Aplicadas

Considerações sobre a pesquisa do mercado de trabalho do setor turístico de Angra dos Reis, RJ

Juan Guilherme da Silva Damazio; Wilson Martins Lopes Júnior.
E-mail: juanguilhermedamazio@id.uff.br

Departamento de Geografia e Políticas Públicas - DGP, Instituto de Educação de Angra dos Reis- IEAR, Universidade Federal Fluminense - UFF- Pólo de Angra dos Reis

INTRODUÇÃO:

Em relação ao turismo, há diferentes formas de defini-lo, sendo que todas as discussões conceituais favorecem a busca pela compreensão desse fenômeno socioeconômico. No aspecto teórico, merece referência o entendimento do turismo de Pearce (2003, p.25) “[...] como um conjunto de relações de fenômenos originados com as viagens e estadas temporárias de pessoas que estão viajando sobretudo a lazer com finalidades recreativas”. Também merece ênfase a contribuição de Cruz (2003, p. 4) “[...] o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta”. Ainda sobre o tema, contribui Fratucci (2009) ao destacar que o turismo em sua prática, induz a uma nova organização do território, assim produzindo um espaço do turismo.

Neste contexto do turismo, emerge essa pesquisa, focando no mercado de trabalho, mais especificamente, nos trabalhadores do turismo.

O objetivo dessa pesquisa é o de caracterizar, o perfil dos trabalhadores do setor turístico do município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Merece referência que este projeto de iniciação científica, por sua vez, está compreendido por outro projeto mais amplo, coordenado pelo professor Aguinaldo Cesar Fratucci da FTH/UFF, no qual o objetivo refere-se a identificação e o estudo do mercado de trabalho do setor turístico do estado do Rio de Janeiro, buscando, em especial, as relações dos trabalhadores e dos empregadores com o

espaço onde se (des)territorializam, contribuindo para a construção do espaço turístico estadual. A referida pesquisa, por sua vez, compreende os municípios de Niterói, Arraial do Cabo, Petrópolis, Itaiaia, Resende e Angra dos Reis, considerados municípios prioritários para o desenvolvimento turístico pelo Ministério do Turismo. Neste contexto, inclui-se este projeto de iniciação científica com área de estudo em Angra dos Reis, RJ.

Nesta pesquisa sobre Angra dos Reis, o interesse está concentrado nos trabalhadores do setor turístico, aqueles empregados pelos meios de hospedagens, agências de viagens, transportadoras turísticas, empresas organizadoras de eventos e órgãos públicos de turismo dos destinos turísticos. Portanto, intenciona-se caracterizar o perfil dos trabalhadores do setor turístico do município de Angra dos Reis. Deste modo, contribuindo com o conhecimento de um importante ator da prática do turismo, por sua vez, favorecendo em ações para o setor do turismo.

Para tanto, foram adotados os métodos quantitativo e qualitativo, empregando-se os seguintes procedimentos metodológicos:

- Revisão bibliográfica sobre o tema. Nesta etapa busca-se nas principais bases de pesquisas, de artigos científicos que tenham relação com o tema proposto.
- Levantamento dos empreendimentos do setor turístico dos municípios de Angra dos Reis, compreendendo: Meios de hospedagem, Agências de Viagens e Operadoras de turismo, Transportadoras turísticas, Empresas organizadoras de eventos, Órgão públicos de turismo.
- Pesquisa de campo nos empreendimentos: Pesquisas com o setor de recursos humanos de cada

empreendimento, Entrevistas com os trabalhadores (amostragem).

- Tratamento e tabulação dos dados colhidos.
- Análise dos dados coletados

A área de estudo, o município de Angra dos Reis, destaca-se como pólo receptor de turistas. Localizado no sul do estado do Rio de Janeiro, Angra dos Reis, tem em suas paisagens naturais, especialmente praias e ilhas, os seus atrativos turísticos reconhecidos internacionalmente. Sendo a Ilha Grande, a localidade que recebe o maior fluxo de turistas.

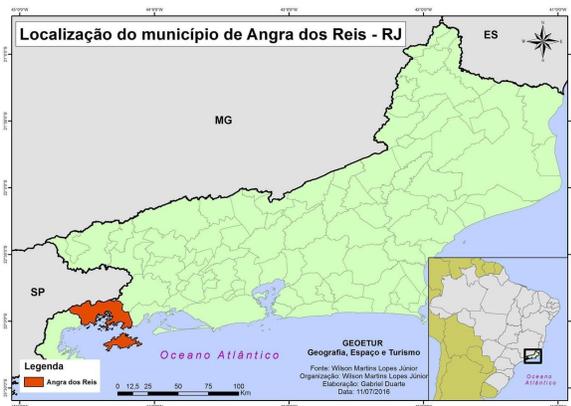


FIGURA 1- Localização do município de Angra dos Reis - RJ
Fonte: LOPES JÚNIOR, (2016)

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Nesta fase de execução do projeto, com o início da realização de pesquisa bibliográfica, foi possível identificar o quanto o turismo é uma atividade complexa, envolvendo diferentes setores. Deste modo, chamando à discussão áreas do conhecimento distintas para estudá-lo. Outro aspecto a salientar, é o papel da atividade do turismo em Angra dos Reis, algo representativo para a economia do município. Nas próximas etapas da realização dessa pesquisa, assim como em sua conclusão, acredita-se que compreenda-se melhor a complexidade da atividade turística no referido município, em especial, no âmbito dos trabalhadores do setor do turismo. Também, os resultados dessa pesquisa em sua fase sobre Angra dos Reis, contribuirá com o projeto "Relações entre turismo, trabalho e territórios na contemporaneidade brasileira: caracterização do mercado de trabalho do setor

turístico do estado do Rio de Janeiro". Deste modo, permitindo um diagnóstico mais detalhado e completo da dinâmica e da complexidade do mercado de trabalho do turismo fluminense e dos espaços apropriados para a referida atividade.

CONCLUSÕES:

Como a pesquisa encontra-se em fase inicial, ainda não há resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CRUZ, R. C. A. **Introdução a Geografia do Turismo**. Rio de Janeiro: Roca, 2003.

FRATUCCI, A. C. Refletindo Sobre a Gestão dos Espaços Turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. **Turismo em Análise**, v. 20, n. 3, dezembro 2009, p. 391-408.

LOPES JÚNIOR W. M. Fluxo de Automóveis nos Estacionamentos Públicos e Privados da Cidade Turística de Angra dos Reis, RJ. **Revista Turismo em Análise**. v.27, n.2, Ago.2016; p.429-453.

PEARCE, D. G. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

Agradecimentos:

Agradeço a FAPERJ pela Bolsa de Iniciação Científica IC. Projeto intitulado: Turismo, trabalho e territórios: o mercado de trabalho do setor turístico de Angra dos Reis, RJ. Aluno bolsista IC

FAPERJ Edital 2019.

Também agradeço a Universidade Federal

Fluminense –

UFF, assim como

ao meu orientador

Dr. Wilson Martins Lopes Júnior,

Coordenador do Grupo de pesquisa

“Geografia, Espaço e Turismo – GEOETUR”.



Espaço e Turismo – GEOETUR”.



Ciências Sociais Aplicadas

Considerações sobre a urbanização turística e efeitos na reprodução espacial na Vila de Trindade, Paraty - RJ

Marcelo Barros Curvelo; Wilson Martins Lopes Júnior.
E-mail: curvelomarclo@id.uff.br

Departamento de Geografia e Políticas Públicas - DGP, Instituto de Educação de Angra dos Reis- IEAR, Universidade Federal Fluminense - UFF- Pólo de Angra dos Reis

INTRODUÇÃO:

A cidade de Paraty localiza-se na mesorregião sul fluminense denominada Costa Verde, na divisa com o estado de São Paulo. Sua divisão político-administrativa é constituída por três distritos: Paraty, Paraty-Mirim e Tarituba, com 37.553 habitantes no total (IBGE, 2010). Sua economia, ainda que de maneira geral centrada no turismo e prestação de serviços, tem, em menor escala, contribuições da agropecuária, agricultura e do setor industrial (IBGE, 2010).

A Vila de Trindade, área de estudo da presente pesquisa, se localiza a 24 km do centro de Paraty, estando contida no município. Suas belezas naturais, dentre as quais destacam-se inúmeras praias, têm um grande apelo turístico, sendo encaradas como um refúgio para residentes de grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que se encontram bastante afastadas de aglomerações urbanas. Além disso, como é citado por Oliveira (2005), Trindade detém as mais belas praias de Paraty, o que fez desta vila, em conjunto aos traços caiçaras da comunidade local, a segunda maior potência turística do município, perdendo apenas para o Centro Histórico de Paraty. Assim, em sua prática, o Turismo atua diretamente alterando o espaço geográfico, e desencadeando uma série de especificidades espaciais, territoriais, sociais e econômicas. Esta série de processos desencadeados pela atividade turística na produção do espaço se materializa sob a forma de infraestruturas que permitem maior fluidez em sua prática, resultando na urbanização turística.

Neste sentido, a presente pesquisa tem como objetivo compreender a urbanização implicada pela prática do Turismo em Trindade, Paraty - RJ. A metodologia aplicada consiste de pesquisas bibliográficas, análises quantitativa e qualitativa, bem como trabalhos de campo.

Intenciona-se disponibilizar os resultados dessa pesquisa ao poder público, colaborando potencialmente com o planejamento e implantação de políticas públicas que favoreçam o local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Por se tratar de um trabalho ainda em estágio de desenvolvimento, as observações a serem discutidas são preliminares. Nesta fase de análise, realizou-se levantamento e pesquisa bibliográfica acerca da temática compreendida pelas áreas do turismo, urbanização, produção espacial e urbanização turística, de modo a estabelecer sustentação ao corpo teórico da referida pesquisa. Em relação à análise quantitativa, serão coletados dados disponibilizados pela prefeitura do município de Paraty, bem como outros órgãos institucionais como o IBGE, além de trabalhos de campo na Vila de Trindade.

CONCLUSÕES:

Com base nos procedimentos metodológicos aplicados, nota-se a ampla relevância que estudos relacionados à urbanização turística e às problemáticas associadas a tal processo desempenham na compreensão de atividades desenvolvidas a partir da apropriação, produção e utilização do espaço. Deste modo, esta análise serve de base para reflexão da dualidade entre produção do espaço turístico e os impactos, sejam eles benéficos ou maléficos, desta dinâmica de utilização do espaço geográfico. Nesse sentido, podem ser destacados a ampliação do dinamismo econômico associado ao turismo e, em contrapartida, conflitos territoriais ocasionados

pela apropriação do espaço e a exploração de recursos naturais locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CRUZ, R. C. A. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo : Ática, 1989.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraty/pesquisa/38/46996?tipo=cartograma&indicador=47006&ano=2011>. Acesso em: 8 jan. 2019.

OLIVEIRA, A. C. Turismo e população dos destinos turísticos: um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade - Paraty/RJ. **Caderno Virtual de Turismo - CVT**. Vol. 4, N° 4. 2005. p.31-43.

Agradecimentos:

Agradeço à Universidade Federal Fluminense e ao programa PIBIC pelo financiamento desta pesquisa, sob o título: Urbanização turística e efeitos na reprodução espacial na vila de Trindade no município de Paraty - RJ, assim como pela oportunidade de participar deste evento. Agradeço também ao meu orientador

Dr. Wilson Martins Lopes Júnior e Coordenador do Grupo de pesquisa "Geografia, Espaço e Turismo".





Ciências Sociais Aplicadas

O curso de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense: História e Depoimentos

Rodrigo Corrêa Sant'Anna

Departamento de Ciência da Informação

INTRODUÇÃO:

É patente na Arquivologia brasileira a necessidade de pesquisas que possam contribuir para a contextualização histórica de sua trajetória. Essa carência atinge não só a história das instituições e práticas arquivísticas, mas também a própria formação dos seus profissionais.

No caso deste projeto, a preocupação maior é o curso de Arquivologia da UFF, que começou a ser planejado em 1977, foi criado em 1978 e passou a funcionar em 1979 (Cf. RODRIGUES; FIGUEIREDO, 2011, p. 415-416), constituindo-se como o terceiro curso universitário de Arquivologia no Brasil. A comemoração do seu quadragésimo aniversário, em 2018, estimulou a produção de um estudo que não só coligisse dados sobre seus primeiros anos, propiciando uma análise das transformações da área de Arquivologia no Brasil, e, principalmente, por meio das entrevistas, a serem depois disponibilizadas, oferecesse fontes primárias para posteriores trabalhos.

Por meio desta proposta de trabalho, o projeto visou contribuir não só para a história da área, mas, também, para o fortalecimento da identidade do curso de Arquivologia da UFF e da sua inserção no IACS e na UFF.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foi levantada a bibliografia sobre o Curso que, infelizmente, é pequena. Foi também manuseada parcela da documentação sob guarda da Coordenação de Arquivologia, sendo tomadas notas de eventos e nomes de professores citados, atas de reuniões de Colegiado para comparação e soma às informações obtidas através das entrevistas orais.

As professoras escolhidas foram Mariza Bottino de Albuquerque, Rosa Inês de Novaes Cordeiro e Gláucia da Rocha Figueiredo. As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas para aprovação das entrevistadas.

Foram identificados pontos em comum entre as entrevistas, principalmente entre as professoras que ocuparam o cargo de coordenadora durante a atuação no curso. Esses pontos são: a dificuldade de lidar com a departamentalização da Universidade, o preconceito que os estudantes do Curso sofriam em disciplinas de outros cursos, a dificuldade dos poucos professores que eram do curso de Arquivologia para se dividirem entre as disciplinas específicas, a mudança do perfil dos estudantes e a dificuldade na obtenção de bibliografia.

Mais assuntos foram debatidos como, por exemplo, a questão prática que é fundamental para os estudantes do Curso, que teve como resolução a busca e conquista dos professores por estágios em empresas, tanto privadas como públicas. Também foi reforçada a relevância do prof. José Pedro Pinto Esposel na concepção e funcionamento do Curso.

CONCLUSÕES:

Os trabalhos realizados demonstram que há muito poucas informações publicadas acerca da história do Curso e que a documentação tem falhas, dificultando a compreensão do processo de sua criação e implantação nos seus primeiros anos. Nesse sentido, foi oportuna e estratégica a escolha da metodologia de entrevistas para iniciar uma pesquisa sobre a história da graduação em Arquivologia na UFF.

O projeto submetido não visa conclusões, e sim um conjunto de entrevistas, uma bibliografia, o levantamento de assuntos que não foram registrados oficialmente e a produção de uma cronologia capaz de permitir, posteriormente, a produção de uma história do Curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense.

A partir das entrevistas feitas já é possível identificar aspectos não contemplados pela bibliografia e documentação do curso, abrindo margem para investigação de novos fatores como, por exemplo, a fundamental atuação da Associação dos Arquivistas Brasileiros para criação da graduação em Arquivologia, os fatores que motivaram a mudança do currículo

do curso, a conquista por mais vagas de estágio para o curso de Arquivologia e as demandas dos estudantes.

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente ao meu orientador, por toda paciência e empatia durante o percurso da pesquisa. Ressalto a sua importância no amadurecimento intelectual que obtive durante este trajeto.

Agradeço à Coordenação do de Arquivologia, figurada na professora Clarissa Schmidt, por estar sempre disposta a abrir suas portas sempre que precisei pesquisar a documentação ali custodiada.

A minha família, por ser a base da minha vida e por me apoiar em todas as opções que fiz.

Agradeço a União da Juventude Socialista e ao Partido Comunista do Brasil pela formação política, por me apresentar o materialismo histórico dialético, por me ensinar que a luta coletiva transforma realidades, que a educação hoje é nosso principal meio de transformação e que por isso devemos lutar para que a Universidade permaneça sendo pública, gratuita e de qualidade e para todos.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Aplicação de multa consumerista pelo MPRJ contra empresas mais demandadas nos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Volta Redonda – uma análise etnometodológica

Autores: Prof. Marcus Wagner de Seixas, matrícula SIAPE nº 2624057 e discente Isabella de Lima Moreira Felipe, matrícula UFF: 215.090.081.

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Direito de Volta Redonda (VDI) /IHS /Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Comunicação e Mídia (Laboratório da TV Universitária de Volta Redonda).

INTRODUÇÃO:

O projeto de pesquisa em questão objetivou analisar como o Ministério Público da Comarca de Volta Redonda (RJ) atuava em relação às empresas mais demandadas nos Juizados Especiais Cíveis, em especial, no que concerne a aplicação de multa consumerista. A escolha deste objeto tem relevância, vez que este estudo proporciona a continuidade de pesquisas iniciadas no ano de 2015, as quais se preocuparam em abordar a atuação dos juízes e advogados frente às ações movidas contra essas empresas. Dessa forma, a presente pesquisa abordou como a sanção prevista no inciso I do art. 56 da Lei Federal 8.078/90 tem sido, ou não, aplicada, bem como, se possui um caráter pedagógico a fim de coibir a reiteração das práticas lesivas ao consumidor. Além disso, buscou compreender o papel das Audiências de Conciliação junto às ações coletivas no âmbito consumerista existentes no município. De acordo com as pesquisas realizadas, as demandas relacionadas a direito do consumidor na 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva representam uma porcentagem minoritária em relação às outras áreas de atuação – Cidadania e Meio Ambiente. Parte disso se deve ao fato de os consumidores optarem por não procurarem o judiciário devido à morosidade do sistema. A metodologia utilizada foi a etnometodologia, analisando a rotina dos membros do MPRJ e do PROCON do município.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Essa sanção estudada é uma manifestação do Poder de Polícia da Administração Pública, uma vez que, através da autoexecutoriedade, realiza a tutela dos direitos do consumidor e repreende o fornecedor por não se sujeitar ao CDC. Nas

reclamações individuais, a partir da aplicação da multa de forma administrativa pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), o Judiciário deverá ser acionado a fim de promover uma ação de execução visando à liquidação da multa. Todavia, considerando que as reclamações coletivas no município de Volta Redonda são ajuizadas, na grande maioria das vezes, face às mesmas empresas, é necessário entender a aplicação de multas consumeristas pelo MPRJ diante desses fornecedores. Mediante um estudo aprofundado do Código de Defesa do Consumidor, bem como, analisando as atividades cotidianas que permeiam as Ações Cíveis Públicas no âmbito consumerista, verificamos que o MPRJ não aplica a multa prevista no inciso I do art. 56 do CDC, ficando sujeito a aplicar a segunda parte do caput do artigo em questão, relacionadas às sanções cíveis, penais e definidas em lei. Foi possível constatar que as audiências de conciliação em ações coletivas de direito do consumidor não são uma prática tão corriqueira quanto nas ações individuais, as quais tramitam perante os Juizados Especiais Cíveis. Para prosseguir com o estudo, foi necessário ampliar o campo de pesquisa e entender a dinâmica de funcionamento do PROCON do município de Volta Redonda e verificar de que maneira são aplicadas as multas consumeristas. Devido à estrutura precária, o PROCON de Volta Redonda nunca realizou a aplicação da multa administrativa trazida pelo inciso I do art. 56 da Lei Federal nº 8.078/90. Não há, sequer, fiscais pra realizarem o trabalho de fiscalização em campo que ensinaria tal sanção. As principais medidas adotadas nos atendimentos são os encaminhamentos, através de ofícios, para os Juizados Especiais Cíveis ou tentativa de solução através da ouvidoria da empresa.

CONCLUSÕES:

De acordo com os estudos realizados até o momento foi possível obter como resultado a necessidade de uma melhor estruturação do PROCON do município de Volta Redonda, para que através dele, sejam instaurados processos administrativos capazes de aplicar a multa consumerista abordada no presente projeto de pesquisa. Além disso, é fundamental que os consumidores lesados recorram ao PROCON, visto que, a partir dos registros de micro lesões individuais, o Ministério Público possa investigar se a má conduta praticada é uma prática reiterada daquela empresa, o que ensejaria uma Ação Civil Pública e beneficiaria a coletividade.

Assim, espera-se que o caráter pedagógico das multas administrativas aplicadas em casos individuais, seja capaz de coibir as práticas abusivas dos fornecedores e, conseqüentemente, diminuir a demanda de conflitos que chega ao judiciário brasileiro. Uma vez sanado o conflito de forma administrativa junto ao PROCON, as reclamações coletivas não seriam excessivamente morosas, trazendo resultados em curto e médio prazo no município. Por outro lado, verifica-se a necessidade da implementação das Audiências de Conciliação no âmbito das ações coletivas consumeristas, visto que isto também contribuiria para a duração razoável do processo.

Agradecimentos:

Agradeço, primeiramente, a Deus, agradeço, também, ao meu professor orientador que possibilitou que eu expandisse meus conhecimentos e agregasse uma experiência tão enriquecedora em minha graduação. Agradeço, ainda, aos profissionais do MPRJ da 1ª Promotoria de Justiça da Tutela Coletiva, bem como, aos colaboradores do PROCON do município de Volta Redonda, que foram fundamentais para as informações obtidas na pesquisa e para a organização do I Seminário de Direito do Consumidor que será realizado na UFF/VR.



Figure 1: Logo PIBIC



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

AVALIAÇÃO DE CONFORTO TÉRMICO E SATISFAÇÃO DOS OCUPANTES EM EDIFÍCIOS DE ESCRITÓRIOS EM CLIMAS QUENTES E ÚMIDOS

Marcelo Jabor de O. Almeida, Louise Land Bittencourt Lomardo e Diego S. Caetano

Escola de Arquitetura e Urbanismo /Laboratório de Conservação de Energia e Conforto Ambiental

INTRODUÇÃO:

A eficiência energética de edifícios é um dos maiores desafios atuais no Brasil. Atualmente a maior parte dos prédios utiliza sistemas de resfriamento, ventilação e iluminação artificiais, o que representa boa parte do consumo dos mesmos. Essa dependência de sistemas artificiais para resolução de questões do conforto acaba gerando uma arquitetura condicionada a esses fatores, fazendo com que muitas vezes o projeto produza uma arquitetura descolada das questões ambientais e de sua implantação, se apoiando unicamente nesses sistemas mecânicos. Toda esta questão tem resultado em ambientes extremamente desconfortáveis além de problemáticos sob o ponto de vista do consumo de energia.

O principal objetivo do projeto conjunto com a COPPE/UFRJ e a University for Applied Science de Berlin é monitorar a temperatura e a umidade do ar interior, para analisar a percepção e a satisfação dos ocupantes a respeito do conforto térmico em edifícios de escritórios em região de clima quente e semiúmido (ZB8 e ZB5) no estado do Rio de Janeiro. Os dados foram obtidos em levantamentos de campo de longo prazo e por questionamento diário dos ocupantes e medidas de acompanhamento em alta resolução temporal. O estudo visa aumentar o conforto do usuário, reduzindo o uso de energia para refrigeração e aumentar a eficiência energética dos sistemas de refrigeração.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para a pesquisa foram escolhidos três edifícios situados na cidade do Rio de Janeiro e suas imediações:

1. CISCEA (Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo) localizado no Centro do Rio de Janeiro nas imediações do aeroporto Santos Dumont.
2. COPPE-UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia)

localizado dentro do campus da UFRJ na Cidade Universitária.

3. NAB (Núcleo de Estudos em Biomassa e Gerenciamento de Água) localizado dentro do campus da UFF na orla da Boa Viagem em Niterói.

A pesquisa foi dividida em duas etapas. Na primeira etapa foram feitas visitas aos prédios e palestras explicativas do que consistia o projeto de pesquisa e apresentação aos usuários do edifício, após isso foi feita a aplicação do questionário longo contendo aproximadamente 80 perguntas que buscam caracterizar o usuário, o edifício e a percepção do usuário sobre o edifício. Este procura entender o nível de satisfação do usuário sobre a qualidade do ar, qualidade acústica, qualidade térmica e qualidade com as condições de iluminação natural e artificial. O objetivo do questionário é entender qual a principal problemática na percepção dos usuários, e se esta é de fato a questão térmica. A segunda etapa foi realizar o monitoramento do prédio e aplicação do questionário curto. Este se deu através da colocação de aparelhos de monitoramento que mediam de 10 em 10 minutos a temperatura e umidade no ambiente interna e externamente, o aparelho em questão é do fabricante HOBO. O questionário curto era respondido duas vezes ao dia pelo usuário através de um software que aparece na tela do respondente, este coletava dados da percepção térmica do usuário e seu nível de satisfação com esta condição através de sete perguntas. O objetivo deste é cruzar os dados das respostas subjetivas com as temperaturas monitoradas no ambiente para se estabelecer que faixas de temperaturas os usuários consideram ideais. Posteriormente, se pretende cruzar essa informação com as normas técnicas de conforto e dimensionamento de aparelhos para climatização e ver se estas estão adequadas a realidade da percepção do brasileiro em climas quentes e úmidos.

Até então foram analisados os dados obtidos com o questionário longo, com ênfase

no edifício do CISCEA. O ponto de partida na análise era entender qual a problemática principal do prédio e entender se o conforto térmico era a principal questão, passado este ponto era explorada a questão térmica com os dados que caracterizariam a percepção do usuário no prédio e as potencialidades desses dados. A pesquisa feita com 43 usuários com idade entre 25 e 55 anos e em sua maior parte mulheres (Figura 01 e 02) mostrou que existe um impasse quanto à questão térmica, em que a maior parte dos usuários considera o edifício como frio ou muito frio (Figura 03) e que quando perguntados como gostariam da sensação térmica, a maior parte respondeu que mais quente (Figura 04), é importante destacar a necessidade das duas perguntas, pois a percepção térmica passa pela subjetividade do usuário, isto é, não é por que ele classifica como frio que ele deseje que estivesse mais quente, por exemplo. A partir daí, percebeu-se que algumas respostas divergiam muito das outras, então foi elaborada uma hipótese de que as particularidades dos usuários bem como gênero, idade, meio de locomoção para o trabalho, posição na empresa poderiam ter influência na percepção da temperatura, então os dados foram cruzados para entender se a teoria era verdadeira. Ao cruzar os dados percebeu-se que de fato existia uma relação entre os dois fatores, entre os resultados pode-se perceber que quem vai para o trabalho de transporte público prefere um ambiente mais quente (Figura 05) e os cargos mais altos na empresa preferem o ambiente mais frio (Figura 06).

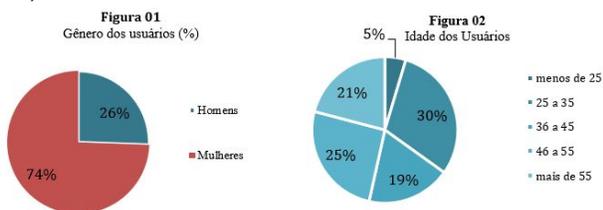


Figura 03
Sensação térmica das últimas duas semanas (%)

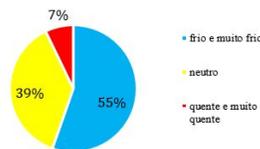


Figura 04
Sensação térmica desejada (%)

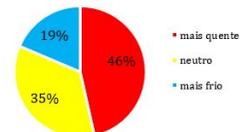


Figura 5
Comparativos entre meio de transporte e sensação térmica desejada



Figura 06
Comparativos entre posição e sensação térmica desejada



CONCLUSÕES:

Ao analisar os dados, é possível ver que dentre os pontos aferidos com o questionário a principal problemática na percepção dos usuários é condição climática promovida pelo sistema de ar condicionado no escritório. Como foi visto, a maioria dos usuários classifica o

ambiente de trabalho como frio ou muito frio e aspira pela elevação da temperatura. Este resultado mostra que o equipamento central de ar condicionado opera em excesso, isto é, a temperatura poderia ser mais elevada, aliviando o funcionamento desse sistema, assim reduzindo custos e tornando o edifício mais eficiente e confortável para seus usuários.

Outro ponto de observação é como as características pessoais dos usuários são um fator que influencia sua percepção climática do prédio. Esta questão fica bem evidente, por exemplo, ao analisar os dados relacionados ao cargo e à sensação térmica desejada, constatando que os usuários com cargos mais altos na hierarquia são mais exigentes com a temperatura do ar. O mesmo vale para o meio de transporte: os entrevistados que vão de carro, isto é, aqueles que estão acostumados a ter mais conforto no trajeto para o trabalho, acabam sendo também mais exigentes quanto à temperatura do ar. Assim, é possível ver que o status social é um dado determinante na percepção do conforto.

Outro aspecto importante a se notar são as respostas neutras. Observou-se que o termo “neutro” não contribui muito para a análise, tendo em vista a dificuldade de estabelecer se essa opção tende para uma percepção de conforto ou desconforto. Contudo, ampliando nosso olhar no espectro de respostas, há indícios de que o termo “neutro” assume o conceito de “zona de neutralidade térmica”, que Schlegel (1968) define como sendo onde as pessoas sentem que o ambiente não é muito frio nem muito quente ou “índice de neutralidade térmica” definido pela ASHRAE 55 (2013)[5] como o índice térmico interno correspondente a um voto médio neutro na escala de sensação térmica.

Depois desta primeira aproximação com esses dados, o próximo passo no projeto de pesquisa é entender exatamente que temperatura é essa de conforto do usuário, para isso pretende-se analisar os dados do questionário curto cruzando com os dados obtidos do monitoramento de temperatura. Assim poderá se ter uma faixa de temperatura que é considerada ideal para o padrão brasileiro.

Agradecimentos:

Agradecemos o apoio do CNPQ no financiamento do projeto “Resfriamento de alta eficiência e conforto térmico em edifícios de escritórios em regiões de clima quente e úmido: monitoração a longo prazo, estudo de campo com os ocupantes e estudos de simulação” (CNPq 400790/2014-9), ao Prof. Luiz Pinguelli Rosa da UFRJ e à Prof^a. Doreen Evelyn Kalz da BeuthUniversity for Applied Sciences. Agradecemos também ao Comando do CISCEA, por disponibilizar seu corpo técnico e a edificação para a pesquisa, e ao PIBIC/UFF/CNPq, pela bolsa de



iniciação científica.

REFERÊNCIAS:

- [1] Kalz DE, Pfafferott J. Thermal comfort and energy-efficient cooling of nonresidential buildings. Cham, New York: Springer; 2014.
- [2] CAETANO, Diego S. et al. Evaluation of thermal comfort and occupant satisfaction in office buildings in hot and humid climate regions by means of field surveys. ScienceDirect, Spain, 2017. International Conference – Alternative and Renewable Energy Quest, AREQ 2017, 1-3 February 2017, Spain.
- [3] ORNSTEIN, S. W. et al. Avaliação pós-ocupação: na arquitetura, no urbanismo e no design. São Paulo: Oficina de textos, 2018.
- [4] SCHLEGEL, J. C. The Relative Effects of Convection and Radiation Heat Transfer on the Thermal Sensations of Sedentary Subjects. Kansas State University, 1968. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=h6zvNwAACAAJ>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- [5] ASHRAE – AMERICAN SOCIETY OF HEATING, REFRIGERATING AND AIR-CONDITIONING ENGINEERS. ASHRAE Standard 55: Thermal environmental conditions for human occupancy. Atlanta, 2013. 66p.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Os centros históricos brasileiros e a prática de restauração da arquitetura urbana não monumental

Autores: Eliza Camello Lago de Souza

Departamento/Unidade: Departamento de Arquitetura – Escola de Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO:

O período que vai da década de 1940 a década de 1990 irá consolidar os paradigmas que até hoje caracterizam a experiência brasileira de restauração arquitetônica e urbana. O presente projeto de pesquisa procura caracterizar a consolidação de uma prática de restauração da arquitetura corrente em centros históricos no Brasil, a partir da análise de um grupo de casos paradigmáticos no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. As fontes principais de pesquisa e inventário são os processos guardados no Arquivo Geral do IPHAN no Rio de Janeiro, em especial o fundo "obras".

A pesquisa propõe discutir o conceito de centro histórico no universo do patrimônio cultural brasileiro, e a possibilidade da identificação através da análise morfológica de instrumentos para as ações de preservação dos sítios urbanos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A fim de registrar e catalogar as práticas de restauração do patrimônio no início de sua atuação, primeiramente foi realizado um levantamento de documentos no arquivo geral do IPHAN, sobre pedidos de intervenção nos edifícios no centro histórico da cidade de Parati - RJ. Esse levantamento busca identificar integralmente os imóveis que compõem o centro histórico da cidade, de forma que ainda devem ser feitas outras visitas aos arquivos do IPHAN, devido ao extenso acervo. Em sua maioria, esses documentos apresentam uma breve descrição da intervenção pretendida e um parecer do IPHAN sobre a mesma, além da identificação dos proprietários, endereço e data do pedido. Em anexo podem estar o projeto da obra, fotos que registram o antes e depois das modificações, correspondências entre funcionários do patrimônio e projetos substitutivos aos propostos.

A pesquisa documental foi complementada identificando os edifícios através do Google Maps e Street View que fornecem imagens do

seu estado atual, sendo possível comparar as modificações feitas em relação ao projeto proposto, ou confirmar se foram feitas modificações de fato.

As figuras 1, 2 e 3 são exemplo de transformações significativas em uma fachada na cidade de Paraty. A partir de uma reforma para mudança de uso (1964), o edifício térreo tornou-se um sobrado em estilo colonial, semelhante a outros exemplares da região.



Fig. 1, 2 e 3: Praça Monsenhor Hélio Pires nº8, Paraty - Imagens obtidas no fundo Obras do IPHAN e no Google street view.

Em paralelo, foi feita a identificação dos imóveis na cadastral da cidade.

Foi possível identificar certos padrões nas orientações do patrimônio em Parati como o requerimento de telhados com contrafeito e telhas tipo canal, beirais de cachorro ou cimalha, janelas de guilhotina, pintura a óleo das esquadrias nas cores tradicionais, cor branca para caixilhos de vidraça, pintura das paredes externas de cal branco, vãos externos guarnecidos com quadros de madeira maciça ou caixões inteiros. São proibidas as alterações

dos níveis originais das cumeeiras das coberturas, a retirada dos vãos das portas mesmo quando transformadas em janelas, dar barrado na fachada e a construção de calçada ou passeio ao longo da testada da edificação.



Fig. 4: Cadastral da cidade de Paraty com a identificação dos imóveis levantados até o momento.

Em um segundo momento da pesquisa, foi feito o levantamento de documentos sobre pedidos de intervenção nos edifícios nas cidades de São João del Rei, Diamantina e Ouro Preto em Minas Gerais. Dessa vez o levantamento buscou identificar alguns exemplos de intervenções nas cidades citadas, como amostras, sem a intenção de abranger os centros históricos integralmente.

A Figura 5 exemplifica um caso de mudança de vãos na cidade de Diamantina. Foi feito um pedido para transformar duas janelas da fachada principal em portas (1969). O pedido foi aceito desde que fossem mantidos os caixões das janelas inteiros, com emendas nas partes inferiores e que fossem acrescentadas outras vergas a baixo das guilhotinas.



Fig. 5: Rua Direita nº104, Diamantina - Imagens obtidas no fundo Obras do IPHAN e no Google street view.

As orientações do IPHAN nas cidades mineiras são semelhantes às de Paraty, com pequenas diferenças como o requerimento de janelas de rótula, calha ou guilhotina e pintura das paredes externas de cal em cores claras, preferencialmente branca. É proibido dar barrado ou barra rústica, apesar de existirem também recomendações de barrado cor cinza claro apenas na parte que corresponde ao baldrame.

O levantamento das cidades históricas baianas ainda será realizado.

CONCLUSÕES:

O levantamento e análise dos documentos obtidos nos arquivos do IPHAN sobre obras de conservação e restauração realizadas nos centros históricos auxiliaram para o desenvolvimento e estudo das três linhas principais de análise que a pesquisa propõe:

1 - A ação nos centros históricos: o que conservar, tudo ou o espaço externo e a volumetria dos imóveis;

Foi possível identificar na cidade de Paraty o estilo patrimônio, alguns exemplos do preenchimento dos vazios e ampliação do existente a partir dos pedidos de novas construções e acréscimos e a inserção da arquitetura contemporânea através dos muros de Paraty.

2 - O aprendizado sobre os materiais construtivos coloniais e o desafio da sua restauração;

Identificação dos materiais utilizados nas primeiras restaurações segundo orientações do patrimônio, e alguns casos de invenção de tradições construtivas como o uso recorrente das janelas de guilhotina nas restaurações (fig.6).



Fig. 6: Rua Tenente Francisco Soares nº100, Paraty - Imagens obtidas no fundo Obras do IPHAN e no Google street view.

3 - A questão da cor;

Utilização do branco nos centros históricos mineiros e de Paraty onde a utilização de outras cores nas alvenarias da fachada era em sua maioria proibida.



CIÊNCIAS SOCIAIS

ESTUDOS PARA O ESTABELECIMENTO DE EDIFÍCIOS COM BALANÇO ZERO DE ENERGIA (NZEB) NO BRASIL

Thayná Batista Rangel e Louise Land Bittencourt Lomardo

Escola de Arquitetura e Urbanismo /Laboratório de Conservação de Energia e Conforto Ambiental

INTRODUÇÃO:

O projeto em desenvolvimento é uma continuação e desdobramento da pesquisa “Estabelecimento de Edifícios com Balanço Zero de Energia no Brasil”, iniciada em 2014, que estuda questões de eficiência energética e conforto ambiental de uma mesma tipologia arquitetônica em diferentes estados brasileiros. Neste projeto foi pretendido desenvolver o conceito de edifícios com balanço zero de energia para edifícios comerciais em regiões de clima quente e úmido do Brasil submetida a variações paramétricas.

Os Net Zero Energy Buildings (NZEBs) são edifícios que minimizam o uso da energia convencional e maximizam a forma arquitetônica para incorporar energias renováveis – em especial a solar- , bem como características de design sustentável energeticamente eficientes e, por isso, evitam o esgotamento dos recursos e os impactos ambientais adversos da geração de energia a fim de proporcionar um ambiente interior de alta qualidade e com o mínimo possível de consumo de energia.

Foram estudados aspectos do NZEB, com o objetivo de otimizar a coleta da radiação solar (geração através de painéis fotovoltaicos) e, simultaneamente, estudando as fachadas para otimizar o balanço da luz natural, integrando então as soluções de fachada e

cobertura. A simulação de modelos de prédios comerciais com envoltória otimizada quantificará e atestará (ou não) o atingimento dos objetivos.

Com isso, nos propomos a desenvolver edifícios com o maior nível de aproveitamento das condições climáticas naturais nos edifícios comerciais em regiões de clima quente e úmido no Brasil usando ferramenta reconhecida internacionalmente e completamente integrada com a elaboração de projetos arquitetônicos, sem necessidade de migração entre softwares.

Após uma ampla revisão da literatura, foram realizados estudos paramétricos para aperfeiçoamento da forma arquitetônica usando o programa de modelagem Rhinoceros, a fim de analisar e possivelmente comprovar a possibilidade do estabelecimento do NZB na cidade do Rio de Janeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Fizemos uma análise inicial das condições climáticas dos terrenos os quais o objeto de estudo será implantado e utilizando o programa Grasshopper/ Ladybug. Para esse estudo utilizamos o arquivo climático (em formato EPW) recolhido da estação climática Santos Dumont/RJ e foi fornecido no site da Ladybug Tools. Este arquivo contém dados climáticos dos anos de 2003 à 2012.

Com o componente “calculador de conforto” do programa Grasshopper/ Ladybug, encontramos o tempo médio de conforto climático na região sem ainda a análise de envoltória de 71.9%, tempo de desconforto por calor de 11.5% e de desconforto por frio de 0.0%. Com isso encontramos uma parte dos valores base para a análise do ambiente a ser implantado objeto arquitetônico de estudo.

Estratégias de conforto utilizadas para esse clima:

- Inércia térmica para aquecimento: que vai garantir a diminuição das amplitudes térmicas e um atraso térmico no fluxo do calor.
- Sombreamento que vai reduzir os ganhos solares através de barreiras físicas na edificação.
- Ventilação Natural.

Modelagens:

A primeira envoltória a ser estudada foi um modelo padrão de um edifício com dimensões de 21x14x12m que foi sendo sucessivamente modificado a partir das análises para se conseguir um melhor aproveitamento de elementos específicos a serem testados.

Variações paramétricas::

Elementos de Conforto Testados:

- Avanço da cobertura:

Considerações: Sombreamento das áreas de maior radiação. Isto é diminuição da temperatura interna do ambiente por conta da baixa nos ganhos de calor externo.

- Parede Inclinada:

Considerações: Mesmo efeito do avanço da cobertura porém com ganhos na estética.

- Pérgolas:

Considerações: Sombreamento parcial. Resultados menos significativos que os elementos anteriores.

- Brises horizontais:

Considerações: Resultados não significantes para fachada norte. Devido sua implantação este elemento é indicado para proteção da fachada oeste.

- Brises Verticais:

Considerações: Proteção é diretamente proporcional às dimensões.

- Prateleira de Luz:

Considerações: Elemento que gera um ganho lumínico além da proteção solar.

- Brises Verticais + Avanço de cobertura:

Considerações: A combinação projetou resultados favoráveis ao clima analisado.

Elementos Utilizados para sombreamento

Brises Verticais + Avanço da fachada, Prateleira de Luz:, Brises horizontais.

A combinação desses elementos na fachada do modelo gerou uma diferença de 155.51kWh na radiação recebida pelo edifício, isso gera um potencial de ganho lumínico no ambiente interno e, conseqüentemente, uma queda nos gastos elétricos correspondentes a refrigeração, que somada com a energia produzida gera um bom equilíbrio no fator consumo/produção de energia.

As placas na fachada produzem o efeito de sombreamento bloqueando a radiação eminente no edifício, então é um elemento passível de aplicação no clima da cidade analisada.



Segundo as análises realizadas, elas podem ser aplicadas desde que não estejam localizadas de forma obstruir a captação dos ventos responsáveis pela troca de ar, diminuindo o conforto interno do edifício.

Calculando a energia captada

Média de Iluminação diária útil 6hrs

Modulo fotovoltaico: 265W

Então para produção de energia pelas placas na cobertura do edifício temos:

Energia = Potência x Tempo x rendimento

$265 \times 6 \times (1-0,20) = 1,27\text{kWh/dia}$

Rendimento x Numero de placas na cobertura

$1,27 \times 91 = 115.57\text{kWh/dia}$

Tendo um rendimento mensal de 3467.1kW

Para produção de energia pelas placas na cobertura do edifício temos:

Energia = Potência x Tempo x rendimento

$265 \times 4 \times (1-0,20) = 0,80 \text{ kWh/dia}$

Rendimento x Número de placas na fachada

$0.80 \times 30 = 32.3 \text{ kWh/dia}$

Tendo um rendimento mensal médio de 960kW

Soma da captação: 4427kW/ mês

Levando em consideração que o preço unitário do kW/h para 2017 foi de R\$0,81569, neste edifício existe uma economia mensal de R\$3.585,87 sendo assim passível assim de se tornar NZB de uso comercial.

CONCLUSÕES:

Alcançamos um modelo NZB com as variações paramétricas estudadas.

Agradecimentos:

Agradecemos o apoio da FAPERJ pela bolsa de IC que possibilitou a realização do financiamento do

presente projeto.

REFERÊNCIAS:

BACHMAN, D. Grasshopper visual scripting for Rhinoceros 3D. Industrial Press, Inc. South Norwalk, USA.

KALZ, D. E. et al. Building signatures correlating thermal comfort and low-energy cooling: in-use performance. Disponível em: <http://www.informaworld.com/journals>. Acesso em: 03/04/2019.



Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título: A interface entre as ações socioassistenciais voltadas para a criança e o adolescente

Autores: Sabrina Machado de Barcelos

Departamento de Serviço Social/UFF Campos

INTRODUÇÃO:

O projeto de pesquisa “TECENDO A REDE SOCIOASSISTENCIAL DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE: a interface entre as ações” possui como objetivo identificar e analisar a rede não-governamental de atendimento socioassistencial à criança e ao adolescente na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ, realizando uma análise sobre a interface das ações desenvolvidas por esta rede, a fim de compreender se o município vem buscando construir um Sistema de Garantia de direitos que priorize a proteção integral de crianças e adolescentes.

No primeiro ano de sua execução, a metodologia utilizada foi um levantamento quanti-qualitativo dos programas e projetos desenvolvidos pelas entidades não governamentais e que estão cadastrados no Conselho Municipal de Promoção aos Direitos da Criança e Adolescente. Nesse sentido, com o objetivo de se adquirir informações sobre as entidades e o trabalho que elas desenvolvem, foi utilizado o documento Termo de Visita emitido pelo CMPDCA em visita institucional. Os dados quantificados foram, entre outros, a respeito da propriedade do imóvel, público alvo, capacidade e número de atendimentos nas instituições e, tipo de atendimento oferecido, de acordo com o artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No segundo ano, foram realizadas entrevistas estruturadas com representantes de cada entidade, a fim de sistematizar e compreender como é realizado o trabalho em rede no município. Foram realizadas 14 entrevistas o que representa 66% das entidades que estão registradas no Conselho Municipal de Promoção de Direitos da Criança e Adolescente – CMPDCA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O ECA estabelece uma rede de proteção integral as crianças e adolescentes, que deve atuar de maneira coordenada e sistêmica, com um funcionamento articulado buscando a efetivação dos direitos, desenvolvendo um trabalho em conjunto de forma intersetorial com as instituições que atendem a esse público, a fim de um trabalho destinado a integralidade do sujeito. Para isso é necessário à atuação conjunta de diferentes atores sociais como, Estado, sociedade civil e organizações não governamentais, que atuem em prol da garantia de direitos considerando que é um público ainda em formação e desenvolvimento. Essas redes de proteção devem contribuir para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos.

O Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, na cidade de Campos dos Goytacazes, está estruturado através da sociedade civil organizada, com entidades do Terceiro Setor e através de órgãos públicos,

A fim de analisar a interface entre as ações socioassistenciais realizadas pelas entidades registradas no CMPDCA, foram entrevistadas 14 representantes das 21 entidades ao total.

Foi possível perceber que para as entidades, de forma majoritária, o trabalho em rede é fundamental, sinalizando não ser possível trabalhar de forma isolada. Compreendem então que o trabalho em rede é a articulação com outros equipamentos e setores; a satisfação do atendimento integral as demandas; fluxo de encaminhamentos e contra referências; além de compreenderem o trabalho em rede como estabelecimento de vínculos com organizações que trabalham no território, com ações de integração e cooperação.

Dessa forma, todas as entidades entrevistadas manifestaram que o trabalho em rede é importante e que o realiza em seus projetos e ações, através de: atendimentos e encaminhamentos; contatos com órgãos e

equipamentos responsáveis; palestras, oficinas com órgãos da rede; visitas, acompanhamento; reuniões e através do Fórum da Criança e do Adolescente.

As dificuldades colocadas do trabalho em rede estão em acionar órgãos, já que muitos têm resistência na realização de um trabalho em conjunto; a alteração constante dos equipamentos da rede e de profissionais que impede a continuidade do trabalho. Além da existência de problemas de mau funcionamento dos equipamentos e falta de recursos, sendo afirmada de forma predominantemente a respeito da precarização das políticas públicas, a falta do acesso, a dificuldade de atendimentos e vagas, o que denota a desresponsabilização do poder público com as questões sociais.

Os profissionais das entidades ainda afirmaram falhas na própria articulação com a rede, não havendo canais disponíveis e pessoas dispostas a este trabalho, além da burocratização dos serviços, que por vezes o profissional imerso em sua rotina de trabalhos não possui tempo hábil para contatar e integrar as ações.

CONCLUSÕES:

O Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes prevê uma rede de proteção integral ao público infante juvenil que deve atuar de maneira integrada buscando a efetivação dos direitos e desenvolvendo um trabalho de forma intersetorial com instituições, órgãos, ou setores que trabalham com atendimento a criança e adolescente, a fim de propor soluções a problemas e demandas em comuns. Desse modo, o trabalho em rede é uma alternativa prática de organização capaz de possibilitar e responder as demandas com uma atuação que considere o sujeito na sua integralidade.

No entanto, o trabalho intersetorial enfrenta empecilhos e desafios na sua implementação, visto que este não é pensado enquanto gestão, e está sempre em disputa com os interesses políticos vigentes, o que prejudica a proteção integral das crianças e adolescentes.

A pesquisa realizada junto aos representantes das entidades apontaram que a rede não funciona com ações articuladas. Há muito problemas como a precarização das políticas públicas, falta de orçamento financeiro que reflete na

desresponsabilização do Estado com as questões sociais, burocratização dos serviços e trabalhos demasiadamente pessoalizados.

Desse modo, é de suma relevância se considerar o trabalho intersetorial proposto pela autora Inojosa (2001), em que considera os problemas e as desigualdades sociais a partir do território e dos sujeitos inseridos no mesmo, para além de setores e disciplinas isoladas. Pensar a partir das reais questões dos sujeitos, como educação, saúde, transporte, de forma articulada para viabilizar o aumento da proteção social dos indivíduos.

Agradecimentos:

Agradeço a FAPERJ pelo apoio através da bolsa de iniciação científica.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

MAPEAR PARA (RE) CONHECER: o lugar da população em situação de rua nos equipamentos socioassistenciais públicos e privados, em Campos dos Goytacazes, RJ.

Autores; Laura Alves Lima Ramos e Leda Regina de B. Silva

Departamento de Serviço Social de Campos/NETRAD

INTRODUÇÃO: O presente projeto contribui para o desenvolvimento de estudos, seja na literatura geral e especializada, como nos documentos, na construção de instrumento de coleta de dados para o mapeamento institucional e o início do tratamento parcial das narrativas presentes na pesquisa qualitativa, sobre o acesso institucional à rede socioassistencial pública, por parte da população em situação de rua, de Campos dos Goytacazes, RJ. A equipe do projeto contribuiu para o mapeamento de novas demandas acerca do (re) conhecimento das instituições, públicas e privadas. Ressaltam-se os critérios e exigências institucionais para o seu acesso e sua permanência nas instituições públicas. Trata-se de um campo com profunda tensão, conflito e resistência na relação entre instituições e população em situação de rua, seu perfil estabelecido, especialmente, no âmbito das instituições públicas governamentais e privadas financiadas, consideradas, *a priori*, pelos usuários, de padrão rígido, inflexível, se comparado às instituições e atendimentos privados.

Nesta perspectiva, outras ações do projeto encontra-se em andamento, seja o mapeamento das instituições privadas, dos programas e serviços privados de atendimentos,

seja sua organização local na base de dados e na apreensão das diversas concepções e visões que embasam o lugar que esse público ocupa e resiste em relação aos aparatos institucionais, aos programas e serviços a ele dirigido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A aproximação com estudos e pesquisas sobre as instituições sociais contemporâneas e o seu correlato, no que diz respeito aos padrões institucionais estabelecidos, nos mostra a complexidade do tema e de sua funcionalidade, sobretudo se apreendido de forma isolada. Nesta perspectiva, é preciso que sua análise seja desenvolvida, não só devidamente contextualizada, em seu tempo e espaço, como deve ser articulada, metodologicamente, a partir de referências teóricas que nos possibilitam apreendê-las em seus múltiplos direcionamentos, com vistas à resoluções que correspondam às peculiaridades sociais.

A escolha do pensamento de Goffman (1987), através de uma de suas obras, especialmente a que trata das “Instituições totais”, ainda que tenha elaborado sua pesquisa e análises sobre uma instituição de saúde, sua preocupação era “compreender o mundo social

dos internados em hospital, procurando captar a perspectiva subjetiva dos internados” (GOFFMAN, 1987, p. 23).

O autor atribui significado a esse conceito, ou seja, “Instituição total: seu traço principal é que ela concentra todos os diferentes aspectos da vida de uma pessoa (trabalho, lazer, descanso) no mesmo local e sob a autoridade de uma equipe dirigente”. (Idem, p. 23).

Ao se considerar que o hospital não é somente um lugar com atribuições peculiares no trato da vida humana, a ele é tributado uma relação socialmente determinada por uma dinâmica que não se encerra nos padrões, regras e normas para assegurar seu funcionamento, seja por forças superiores e externas como por relações internas estabelecidas em sua dinâmica cotidiana.

CONCLUSÕES:

Para o autor Goffman (1987), “os problemas de adesão visíveis nas atividades programadas do estabelecimento são indicadores do modo como os indivíduos se adaptam ou não ao papel e definição que o estabelecimento lhes impõe.” (p.17-25).

Para esse público, aderir às regras, sejam pela normas institucionais ou por imposição de frações de setores políticos e empresariais, apresenta-se complexo, segundo seus depoimentos, sobretudo por terem concepções de mundo voltadas para sua realidade e cotidiano construídos na relação com a rua e não direcionadas para

corresponderem aos padrões estabelecidos pelo sistema ou das normas socialmente estabelecidas. A questão que se impõe nos indica as dimensões sociais, de viés moral, em que os indivíduos em situação de rua não são compreendidos em seu potencial para o trabalho digno, não importando as múltiplas formas de precarização social a que são submetidos.

As reflexões e análises, ora apresentadas, suscitam repensar os padrões e normas rígidas que embasam sua funcionalidade. Na pesquisa e estudo em foco, tanto as instituições tradicionais como as contemporâneas, de atendimento à população em situação de rua, mesmo que se redefinam frente às necessidades contemporâneas, questiona-se sobre haver nelas tendências que expressam a negação dos referidos e diferentes aspectos da vida de uma pessoa, ou seja, são partes de uma totalidade e não a própria totalidade.



Agradecimentos:

A equipe agradece ao órgão de fomento para pesquisa – Faperj, à UFF – Campos dos Goytacazes e às instituições e profissionais vinculados à área pesquisada.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: De acordo com a tradição: as relações entre restauro e a história da arquitetura

Autores: Maria Isabel Viñas (IC Faperj) e José Pessoa (orientador)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Arquitetura – Escola de Arquitetura e Urbanismo - UFF

INTRODUÇÃO:

A pesquisa tem como objetivo entender a relação entre as restaurações feitas no Brasil a partir 1937, quando é criado o IPHAN, e a construção da história da arquitetura luso-brasileira. Serão verificadas, através do estudo documental e iconográfico, a validade das hipóteses lançadas pelos profissionais e pesquisadores da época que, invocando a necessidade de se seguir a tradição, disseminaram soluções construtivas – especialmente no que se refere à janelas, arremates de telhados e definições de paredes e vãos – que talvez não tivessem, originalmente, a importância que acabaram tendo na definição de uma imagem da arquitetura brasileira dos séculos XVI ao XIX.

A repetição destas soluções, não comprovadas por documentação, mas indo “de acordo com a tradição”, conforme os arquitetos do IPHAN diziam, vai criar uma imagem, hoje consolidada, do que era a arquitetura luso-brasileira nos séculos XVII ao XIX. No entanto, essa quase padronização no tratamento de soluções de acabamento, não favoreceu o surgimento de novos estudos sobre a história da construção arquitetônica luso-brasileira.

Neste presente estudo, os esforços focaram-se em compreender e estudar uma das soluções mais utilizadas e disseminadas pelo Brasil a partir das diretrizes lançadas pelo IPHAN: a preferência pelas janelas em guilhotina em caixilharia de vidro, em detrimento de outras soluções como a janela de abrir à francesa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foram utilizadas, como bibliografias base, os textos *Documentação necessária*, de Lúcio Costa (1969), *A casa de moradia no Brasil antigo*, de José Wasth Rodrigues (1945) e *Arquitetura civil no período colonial*, de Robert

Smith (1969), todos eles publicados na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No que se refere às janelas de guilhotina, surge o questionamento: Lucio Costa e Wasth Rodrigues associam o surgimento dessa solução de janela no Brasil ao século XVIII. No entanto, nem um nem outro fundamentam-se em qualquer documentação.

Supomos que a janela de guilhotina teve origem nas ilhas britânicas, como afirma Smith. Na Europa, seu uso teria se disseminado ao longo do século XVII especialmente na Inglaterra e na Holanda, conforme afirma João Vieira Caldas em seu estudo *Janelas de guilhotina: proposta de investigação*. Em Portugal, a solução teria aparecido apenas no século XVIII, devido à forte presença de comerciantes ingleses na região e pela boa adaptabilidade do sistema de abertura dessa janela ao clima local, já que permitia manter-se as folhas abertas sem ficarem à mercê da força do vento, como acontecia com as janelas de abrir à francesa.

Já com relação ao Brasil, os estudos se concentraram em descobrir, primeiramente, quando o vidro começou a ser utilizado, uma vez que é componente essencial para a possibilidade de se produzir janelas de guilhotina. Os historiadores se contradizem em algumas informações a esse respeito. Através da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, foram feitas pesquisas nos principais jornais da primeira metade do século XIX, correntes nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Pernambuco. Encontrou-se uma publicação a respeito de uma casa com vidraça no jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, no ano de 1810. Outro, de 1812, fala-se sobre a primeira Real Fábrica de Vidros do país, em Salvador, no jornal *Idade D'Ouro do Brasil* (Fig. 1). No mesmo jornal, em 1813, haviam avisos acerca de serviços que punham as vidraças em caixilhos, bem como da venda de telhas de vidro (Fig. 2). Vê-se que, já à essa altura, a disponibilidade do vidro já alcançava maiores

proporções, bem como os serviços ligados às vidraças (o vidro destinado a portas e janelas). Em 1814, a Fábrica de Vidros, ainda a única do país, informa vender seus produtos ao mesmo preço que se vende na Fábrica de Lisboa. O preço caindo, há a possibilidade de as vidraças se popularizarem mais. Ainda assim, em muitas partes do país, o alcance estava ainda retido à um número seletivo de casas. Deduz-se isso pelas matérias de jornal: as casas com vidraças eram sempre colocadas como local de referência, o que evidencia não serem tão comuns, como se vê num quadro de avisos do jornal *Diário de Pernambuco* (Fig. 4).

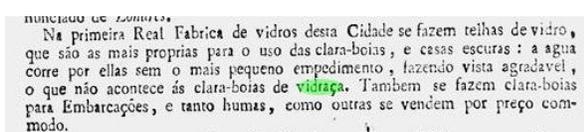


Fig. 1: fração do jornal *Idade D'Ouro do Brazil*, em 1812. Hemeroteca Digital da BN.

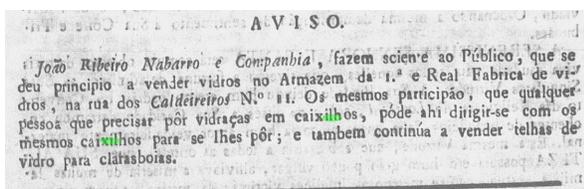


Fig. 2: fração do jornal *Idade D'Ouro do Brazil*, em 1813. Hemeroteca Digital da BN.

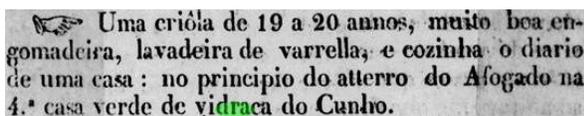


Fig. 3: fração do jornal *Diário de Pernambuco*, em 1833. Hemeroteca Digital da BN.

Assim, imagina-se que a disseminação do uso do vidro no Brasil tenha acontecido apenas após a vinda de D. João VI, em 1808, e da abertura da primeira fábrica de vidros, em 1810. Apesar disso, a vidraça aparece com alguma frequência no século XVIII adotando uma solução intermediária que é a inserção de caixilharia de vidro nos vãos dos postigos de janelas e portas. Junto a D. João e sua corte, vieram para a colônia muitos comerciantes ingleses e, com eles, a solução da janela de guilhotina teria também se disseminado.

Dá-se prosseguimento à essa busca a partir da leitura de relatos feitos pelos viajantes estrangeiros no Brasil, no início do século XX, mais especificamente o texto *Notes on Rio de Janeiro, and the southern parts of Brazil; taken*

during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818, do comerciante inglês John Luccock, e *Diário de uma viagem ao Brasil* (1824), de Maria Graham. Ainda não se pôde tirar desse procedimento nenhum resultado concreto.

Fez-se uma busca no Acervo Digital da Biblioteca Nacional, em fotografias e iconografias da época, a fim de identificar qual foi a real incidência das janelas de guilhotina no Brasil. Foram analisadas as obras dos fotógrafos Revert Klumb, Marc Ferrez, Augusto Riedel, Juan Gutierrez. Entre os pintores: Jean-Baptiste Debret, Henry Chamberlain e Thomas Ender. A partir daí, nasce a hipótese de que as janelas de guilhotina fossem, na época, mais populares entre o casario menor, de uso residencial (Fig. 4), muito embora terem sido identificadas na Quinta da Boa Vista (Fig. 5) e no Palácio Imperial. No entanto, uma assertiva é certa: era muito comum a combinação entre as duas soluções de janela: a de guilhotina para as janelas de peitoril e a de abrir à francesa para as janelas de sacada.



Fig. 4: iconografia de Henry Chamberlain, de 1821. Acervo Digital da BN.



Fig. 5: Quinta da Boa Vista. Iconografia de Debret, de 1817. Jornal *Diário do Rio*.

CONCLUSÕES:

Foram encontradas muitas informações pertinentes ao objetivo que se almeja, porém ainda não se pode dizer ao certo quando surgiu e o quanto foi popularizada a janela de guilhotina no Brasil.

Existe a dificuldade de detectar-se as informações acerca das janelas de guilhotina nos documentos antigos, pois, ao que parece, este não era o nome usado então, tendo-se sempre como resultado da busca notícias a respeito da Revolução Francesa e da terrível máquina à ela associada.

Ainda assim, pode-se seguir com o questionamento, pois nenhum dos autores analisados apresenta referências documentais que comprovem a hipótese da existência da solução de janelas de guilhotina no Brasil no século XVIII. O único documento gráfico, evocado por Smith, é a Quinta do Tanque, em Salvador, onde vemos apenas janelas de peitoril, com folhas de vidro de abrir à francesa. Esse levantamento promove, em aspecto geral, uma reflexão sobre a intervenção de conservação do patrimônio arquitetônico e a produção de conhecimento relativo à história da construção luso-brasileira.



Ciências Sociais Aplicadas

A “Saúde da Mulher” na Educação Básica: um estudo híbrido do canal Drauzio Varella e das provas do ENEM

Bruna Rezende Leite e Alexandre Farbiarz

Comunicação Social / IACS / educ@mídias.com – Educação para as Mídias em Comunicação

INTRODUÇÃO:

No dia 5 de maio de 2018, o jornal online G1 publicou a notícia “Crianças denunciam estupro após assistirem palestra sobre abuso sexual e suspeito é preso em MT”. De acordo com a notícia, após uma assistente social palestrar o tema na escola, as crianças denunciaram o abusador, um amigo da família. A mudança no comportamento das crianças, que conviviam com o abuso, possivelmente só foi motivada após o acesso à informação, que atuou como meio de prevenção e combate de mais abusos. Nesse caso, a escola de Educação Básica localizada na zona rural de Jaciara (MT), cumpriu com o seu dever social, através da medida educativa instaurada desde 2007 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) com o Programa Saúde na Escola (PSE), que coloca a escola como meio de prevenção e promoção de saúde, através do uso da informação.

O Programa Saúde na Escola (PSE) visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira. [...] O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. (MEC, 2007)

Contudo, apesar da implantação desse programa nas escolas, a inserção e ascensão das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) fez com que o cenário de ensino- aprendizagem se expandisse e se modificasse para além das salas de aula. Na era digital, com o uso da Internet, o acesso à informação e a construção do conhecimento já não se fazem apenas de maneira passiva, com um professor à frente designando a quais conteúdos os alunos terão, ou não, acesso. Hoje com as TICs, o aluno se torna peça ativa do processo de ensino-

aprendizagem, uma vez que ele pode selecionar os conteúdos, a linguagem, e a fonte da informação que procura (CHARTIER, 1998).

A grande transformação privilegia a dimensão técnica do homem, em tal magnitude que a forma da consciência contemporânea é fundamentalmente tecnológica. Isso equivale a dizer que o relacionamento do sujeito humano com a realidade hoje passa necessariamente pela tecnologia, em especial as tecnologias da informação, em todos os seus modos de realização. (SODRÉ, 2012, p. 13)

Baseados nisso, decidimos analisar as demandas por conhecimento preventivo dos receptores da categoria “Drauzio Comenta”, do canal do *YouTube Drauzio Varella*. Autor-personagem do canal, o médico cancerologista Drauzio Varella, que já apresentou programas sobre saúde nas rádios Jovem Pan AM e 89 FM e no programa Fantástico da Rede Globo, explica que,

[...] a internet trouxe muitos benefícios ao possibilitar que a população fique mais informada sobre saúde. O problema é a falta de crivo para diferenciar a informação correta daquela produzida sem evidência científica. (COMBRICOLI, 2019)

Por entendermos que, assim como previsto na PSE (MEC, 2007), este consegue, dentro do âmbito da Educação Informal (LIBANEO, 2010), unificar as áreas de Saúde e Educação em seus vídeos, qualifica-se como um canal de cunho educativo de credibilidade, segundo o veículo internacional *Science Vlogs*, que atesta a qualidade científica de canais de ciência no *Youtube*.



Figura 1: Canal de Drauzio Varella no YouTube

Disponível em:

<https://www.youtube.com/user/drdratzio Varella>.

Acesso em: 13 set. 2019

Corroborando com essa interpretação, a proposta do canal entra em sintonia com os dispostos com Candotti (2002, p. 15), que afirma que,

Talvez mais do que nos anos 50, saibamos hoje, com maior clareza, qual a importância de contar a todos o que fazemos e pensamos, para a democracia e para o próprio reconhecimento social do valor da pesquisa científica. Nas sociedades democráticas, educar e prestar contas do que se estuda e investiga constituem imperativo categórico fundamental. [...] A livre circulação das ideias e resultados de pesquisas é fundamental para o próprio avanço da ciência, o exame de suas implicações éticas e o enriquecimento da educação.

Além disso, o canal figura como relevante pela quantidade de inscritos (1.650.000 - até 12/09/2019), pela quantidade total de visualizações (89.604.092 - até 12/09/2019) e pela quantidade total de vídeos (580 - até 01/02/2019), se comparado à canais oficiais de divulgação de informações sobre saúde como o “VídeoSaúde Distribuidora da Fiocruz”, com 10.322 inscritos e 1.066.536 visualizações (até 19/02/2019), e “Ministério da Saúde”, com 65.695 inscritos e 41.652.390 visualizações (até 19/02/2019). Outro ponto a destacar é a quantidade de interações do público com o canal: conversas e discussões de hábitos de saúde nos comentários e pedidos de esclarecimentos sobre temas que, atendendo à demanda dos “internautas”, fez gerar a categoria “Drauzio Comenta”, lançada como um meio

de atender diretamente às necessidades de informação sobre saúde dos usuários do canal.

Assim, partimos do princípio de que dentro das configurações do Ensino de Educação Básica há ainda uma defasagem em questões referentes à

“Saúde da Mulher”, baseado em dados recolhidos em pesquisa exploratória no canal estudado, acreditamos que demandas específicas do tema, como endometriose, métodos contraceptivos, doenças do útero e do canal vaginal, amamentação, estupro e abusos, possuem grande expressão no meio das interações nos vídeos do canal. A partir disso, buscamos responder quais temas aparecem, qual a frequência e qual o engajamento dos receptores, assim como analisar como as provas que norteiam a aprendizagem de Ensino Médio no país, estão abordando tais assuntos.

Haja vista que 51% da população brasileira é composta por mulheres (IBGE, 2010), e que cabe também à escola informar alunos, pais e educadores sobre questões de saúde pública, atuando como meio coletivo de prevenção de doenças e de promoção da saúde (DONATO, 2016), de modo com que o conhecimento construído na instituição, em que o indivíduo dedicará 15 anos de sua vida, tenha aplicação prática na sua formação cidadã, pode-se dizer que é de suma importância que os conteúdos acerca do tema “Saúde da Mulher” veiculados na escola estejam diretamente relacionados a uma demanda social pré-existente.

Para tanto, nos norteamos pelas seguintes questões: será que é a linguagem do canal que atrai os jovens? Qual a presença do canal diante de outros canais similares? Quais temas são mais relevantes para o público do canal? Por que? Qual é a reação do público às informações disponibilizadas no canal? Será que estas informações são compreendidas como informação, curiosidade, verdade ou educação? As informações contidas nos vídeos do canal também podem ser encontradas na escola? De que maneira? Qual a relevância da temática “Saúde da Mulher” na Educação Formal de Ensino Médio?

Para respondê-las, faremos uso de um método híbrido: Netnográfico – na categoria “Drauzio Comenta”, do canal do *YouTube Drauzio Varella* - e Análise de Conteúdo - nos últimos dez Exames Nacionais do Ensino Médio (2009 a 2018), a fim de identificar de que maneira o tema “Saúde da Mulher” vem sendo abordado nas provas (LIMA, 2016, p.182).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Iniciamos o projeto com uma pesquisa exploratória de conteúdo do canal Drauzio Varella, que de janeiro de 2019 a abril do mesmo ano, teve crescimento médio de 100 mil

seguidores por mês no canal. A partir disso, fomos analisar a categoria “Drauzio Comenta”, que até novembro de 2018, contava com 107 vídeos publicados, contabilizando cerca de 1/5 dos vídeos do canal até aquele momento, e tendo 55% dos vídeos da categoria “Drauzio Comenta” dedicados a falar sobre a temática “Saúde da Mulher”. A categoria estudada foi criada quando o representante do canal, o Dr. Drauzio Varella, atingiu os 50 mil inscritos e abriu um espaço específico em seu domínio para desenvolver pautas levantadas pela população, como expresso no primeiro vídeo da categoria “Comentando comentários | Drauzio Comenta #00”.

Após essa medição de conteúdo do canal selecionado, e ainda na fase de pesquisa exploratória, realizamos a aplicação do método Netnográfico em dois vídeos do canal “Drauzio Varella” a fim de compreender as interações que aconteciam ali e quais as informações que elas carregavam. Os vídeos selecionados para essa análise foram “O que é menopausa? | Drauzio Comenta #92”, analisado no dia 3 de dezembro de 2018, e “Alimentação durante a menstruação

| Drauzio Comenta #43”, analisado no dia 8 de dezembro de 2018, em que pudemos identificar nas interações que assuntos referentes à saúde da mulher, interessavam tanto a mulheres quanto a homens, que geravam perguntas e sugestões de mais temas para os vídeos a fim de ter conhecimento sobre a saúde de suas mães, irmãs, filhas e cônjuges. Na pesquisa também foi observado que, mesmo sem a necessidade ou obrigação, os internautas identificavam seu gênero e idade para formular perguntas ao médico, que surgiam tanto de adolescentes em idade escolar, como de adultos acima de 40 anos.

A partir dessas informações, criamos a hipótese de que há uma demanda por assuntos referentes ao tema “Saúde da Mulher” que possivelmente não está sendo atendida pelo Ensino Básico brasileiro. Assim, para verificar se esse ponto se sustenta, iniciamos uma pesquisa de conteúdo nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio, de 2009 a 2018, a fim de identificar se o mesmo aborda questões sobre o tema “Saúde da Mulher” e, se sim, como elas vêm sendo apresentadas: se surgem em todos os anos e em todas as aplicações, quais os assuntos referentes ao tema que aparecem e se a maneira como são apresentados nas perguntas é apenas como texto base para contextualizar um outro assunto que exigirá conhecimentos de áreas

diferentes ou se de fato as questões cobram estudos sobre a temática “Saúde da Mulher”.

Após a aplicação do método, identificamos quem em dez anos ocorreram 19 aplicações do exame, totalizando 3420 questões de todas as áreas avaliadas. Dessas, apenas onze tratavam ou mencionavam pontos que se relacionavam ao tema “Saúde da Mulher” sendo: 0 em Ciências Humanas, 3 em Linguagens, 6 em Ciências da Natureza e 2 em Matemática.

Em seguida, buscando compreender quais as bases que direcionavam a formulação das questões para as provas, analisamos o conteúdo da Matriz de Referência do ENEM, em que buscamos pelas palavras-chave “saúde da mulher”, “mulher”, “saúde”, “demanda”, “cotidiano” e “dia a dia”. Nessa busca encontramos correspondência no documento apenas para as palavras “saúde” e “cotidiano”. A primeira aparece como competência necessária da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, para associar a solução de problemas de saúde com o desenvolvimento científico e tecnológico. Já a segunda, “cotidiano”, surge associada às competências de Matemática (cinco vezes), Física (uma vez) e Química (3 vezes).

Nas questões em que o tema “Saúde da Mulher” apareceu, ela estava associada aos seguintes assuntos: por três vezes com o Vírus do Papiloma Humano (HPV), por quatro vezes associado a gravidez (perpassando por rubéola, microquinhismo, amamentação e enjoos), AIDS, câncer de mama e de ovário e acidentes vasculares cerebrais (AVC).

CONCLUSÕES:

A pesquisa exploratória junto das análises de conteúdo das provas do Exame Nacional do Ensino Médio e também da Matriz de Referência do ENEM, levantou diversas questões acerca do que vem sendo cobrado dos alunos em sua aprendizagem no Ensino Médio. Dentre essas cobranças, aparentemente, o tema “Saúde da Mulher”, não recebe destaque ou aprofundamento, devido à grande parte das perguntas geradas rondarem os assuntos gravidez e HPV. Além disso, contabiliza-se menos de uma questão por prova, não demonstrando ser um conhecimento obrigatório da temática.

Percebemos também que não encontrar as palavras-chave “cotidiano” e “dia a dia” em todas as áreas de conhecimento cobradas pelo exame, demonstra que a formulação da prova do ENEM

populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.html. Acesso em: 12 nov. 2018.

LINBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. [S.l.]: Cortez, 2010.

LIMA, N. R. M. et al. **Narcisismo na Rede: o espetáculo do hiperindivíduo nas páginas do Facebook.** Tese de Doutorado (Tese em Comunicação) - PUCRS. Porto Alegre, 2016.

MEC. **Matriz de referência ENE M.** Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf. Acesso em 13 de set. 2019.

MEC. **Programa Saúde nas Escolas.** 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas?fbclid=IwAR1tKaBsTCL-zKe2JZ37CO0QwKq6WgLLGEKQoVyjhMePi5U32FR8glwT2Ag>. Acesso em: 01 de fev. 2019.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: Diversidade, descolonização e redes.** 2. ed., Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2012.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos à contribuição dos pesquisadores do grupo de pesquisa educ@mídias.com – Educação para as Mídias em Comunicação, da UFF, no desenvolvimento deste projeto, e à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UFF e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio recebido.

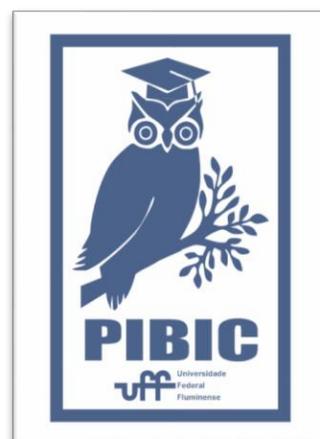


Figura 2: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento

Título do Projeto: A POLÍTICA DOS MEMES E OS MEMES DA POLÍTICA: INTERNET, CULTURAS POLÍTICAS E ENGAJAMENTO CÍVICO NAS REDES

Autores Beatrice de Melo

Departamento/Unidade/Laboratório Departamento de Estudos Culturais e Mídia

INTRODUÇÃO:

Não se pode ignorar a relevância que as redes sociais têm no cenário político atual. Por tal motivo, é preciso que se dê apropriada importância a este tipo de expressão, que normalmente é vista como algo frívolo e insignificante. É necessário compreender os memes como uma nova maneira de comunicar-se para entender o procedimento de comunicação no meio digital, e seus reflexos fora dele. Determinar uma metodologia para estudar este fenômeno tão desordenado e espontâneo de um modo formal possibilita uma maior precisão em sua análise.

Em 1976, Richard Dawkins definiu como meme, em seu livro “O Gene Egoísta”, uma expressão de evolucionismo cultural, um contexto de propagação de conteúdos culturais, como competências, atitudes, tendências e recordações.

Por algum tempo, autores renomados foram alterando e adaptando o conceito de Dawkins e criaram fundações para que, nos anos 2000, o campo de estudos da memética viesse a surgir e que o conceito de meme pudesse ser utilizado se referindo ao fenômeno das comunidades virtuais. Porém, ainda não há

um consenso sobre o que pode ser definido como meme, mesmo apenas falando da ocorrência que se dá pela internet, pois o termo é comprometido pela frivolidade contida na maioria dos conteúdos que ganham maior visibilidade nas mídias sociais. Pela grande quantidade de significados e conceitos, é possível classificá-los de diversas maneiras.

Neste contexto, surge a proposta desta pesquisa. Baseando-se em dados recolhidos nas eleições presidenciais de 2018, através de redes sociais de emissoras de televisões e demais canais jornalísticos, foram geradas propostas de categorias para enquadrar as imagens como manifestações independentes. Portanto, o conceito biológico do termo “meme” será deixado de lado, sendo apenas tratados como fenômenos culturais e comunicacionais. No que diz respeito ao campo da política, ele será percebido como uma forma de embasamento cultural memético através de práticas cotidianas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Até este momento, todo o conteúdo já foi catalogado e o processo de analisá-los está em andamento. Já se pode perceber algumas

observações, tais como o fato de que os memes em relação ao cabo Daciolo nos debates iniciais normalmente faziam troça dele enquanto nos últimos debates via-se mais memes apoiando-o. Nos últimos debates também pode-se notar manifestações de apoio por meio de fotos dos presidentiáveis, principalmente de Ciro Gomes, com vários emojis de coração ao redor. Também pode-se notar que os termos “coxinha” e “mortadela” não são mais utilizados.

Há também o resultado em relação à produção do simpósio e da exposição do Museu de Memes que são eventos acadêmicos transdisciplinares que ocorreram em maio. A curadoria foi realizada também se baseando nas três principais categorias de catalogação de memes adicionando-se a categoria Fake News: Memes Persuasivos, Memes de Ação Popular e Memes de Discussão Pública. Eles foram realizados no Museu da República (Palácio do Catete), Rio de Janeiro. O evento tem como objetivo ser um local de troca de experiências acadêmicas em relação ao estudo sobre os memes e contou com uma programação variada, possuindo pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Sua principal temática é “A política dos memes e os memes da política” e trouxe análises sobre memes de internet, suas utilizações políticas, o humor implícito, sua cultura participativa que lhes é essencial, e muito mais. Também houve seminários temáticos com exposição de trabalhos que articularam debates em relação aos estudos em andamento conduzidos por pesquisadores da pós-graduação.

A bolsista participa do grupo de pesquisa coLAB, (meta) laboratório de comunicação, culturas políticas e economia da colaboração, regularmente cadastrado no CNPq. O grupo se dedica ao estudo e à pesquisa aplicada sobre a relação entre as tecnologias da comunicação, a sociedade e a mídia. A dinâmica propõe encontros mensais ou quinzenais, nos quais há uma leitura prévia e uma posterior discussão acerca de bibliografias pertinentes e relacionadas às características do campo da memética a serem debatidas através da reunião.

A bolsista também participa do #memeclub, um dos projetos do programa de extensão do Polo de Produção e Pesquisa Aplicada em Jogos Eletrônicos e Redes Colaborativas (P3); que promove encontros trimestrais para apresentação de trabalhos e discussões sobre o universo dos memes e comunidades virtuais. A cada encontro, é apresentado um debate sobre a história, a circulação e a apropriação dos memes no Brasil e no mundo. A partir de uma experiência lúdica e interativa, os espectadores são convidados a assistirem a uma série de conteúdos multimídia e a refletirem sobre eles.

Além disso, faz parte da equipe do #MUSEUdeMEMES, projeto da Universidade Federal Fluminense e que tem entre seus objetivos principais:(1) a constituição de um acervo de referência para pesquisadores interessados na investigação sobre o universo dos memes, do humor e das práticas de construção de identidades e representações em comunidades virtuais; (2) a realização de

eventos abertos ao público para debate sobre temas relacionados aos memes de internet; (3) o desenvolvimento de um projeto de experimentação em linguagem midiática voltado para a exploração de temas através de recursos lúdico-interativos e exposições multimidiáticas; (4) a orientação em projetos de pesquisa, iniciação científica, extensão e inovação tecnológica atravessadas por suas linhas temáticas; (5) o compartilhamento de reflexões e dados, brutos e tratados, para aproveitamento ulterior em pesquisas na área; e (6) o reconhecimento e testagem de aplicações voltadas à gestão de acervos e coleções em ambiente online de fácil reaproveitamento por projetos congêneres.

A bolsista também recebeu treinamento para a catalogação dos memes de debates coletados e finalizou o processo de classificá-los. Participou ativamente do processo de produção do Simpósio e Exposição de memes no Museu da República coletando elementos que estão na exposição.

CONCLUSÕES:

A curadoria da exposição e a produção do simpósio são resultado de projeto financiado pelo edital PAEP 2018 da Capes. Como já dito anteriormente, a bolsista participou ativamente do processo de curadoria.

Do mesmo modo, a bolsista compõe a equipe do projeto de pesquisa enviado ao edital Universal do CNPq e que foi também contemplado com recursos.

A bolsista continuará em sua tarefa de análise de memes dos debates dos presidentes de 2018, dando continuidade ao projeto “A Política dos Memes e os Memes da Política: motivações, uso e ressignificações de conteúdos e comportamento relacionados à política nas redes”. Também continuará participando ativamente das reuniões do #MemeClube e do #MuseuDeMemes, preparando resenhas e fichamentos.

Essa experiência, mesmo que breve, tem sido essencial para o começo da carreira acadêmica da bolsista. Além disso, ela vem aprendendo técnicas e ferramentas que auxiliam a tarefa com grandes quantidades de imagens. Também obteve repertório de base teórica que poderá ser utilizado em outros futuros trabalhos.

Agradecimentos: CNPq



SEQ Figure 1*
C 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.

Título do Projeto: A MICROCEFALIA: dignidade da pessoa humana e sua adequação estatal.

Autor: Professor Doutor David Augusto Fernandes, SIAPE: 1211036.

Departamento/Unidade/Laboratório: Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências da Sociedade/Departamento de Direito de Macaé.

INTRODUÇÃO:

Conforme veiculado pela mídia, de uma forma geral, tivemos desde o ano de 2014 a proliferação do Zica vírus, conduzido primariamente pelo mosquito *Aedes aegypti*, visto que, posteriormente, foi constatado que a contaminação também poderia ocorrer através de relações sexuais, pelo parceiro contaminado pelo vírus, trazendo um grande perigo as mulheres que estavam em estado gestacional e favorecendo a má formação de seus fetos, que nasciam com microcefalia.

O fruto desta gestação necessita de cuidados desde o nascimento e assistência durante toda a vida, visto que o Zica vírus pode causar, além da microcefalia, sérios danos a partes diferentes do cérebro. Merecedor, portanto, da proteção Estatal, sendo certo que tal condição afeta na concorrência em condições igualitárias no ambiente social.

A dignidade da pessoa humana foi sedimentada no século passado, sendo que ela se apresenta de diversas formas e uma delas é a inclusão do deficiente, figurando neste rol aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Essas prestações positivas por parte do Estado passaram a ser exigidas a partir do início do século XX, quando a necessidade dos indivíduos não se cinge mais, tão somente, à garantia de direitos sociais e individuais, por meio de previsão constitucional ou de edição de leis. Nesse momento, a sociedade quer estar em contato com esses direitos, exigindo do Estado o fornecimento dos meios para o seu exercício.

Antes da edição da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da

Pessoa com Deficiência (LBIPD) tínhamos, no século passado, em 1975, a "Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes" resolução elaborada pela Organização das Nações Unidas, aprovada pela sua Assembleia Geral e mundialmente enfatizada em 1981 – o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD), que teve como tema "Participação e Plena Igualdade".

Seguido a esta Resolução e acompanhando o movimento mundial, o Brasil, editou a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispondo sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), instituindo a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplinando a atuação do Ministério Público e definindo crimes.

A evolução histórica demonstrou, assim, que o indivíduo julgou insuficiente a garantia de direitos pelo Estado (liberdade de expressão, liberdade de domicílio, liberdade de sigilo de correspondência), exigindo uma atuação efetiva daquele, ou seja, uma prestação positiva.

Ao lado, portanto, das liberdades negativas (comportamentos garantidos, sem ingerência do Estado), convivem as liberdades positivas (obrigações de o Estado comparecer para a prestação de certas tarefas).

Como pano de fundo a este aparato legal, no decorrer dos anos, temos a garantia ao direito à igualdade. Ou seja, a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência.

Ante ao alegado temos que o *direito à igualdade* surge como regra de equilíbrio dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e somente entendendo-se esse princípio é possível compreender-se o tema da proteção excepcional devida às mesmas.

O entendimento do princípio da igualdade pressupõe o conhecimento dos dois sentidos dessa palavra. Assim, no entender de Luiz Alberto David Araújo, a regra isonômica não admite qualquer privilégio, tratando igualmente as pessoas. Isto é o que se denomina igualdade formal ou igualdade perante a lei (ARAÚJO, 1997, p.82).

Continua o autor, afirmando que artigo 5º da Carta Magna, cuida de realçar certos valores, direitos de pessoas ou grupos, que necessitam de proteção especial, especificamente ou distinguindo tais situações. Conforme, portanto, o modelo adotado pelo constituinte, está-se diante de uma autorização para desigualar (ARAÚJO, 1997, p.82). Sendo isto denominado *igualdade aterial* ou *igualdade na lei*.

Logo, a igualdade de tratamento deve ser quebrada diante de situações lógicas que, obviamente, autorizem tal ruptura. É, portanto, razoável entender que a pessoa portadora de deficiência tem, pela sua própria condição, direito à quebra da igualdade, em situações nas quais participe com pessoas sem deficiência.

Sendo plausível afirmar que a pessoa portadora de deficiência tem direito a um tratamento especial de saúde ou à criação de programas de educação especial (RIBEIRO, 2017).

A pesquisa ora relatada visava a investigar a(s) possível (is) causa(s) que leva(m) a(s) pessoa(s) e o Poder Público a não atender plenamente aos princípios da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBIPD), delimitando este período de pesquisa nos três últimos anos (2015/2018), nos quais se avaliam a pessoa(s) pesquisada(s) e o posicionamento dos órgãos municipais no atendimento dessa camada populacional. Desses órgãos buscam-se informações sobre a existência de crianças nascidas com microcefalia, provenientes do Zika vírus e um possível descumprimento da LBIPD, por parte dos órgãos do município de Macaé, assim como quais são as políticas públicas voltadas a este segmento, que conduzissem a uma maior conscientização para um melhor atendimento dessas pessoas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Sabendo da importância que tem a pesquisa de campo para conhecer a realidade do grupo pesquisado foi realizada uma observação direta intensiva estruturada, através

de entrevistas e questionários de profissionais da área da saúde do município de Macaé, que prestam serviço a esses bebês, como APAE, Casa da Criança e HPM. Também foi realizado um encontro com uma mãe de uma criança portadora de microcefalia, que se prontificou a ser entrevistada, a fim de compreendermos melhor como é a realidade dessas famílias, e principalmente, se o Estado tutela direitos fundamentais que são inerentes a elas.

Com bases nos dados colhidos foi possível delinear que existem quatro (04) crianças portadoras de microcefalia, proveniente do Zika vírus, recebendo atendimento prestado pelos órgãos municipais acima referidos.

O órgão municipal melhor qualificado para o atendimento ao grupo pesquisado é a Casa da Criança, possuidora do Programa Follow UP, onde são realizados atendimentos que contam com profissionais, como pediatra, fonoaudióloga, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.

A APAE instalada em Macaé, também, conta com terapeuta ocupacional, fonoaudióloga e psicóloga para atender as crianças portadoras de microcefalia provenientes da Zika. Atualmente, eles atendem duas (02) crianças que apresentam esse quadro clínico. Em entrevista com o terapeuta ocupacional da APAE e com a direção da casa foi possível observar que os profissionais objetivam promover a estimulação na criança, a fim de desenvolver melhor a atenção, o equilíbrio e o fortalecimento muscular, já que são crianças hipotônicas. Cada atendimento dura cerca de 30 minutos realizado uma vez por semana. Foi dito ainda que depende de cada caso o processo de reabilitação dessa criança.

Foi realizada uma entrevista com a pediatra da Casa da Criança e que atua, também, no HPM, médica referência no município de Macaé, no trato do portador de microcefalia, onde a mesma informou que há uma grande preocupação em oferecer um atendimento individualizado e especializado, na qual se busca, através do atendimento médico, garantir uma melhor sobrevida para essas crianças.

Esclarecendo a médica “que trabalha no sentido de que todos os casos de nascimento de crianças portadoras de microcefalia, em hospitais públicos e particulares de Macaé, sejam notificados a Vigilância Epidemiologia (VE)”, visando que todos os nascituros tenham um atendimento condigno, conduzindo a uma melhor adequação na malha social, situação

que ainda não acontece, em face da falta de notificações a VE da existência de nascituros com microcefalia, por parte dos hospitais, onde as crianças nascem, apesar de ser a notificação nestes casos compulsória.

CONCLUSÕES:

Com base nos dados da pesquisa foi possível constatar que as políticas públicas governamentais direcionadas aos deficientes são praticadas de forma singela, no município de Macaé, que traz em seus programas sociais uma tentativa de inserção e integração do deficiente com a sociedade, buscando melhorar a qualidade de vida, assim como elevar a autoestima do referido grupo, uma vez que os portadores de microcefalia são muitas vezes marginalizados socialmente.

Fica evidente que se faz necessário uma visão mais atenta para às demandas das pessoas portadoras de deficiências, posto que podemos observar no nosso ordenamento jurídico diversas leis relacionadas ao tema em estudo. Contudo, para que essas legislações sejam efetivas, além da vontade política, se faz necessário assegurar as pessoas portadoras de deficiências sua dignidade, inclusão e saúde.

É necessário ressaltar que embora o município conte com inúmeras ações voltadas para o tratamento e a inclusão desse grupo pesquisado, se comparado a outros municípios brasileiros, há ainda um longo caminho para se percorrer, uma vez que o município não conta com uma comunicação eficaz entre os hospitais onde nascem as crianças portadoras de microcefalia, proveniente do Zika Vírus e a Vigilância Epidemiológica, o que ocorrendo facilitaria um entrelaçamento deste órgão com as instituições que atendem os nascidos com microcefalia, levando a um atendimento eficaz, propiciando uma melhoria para a malha populacional em estudo.

Aliado a este fato temos que a inclusão destas crianças fica debilitado, visto que no período de um ano de pesquisa foi muito difícil encontrar informações na VE, sendo que as informações foram obtidas junto a Casa da Criança, assim como encontrar os pais das quatro crianças com microcefalia, pois os dados colhidos, nos órgãos públicos referentes aos seus endereços e dados dificultaram conseguirmos mais dados sobre eles e os motivos de não serem assíduos nas instituições existentes em Macaé, que atendem a este grupo. Conduzindo a somente termos uma

entrevista de um responsável por uma criança portadora de microcefalia, pelo Zika Vírus.

Agradecimentos:

À aluna Fransuellen Ogawa Akiama que, com sua dedicação, atendeu as perspectivas depositadas, quando de sua escolha para aluna bolsista desta pesquisa.

A todos os órgãos do Município de Macaé, subvencionados pela Prefeitura local e listados neste documento, pela colaboração para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: O QUE SIGNIFICA “INTEGRAR” A FAVELA À CIDADE: CONCEITOS, PRÁTICAS E RESULTADOS.

Autores: Ana Nieda / Gerônimo Leitão

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Arquitetura – Escola de Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO:

A pesquisa é guiada pelos resultados alcançados na primeira etapa do Programa Favela-Bairro, no período compreendido entre 1995 e 2000, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse período foram implementados projetos e obras de urbanização, em diversas favelas cariocas, com o objetivo - dentre outros - de promover a integração sócio - espacial desses assentamentos informais à chamada cidade "oficial".

As favelas constituem um fenômeno urbano contemporâneo associado aos processos de segregação sócio - espacial determinados pela ausência de mecanismos de distribuição da riqueza e de políticas habitacionais que garantam o acesso à moradia para as camadas mais pobres da população. As favelas cariocas podem ser genericamente caracterizadas como assentamentos informais que apresentam precariedade de infraestrutura urbana, como acessibilidade, esgotamento sanitário e drenagem, e serviços públicos, como educação, saúde e lazer, além da posse irregular da terra. Devido a sua lógica de localização, que busca áreas desocupadas próximas aos mercados de trabalho e serviços, as favelas acabam, por ocupar regiões

impróprias para habitação, como encostas de morros ou margens de rios e lagoas.

Na primeira metade do século XX, as favelas eram vistas como um fenômeno transitório, cuja erradicação seria um processo natural do desenvolvimento da cidade. Posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970, as favelas passaram a ser compreendidas como assentamentos “subnormais”, sendo sua erradicação promovida ativamente pelo Estado, através de políticas de remoção, com a transferência de sua população para conjuntos habitacionais situados em áreas periféricas, construídos com recursos oriundos do Banco Nacional de Habitação (BNH). Essas políticas, porém, foram se revelando ineficientes. A partir de meados da década de 1970, começam a surgir programas habitacionais. As ações do poder público em comunidades faveladas ganhavam uma maior expressão quando, em 1992, o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro consolida a proposta de implementação de um programa global de integração das favelas à cidade.

O Programa Favela-Bairro foi criado, em 1994, a partir das diretrizes contidas no Plano Diretor de 1992. O Programa, em sua primeira

fase (1995/2000), promoveu a urbanização de 38 favelas (incluindo aquelas beneficiadas por programas paralelos, como o Bairrinho, para comunidades com menos de 500 moradias, e Grandes Favelas, para comunidades com mais de 2.500 unidades habitacionais).

Em busca de dar continuidade aos estudos realizados anteriormente, a pesquisa pretendeu analisar os resultados alcançados pelas intervenções físicas realizadas e pelos programas sociais implementados, no que diz respeito a integração das favelas à cidade dita oficial, proposta pelas diretrizes do programa Favela Bairro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados obtidos através da consulta ao material anteriormente elaborado pela pesquisa foram analisados de forma a buscar compor uma conclusão crítica, a partir de perspectivas diversas de agentes e entidades públicas e não-governamentais, que participaram do Programa Favela-Bairro em diferentes momentos.

Desse modo, na fase inicial da pesquisa, seu principal resultado foi a realização nos dias 6, 7 e 8 de maio, no IAB- RJ, do Seminário “25 anos do Programa Favela-Bairro: Conquistas, desafios e perspectivas de uma política pública de urbanização de favelas na Cidade do Rio de Janeiro” com objetivo de promover o debate sobre o tema, além de contribuir para o eventual aprimoramento das

políticas públicas de urbanização de assentamentos informais.

CONCLUSÕES:

A relevância desta pesquisa está associada à avaliação da eficácia dessas ações, promovidas pelo poder público municipal, em que se atribui às intervenções urbanísticas e de promoção social um papel determinante numa possível interação entre os moradores de favelas e os dos bairros existentes no seu entorno imediato – uma interação que seria capaz, inclusive, de romper com os estigmas associados a essas comunidades.

Portanto, os resultados deste estudo poderão contribuir, não apenas para a avaliação dos resultados alcançados por essas políticas públicas, no que se refere à questão da integração Favela/Bairro, como, também, para o eventual aprimoramento dessas ações de urbanização de assentamentos informais, em particular no que diz respeito às metodologias participativas de desenvolvimento desses projetos.



Agradecimentos:

Agradecemos à Direção do Instituto de Arquitetos do Brasil – Seção Rio de Janeiro pelo

apoio na realização do Seminário “25 anos do Programa Favela-Bairro: Conquistas, desafios e perspectivas de uma política pública de urbanização de favelas na Cidade do Rio de Janeiro”.



Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto:

Niterói/1970: a perda da capitalidade como fator de mudanças

Autores:

Sophia Francês Mouzinho (bolsista PIBIC)

Marlice Nazareth Soares de Azevedo (orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório:

Laboratório Documental Urbanismo no Brasil

Departamento de Urbanismo – Escola de Arquitetura e Urbanismo

Rua Passo da Pátria, 156 Bloco D, sala 564D – São Domingos – Niterói - RJ

INTRODUÇÃO:

A pesquisa apresentada pretende refletir sobre a década de 1970 em Niterói sob aspectos histórico, econômico, social, político e principalmente do desenvolvimento urbano. O trabalho se pauta na construção da Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói) e a perda do status de capital devido a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1975, como os principais fatores de transformação e expansão da cidade.

A pesquisa realizada no período de 2018/2019, procurou dar continuidade aos processos realizados anteriormente. Nesse sentido, inicialmente, foram recuperados, digitalizados e devidamente armazenados diversos acervos já existentes no laboratório.

Em outro momento, aprofundou-se o conhecimento sobre a época ao recolher e analisar informações presentes no jornal O Fluminense. O intuito desse processo investigativo foi analisar o papel dos dados presentes na mídia da época, assim como identificar os principais problemas, motivações e seus agentes transformadores.

Nesse contexto, foram recolhidas notícias do período de 1970 a 1979, que permitiram focar a situação do município antes de depois da fusão dos estados, e avaliar como a existência da Ponte e a perda da capitalidade de Niterói influenciou na configuração urbana, social e política da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Inicialmente, foram priorizadas a digitalização e organização do acervo. Portanto, foram digitalizados 20 documentos, que somados apresentam 1228 páginas de revistas, jornais, trabalhos acadêmicos, entre outros. Todos os arquivos encontram-se devidamente armazenados no laboratório e estão disponíveis para ampla consulta.

Em seguida, com foco no acervo do periódico “O Fluminense”, o processo investigativo seguiu por duas vertentes. Primeiro, buscou-se informações sobre a CPDU, um órgão municipal especializado, que teve uma atuação relevante em diferentes fases do desenvolvimento da cidade. Neste caso, foram analisadas 31 páginas que ocorriam esse termo, no período de 1970-1979. As manchetes foram transcritas e totalizam 35 páginas de um documento, além de cerca de 40 imagens feitas das reportagens que permitem um maior entendimento das dinâmicas da cidade na época.

Sobre a Ponte Rio-Niterói e a fusão foram lidas, transcritas e catalogadas cerca de 25 notícias, compondo 37 páginas. Além disso, foram salvas 50 imagens das páginas das reportagens. Devido ao número excessivo de resultados, apenas as manchetes mais relevantes foram integralmente transcritas – algumas foram resumidas e outras excluídas.

CONCLUSÕES:

Através das notícias coletadas, conclui-se que a inauguração da Ponte Rio-Niterói, em 1974, e a fusão em 1975, foram pontos chaves de transformação para cidade. Olhar através do acervo do laboratório e do ponto de vista dos periódicos locais, trouxe suporte para compreender o que ocorreu em Niterói ao longo do tempo, através de uma perspectiva urbana, social e política.

Entende-se que os jornais e revistas apresentam a capacidade de traduzir os planos urbanísticos para população, tornando-se uma ferramenta importante para contextualização da época e os efeitos das transformações para o morador comum.

Desse modo, foi possível constatar através da análise dos periódicos a ausência de estudos de impacto da introdução da Ponte e de medidas de planejamento em âmbito regional. A cidade obteve grande crescimento imobiliário e conseqüentemente sofreu um processo de verticalização das áreas centrais, o que resultou em graves problemas de infraestrutura urbana – água, esgoto e mobilidade. Além disso, percebe-se uma priorização do governo pela resolução dos problemas da Zona Sul, área considerada mais nobres.

Nas reportagens, observa-se a insatisfação da população com a perda do status de capital e a diminuição de investimentos. Entretanto, Niterói continuou tentando se reinventar, através do incentivo ao turismo e a idealização de grandes projetos urbanos que não chegaram a se concretizar. Contudo, percebe-se que o avanço das discussões acerca do planejamento urbano foram fundamentais para o amadurecimento desse setor em Niterói - que buscava estabelecer-se como cidade autônoma.

Agradecimentos:

Após a concretização de mais uma etapa nessa linha de pesquisa, gostaria de agradecer a oportunidade de estar fazendo parte desse projeto mais uma vez. O contato com a bibliografia presente no laboratório e a orientação da professora Marlice Azevedo tem sido muito importantes para meu crescimento acadêmico-científico, assim como para minha formação pessoal e profissional. Agradeço também ao incentivo do programa PIBIC da UFF. Sinto-me honrada de poder ter experiências tão ricas através desse campo e

ser contemplada por essa bolsa apesar do cenário de recessão.



Figure SEQ Figure * ARABIC 1: Logo PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE CENTROS COMUNITÁRIOS DE PRODUÇÃO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.

Thais dos Santos Marques, André Augusto Pereira Brandão

Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social

INTRODUÇÃO: No Brasil a agricultura familiar carrega grande importância em termos sociais e econômicos, seja na fixação do campesinato pobre e descapitalizado nas áreas rurais, seja na produção de alimentos de consumo diário para o conjunto da população. Apesar disso, este formato de produção conta com baixo grau de incentivo por parte das políticas sociais voltadas para o binômio “geração de renda-segurança alimentar”

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A pesquisa que estamos propondo objetiva avaliar, através de um recorte específico, um projeto social voltado para este segmento. Trata-se dos Centros Comunitários de Produção, instalados em comunidades de agricultores familiares. Trabalharemos aqui especificamente com três centros, situados respectivamente em Pintadas-BA, Ponta Porã-MS e Rurópolis-PA. Para esta avaliação dos impactos socioeconômicos dos Centros Comunitários de Produção, utilizaremos metodologias de coleta de dados quantitativos e qualitativos. Tal coleta foi realizada através de pesquisa de campo iniciada em 2016, com financiamento para viagens e trabalho de campo já assegurado através da Eletrobras. Neste terceiro ano do projeto nos detivemos especificamente sobre o CCP de Rurópolis-PA.

CONCLUSÕES: Há um contexto de baixa formação de capital social e confiança intersubjetiva que se expressa na inexistência de associações comunitárias, na pouca expectativa de que estas possam ser criadas e na diminuta disposição para a participação política dos produtores, seja em relação à cooperativa ou mesmo ao sindicato dos trabalhadores rurais. No que tange à questão de gênero, esta reflete ainda a concepção de família patriarcal, onde o homem toma a frente das atividades que requerem trato com o mundo público, com os negócios e com a renda; mesmo que a mulher participe ativamente das

atividades produtivas. São muitas as que atuam diretamente na produção do leite e nas tarefas diárias de casa, mas, são poucas as que participam efetivamente das poucas instâncias políticas e de participação existentes, já que seus nomes nem mesmo constam nas listas dos que produzem leite para a cooperativa. Não identificamos iniciativas da cooperativa ou dos parceiros institucionais desta no sentido de buscar a reversão deste quadro. Embora todos estes constem o fato, o creditam há elementos culturais que se colocam para além das suas possibilidades de intervenção. Atuar para o empoderamento das mulheres no âmbito do CCP deveria ser uma ação programada pela cooperativa responsável. A saúde na região é precária e fornece somente o atendimento básico primário, com grandes dificuldades para marcação de exames e consultas, além de intervenções cirúrgicas. Quando passam por tais intercorrências, os produtores precisam usar seu próprio dinheiro para ter acesso ao que é necessário. Já a educação pública está um pouco melhor estruturada, mas ainda há muito o que avançar, seja no que tange à baixa escolaridade dos produtores, seja nas dificuldades que se colocam à população mais jovem. Com relação aos primeiros, seria muito importante viabilizar na região junto à secretaria municipal de educação e aos parceiros institucionais as condições que estimulassem os produtores a retomar a escolarização, relacionando os Universidade Federal Fluminense temas de estudo diretamente com seu cotidiano. Com o aumento do nível de escolaridade, podem ter mais confiança para assumir postos de direção na cooperativa e, ao mesmo tempo, ter mais facilidade para absorver os conhecimentos necessários para aumentar sua produtividade e a geração de renda. Não detectamos, porém, esforços da cooperativa nesta direção, que demandaria organização política e incentivo à organização de movimentos sociais. De fato, este papel deveria estar sendo desenvolvido por associações

comunitárias, mas estas são inexistentes ou inativas. A renda é hoje obtida de várias atividades desenvolvidas dentro da propriedade, mas também de fontes como bolsas, aposentadorias e auxílios. No que tange especificamente à produção agropecuária, parte dos produtores já tem o leite como principal vetor. Mas, a produção e a produtividade ainda é baixa. Seja pela dificuldade de comprar animais mais adequados à atividade leiteira, devido ao alto preço; seja pela falta de assistência técnica – que somente agora pode começar a ser revertida. Nesse sentido, é possível perceber certa acomodação, de parte dos produtores, que deve ser combatida com proatividade e ferramentas que permitam que estes vislumbrem no leite uma fonte de renda com enorme potencial de evolução e que pode sim garantir uma renda maior comparada à auferida atualmente. E a partir desses exemplos, de produtores que passaram a se dedicar à produção de leite, absorveram os conhecimentos da assistência técnica e prosperaram, pode-se criar um contexto favorável para a expansão do negócio. A renda média anual do conjunto dos produtores com o leite alcança um patamar médio mensal de pouco menos que dois salários mínimos. No entanto, há produtores com renda muito superior no próprio município, além de exemplos de maior produtividade que poderiam ser compartilhados. Incrementos de renda e produtividade demandam em Rurópolis assistência técnica sistemática. A COOPETRA vem fazendo esforços neste sentido, seja através da contratação de um agrônomo para acompanhar parte dos produtores, seja através de parcerias institucionais potentes. Expandir progressivamente esta assistência técnica, no sentido de abarcar todos os produtores e estimular aqueles que são reticentes a aderir deve ser o alvo a ser perseguido. Todos estes fatores se unem na questão da sustentabilidade do negócio a partir da instalação e pleno funcionamento do CCP. É preciso criar um elo de maior identidade entre os produtores e entre eles e a cooperativa responsável pela gestão. Todos deveriam ser parte deste processo, mas, o que podemos observar é que os produtores (mesmo os cooperados) delegam à cooperativa todo o processo de gestão do CCP e mostram total falta de interesse numa participação mais efetiva. Se colocam como fornecedores e não como donos do negócio. Essa falta de identidade cria um distanciamento, fazendo com que os produtores não se sintam responsáveis

pelo sucesso da atividade cooperada (o que poderia alavancar a renda de todos), mas, somente pela sua parte.





Ciências Sociais Aplicadas

Informação, cultura e memória da Escola do Trabalho Feminina de Niterói, RJ.

Profª Drª Elisabete Gonçalves de Souza / Isabella Henrique Lima Pereira / Ana Beatriz Rocha do Nascimento de Medeiros

Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS)/Departamento de Ciência da Informação (GCI)

INTRODUÇÃO:

Os arquivos históricos escolares são locais que acumulam os documentos gerados pelas atividades desenvolvidas na instituição escolar, abrangendo diferentes espécies e tipologias documentais. A salvaguarda desses registros permite-nos conhecer o funcionamento dessas unidades de ensino, além de proporcionar-lhes mais conhecimento sobre sua memória e identidade.

A pesquisa que ora relatamos teve o objetivo criar uma metodologia para a identificação e descrição de documentos da primeira Escola do Trabalho Feminina de Niterói, cujos acervos arquivístico e bibliográfico estão sob a custódia do Colégio Estadual Aurelino Leal (CEAL). A atividade foi dividida em dois momentos. Primeiro trabalhamos no arquivo identificando os subfundos das escolas renascentes e descrevendo o conteúdo dos dossiês dissentes referente ao período de 1957-1976-80. Terminada essa fase atemo-nos a avaliar a documentação da biblioteca e catalogamos livros considerados de valor históricos. A seguir relatamos como a pesquisa foi desenvolvida, a metodologia usada e os resultados alcançados.

DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA:

A origem do CEAL remonta às reformas da instrução profissional no decurso do governo Nilo Peçanha, tendo surgido como Escola Profissional Feminina através da Deliberação n. 49, de 21 de dezembro de 1922. Contudo, apenas no ano seguinte iniciou seu funcionamento, sendo este regulamentado pelo Decreto n. 1954, de 13 de maio de 1923.

Nossa perspectiva ao realizar este levantamento foi buscar nos documentos legais o entendimento da história do Colégio de modo a identificarmos todas as fases vividas pela escola nesses seus 96 anos de existência. Esse estudo apontou que o CEAL passou por quatro reformas do ensino e recebeu as seguintes denominações: Escola Profissional Feminina Aurelino Leal (1923-1943); Escola Industrial Aurelino Leal (1943-1960); Ginásio Industrial Aurelino Leal (1961-1970?); Colégio Técnico Industrial Aurelino Leal (1971-?); Colégio Estadual Aurelino Leal (1976- 20-?). Essa cronologia foi usada para identificar os subfundos e as respectivas datas de acumulação dos documentos. No entanto, nem toda a legislação referente às reformas foi encontrada. Por isso, algumas datas foram identificadas por meio da consulta aos dossiês.

Os documentos de arquivo (dossiês) foram identificados por meio de planilha própria feita pela equipe da pesquisa. Após a descrição, permaneceram nas mesmas caixas em ordem alfabética, pois a proposta do projeto era desenvolver uma metodologia, não sendo permitido mexer no arranjo do arquivo. Contudo, foi possível, por meio do processo de identificação e descrição, vinculamos cada dossiê ao subfundo de origem.

A metodologia aplicada no processo de descrição priorizou tanto a abordagem arquivística, apoiando-se nas orientações prescritas pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), sendo descritos elementos essenciais como: o código de referência e nome(s) do(s) produtor(es), etc.

acrescidos de dados relativos ao perfil dos discentes imprescindíveis para os estudos sobre a história e historiografia da educação.

Para identificar o perfil dos discentes e conhecer mais sobre o cotidiano escolar, incluímos informações de caráter pedagógico, tais como: idade das alunas, local de residência, forma de ingresso, escola de origem, etc.

No que diz respeito à organização do arquivo, Em janeiro de 2018, iniciamos a identificação das espécies e tipos documentais encontrados nos dossiês¹. Até o momento foram identificados cerca de 48 espécies e mais de 60 tipos de documentos usados pela administração escolar. Para identificar, e definir os tipos documentais foram usadas as seguintes fontes: Tesouro do INEP e dicionários e glossários das áreas de Arquivologia e Educação.

A partir de abril de 2019 iniciamos um trabalho na biblioteca da escola (Biblioteca Aurélia Quaresma) visando à identificação e processamento técnico de obras antigas pertinentes à história do colégio. No levantamento preliminar foram identificados os critérios de seleção: livros a partir de 1927; livros autografados; alguns livros didáticos especiais, que marcaram os diversos currículos da escola até 1980. No entanto, nem todos os livros identificados como raros pela equipe da escola, eram de fato raros. Tratavam-se, em sua maioria, de livros de leitura antigos, datados das décadas de 1960-1980. Foi sugerido, pela equipe do Projeto, que fosse criada uma Comissão com professores de diversas áreas para avaliar esse material.

Na biblioteca a metodologia passou a ser a observação direta ambientada na vida real, levando-se em consideração o acervo mais antigo da Biblioteca, visto o interesse em observar a construção de memória local.

No processamento técnico, nos atemos das obras que estavam em bom estado de

conservação. Utilizamos as seguintes normas bibliográficas: a Classificação Decimal de Dewey (CDD), o formato MARC21, e o Código de Catalogação Anglo Americano. Para inclusão dos dados foi utilizado o software livre Biblivre versão 5.0. A escolha desse software se justifica, pois usa o formato MARC21 e suporta importação e exportação de dados para outros sistemas de gestão de informação, além de permitir o acesso remoto ao conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Apesar de sabermos da existência de documentos da primeira fase da escola (1923) só conseguimos localizar os livros com as matrículas do ano de 1926. Suspeita-se que os livros dos anos anteriores tenham sido recolhidos e enviados ao Arquivo do Estado.

Iniciamos a atividade de pesquisa inventariando oitenta dossiês de alunas matriculadas entre 1957 e 1971². A partir de dezembro de 2017 até março de 2018 avançamos descrevendo informações de dossiês de alunos que ingressaram entre 1971-1976, sendo descritos (no total) cento e cinquenta e três dossiês de alunas matriculadas entre os anos de 1957 e 1976.

Do acervo arquivístico foram identificados e descritos 173 dossiês e um diário de classe, de 1923. Para atender questões de ordem teórica e metodológica, nas análises dos dossiês, além das informações arquivísticas, foram acrescentadas informações pedagógicas sobre os discentes de modo a auxiliar os pesquisadores nos estudos sobre a educação profissional.

Na análise preliminar dessas informações foram priorizados elementos tais como: idade e residência das alunas, a profissão dos responsáveis, o currículo cursado e a evasão escolar. Sobre esse último quesito observou-se que todas as alunas da fase de 1943-61 concluíram o curso, mas na fase 1961-1971, apenas uma. Ou seja, a maioria das alunas

¹ Para fins de esclarecimentos, entende-se por tipo documental a “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (exemplo, Certificado, Certidão, etc.) e por espécie a “configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (Certificado de aprovação em exame de admissão; certificado de conclusão de curso, etc.

² Apesar do CEAL ser uma escola centenária ainda não encontramos dossiês referentes aos primeiros anos de seu funcionamento (1920-1942). Estamos chamando de fundo, pois cada escola tem sua identidade e foi organizada de acordo com a estrutura e funcionamento do ensino de sua época. Outra opção seria denominá-los de subfundos, mas essa discussão ainda não foi consolidada.

inscritas no Ginásio Industrial nos cursos profissionais de corte e costura, flores, bordados e rendas não deram prosseguimento aos estudos. Esse panorama pode ser comparado ao da escola masculina, imaginando que, tão logo aprendiam o ofício, as alunas saíam em busca de trabalho. Outra hipótese identificada na análise é de que as alunas desistiam ou solicitavam transferência ao se tornarem repetentes. Avançando nas análises, percebe-se que partir da década de 1970 as taxas de evasão foram diminuindo.

No quesito “idade”, a maioria dos dissidentes que freqüentava a escola tinha entre 13 e 14 anos, diferentemente da hipótese inicial de que, tal como ocorria na escola profissional masculina, elas ingressariam aos dez anos. Essa percepção alavancou duas novas hipóteses: 1) as escolas femininas desde o início contavam com alunas mais velhas (o que seria comprovável com um contínuo documental); ou 2) a partir da metade do século XX, o perfil dos alunos em busca do estudo profissional havia se modificado em função das reformas no ensino e a criação de escolas profissionais mantidas, por meio de subvenção estatal, por empresários, como o SENAI e o SENAC.

Os dados sobre a residência das alunas foram agrupados entre São Gonçalo e as regiões da cidade de Niterói. De uma fase para outra houve uma mudança: de 1943-61 as alunas em maior número vinham ou da Região Norte ou de São Gonçalo, ou seja, distantes da escola localizada no Bairro do Ingá, região das Praias da Baía; em seguida a maioria das alunas é das proximidades. A partir de 1976, a escola passa a receber alunos da região de Pendotiba. Essas informações, somadas aos dados acerca da profissão dos pais, na sua maioria empregados dos setores de comércio e serviços, reforça a tese de que a escola do trabalho foi pensada para atender a classe trabalhadora urbana e às demandas da indústria e comércio em expansão na região Leste fluminense, em que se destacavam as cidades de Niterói e São Gonçalo.

O currículo da escola foi analisado através dos boletins e/ou históricos das alunas, de modo que verificamos diferentes disciplinas técnicas/profissionais. Todavia, nos deparamos com um problema tão complicado quanto à ausência: informações manuscritas talvez escritas erroneamente.

A análise de dossiês da 1ª série, 1943-61, nos permitiu identificar que o ciclo básico arrolava as seguintes disciplinas: Português, Matemática, Geografia, Ciências, História, Desenho e línguas estrangeiras (Francês e Inglês). Ao longo dos quatro anos, essas disciplinas se revezavam com exceção de Português, Matemática, Ciências e Desenho. As oficinas de profissionalização oferecidas eram: bordados e rendas, chapéus, corte e costura e culinária. Na fase 1961-71, as maiores diferenças eram relativas à 1ª série, já com menor presença das disciplinas práticas citadas acima.

Com a Reforma do Ensino (Lei 5692/71) a estrutura do ensino no Brasil mudou. Juntam-se a primeira etapa da escola básica (primário) com a segunda (o ginásio) dando origem ao 1º Grau; o ensino secundário passa a ser denominado 2º Grau, sendo a educação profissional compulsória. Nesse contexto a escola passa a chamar-se Colégio Técnico Aurelino Leal e oferece um curso básico e dois cursos profissionalizantes: Técnico em Secretariado e Técnico em Administração. Dos 40 dossiês levantados do período de 1971-1976 encontramos apenas 31 moças inscritas no curso de secretariado. Por ser historicamente uma escola profissional feminina, somente aos poucos, os rapazes foram dela se aproximando. Em 1974 encontramos dois alunos matriculados: um rapaz no Curso de Secretariado e outro aluno no Curso de Administração.

Do acervo Biblioteca Aurélia Quaresma, descreveu-se cerca de 40 livros em sua maioria livros de literatura. A planilha foi idealizada com vista a catalogar os manuais usados nas oficinas da Escola Profissional Feminina, mas nenhum item dessa espécie documental foi encontrado no acervo. Na formulação do projeto havia um pressuposto de que encontraríamos na biblioteca livros didáticos das décadas de 1930-1950, e outros materiais didáticos utilizados nos cursos de formação profissional, mas esses materiais, até o momento, não foram encontrados no acervo da biblioteca. Há hipótese que tenham sido descartados.

Os exemplares de livros antigos de literatura estavam sem tratamento bibliográfico em estado de conservação precário. A estudante foi orientada a manusear os livros utilizando máscaras e luvas, porém não foi possível

catalogá-los. Então, o foco do projeto acabou movendo-se para o tratamento primário da sessão de literatura da Biblioteca.

Ou seja, por conta do estado de conservação e da insalubridade do local onde estavam armazenados os livros de literatura mais antigos, a bolsista passou a se debruçar sobre a diferenciada coleção de poesia da Biblioteca, contendo, inclusive, livros de poetas internacionais traduzidos para o português, junto das estudantes de extensão que também atuavam na biblioteca.

CONCLUSÕES:

O projeto alcançou seus objetivos desenvolvendo metodologia que ajudou na identificação e na descrição dos documentos arquivísticos e bibliográficos sob a custódia do CEAL, primeira Escola Profissional Feminina de Niterói. Tal atividade mostrou-se valorosa, pois organização dos conjuntos documentais subsidia a produção de fontes que ajudarão os pesquisadores na construção historiográfica sobre sua história e memória, além de auxiliar a instituição a conhecer mais sobre sua história e identidade.

Para a aplicação da metodologia criou-se instrumentos para a coleta de dados (planilhas), de modo que pudéssemos identificar e descrever os conjuntos documentais, especificamente, os dossiês discentes e outros relacionados ao desenvolvimento do currículo, como manuais, livros didáticos etc. Para a contextualização dos fundos fizemos levantamentos da legislação escolar de modo a identificar as modificações ocorridas na estrutura administrativa e curricular do colégio, fruto das mudanças provocadas pelas Reformas Educacionais.

No que diz respeito ao inventário, tomou-se como referencial teórico a centralidade do princípio proveniência para a identificação dos documentos de arquivo. Durante todo o levantamento seguiu-se a ordem original de arquivamento feita pelos produtores e o respectivo arranjo. A grande preocupação da pesquisa foi manter a organicidade dos fundos. Conforme Bellotto (2002, p. 21), a organicidade expressa “[...] a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora

em suas relações internas e externas”. Aspecto imprescindível para os estudos sobre informação escolar e memória.

Conforme ressalta Oliveira (2005, p. 3), os registros são testemunhos dos atos de seus produtores; são fontes do nosso conhecimento histórico, é delas que brota e nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história. Portanto, o conhecimento da História da Educação depende da publicização dos arquivos escolares e do tratamento das informações (descrição física e temática) dos conteúdos dos documentos neles guardados.

As informações levantadas e as análises inferidas foram feitas tomando como referencial teórico a literatura histórica sobre o tema que discorre sobre as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no país no período estudado e seu impacto na escola, sendo de relevância para conhecermos a história do CEAL e como ela se relaciona com a memória da educação profissional no Brasil.

No entanto, não podemos esquecer que os documentos, sua produção, expressam as relações de força existentes. O olhar crítico sobre os documentos permitiu-nos entender o projeto de educação profissional pensado para a juventude brasileira entre as décadas de 1950-1970 e de que forma este se coadunava como os interesses políticos e econômicos das classes dirigentes fluminenses.

Infelizmente, as lacunas no arquivo da Escola do Trabalho Femininas dificultaram as análises, pois não conseguimos identificar e descrever dossiês referentes às décadas de 1920-1940, ou seja, dos primórdios da escola. Mas a comparação entre a produção bibliográfica da área e os dados extraídos dos dossiês analisados nos permite comprovar a estreita relação da educação profissional com o desenvolvimento do projeto industrialista no Brasil, além de fomentar diversas indagações e discussões.

Agradecimentos:

PROPPI/UFF pela concessão da bolsa para a pesquisa; à direção e aos funcionários do Colégio Estadual Aurelino Leal.





Ciências Sociais Aplicadas

Entre o Edifício e o Arquivo: Arquitetura Residencial no Rio de Janeiro do Século XIX - Brasil-Goa: Trocas Arquitetônicas Entre Colônias

Vitória Simões

Escola de Arquitetura e Urbanismo/TAR/Laboratório de Estudos do Patrimônio

INTRODUÇÃO:

O Brasil é um país que no passado foi uma colônia portuguesa e, por causa disso herdou muitos costumes e aspectos culturais lusos, como culinária, festas, religião e até mesmo a arquitetura. O mesmo ocorreu em Goa, um atual estado da Índia, que foi uma colônia portuguesa, contemporânea ao Brasil.

No início do século XVI, por volta do ano de 1510, os primeiros portugueses chegaram na costa indiana, onde logo depois fundaram a capital do Estado Português na Índia. Estando lá estabelecidos, os primeiros povoadores lusos encontraram-se num local tropical, de clima ameno a quente e úmido, diferindo da metrópole mas, ao mesmo tempo, se assemelhando com a colônia americana.

Assim, os portugueses foram povoando os territórios fora da Europa e deixando suas marcas. Tanto no Brasil, como na Índia, aspectos da cultura lusa foram sendo implantados, modificando e adaptando as culturas preexistentes. Isso aconteceu em vários aspectos. Um deles foi a catequização forçada da religião católica dos povos colonizados. Outro, foi no que diz respeito a arquitetura, difundida em grande escala, com exemplares de Igrejas católicas, conventos e fortificações que podem ser encontradas até os dias de hoje em ambas as antigas colônias.

É fato que essas duas regiões apresentam características arquitetônicas e construtivas em comum herdadas da Europa, porém o que nos chamou a atenção foram algumas similaridades encontradas apenas nas construções das colônias, que não são vistas na arquitetura portuguesa dos séculos referente a colonização, nem mesmo em construções localizadas em outros territórios portugueses como a Ilha da Madeira e Açores. Isso sugere que houveram trocas entre as duas colônias, e não algo trazido de Portugal. A Partir disso, a

pesquisa desenvolveu-se na busca de tais elementos indo-brasileiros e o porquê de suas manifestações intra-colônias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Ao observarmos as construções coloniais, o tipo de que se destacou foram as Casas Senhoriais. Uma casa com varanda, por exemplo, poderia facilmente ser encontrada tanto nas colônias quanto na metrópole. Casas com pátio, por sua vez, só foram vistas no Brasil e na Índia. outro aspecto observado foram as estruturas de telhados que muito se diferenciavam das encontradas na metrópole

Foi discutido o porquê da existência dessas diferenças e como elas se disseminaram de uma colônia para a outra. Assim, começamos a procurar por outras semelhanças em outros setores da vida nessas duas colônias.

O que vimos foi a grande semelhança climática das regiões. Tanto o Brasil quanto Goa apresentam climas quentes e úmidos, com bastante ocorrências de chuvas, indo de encontro à situação da Península Ibérica e outros territórios portugueses, cujos climas são mais frios e secos.

Por falta de necessidade os telhados portugueses não precisavam de estruturas muitos fortes. Foram então, adaptados ao clima das colônias, tornando-se mais resistentes ao vento e impermeáveis, protegendo os moradores das chuvas.

Já a questão das altas temperaturas possibilitou a abertura das casas, que passaram a apresentar pátios internos. Outro fator importante para isso, foi a adaptação dos costumes dos povos preexistentes nas colônias no que diz respeito à moradia.

Uma descoberta surpreendente foi a constatação de que Goa e Salvador estão localizados quase que a mesma distância da

linha do equador, sendo a primeira no hemisfério norte e, a segunda, no sul, justificando as semelhanças climáticas.

Outro ponto importante a ser investigado foi o fluxo de pessoas entre as duas colônias. Este pode ter sido a principal forma de troca de tecnologias entre elas. Por meio de documentos é possível checar tal tráfego e possíveis responsáveis dessas similaridades encontradas nas colônias brasileira e indiana de Portugal.

CONCLUSÕES:

Logo, concluímos que a metrópole era, sim, o importador das técnicas construtivas e arquitetônicas para as colônias, porém não era o único. A troca entre as colônias também ocorria. Por meio do tráfego de colonizadores, características foram sendo levadas de um local para o outro.

As similaridades arquitetônicas encontradas apenas no Brasil e em Goa são justificadas por adequações aos costumes locais além técnicas desenvolvidas pelos construtores das regiões para resistir ações climáticas.

Enquanto o clima chuvoso permitiu a criação de tecnologias mais eficazes de construção de telhados, as altas temperaturas permitiram os pátios, mas eles também estão presentes pela adequação dos costumes indianos para com a morada.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a Ana Lucia Vieira, orientadora da pesquisa, a quem prezo muito por me deixar fazer parte de sua equipe de pesquisa e com quem aprendo tanto. Agradeço também minhas parceiras de pesquisa Rachel Moura e Camila Felix, além das novas integrantes Caroline Pereira, Mariana Lacerda, Lorryne Ribeiro e Juliana Medeiros.

Sou grata também a todos os professores da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF que estão fazendo parte da minha formação.

Por fim, agradeço meus pais por me apoiarem nessa jornada acadêmica.





Ciências Sociais Aplicadas

Estéticas do lúdico: Uma investigação acerca das potências experienciais dos jogos eletrônicos

Lucas Corrêa de Oliveira

IACS/Departamento de Estudos Culturais e Mídia

INTRODUÇÃO:

O projeto propõe uma abordagem teórico-empírica sobre a relação entre a ludicidade e a estética, mais precisamente a experiência estética. Na intenção de verdadeiramente situar as discussões no campo da Comunicação, em um primeiro momento debruçamo-nos sobre bibliografia referente a teorias estéticas e da arte, tais quais as conceituações de John Dewey, Charles Peirce e Richard Shusterman. A primeira etapa do projeto volta-se justamente para a pesquisa e revisão bibliográfica, integrando as leituras à discussões que se deram no grupo de pesquisa “mediaLudens: grupo de pesquisa em mídias digitais, experiência e ludicidade”. Afastando-se de uma noção que prevê a estética unicamente como um tema referente à produção do belo, dedicamo-nos, em vez disso, a discutir o problema da experiência estética potencialmente surgida nas interações lúdicas com jogos eletrônicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Percebemos que nossa questão principal – a experiência estética em obras digitais interativas lúdicas, neste caso, os jogos eletrônicos – fazia jus a uma temática que se estenderia para além do domínio das teorias da estética. Assim, notamos que essa discussão na verdade abrange colocações teóricas que atravessam também o campo da Comunicação e dos *game studies*, por exemplo. A compreensão desse fato elucidou o caráter extremamente abrangente do assunto proposto, e nos mostrou como o tema tem potencial para ser pesquisado mais a fundo por cientistas integrantes das respectivas áreas citadas.

Na realidade, foi através da primeira etapa deste projeto que identificamos certa escassez de pesquisas científicas que tratem da experiência estética aplicada aos jogos

eletrônicos. Enquanto que considerável parcela dos estudos canônicos às teorias da Estética e da Comunicação encontram em artes mais tradicionais (como a pintura, o cinema e até mesmo a televisão) suas exemplificações, nenhum grande autor da corrente filosófica pragmatista discutido nos encontros ocupou-se a atribuir aos *games* o papel de ilustrar suas ideias. Neste sentido, é evidente certa carestia de estudos estético-experienciais que lancem olhares sobre os jogos eletrônicos, e o presente projeto destacou-se também nesse aspecto.

CONCLUSÕES:

A primeira fase deste projeto de pesquisa – focada em levantamento e aprofundamento bibliográfico, leituras e discussões no grupo mediaLudens – serviu como fundação dos princípios teóricos aos quais devemos nos atentar em nossas investigações. Foi somente a partir desta etapa inicial que pudemos documentar as conceituações vigentes sobre a experiência estética e o estatuto da arte interativa na história e na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que trouxemos a discussão para a mídia que aqui nos interessa, os videogames.

Um ponto intermediário entre os estágios da pesquisa acontece a partir da estruturação de um catálogo de jogos que julgamos serem pertinentes para o projeto. Aqui, buscamos em fontes diversas – como lojas online, vídeos de *gameplay*, episódios de podcast, comentários em vídeos e páginas, resenhas e até em amigos pessoais – discursos que atribuem a determinados *games* uma aura que aparenta ter a capacidade de “disparar” experiências estéticas através da atividade lúdica. A lista elaborada abrange um grupo heterogêneo de jogos, títulos que, de acordo com a narrativa que percebemos existir em torno deles, os classificam como agentes causadores e/ou catalisadores de sensações e sentimentos

específicos como felicidade, tristeza e até mesmo raiva.

Ao fim da etapa inicial, damos início à segunda fase do projeto de pesquisa, que busca analisar empiricamente as formas de manifestação das experiências estéticas perante a interação com os videogames. Neste caso, os estudos acontecerão por meio de sessões de *gameplay* individuais e coletivas, grupos focais e entrevistas, tendo sempre em mente as metodologias próprias para este tipo de análise. É nesta fase do projeto que o catálogo de jogos previamente mencionado torna-se de fato conveniente, pois pretendemos coloca-los a teste durante os grupos focais e documentar seus reais desdobramentos.

Agradecimentos:

Agradeço, antes de tudo, ao professor orientador deste projeto, Emmanoel Ferreira, que possibilitou meu ingresso em um projeto de iniciação científica tão pertinente e inovador quanto este. Sem sua confiança, é pouco provável que teríamos levado as discussões até onde elas chegaram, e sei que com nossa dedicação e apreço pelo tema levaremos a pesquisa ainda mais adiante.

Agradeço ainda a todos os membros do projeto de extensão Game Clube, do curso de graduação em Estudos de Mídia, uma iniciativa também do Professor Emmanoel que desde 2011 realiza eventos temáticos sobre videogames, mídias digitais e ludicidade na Comunicação. O Clube foi meu primeiro contato acadêmico com *games*, e não pretendo abandoná-lo tão cedo.

REFERÊNCIAS DO RESUMO:

AARSETH, Espen. “O jogo da investigação: abordagens metodológicas à análise de jogos”. In: **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, n. 4, julho de 2011. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2228>. Acesso em: 22/03/2019.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LOPES, Denilson. **A delicadeza**: estética, experiência e paisagens. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

KWASTEK, Katja. **Aesthetics of Interaction in Digital Art**. Trad. Niamh Warde. Cambridge/MA: The MIT Press, 2013.

SHUSTERMAN, Richard. Beneath Interpretation: Against Hermeneutic Holism. In: **The Monist**, Vol. 73, No. 2, April 1990, pp. 181-204.





Ciências Sociais Aplicadas

Histórico do ensino da Classificação de documentos de arquivo em cursos de graduação em Arquivologia do Brasil e a construção de um código disciplinar

Juliana Maia Mendes e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Departamento de Ciência da Informação/Instituto de Arte e Comunicação Social

INTRODUÇÃO:

Os arquivos, ou os espaços que mais tarde seriam considerados arquivos, surgiram junto ao nascimento da escrita. Em consequência, foi necessário designar pessoas e elaborar métodos para organizá-los. A Arquivologia, porém, começa a delinear-se enquanto campo de saber autônomo apenas no século XIX, com a elaboração dos primeiros manuais de organização de arquivos e a ideia dos princípios arquivísticos do respeito aos fundos e da proveniência.

Os princípios arquivísticos basilares da Arquivologia são princípios classificatórios. A classificação em arquivos, portanto, difere-se de outras formas de classificar, como as classificações bibliográficas ou filosóficas, pois seu objeto – o documento de arquivo – apresenta características que precisam ser mantidas, como o inter-relacionamento entre os documentos dentro de um fundo, ou a relação orgânica entre os documentos e o documento e a atividade que o originou.

Percebe-se, assim, que a classificação fornece identidade à área ao designar análise e tratamento diferenciado ao documento de arquivo. É importante para o arquivista, portanto, que sua formação a contemple, de maneira a ressaltar sua base teórica e suas especificidades. Desta forma, nos propomos a traçar um histórico do ensino de classificação arquivística nos currículos dos cursos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), desde suas criações aos dias atuais. Objetiva-se, com isso, delimitar as perspectivas do código disciplinar da classificação de documentos de arquivo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os quatro cursos analisados trazem características distintas. O curso da

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) teve suas aulas iniciadas em 1977 e foi primeiro curso de Arquivologia criado em uma universidade; o curso da Universidade de Brasília (UnB), fundado em 1991, inaugurou uma nova fase de criação de graduações em Arquivologia no Brasil, na década de 1990; o curso da Universidade Estadual de Londrina (UEL), iniciado em 1998, foi o primeiro criado em uma universidade estadual e tem na sua origem um estreito diálogo entre as áreas da História e da Biblioteconomia; e, por fim, o curso da Universidade Federal da Bahia (UFBA), primeira graduação em Arquivologia na região Nordeste, foi criado inicialmente como curso diurno, em 1998. Em 2009, o curso baiano é expandido a partir do programa do governo federal de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e passa a ser oferecido também no turno noturno.

A investigação se deu com base em pesquisa documental e utilizou como fontes documentos referentes aos currículos, disciplinas e que abordassem a discussão sobre mudanças de estrutura curricular. As fontes foram levantadas nos sites institucionais das universidades, dos cursos de graduação e requisitados via Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Ao pesquisar os seus currículos, percebe-se a quase que completa ausência de disciplinas dedicadas à classificação em arquivos. Se a considerarmos em sua relação com as atividades do produtor, o contexto de criação ou as características do documento de arquivo e tomando como referência o conteúdo analisado nos programas levantados, nenhuma das disciplinas aborda de maneira satisfatória, especialmente quando trabalhada em disciplinas de Gestão de Documentos ou de Arquivo Corrente. Mesmo nos currículos do curso da Universidade Estadual de Londrina, que apresenta o maior número de disciplinas que abordam Classificação, a temática vem em sua maioria relacionada a bases teóricas de fora da Arquivologia.

A função classificação tende a ser melhor abordada nas matérias de Arquivo Permanente e de Arranjo e Descrição, revelando, possivelmente, que apenas quando aplicada a documentos de guarda permanente não é compreendida como uma rotina técnica relacionada somente com a ordenação de documentos, e sim como atividade intelectual. Apesar de ser de extrema importância ao desenvolvimento das atividades do profissional de Arquivologia, visto que a classificação de documentos de arquivo tem como principal objetivo evidenciar seu contexto de criação e suas relações com o produtor e os demais documentos pertencentes ao fundo, ainda não é desenvolvida de forma adequada.

CONCLUSÕES:

A pesquisa em torno do ensino de classificação de documentos de arquivo – característica da natureza do trabalho arquivístico e atributo que a difere de áreas associadas – além de necessária pela escassez de produção na temática, nos permite explorar suas influências e atuações na formação do profissional de Arquivologia. O currículo enquanto espaço de disputas e reflexo de seu contexto social e cultural é terreno fértil para tais investigações.

Neste projeto analisamos universidades de diferentes perfis: de capitais a interiores de estados; de universidades criadas há menos de meio século à universidade que abriga um dos cursos mais antigos do país; de cursos que nasceram em departamentos de biblioteconomia e documentação, de história ou frutos de parcerias; de um curso que mantém o mesmo currículo desde a sua criação a cursos que sofreram diversas reformas curriculares. São, portanto, exemplos diversos e representativos para pesquisa e análise da influência do seu contexto – histórico, acadêmico, geográfico e social -, na delimitação da Arquivologia enquanto Fazer e Saber a ser ministrado.

Desse modo, conclui-se que assim como campo científico, a Arquivologia enquanto ensino e área de formação necessita afirmar-se autônoma. A tardia incorporação do ensino de classificação de documentos de arquivo aos seus currículos, ou a completa ausência de disciplinas dedicadas exclusivamente à temática, demonstra uma lacuna de formação básica dos futuros arquivistas. Essa formação é, a despeito das disputas empreendidas pela consolidação da Arquivologia enquanto ciência

autônoma, essencial para um melhor aproveitamento dos possíveis relacionamentos interdisciplinares.

Espera-se que, fundamentadas nos dados levantados e da reflexão proposta pelo projeto, as discussões se apliem e outras produções se desenvolvam a partir de sua relação com a classificação de documentos de arquivo, identidade profissional, interdisciplinaridade e epistemologia na Arquivologia.

Agradecimentos:

Às coordenações dos cursos de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, Universidade de Brasília, Universidade Estadual de Londrina e Universidade Federal da Bahia, e a todos os funcionários públicos envolvidos nas respostas às demandas via Lei de Acesso à Informação, pela disponibilização dos documentos examinados.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), junto à Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPPI) da Universidade Federal Fluminense, pelo apoio e incentivo que tornou possível o desenvolvimento deste projeto.

E à orientadora e todos os colegas do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, pelas conversas, conselhos e apoio durante a realização da pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: “Laboratório de Pesquisa; Metodologias visuais; Análise da imagem; Práticas inovadoras de investigação; Turismo e Cultura; Museus”.

Autores: Juliana Vianna Regly (Bolsista)/Profª Karla Godoy (Orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório:

Turismo / FTH / IACS2 / LIA / PROAES / L'IMAGE

INTRODUÇÃO:

O projeto Laboratório de Pesquisa, Produção e Análise de Imagens para estudos em Turismo e Cultura (**L'Image**) foi aprovado no Edital Universal 01/2016 do CNPq - Faixa B, sob o nº de processo: 408905/2016-6, e sua primeira fase foi contemplada com BOLSA PIBIC/CNPq 2018-2019, cujo incentivo foi fundamental para o êxito do desenvolvimento inicial do projeto. O projeto surgiu da necessidade de se desenvolverem outras metodologias e práticas inovadoras de investigação para a área do Turismo. A proposta é decorrente de pesquisas realizadas, desde 2010, pelo Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Sociedade (T-Cult/UFF) – certificado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq) –, dedicadas a investigar criticamente a relação Turismo e Museus. Verificou-se, durante pesquisas de campo, que cenas cotidianas e cenários podiam não somente comprovar diagnósticos como também revelar sentidos, para além dos indicadores e categorias de análise já previstos. Percebeu-se, então, a necessidade de se registrarem imagens e analisá-las como elementos de investigação científica, ampliando o escopo teórico e metodológico do projeto e das pesquisas do Grupo. Pesquisadores de diversas áreas atuam no projeto e no Grupo de Pesquisa, em caráter interdisciplinar.

A metodologia se dividiu em 4 estágios: O primeiro estágio é referente à instalação e organização do espaço físico para abrigar o, então nomeado, Laboratório de Pesquisa, Produção e Análise da Imagem (L'IMAGE). O segundo estágio é referente aos estudos teóricos e metodológicos. Uma vez montado, o laboratório passou a ser local de reunião do grupo de pesquisa para discutir temas referentes a turismo, cultura e sociedade fundamentados teoricamente pelas metodologias de análise da imagem estudadas. O terceiro estágio é referente à continuação do

projeto “Turismo e Museus: controvérsias, possibilidades e necessidades da qualificação dos museus para o turismo”, ampliando as possibilidades de estudo do assunto sob a ótica da metodologia de análise de imagem, por meio de Oficinas, realizadas por especialistas e membros da equipe, entre os quais me incluo como bolsista de Iniciação Científica. O quarto estágio é referente à elaboração de material audiovisual para ser disponibilizado na internet, sendo eles, vídeos de divulgação do L'Image e um documentário apresentando os resultados do projeto de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Particpei junto com a equipe do grupo de pesquisa e com a professora orientadora do projeto da completa montagem do laboratório, no que se refere à instalação de computador, televisão, projetor, tela de projeção e também da estrutura física do espaço, que incluiu a disposição de cadeiras, armários e mesas necessários para o desenvolvimento das atividades do grupo de pesquisa e da elaboração dos trabalhos.

Com auxílio da equipe e orientação da professora Karla Godoy, instalei os softwares do pacote Adobe e Microsoft, bem como elaborei o inventário do laboratório.

Particpei de aulas ministradas para o grupo de pesquisa, como a de Antropologia Visual e sua importância para as pesquisas no campo do Turismo. Elaborei e ministrei uma aula supervisionada sobre Direitos de Imagem, abordando aspectos legais e éticos. Elaborei o Termo de Cessão de Direito de Uso de Imagem que foi testado (pré-teste) com a turma da disciplina de Museologia (2018.2) do curso de Turismo da UFF, ministrada pela professora Karla Godoy, uma vez que, durante uma visita técnica ao Museu de Arte do Rio, registrei fotos dos alunos que poderão ser utilizadas para

pesquisas, no futuro, justamente mediante o referido documento assinado e autorizado pelos sujeitos da pesquisa.

Particpei da oficina do Prof. Dr. André Valente, professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), organizada pelo L'Image, tal como previsto no projeto, com o tema Estudo de imagens: semiótica e análise do discurso. Também elaborei o material para divulgação do evento e os certificados de participação dos que estiveram presentes.

Cumpri as tarefas e as horas de participação no projeto como bolsista PIBIC de Iniciação Científica, atendendo ao plano de trabalho estabelecido.

Obstáculos à pesquisa: O L'Image dividia espaço, localizado no prédio do IACs 2, com outros Laboratórios do cinema e audiovisual, formando o LIA – Laboratórios Integrados de Arte. Porém, por conta de danos estruturais no prédio e no anexo desse campus da UFF, o local foi desativado pela Universidade. Assim, houve o desmonte dos laboratórios que ali funcionavam e, até o presente momento, não há uma posição sobre o novo local de funcionamento dos laboratórios. Cada professor responsável por seu Laboratório precisou providenciar espaços provisórios de armazenagem dos materiais. Mas como o L'Image está em etapa final de projeto financiado pelo CNPq e, portanto, em fase de prestação de contas e conclusão de atividades programadas, a Coordenadora, Prof^a Karla Godoy, obteve apoio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), que cedeu uma sala para que o L'Image fosse replantado. Assim, ele hoje se encontra em pleno funcionamento, e as atividades anteriormente interrompidas, puderam ser retomadas.

CONCLUSÕES:

A criação do laboratório e seu devido funcionamento são de suma importância para o desenvolvimento das pesquisas que se utilizam dessas metodologias, pois possibilita a utilização de softwares que auxiliam na categorização dessas imagens e na melhor utilização desses recursos visuais para o desenvolvimento de estudos em curso. Possibilita que o grupo de pesquisa se reúna para encontros de estudo e enriqueça o desenvolvimento do conhecimento científico ora praticado.

Considero que minhas atribuições como bolsista – já descritas, tal como o registro de imagens para o desenvolvimento de pesquisas, participação nas reuniões do grupo para a discussão de temas relevantes para a área de conhecimento a que o projeto se propõe estudar, o auxílio na organização de oficinas e desenvolvimento de material para divulgação, e também a manipulação dos softwares de produção e editoração de imagens – são de inegável valia e importância para que os objetivos do projeto sejam alcançados e para meu próprio desenvolvimento como iniciante na pesquisa acadêmica.

Agradecimentos:

Poder trabalhar em conjunto com a Prof.^a Karla Godoy e toda a equipe do grupo de pesquisa tem sido uma experiência única. Agradeço imensamente a todos, à UFF e ao CNPq por fomentarem o projeto e a bolsa de Iniciação Científica, que garantiu a viabilidade do trabalho proposto.





Ciência Sociais e Aplicadas

**Contribuições da teoria da tributação ótima (em vertentes clássica e revisitada)
ao debate sobre reforma tributária no Brasil**

Ana Flávia Silva de Paula (bolsista PIBIC)

Jéssica Lago (voluntária PIBIC) Fabio Domingues Waltenberg (orientador)

Departamento de Economia da UFF

INTRODUÇÃO:

O objetivo deste projeto é estudar a teoria da tributação ótima, partindo de seus precursores, até o momento de sua implementação em diversos países. Com isso, queremos investigar de que maneira esta teoria modificou os sistemas tributários, como ela contribuiu para a redução da progressividade e de que maneira o Brasil têm lidado com a necessidade de reforma tributária.

A partir do século XX, o princípio de que os ricos deveriam pagar mais impostos se consolidou na sociedade ocidental, entretanto, a partir da década de 70, este modelo clássico passou a ser questionado por economistas *supply-side* e políticos conservadores, que alegavam que a tributação progressiva poderia causar distorções, desestimulando o trabalho, a poupança e o investimento e, portanto, o sistema tributário deveria ser arquitetado de forma mais neutra possível. Dentre os economistas de maior destaque, encontramos Mirlees (1971), que defendia a redução da progressividade ou adoção de um imposto de renda linear, e Atkinson e Stiglitz (1976), que defendiam a redução ou eliminação da tributação sobre as rendas do capital, baseados na ideia de que alíquotas marginais elevadas poderiam desestimular indivíduos mais produtivos, resultando em menos receita para o governo. Embora grandes potências nunca tenham adotado esta teoria em sua totalidade, podemos ver que economias mais periféricas aplicaram grande parte dos pressupostos da teoria da tributação ótima, como é o caso do Brasil.

Em 2017, a arrecadação tributária no Brasil alcançou 32,4% do PIB, o que coloca o nosso país no ranking de países em desenvolvimento com uma das maiores cargas tributárias do mundo. Embora esta carga tributária possa parecer muito alta aos nossos olhos, ela não constitui em si um problema. O

Brasil é um dos países que mais investe em seguridade social, o que justifica o tamanho da arrecadação, mas, por outro lado, a estrutura de arrecadação brasileira é muito complexa, disfuncional e possui caráter regressivo. Com a intenção de atrair investimentos, o Brasil reduziu a progressividade tributária e desonerou as rendas do capital nas décadas de 80 e 90, seguindo as recomendações da corrente econômica dominante, segundo a qual a função distributiva da política fiscal deveria ser exercida apenas pelo lado do gasto, cabendo à autoridade tributária se preocupar unicamente em arrecadar com o menor nível possível de distorção econômica (GOBETTI; ORAIR, 2016, p.32)

Três décadas após estas modificações, especialistas na área da tributação, incluindo os próprios precursores da teoria da tributação ótima, defendem um modelo de tributação neoclássico que possibilite maximizar o bem-estar social, aceitando um grau de progressividade tributária e a tributação do capital. Alguns países começaram a rever seus sistemas e a incorporar novos critérios para a tributação, com a tendência de ampliar a tributação sobre dividendos, porém, no Brasil, este debate continua incipiente.

Desde a alteração do sistema com base na tributação ótima, o modelo tributário brasileiro não foi reformado, apenas sendo alterado pontualmente. Isto faz com que a estrutura tributária do Brasil se distancie do que é adotado em outros países. Indo contra as tendências internacionais, tributamos excessivamente o consumo, e atribuímos pouco peso à tributação da renda, que seria o mecanismo ideal para a correção das desigualdades de dotações pré-impostos. Além disso, do pouco que tributamos a renda, concentramos as alíquotas na renda do trabalho, tributamos pouco o capital e a herança, permitindo que as desigualdades se

perpetuem entre gerações, e deixamos isentos de impostos os lucros e dividendos.

A revisão da teoria da tributação ótima e o destaque dos trabalhos de Piketty (2014) e Atkinson (2016) trouxeram a reforma tributária como uma pauta importante. Embora inexistam um consenso no Brasil sobre o desenho ótimo de um sistema tributário (Orair e Gobetti, 2017), pesquisadores e políticos têm se debruçado sobre este assunto na tentativa de reformar o sistema atual. Dentre as propostas com mais força atualmente, está a proposta elaborada pelo Centro de Cidadania Fiscal, que propõe a unificação de cinco tributos sobre o consumo, constituindo o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS). Esta proposta já está sendo analisada pelo Congresso na forma de PEC 45/2019.

Este cenário de discussões em torno da tributação trouxe a necessidade de compreender a formação da estrutura atual do sistema tributário no Brasil, para, então, debater as propostas de reforma. Com isso, esta pesquisa visa analisar a teoria da tributação ótima e seus insumos para determinar o nível ideal e justo de tributação e, em seguida, é feita a análise da proposta de reforma tributária em discussão no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Preocupada essencialmente com a tributação de bens e serviços e da renda, levando em consideração a restrição do orçamento governamental e a função redistributiva, a teoria da tributação ótima tem sido analisada a partir do *trade-off* entre eficiência e equidade.

A tributação ótima tem como meta oferecer sugestões de ordem qualitativa que sejam consideradas como marcos de orientação por ocasião da concepção e da implantação de sistemas tributários ótimos — *tax design* — ou da alteração de sistemas tributários já existentes — *tax reform*. Enxerga, dessa forma, o sistema

tributário desejável como aquele que busca justiça, simplicidade e eficiência econômica. Além disso, atribui quatro funções à tributação: a econômica, aquela que influi na alocação de recursos para a produção de bens e serviços; a redistributiva, capaz de afetar a distribuição de renda entre os indivíduos; a administrativa, busca fornecer os recursos necessários ao financiamento do gasto público; e a política, aquela que relaciona os gastos à receita

tributária (Lagemann, 2004). Além disso, a teoria de tributação ótima acredita que o sistema tributário deve ser desenhado do modo mais neutro possível.

A teoria parte da pressuposição de que existe uma diferença entre o fisco e o contribuinte, enquanto o primeiro deseja tributar ao máximo, o segundo enxerga o imposto como um peso que não apenas lhe retira poder econômico, mas o faz mudar de decisão. Além disso, ela supõe que os indivíduos somente podem ser diferenciados segundo suas habilidades naturais e estas seriam as responsáveis por mensurar o potencial de cada um para adquirir renda. Todavia, a coleta e a mensuração destas habilidades são difíceis tarefas, o que coloca em xeque esta metodologia. Como o tributo *lump sum*, que permitiria a perfeita alocação de recursos, não é possível de ser aplicado, a tributação ótima se constrói como uma teoria normativa de *second best*, estruturada sobre modelos com elevado grau de abstração, que, nas suas versões mais puras, assumem agentes econômicos racionais e perfeitamente informados (Gobetti, 2018). A teoria passa a considerar que as habilidades naturais se expressam através dos níveis diferentes de qualificação do fator trabalho e, com base nele, em diferentes valores de salários brutos. Deste modo, a coleta de informações mais palpáveis como a renda efetiva e o consumo torna-se um importante instrumento para a tributação.

O modelo apresenta como função objetivo uma função de bem-estar social, definida pela agregação dos níveis de utilidade individual, que deve ser maximizada.

A teoria ocupa-se principalmente da tributação de bens e serviços e da renda. No trabalho seminal desenvolvido por Ramsey (1927), o foco principal era a eficiência na tributação sobre o consumo. A generalização feita por Diamond e Mirlees (1971) inclui as diferenças nas funções de bem-estar no modelo, atribuindo pesos a cada uma delas de acordo com a aversão a desigualdade.

Ramsey (1927) é o primeiro a apresentar resultados dentro da tributação ótima sobre consumo, tendo como preocupação identificar a estrutura de alíquotas dos impostos sobre bens que gerasse uma dada receita ao menor custo possível em termos de eficiência. (Barbosa e Siqueira, 2001).

Supondo um agente representativo, cujas preferências são representadas por uma função utilidade indireta, dependente dos preços

dos bens, da oferta de trabalho e de uma renda *lump sum* concedida pelo governo, Ramsey deixa de lado questões voltadas à equidade e coloca como foco a eficiência econômica. Neste modelo, os impostos sobre os bens constituem a única fonte de receita do governo. Maximizando a utilidade do agente representativo sujeito a restrição da receita do governo, a conclusão do modelo é a Regra de Ramsey. Esta determina que os impostos devem ser tais que diminuam a produção de todas as mercadorias na mesma proporção. (RAMSEY, 1927, p.54), para minimizar o *excess burden* (LAGEMANN, 2014, p.409), ou o “peso morto”. Ou seja, o sistema tributário deveria ser avaliado basicamente pela alteração das quantidades relativas. Como resultado, define-se que a estrutura do imposto ótimo é aquela em que a redução da demanda compensada do *k-ésimo* bem, dada uma variação de alíquota do imposto de qualquer bem, seja constante.

A regra do inverso das elasticidades é um caso específico que revela o caráter potencialmente regressivo da estrutura de alíquotas baseada na regra de Ramsey. Esta regra afirma que as alíquotas mais altas devem ser aplicadas aos bens com a menor elasticidade-preço da demanda. Isto implica que os impostos mais altos devem ser aplicados aos bens cuja demanda não seja responsiva às mudanças de preço e, portanto, a regra de Ramsey levaria a implementação de impostos mais fortes nos bens de necessidades, com as menores taxas de imposto sobre os bens de luxo (MYLES, 1995, p.106).

A aplicação de alíquotas maiores nos bens de necessidade faz com que famílias cuja renda é mais baixa pague proporcionalmente mais impostos que as famílias com as maiores rendas. Este resultado se deve à adoção do agente representativo no modelo e, na busca de minimizar as perdas consequentes da implementação dos impostos, permite que a solução de maximização leve em conta apenas critérios de eficiência e não os de equidade.

O conflito entre eficiência e equidade é introduzido por Diamond e Mirrlees (1971), ao generalizarem a Regra de Ramsey, válida para a economia do agente representativo, para o caso de uma economia de inúmeras pessoas com utilidades sociais marginais diferentes. Os resultados vão além dos anteriores, ao considerar o problema da redistribuição de renda juntamente com o aumento da receita (DIAMOND; MIRRLEES, 1971, p.9).

O problema de otimização é dado pela maximização da função de bem-estar social, que agrega diferentes utilidades individuais, sujeita à restrição da receita do governo, onde tanto os impostos quanto a produção pública são as variáveis de controle (BARBOSA; SIQUEIRA, 2001, p.12).

Ao incluir os critérios de equidade no modelo, a regra de reduções proporcionais das demandas obtida no modelo de Ramsey é alterada, de modo que o grau de preocupação da sociedade com os agentes mais pobres e as diferenças entre os padrões de consumo entre ricos e pobres se tornam importantes para a definição das alíquotas. A estrutura do imposto ótimo se caracteriza pela relação entre a variação da demanda por um bem com a importância social da maioria dos consumidores desse bem e sua contribuição para a receita tributária (BARBOSA; SIQUEIRA, 2001, p.16). A inclusão das diferentes funções de utilidade dos indivíduos resulta numa estrutura de tributação ótima em que os bens consumidos de forma intensiva pelos agentes mais pobres devem ter uma redução proporcional na demanda menor do que a média, estabelecendo, desta forma, o *trade-off* entre a justiça na distribuição da carga tributária e a eficiência.

Deste modo, enquanto as considerações apenas relacionadas com a eficiência apontam para uma maior tributação de bens necessários, as questões distributivas revelam a necessidade de algum tipo de progressividade na tributação sobre bens (SILVEIRA; PASSOS; GUEDES, 2018, p. 215).

O imposto de renda é visto como um meio direto de combate às desigualdades ao realizar a redistribuição dos recursos e sua questão central está em determinar o nível de tributação que melhor promoveria o bem-estar (MURPHY; NAGEL, 2002, p.136). Ele é aplicado tanto porque taxas *lump sum* são inviáveis quanto porque o governo não é capaz de observar separadamente as horas trabalhadas e o rendimento de cada uma delas, apenas a renda total é observada, de modo que ela se torna a base do sistema de tributação.

Assim como no caso da tributação dos bens, a escolha das alíquotas da tributação da renda também enfrenta o conflito entre eficiência e equidade. O objetivo continua sendo prover a receita orçamentária do governo, de maneira que maximize a função de bem-estar social do país, a função que agrega utilidades individuais em um nível geral de bem-estar social (GRUBER, 2013, p.607).

Mirrlees (1971) introduz o conflito entre eficiência e equidade no problema de tributação da renda, sendo a eficiência considerada nas diferenças salariais entre os indivíduos e no impacto da tributação sobre a oferta de trabalho; enquanto a equidade é introduzida pela distribuição desigual de rendimentos antes da aplicação dos tributos. A estrutura ótima de imposto é aquela que deixa todos os consumidores com o mesmo nível de renda após os tributos, sendo que qualquer indivíduo com renda inferior a este nível receberia transferências do governo o suficiente para atingir a renda média, enquanto indivíduos com renda superior teriam seus rendimentos tributados até alcançarem o nível médio. O modelo geral da tributação ótima da renda é sujeito a duas restrições: a receita do governo e a autoseleção dos consumidores.

A estrutura do modelo proposto por Mirrlees nos permite interpretar os efeitos existentes na tributação da renda. Num primeiro momento, ao aplicar os tributos sobre a renda dos consumidores, as receitas do governo aumentam. Entretanto, a consequente redução da renda disponível de cada indivíduo faz com que ele reveja a sua oferta de mão-de-obra, o que diminui a base tributária quando a oferta é reduzida. Esses dois efeitos originaram a curva de Laffer, que baseou os cortes tributários na década de 80.

CONCLUSÕES:

O sistema tributário brasileiro possui caráter regressivo, o que retroalimenta as desigualdades sociais. Isto porque o país, nas décadas de 80 e 90, reduziu a progressividade tributária e desonerou as rendas do capital, seguindo os pressupostos teóricos da tributação ótima, de orientação liberal, que questionava o princípio da progressividade tributária. Com o avanço da desigualdade no mundo, esta teoria tem passado por uma expressiva revisão internacional, na qual pesquisadores têm destacado a importância de impostos mais progressivos, além da tributação das grandes fortunas, a fim de tornar o sistema tributário justo e reduzir o abismo que separa a renda dos mais pobres da renda dos mais ricos.

A existência de um *trade-off* entre equidade e eficiência é peça central no arcabouço teórico da tributação ótima, segundo a qual a estrutura tributária ótima deve ser aquela que permite ao governo arrecadar o

suficiente para financiar os seus gastos com o menor custo possível em termos de eficiência.

Posteriormente, Diamond e Mirrlees (1971) generalizam o modelo de Ramsey incluindo questões distributivas e pressupondo a existência de vários agentes econômicos. É a partir deste momento que a estrutura de tributação ótima passa a incorporar o dilema entre eficiência econômica e equidade.

A estrutura tributária adotada no Brasil está longe do ideal, apresentando regressividade nos tributos, excesso de benefícios tributários, regimes especiais mal calibrados e concentração da carga proporcionalmente maior nos impostos sobre bens e serviços e menor nos impostos sobre a renda. O Brasil se concentra na tributação de bens e serviços, atingindo mais pesadamente os mais pobres que gastam todos os seus rendimentos na aquisição de bens e serviços essenciais à sua própria sobrevivência, enquanto a renda é mal tributada, perdendo um grande mecanismo de redistribuição, já que o imposto direto é capaz de neutralizar as diferenças das dotações iniciais dos indivíduos ao mesmo tempo em que preserva as escolhas individuais e a função alocativa do sistema de preços.

A necessidade da reforma tributária é um consenso, entretanto as divergências sobre como ela deve ocorrer impedem o avanço da pauta. Ao longo dos últimos anos, algumas reformas (consideradas minirreformas) foram debatidas e entraram em vigor, entretanto, não foram eficientes na redução das desigualdades e nem melhoraram a qualidade do nosso sistema tributário.

Uma proposta muito bem aprofundada e coerente atualmente em debate é a do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), que propõe a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), seguindo um padrão de IVA, que substitui os cinco tributos atuais – PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS – por um único imposto, o IBS, baseado nas práticas internacionais, resolvendo de uma só vez a integração dos tributos federais, estadual e municipal sobre o consumo. Em 2019, foi protocolada na Câmara dos Deputados a PEC 45/2019, relatada pelo deputado federal Baleia Rossi e baseada nas propostas desenvolvidas pelo CCiF.

O debate reaberto no país possibilita que pesquisadores possam se debruçar sobre as diferentes teorias e, desta forma, contribuir para as discussões da agenda governamental. Revisitar a literatura da tributação ótima foi um

grande passo nesta direção. Precisamos discutir os problemas existentes na teoria e encontrar maneiras de aprimorá-la, adicionando conceitos fundamentais para a elaboração de uma reforma tributária justa e eficiente.

Agradecimentos:

Agradecemos ao Professor Fabio, por toda orientação ao longo deste ano que trabalhamos juntos. Foram meses de muito estudo e de ótimos momentos de discussão, que somente foram possíveis graças à sua dedicação. Somos gratas ao Eduardo, ao Lucas e ao Victor, que formaram conosco o grupo de estudos sobre tributação, possibilitando a troca de aprendizados e de experiências acadêmicas.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

VIVER SÓ: OPÇÃO OU NECESSIDADE?

Autores: Milena Carvalho da Silva (bolsista) Elzira Lúcia de Oliveira (orientadora)

ESR/GRC/NEED

INTRODUÇÃO: Mudanças no tamanho e composição de famílias e domicílios refletem transformações em atitudes e comportamentos da sociedade e se processam de forma gradual. A definição de domicílio difere da de família, por recomendação da Organização das Nações Unidas que periodicamente reúne grupos de especialistas de vários países para revisar os princípios e recomendações para Censos Populacionais e Prediais. Neste sentido, segundo o Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses, Revision 3 (UN,2017), página 38; “The concept of household is based on the arrangements made by persons, individually or in groups, for providing themselves with food and other essentials for living.”

Um domicílio pode ser unipessoal, ou seja, formado por uma pessoa que provisiona sua própria alimentação ou outros itens essenciais para a vida, sem compartilhar com mais ninguém. O domicílio pode ser também multipessoal, quando é compartilhado por grupo de duas ou mais pessoas vivendo juntas e provisionando de forma comum sua alimentação e outros itens essenciais para a vida, por meio de um orçamento comum, mantendo ou não relações de parentesco (UN, 2017).

Por sua vez família “is defined as those members of the household who are related, to a specified degree, through blood, adoption or marriage (UN, 2017:193). Sendo assim, fica claro que os conceitos de família e domicílios são distintos, uma vez que os domicílios podem ser compostos por apenas uma pessoa, ao passo que as famílias precisam, necessariamente, conter, no mínimo duas pessoas. Enquanto os membros de uma família precisam manter relações de parentesco, os membros de um domicílio multipessoal não necessitam manter relações de parentesco entre si (UN, 2017). Em outras palavras, dependendo do arranjo domiciliar, um domicílio pode ser formado uma ou mais famílias, da mesma forma que pode também ser composto por uma ou mais famílias juntas com outros

membros que não mantenham relações de parentesco entre si ou com membros das famílias pertencentes a esse arranjo.

O domicílio, mais do que a família, é uma unidade de fundamental importância socioeconômica nas sociedades humanas, uma vez que eles são os centros dos processos demográficos, sociais e econômicos. É no nível do domicílio em que as decisões de reprodução são tomadas, ter ou não ter filhos, e quantos filhos ter. Decisões sobre educação que afetam o estoque de capital humano da população. Decisões sobre cuidados da saúde, consumo, participação na força de trabalho, migração, entre outras.

O entendimento da tendência e do padrão do tamanho e composição dos domicílios é de fundamental importância para o planejamento de políticas públicas em diversos setores, em especial para a política habitacional e a demanda derivada da formação e dissoluções de domicílios.

Um estudo realizado por Bongaarts (2010) com dados de 43 países em desenvolvimento identificou que o tamanho médio do domicílio varia de forma modesta entre as regiões, sendo de 5,6 pessoas próximo ao Oriente e Norte da África a 4,8 pessoas por domicílios na América Latina. Esse nível, segundo o autor, é similar ao observado na Europa e América do Norte na segunda metade do século XIX. O estudo sugere que a convergência para pequenos domicílios e a predominância de domicílios compostos por famílias nucleares está se processando de forma lenta nesses países.

Segundo dados do Eurostat (2018), em 2016 o tamanho médio dos domicílios, considerando os 28 países membros da União Europeia, foi de 2,3 membros. O maior valor médio foi observado na Croácia (2,8 membros) e o menor foi verificado na Suécia (1,9 membros). Considerando o tipo de arranjo domiciliar, os dados indicam que 29,8% da população vivia em domicílios que tinham crianças (casal com criança (20,1%); Um adulto com criança (4,4%); outro arranjo domiciliar com criança (5,4%)),

33,1% vivia em sozinha (domicílios unipessoais), entre os domicílios com mais de um adulto, o tipo mais comum foi o de casal sem criança (24,9%) e outros tipos de domicílios sem crianças representava 12,2%. Comparando com dados de 2006, observou-se decréscimo de mais de dois pontos percentuais no percentual de domicílios com crianças, os casais com crianças se tornaram relativamente menos frequentes (de 21,3 % em 2006 para 20,1 % em 2016) e a parcela de adultos sem crianças aumentou de 4,0 % em 2006 para 4,4 % em 2016). Entretanto, no mesmo período, a proporção de casais sem crianças e a proporção de adultos sozinhos sem crianças aumentou de 23,9 % para 24,9 % e de 29,3 % para 33,1 % respectivamente.

O tamanho do domicílio apresenta tendência de diminuição na maioria dos países do mundo e não é diferente no Brasil. Alves e Cavenaghi (2012) mostram que em 1991 os arranjos domiciliares com quatro ou mais membros eram maioria, entretanto os arranjos com três pessoas era maioria em 2010, seguido dos domicílios com duas pessoas e os domicílios unipessoais em quarto lugar. Os autores ressaltam a tendência de crescimento dos domicílios unipessoais

A tendência para as próximas décadas é exatamente esta, sendo que o arranjo domiciliar que deve apresentar o maior crescimento é o das pessoas morando sozinhas, especialmente as pessoas idosas. Os dados da primeira década do século XXI já mostram um grande crescimento dos domicílios unipessoais para todas as idades e ambos os sexos (ALVES e CAVENAGHI, 2012:20).

Essa tendência é consequência dentre outros fatores da transição demográfica experimentada pelo Brasil. O processo de transição demográfica foi generalizado em três etapas por Thompson em 1929, na primeira etapa a taxa de mortalidade cai e a taxa de natalidade permanece alta, resultando em rápido crescimento populacional. Na segunda etapa, após um lapso temporal, a taxa de natalidade inicia seu declínio, o que reduz o ritmo de crescimento populacional e em uma terceira etapa, coexistem baixas taxas de mortalidade e natalidade, resultando em lento crescimento da população. É claro que o esquema apresentado não contempla as experiências do processo em cada país. Segundo Alves e Cavenaghi (2012:6) "No Brasil as taxas de mortalidade começaram a cair ainda no século XIX e se aceleraram

depois da Segunda Guerra Mundial, atingindo os níveis mais baixos em torno de 2010."

A transição demográfica produz mudança na estrutura etária, pois, a queda nas taxas de fecundidade tem como consequência a diminuição do tamanho das famílias, enquanto a queda das taxas de mortalidade impacta a esperança de vida e aumentam a longevidade. O efeito combinado desses dois fenômenos dá largada ao processo de envelhecimento da população (ALVES E CAVENAGHI, 2012).

A projeção de domicílios realizada por Givisiez e Oliveira (2018) para o Ministério das Cidades capta a tendência de diminuição do tamanho dos domicílios e aumento da participação dos domicílios unipessoais. A distribuição relativa mostra que os domicílios unipessoais, que representavam 9,3% do total dos domicílios em 2010, deverão representar, em 2040, 21,8% dos domicílios. Essa é uma consequência inevitável do envelhecimento populacional. Existe, ainda que incipiente, tendência de formação de domicílios multipessoais formado por pessoas idosas, ou ainda a construção de condomínios especialmente preparados para as necessidades inerentes à idade (GIVISIEZ e OLIVEIRA, 2018:64).

Essa tendência tem implicações diretas sobre o parque residencial necessário para acomodar as necessidades futuras oriundas da dinâmica demográfica e dos múltiplos arranjos domiciliares que resultam da mudança de comportamento da sociedade. Sendo assim, conhecer o perfil dos indivíduos que compõem cada um dos múltiplos arranjos domiciliares é de fundamental importância para o desenho das políticas de planejamento urbano quanto das políticas de atendimento de demandas sociais.

O objetivo geral do projeto é identificar o perfil das pessoas que viviam sozinhas no Brasil, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010. Os dados foram tabulados e analisados por meio de técnicas e medidas de estatística descritiva, como também se valeu de medidas de associação entre variáveis para identificar as possíveis associações: Teste Qui-quadrado e e Quociente Locacional. Identificou-se padrões espaciais por meio de mapeamentos e cálculo do Quociente locacional.

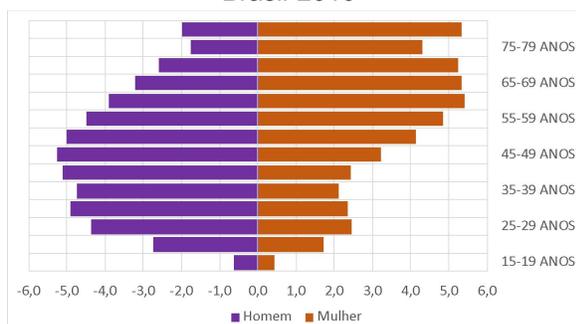
RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Segundo o Censo Demográfico de 2010 existem no Brasil 7.003.558 pessoas que vivem sozinhas, destas 50,8% são homens e 49,2% são mulheres. A figura 1 mostra o comportamento inverso entre homens e mulheres, pois, enquanto o percentual de

homens nessa condição diminui com a idade, o de mulheres aumenta. Note-se que os homens jovens (20-49 anos) estão mais bem representados relativamente às mulheres do mesmo grupo. Por outro lado, as mulheres a partir dos 55 anos estão mais bem representadas relativamente aos homens. Este comportamento se explica, por um lado, pela viuvez das mulheres em decorrência de sobrevida em relação aos homens e, por outro, pela maior mobilidade dos homens por motivo de estudos e trabalho.

Figura 1

Pirâmide etária das pessoas que vivem só – Brasil-2010

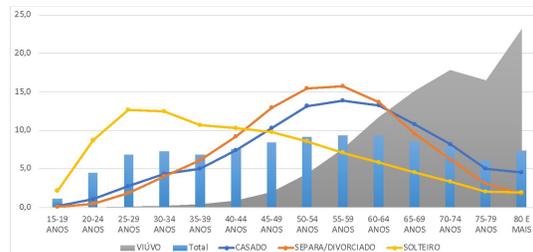


FORNTE: CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010 – IBGE

O perfil das pessoas que vivem só por estado civil é apresentado na Figura 2 e verifica-se que os viúvos são maioria nas idades mais avançadas em função da viuvez, especialmente as mulheres. Os solteiros por sua vez são maioria nas idades mais jovens (15 aos 39 anos), geralmente em função da mobilidade para o trabalho e para o estudo. Os casados e os separados/divorciados estão presentes em maior proporção no grupo etário intermediário (45 aos 64 anos). Os primeiros possivelmente em decorrência de migração para o trabalho com mobilidade parcial, ou seja, somente uma pessoa se move. Os separados por consequência do estado civil, cada parte, especialmente aquela que não ficou com a guarda de filhos (na hipótese da presença deles), constitui um domicílio unipessoal até uma nova união.

Figura 2

Distribuição percentual do estado civil das pessoas que vivem só entre os grupos etários – Brasil - 2010

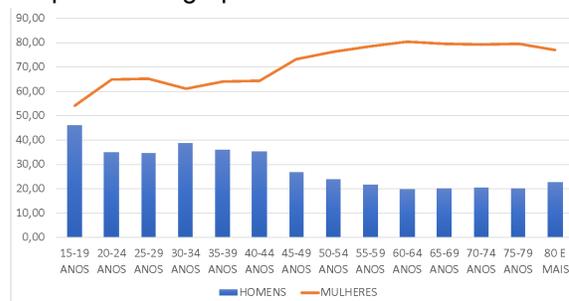


FORNTE: CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010 – IBGE

Comparativamente aos homens viúvos que vivem sós, as mulheres são maioria em todas as idades apresentando maior diferença nos grupos etários mais velhos. Este fenômeno, como já comentado anteriormente, ocorre em função da maior esperança de vida feminina. O teste qui-quadrado da associação entre idade, estado civil e sexo foi significativo ao nível de 0,05, demonstrando que a distribuição não é aleatória e mantém associação entre as variáveis.

Figura 3

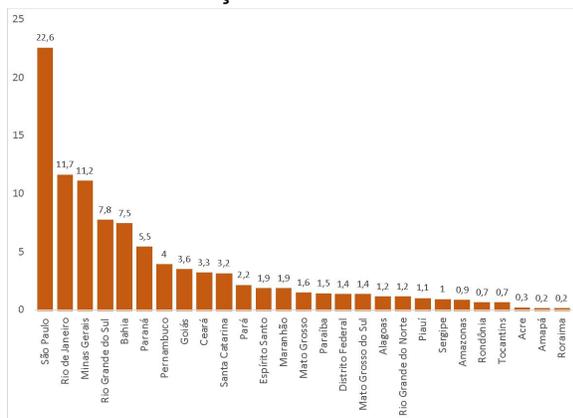
Distribuição percentual dos viúvos que vivem só por sexo e grupos etários – Brasil - 2010



FORNTE: CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010 – IBGE

O padrão regional (Figura 4) mostra que os maiores percentuais se verificam em São Paulo (22,6%), Rio de Janeiro (11,7%) e Minas Gerais (11,2%), Rio Grande do Sul e Bahia.

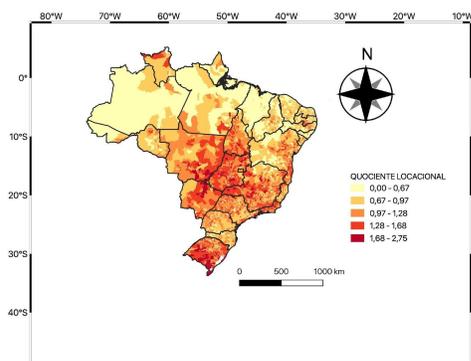
Figura 4
Distribuição das pessoas que residem em domicílios unipessoais por unidade da federação– Brasil - 2010



FORNTE: CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010 – IBGE

O padrão locacional dado pelo QL mostra que os indicadores acima da unidade, que indica que a média de pessoas que vivem só no município é superior à média no Brasil, se verifica na porção Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil.

Figura 4
Distribuição do Quocientes Locacionais por municípios – Brasil - 2010



FORNTE: CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010 – IBGE

CONCLUSÕES:

Pelo perfil identificado percebe-se que os mais jovens, aparentemente, optam por estudar ou trabalhar em municípios diferentes daqueles de residência e, enquanto não formam família, moram sozinhos. No caso dos mais velhos, principalmente as mulheres viúvas, morar sozinha, é consequência do ciclo de vida. O

padrão regional demonstra que os maiores percentuais se encontram nos estados da região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) por serem os mais populosos. O Rio Grande do Sul aparece em quarto lugar, justamente por apresentar população mais envelhecida.

Agradecimentos:

Agradecemos a UFF pela concessão da Bolsa PIBIC e as agências (CNPq e FAPERJ) pelo apoio em projetos anteriores que permitiram montar o laboratório onde se desenvolveu esta pesquisa. Agradece-se ainda a estrutura do ESR e a anuência para o desenvolvimento da pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas: Direito

Título do projeto: Aspectos jurídicos no processo de descomissionamento da indústria do petróleo

Autores: Laryane Vicente de Campos e Prof^ª. Dra. Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Direito da Universidade Federal Fluminense, subordinado ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Volta Redonda/ UFF-VR

INTRODUÇÃO:

O processo de descomissionamento da indústria do petróleo consiste na atividade de desativação das instalações, que são utilizadas na fase de produção. Isso pode ocorrer quando a estrutura deixar de ser rentável ou a extração do petróleo for afetada por situações adversas. Há maior complexidade na remoção das infraestruturas offshore, responsáveis pela extração do petróleo em águas marítimas, em decorrência do alto risco de impacto ambiental e do custo que envolve o procedimento.

Tendo em vista que o descomissionamento requer tanto planejamento ambiental, quanto um investimento tecnológico, nosso cenário atual é preocupante, por conta de haver entendimentos variados sobre as legislações que de alguma forma regulam esse processo.

É relevante abordar que a regulamentação técnico-jurídica influencia diretamente na formulação de estratégias para serem aplicadas ao setor discutido nessa pesquisa.

Considerando isso, o presente estudo tem como objetivo buscar viabilidade jurídica para o estabelecimento de um mercado que visa a negociação dos equipamentos e materiais removidos do leito marinho envolvidos na desativação das plataformas offshore.

Portanto, faz-se necessário debruçar as atenções aos aspectos jurídicos da atividade petrolífera brasileira, tanto a sua abordagem constitucional, como infraconstitucional.

A metodologia adotada para a realização dessa pesquisa foi a jurídica-comparativo, baseada em buscas bibliográficas para a compreensão do tema, doutrinárias, jurídicas e jurisprudenciais para o aprofundamento nos aspectos ambientais e regulatórios do descomissionamento na indústria do petróleo nacional.

Essa etapa da exploração petrolífera não é bem vista pelas empresas responsáveis pela extração desse recurso natural, pois não apresenta nenhum retorno lucrativo e, muitas vezes, ocorre em momentos no qual o fluxo de caixa se encontra negativado. Tendo isso em vista, a saída defendida como a mais econômica é o abandono das plataformas em águas profundas. A instrução normativa nº 22 de 2009, do IBAMA, dispõe sobre o licenciamento ambiental para a instalação de recifes artificiais no mar territorial na zona econômica exclusiva brasileira. Porém, há riscos de adotar essa medida, pois as estruturas offshore são compostas por diferentes elementos químicos, radioativos, então, ainda não se conhece o impacto disso no meio ambiente a longo prazo. Considerando que o §2º, do artigo 225, na Constituição Federal é bem claro quando apresenta a obrigação de recuperação do ambiente degradado, abstrai-se que o afundamento das instalações vai contra essa previsão constitucional.

Ao tratar dos aspectos jurídicos do descomissionamento no setor petrolífero, identifica-se uma diversidade de fontes legais, que abrangem tratados e convenções internacionais em que o Brasil é signatário, os dispositivos da Constituição Federal, princípios e instrumentos jurídicos do direito ambiental e as bases regulatórias da ANP, IBAMA, CONAMA dentre outros órgãos responsáveis pela limitação da exploração do petróleo e degradação do meio ambiente.

Vale ressaltar, que as legislações que tratam da questão do licenciamento ambiental exercem um papel crucial para regulamentação do processo de desativação. Inclusive a viabilidade jurídica de estabelecimento de um mercado com as estruturas descomissionadas foi identificada, por conta da existência do instituto da compensação ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

CONCLUSÕES:

Por se tratar de uma operação de caráter transitório e depender de um alto investimento, o descomissionamento na indústria do petróleo é um processo que se busca evitar.

O ordenamento jurídico brasileiro apresenta diversos dispositivos que tratam da temática tanto direta, como indiretamente, os aspectos jurídicos são taxativos nas questões ambientais, principalmente, em relação à recuperação do local degradado, e prevenção de riscos de poluição ao meio ambiente.

Então, afirmar que o Brasil não tem legislação é um meio de buscar um afrouxamento nos dispositivos legais atuais, que apresentam uma rigidez necessária quando se trata de questões ambientais.

A partir das pesquisas, foi possível abstrair a relevância do objetivo desse projeto, uma vez que coaduna com os interesses socioeconômicos e ambientais.

Após análises da legislação ambiental direcionada, mais especificamente do processo de licenciamento ambiental, e o estudo prévio de impacto ambiental (EIA-RIMA), conclui-se por haver uma viabilidade jurídica do estabelecimento desse mercado, desde que seja planejado primordialmente e venha destrinchado no EIA-RIMA, pois, é possível enquadrar no caso de compensação ambiental, de acordo com os parâmetros do art. 36, Lei 9985/00, que prevê a possibilidade de compensação ambiental nos casos de empreendimentos de significativo impacto ao meio ambiente.

Agradecimentos:

Agradeço à Universidade Federal Fluminense pela oportunidade e à Prof^a. Dra. Clarissa Kowarski pelo apoio, bibliografia compartilhada e confiança na elaboração dessa pesquisa.



Figure SEQ Figure 1*
ARABIC 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro

Autores: Fernanda Quintanilha Bezerra (bolsista)

Andréa da Rosa Sampaio (orientadora)

Departamento de Arquitetura/ Escola de Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO:

Partindo do objetivo de compreender a área urbana central do Rio de Janeiro, tanto em suas origens, quanto nas transformações urbanísticas até o cenário atual, procura-se, com a construção de um Atlas, propor um estudo que detalhe o processo urbano da área de estudo historicamente e como o patrimônio urbano contribui em sua formação.

Para tanto, com o entendimento de que a cidade atual se fundamenta no acúmulo de processos ocorridos em seu percurso histórico, percebe-se a influência das normas urbanísticas vigentes ao longo da história e a relação crítica entre o desenvolvimento e a preservação, assim como o jogo de interesses atrelado à questão. Logo, a produção do Atlas documenta de maneira detalhada, ilustrativa e cronológica o cenário urbano, contribuindo para a reflexão sobre os instrumentos normativos incidentes no patrimônio urbano da área central carioca e seu percurso histórico desde o século XX.

A eficiência do formato do Atlas se dá por meio da articulação das diversas fontes iconográficas, cartográficas e dados quantitativos levantados, caracterizando um resultado visual dinâmico e objetivo do processo urbano da área. Como produto, nasce um método analítico com amplo poder de síntese e organização propondo elucidar de maneira didática as interfaces do ordenamento urbanístico e do patrimônio cultural. O grande aliado do trabalho é a gráfica digital, permitindo um acesso facilitado à sobreposição de informações em bases cartográficas.

Neste trabalho, apresenta-se o processo de compatibilização das informações coletadas anteriormente pela pesquisa, com a introdução de ferramentas GIS (ou SIG - Sistema de Informações Geográficas), dando origem a concretização de um aplicativo web como contribuição para a o estudo da história urbana e do patrimônio cultural articulado à cartografia digital.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Devido à convergência da área central de negócios e o centro histórico, percebe-se como o conflito entre o mercado e os bens culturais influencia na espacialidade da área central do Rio de Janeiro. Dentro desse contexto, o recorte espacial adotado no estudo enfoca a área do núcleo urbano original da cidade do Rio de Janeiro (a Cidade Velha), sua área de expansão imediata (a Cidade Nova), atual centro financeiro da cidade correspondente aos bairros Centro, Cidade Nova, Saúde, Gamboa e Santo Cristo (Zona Portuária), além da Região Administrativa de São Cristóvão. A área citada é característica de opostos que convivem juntos como os prédios e terrenos muito valorizados, vizinhos de singelos sobrados comerciais, além dos vazios urbanos, também incluindo prédios em acelerado estado de degradação que são revitalizados conforme o padrão contemporâneo e resultando em nichos de globalização, degradação e abandono. Trabalha-se com a convergência das abordagens histórica, geográfica e de análise urbana, dando destaque a cartografia como instrumento fundamental para leitura das distintas escalas presentes na cidade local, de acordo com as delimitações das legislações. Nessa área sobrepõem-se à legislação urbanística local, projetos urbanísticos, e normas de proteção ao patrimônio, que definem diversas áreas de preservação urbana.

Na atual fase da pesquisa, propôs-se uma organização geral de todo o material previamente coletado, com as investigações já empreendidas pelo pós-doutorando Guilherme Meirelles M. de Mattos, supervisionado pela prof. ^a Andréa Sampaio, que se integrou ao grupo de estudos em 2019. Nesta etapa, produziu-se uma planilha referente aos bens tombados na Área de Estudo, agrupados por décadas de proteção, que articula informações como endereço, fotografias, esfera de proteção, ano e valores de tombamento. Além destes dados, para cada bem protegido, foram apontados os projetos urbanísticos, de alinhamento e loteamento, vigentes à época dos seus respectivos tombamentos. Os mesmos,

por vezes, apresentavam propostas que colocavam em ameaça o bem que futuramente seria tombado, ilustrando o descompasso entre as políticas de preservação empreendida pelos órgãos de tutela e os anseios de renovação urbana por meio da administração municipal. Complementando essa planilha, foram empreendidas visitas aos órgãos de tutela do patrimônio atuantes na cidade, como o IPHAN (órgão federal) e o INEPAC (órgão estadual), a fim de enriquecer o material já coletado previamente com processos de tombamento que indicam as motivações e os embates presentes no processo de preservação desses bens culturais.

Em paralelo à elaboração da planilha, foram coletadas bases cartográficas cadastrais históricas (1935, 1953 e 1975), assim como os projetos de alinhamento e loteamento disponibilizados online pela SMU-RJ. Na base cartográfica mais contemporânea, na plataforma CAD (computer aided design, ou desenho auxiliado por computador), foram identificados e marcados os bens tombados, conforme de acordo com a sua à sua esfera de tombamento (federal, estadual e municipal) e categoria (bens edificados; bens paisagísticos; equipamentos e mobiliários urbanos; coleções e obras de arte; e locais e lugares)

Visionando a construção do atlas digital a partir das ferramentas GIS, foram analisadas as plataformas nesse sistema disponibilizadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (Data.Rio), em particular aquelas ligadas a questões urbanísticas e patrimoniais. Também foram consultadas iniciativas de outras cidades, como as desenvolvidas pelas municipalidades de São Paulo (GeoSampa) e Lisboa (Lisboa Interativa).

Em seguida, a pesquisa direcionou-se à elaboração do atlas digital na plataforma ARCGIS (desenvolvida pela ESRI), que associasse dados sobre os bens tombados na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, ao seu histórico processo de transformação urbana. Produziu-se, portanto, um mapa interativo digital que permitiu articular dados previamente limitados a planilhas, às efetivas localizações de cada bem tombado, com suas coordenadas geográficas. Estes mesmos bens são reconhecidos nos mapas através das suas marcações - ou polígonos - importados do material em CAD. Dentre os dados articulados ao mapa interativo, encontram-se a indicação dos projetos urbanísticos vigentes à época da proteção de cada bem tombado, delineando os

efeitos e impactos urbanísticos das ações de preservação. Por sua vez, os projetos urbanísticos e bases cadastrais históricas são também visualizáveis na plataforma, permitindo uma sobreposição de informações urbanas e cartográficas articuladas aos processos de tombamento de bens culturais na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. Esse produto foi convertido em um aplicativo web (Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro) hospedado pelo ARCGIS Online que comporta o cruzamento de todos os dados estudados e levantados durante as pesquisas anteriores e a atual. O produto ainda se encontra em processo de consolidação, e, portanto, indisponível no momento para consulta online.

CONCLUSÕES:

A cidade não é o resultado acidental de um conjunto de fatores. Ela é uma articulação de marcas históricas com as transformações sociais e urbanas. A leitura da cidade precisa ser feita através dos óculos da comparação sobre o que existia e hoje já não mais, sobre os projetos concretizados e os que foram deixados para trás - perguntando-se sempre o porquê de cada detalhe. Para que esses processos sejam compreendidos é necessário que sejam visíveis e, para isso, o auxílio da cartografia. As cronologias das cartografias revelam a valorização de preservar a memória através do patrimônio construído e, logo, sua identidade. A cartografia digital facilita o acesso e análise de materiais diversos. Sendo assim, o potencial desse tipo de articulação no próprio ensino de arquitetura e no estudo do patrimônio é de grande valor. Através da plataforma GIS, os alunos poderiam acessar as informações urbanísticas e arquitetônicas do que está sendo estudado, ampliando a visão do mesmo e crescendo interesse. Esse tipo de ferramenta, além de dinâmico, propõe a atualização dos meios de estudo e oferece visão detalhada historicamente da rede urbana e seu patrimônio cultural.

Agradecimentos:

Ao CNPq pela concessão da bolsa, à professora orientadora Andréa Sampaio e também ao pós-doutorando PNPd-CAPES Guilherme Meirelles.



Ciências Sociais Aplicadas

**A Militarização do Cotidiano:
Uma Análise do Discurso de Guerra no RJ1**

LAIS RODRIGUES CAVALCANTE

GEC/IACS/ Núcleo de Estudos da Violência e Comunicação

INTRODUÇÃO:

O artigo investiga as estratégias discursivas que sedimentam a desigualdade social acerca das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Trata-se de analisar duas reportagens televisivas, do programa RJTV 1ª Edição, como mote central da discussão. A metodologia deste trabalho traça hipóteses sobre o fomento à militarização em decorrência do cenário político de 2019, ano da colheita de tais reportagens, e organiza um olhar histórico enviesado por autores dedicados a pensar a violência urbana através do discurso. As aplicações dessas teses traz ao campo da comunicação a complexidade de autorizar certas vozes em detrimento de outras.

Escolhemos o telejornal RJ1, antigo RJTV1º Edição, pois foi a partir da elaboração dos conceitos trazidos por Kleber Mendonça¹ na sua obra “A ‘pacificação’ dos sentidos”, que foi possível entrar em contato com os incômodos de não saber quais estratégias de comunicação estavam por trás da legitimação de certas políticas em detrimento de outras sobretudo no campo ao qual chamamos “segurança pública”. Para alcançarmos as questões principais deste trabalho, foi estritamente necessário um debate acerca do conceito de violência urbana, sociedade de controle e seus desdobramentos por autores citados na obra de Mendonça, dentre outros, que me interessava trazer.

Os objetivos se configuraram ainda mais contornados após a confirmação do resultado das eleições para Presidente e Governador (Brasil; Rio de Janeiro) somado ao comportamento do objeto telejornalístico e como as instâncias policiais começaram a reagir logo após o início de 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em fevereiro deste mesmo ano, o *Morro do Fallet* sofre com a entrada policial que culmina na morte de mais de 12 pessoas. Os estímulos de armamento policial continuam. O RJ1

aparece com um comentarista de segurança pública que é também delegado e que não menos fomenta a ideia de que é preciso investir em equipamento policial.

Buscamos responder as seguintes questões: “Quais são as estratégias discursivas que evidenciam o caráter de legitimidade à militarização do cotidiano?” e “Qual é o tratamento de segurança discutido pelo telejornal sobre as diferentes camadas de classes sociais?”.

A pesquisa desdobrou-se em duas frentes para realizar esta análise. Uma que diz respeito à observação empírica dos atores sociais cujo envolvimento com objeto era explícito. E a outra, pelo levantamento de autores possíveis para criticar o tema de modo conceitual e teórico, sem perder de vista o viés científico desta produção.

Anunciamos como vozes interessantes as obras: “Quadros de Guerra” de Judith Butler; “A Ordem do Discurso” de Michel Foucault; “Acusados e Acusadores” de Michel Misse e “A ‘pacificação’ dos sentidos” de Kleber Mendonça em primeiro plano da discussão.

Vale citar outros autores que, apesar de menos citados, não foram menos estudados, fichados e discutidos nas orientações. São eles: Marilena Chauí com “Uma ideologia perversa”; Michel Certeau com a “Invenção do Cotidiano” e textos para forjar a base de como analisar o discurso na lógica da punição por Orlandi e Kant de Lima, muito trabalhados na obra de Kleber Mendonça.

CONCLUSÕES:

É possível afirmarmos que esta pesquisa ainda está em desenvolvimento, apesar do ciclo encerrado da primeira fase. Terminamos por colher as teses que permeiam a figuração das narrativas do RJ1, ainda que não seja suficiente para entendermos as estratégias de opressão ali implicadas e seus efeitos/desdobramentos na prática dos agentes implicados. Sabemos que

existe uma opressão por meio da criação de perfis criminosos, como nos mostra Misse, além dos comportamentos que os jornalistas do RJ1 nos apontam como desviantes. Mas ainda é preciso perceber que variantes solidificam a legitimidade da entrada policial, numa aliança jurídica e midiática ainda não desvendada em tempos de estímulo radical a política de armamento.

Ao localizarmos a origem da violência nos territórios socialmente periféricos, locus das chamadas classes perigosas, este jornalismo contribui para a marginalização dos corpos que habitam estes territórios (simbólicos ou regionais), à medida que apresenta as violações legais cometidas pelas ações policiais como inevitáveis à concretização de uma cidade segura. O pouco espaço midiático dispensado ao relato dos moradores, em comparação ao dedicado ao discurso de “especialistas em segurança pública”, que, neste caso, atuam como representantes do discurso militar, verificado, por exemplo, no uso da palavra *abate* para a execução sumária de suspeitos, e da justificativa da morte de civis a partir da insuficiência de tecnologias e equipamentos.

Ainda assim, não terminaremos este trabalho como se o que o jornalismo reserva a estas populações citadas se irradie num movimento trágico de vidas exterminadas, ainda que isso seja recorrente, pois as próprias vítimas nos dão pistas, o que chamamos de malandragem, em suas estratégias de sobrevivência, onde a criatividade e a invenção são cotidianas e acontecem sem que a força opressora possa deter.



SEQ Figure 1*
Figure 1: Logo PIBIC



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

O CONFORTO TÉRMICO, A SATISFAÇÃO DOS OCUPANTES E A SAÚDE EM EDIFÍCIOS DE ESCRITÓRIOS EM CLIMAS QUENTES E ÚMIDOS

Gabriel S. Freitas, Louise Land Bittencourt Lomardo e Diego dos Santos Caetano

Escola de Arquitetura e Urbanismo /Laboratório de Conservação de Energia e Conforto Ambiental

INTRODUÇÃO:

O conforto ambiental num edifício está diretamente relacionado ao consumo de energia. Atualmente, foi estabelecido o conceito de edifícios com energia zero ou energia líquida zero (net zero energy buildings - NZEB), que são prédios nos quais se busca o mínimo gasto e a máxima produção energética, de forma que o edifício não consuma mais do que produz em um balanço anual. Por isso, analisar a percepção humana regional das características ambientais é importante para definir as estratégias de projeto, visando a adequação destas às preferências levantadas.

A partir disso, a professora Doreen E. Kalz da Beuth University of Applied Sciences de Berlim, Alemanha, desenvolveu, em parceria com o LabCECA, estudos acerca da percepção térmica usuários de edifícios nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Caso a preferência térmica desse usuários seja diferente daquela indicada em norma, há possibilidade de economia de energia para o uso final da energia condicionamento de ar. A partir do banco de dados das pesquisas realizadas em campo em 2 anos de trabalho, foram estudados os aspectos relevantes dos questionários respondidos em três prédios: o prédio da COPPE – UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro), o prédio do NAB – UFF (Núcleo de Estudos em Biomassa e Gerenciamento de Águas) e o prédio do CISCEA (Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo). Foram analisadas questões que dizem respeito ao conforto ambiental (como umidade do ar e temperatura) e como eles influenciam os ocupantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Na primeira etapa do projeto foram utilizados aparelhos HOBO e termômetros para medir temperatura e umidade dentro e fora das

salas de trabalho. Além destes, aplicou-se um questionário longo, com aproximadamente 80 questões para ser respondido em papel sobre avaliação pós-ocupacional dos ambientes e um curto, de 7 questões sobre a percepção acerca mostrado nos computadores dos funcionários em dois momentos do dia, pela manhã e à tarde durante aproximadamente 20 dias. Foi averiguado o nível de satisfação de cada funcionário sobre diversos fatores e eventuais problemas de saúde desenvolvidos, e ainda se cruzou esses dados com a geografia do prédio onde se localiza a estação de trabalho de cada um.

A partir dos resultados encontrados, foram utilizados métodos de Avaliação Pós-Ocupação (APO), que se baseia no princípio básico de que edificações e espaços livres postos em uso, qualquer que seja a função, devem estar em permanente avaliação, seja do ponto de vista construtivo e espacial, seja do ponto de vista de seus usuários. O objetivo desta avaliação é obter subsídios para corrigir, sistematicamente, as falhas e aferir eventuais acertos nos prédios em uso, bem como definir diretrizes para novos projetos semelhantes. Em sua aplicação, a APO dá ênfase ao ponto de vista dos usuários finais dos ambientes construídos. A avaliação pós-ocupacional dos edifícios pode desencadear diversos benefícios, tanto para a análise dos edifícios aqui estudados, quanto para a aplicação das seguintes questões em outros edifícios. Alguns benefícios são: identificar problemas com níveis de temperatura, de iluminação, de ruídos, conforto dos ocupantes; atender demandas dos ocupantes; melhorar o uso de espaços; promover elaboração de mudanças; novos usos para edifícios obsoletos; aplicar responsabilidade final do desempenho dos edifícios aos projetistas; melhorar a longo prazo o desempenho do edifício.

Iniciou-se então o processo de análise dos dados obtidos na primeira etapa, observando as características do prédio e as questões mais pertinentes dos questionários, como tais

problemas afetam a saúde e a produtividade de trabalho dos funcionários e como podemos melhorar esses fatores. Os resultados foram diversos e diferentes para cada prédio estudado. Para o prédio da COPPE, por exemplo, os questionários foram analisados e as situações mais pertinentes foram: umidade (ambiente muito seco); problemas de saúde desenvolvidos, como dor de cabeça, secreção nasal/coriza; problemas com sobre ligar ou desligar o ar condicionado; qualidade acústica; iluminação; etc. De modo geral, cerca de 35% dos funcionários estão insatisfeitos com as condições proporcionadas pelo local e cerca de 40% estão entre muito satisfeitos e satisfeitos.

Nos outros edifícios, os níveis de insatisfação também são significativos, mostrando que as condições ambientais influenciam sim, no fluxo de trabalho e qualidade de vida dos ocupantes. Apresentamos a seguir gráficos que evidenciam que o grau de satisfação com as condições climáticas ambientais corresponde a 60% de pessoas satisfeitas e muito satisfeitas no caso do NAB/UFF e de 40% para o CISCEA.

CONCLUSÕES:

Há diversas questões notáveis relativas ao conforto ambiental que podem causar desconfortos e/ou problemas de saúde e, com isto, diminuir o bem-estar e a produtividade no ambiente de trabalho. Estas questões são geradas partir da insatisfação com a temperatura do ar, a acústica, a iluminação. Além disso, poder haver impacto no sentido aumentar o gasto energético e o impacto ambiental do edifício, como por exemplo o uso excessivo dos sistemas de ar-condicionado. Assim sendo, é nítido que o tema deve ser constantemente estudado.

Tais iniciativas, como este projeto, podem municiar decisões de projeto para o uso de escritórios, bem como qualquer tipo de edifício, tornando o ocupante o principal ator neste processo. Mudanças buscando melhorar a qualidade de vida dos usuários, bem como no âmbito da produção de novos projetos, levando em conta questões de conforto e redução do gasto energético são de extrema importância na busca de um uso mais consciente dos recursos naturais. O projeto auxilia no intuito de desenvolver um estudo no qual outros órgãos e empresas possam se espelhar, procurando se aproximar do conceito de energia zero.

O estudo da área aliada às novas tecnologias pode impactar fortemente a

qualidade de vida de quem mora ou trabalha, além de ajudar ecologicamente na manutenção e dos recursos naturais, através da sua reutilização. Logo, é de enorme relevância.

Agradecimentos:

Agradecemos o apoio do CNPQ no financiamento do projeto “Resfriamento de alta eficiência e conforto térmico em edifícios de escritórios em regiões de clima quente e úmido: monitoração a longo prazo, estudo de campo com os ocupantes e estudos de simulação” (CNPq 400790/2014-9), ao Prof. Luiz Pinguelli Rosa da UFRJ e à Prof^a. Doreen Evelyn Kalz da BeuthUniversity for Applied Sciences. Agradecemos também ao Comando do CISCEA, por disponibilizar seu corpo técnico e a edificação para a pesquisa, e ao PIBIC/UFF/CNPq, pela bolsa de iniciação científica.

REFERÊNCIAS:

SCHIMIDT, Marco. Energy saving strategies through the greening of buildings: The example of the Institute of Physics of the Humboldt-University in Berlin- Adlershof, Germany. Institute of Landscape Architecture and Environmental Planning, Department of Applied Hydrology, Technical University of Berlin;

ANDRADE, Cláudia Miranda Araújo de. A história do ambiente de trabalho em edifícios de escritórios: Um século de transformações. São Paulo: C4, 2007. 95f. ISBN 9788599353158.

ABREU, Loyde Vieira et al. Avaliação de Desempenho do Ambiente Construído-APO Prédio da Pós-Graduação da Faculdade de Economia da Unicamp – Campinas, SP. Disponível em <https://www.usp.br/nutau/CD/141.pdf>. Acesso em: 03/04/2019.

CAETANO, Diego S. et al. Evaluation of thermal comfort and occupant satisfaction in office buildings in hot and humid climate regions by means of field surveys. International Conference

– Alternative and Renewable Energy Quest, AREQ 2017, Espanha. Disponível em: www.sciencedirect.com. Acesso em: 29/03/2019.

ISSA, Maíra Piccolotto; POLTRONIERI, Julyane Pereira; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Procedimentos para Avaliação Pós-Ocupação (APO) de Edifícios Escolares: O Caso da E.E. Fernando Gasparian, na cidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.usp.br/nutau/CD/82.pdf>. Acesso em: 26/03/2019.

KALZ, D. E. et al. Building signatures correlating thermal comfort and low-energy cooling: in-use performance. Disponível em: <http://www.informaworld.com/journals>. Acesso em: 03/04/2019.





Grande área do conhecimento: Comunicação Social –Publicidade e Propaganda.

Título do Projeto:O mapa epistemológico sobre a Publicidade Social com as derivações tipológicas e contra-hegemônicas: a proposição do Laccops para uma perspectiva brasileira.

Autores: Eduarda Inez de Marcos e Profª Drª Patrícia Saldanha

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Arte e Comunicação Social – GCO – LACCOPS - Laboratório de Comunicação Comunitária e Publicidade Social.

INTRODUÇÃO:

O projeto foi iniciado pelo aluno Victor Rocha que, após formado, continua vinculado ao LACCOPS (Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social). Eu, Eduarda, assumi a vaga a partir de março/2019. Nos cinco meses de atuação, auxiliiei a professora Patrícia Saldanha nos encontros do GECCOPS (Grupo de Estudos do Laccops) e realizei pesquisas acerca dos conceitos de Publicidade Social e suas tipificações: Comunitária, Causa e Interesse Público. Além de reforçar os tipos Afirmativa e Transversal que foram desenvolvidas na primeira etapa do ano pelo aluno Victor Rocha.

No Geccops, organizei o drive com os textos que seriam disponibilizados para leitura, apresentações em aula, entre outras necessidades. Foram debatidos temas como globalização, mundialização, planetarização, midiaticização, bios midiáticos, hegemonia, contra-hegemonia e conceitos estruturantes da Sociedade Midiaticizada e suas brechas, onde é possível perceber a atuação da Publicidade Social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Na pesquisa teórica, além de leituras de artigos científicos sobre o conceito de Publicidade Social, também realizamos entrevistas em profundidade com atores sociais que participaram da elaboração dos termos. Por exemplo, a Publicitária Nádia Rebouças e o Sociólogo Jaílson Silva, que nos falaram sobre o termo Publicidade Afirmativa e sobre suas atuações na ESPOCC – Escola Popular de Comunicação Crítica, da Maré, lugar de emergência do conceito. Outra entrevista muito importante para ilustrar a Publicidade Social de Causa (a causa trabalhada aqui foi a reintegração do imigrante e do refugiado na cidade) foi a entrevista realizada e documentada

com o senegalês Osmani da loja Dior, que comercializa produtos artesanais de moda e que teve a publicidade social como impulsionadora de seu negócio. Outras entrevistas estão em andamento e marcadas para fortalecimento de toda a tipificação deste conceito.

Junto ao LACCOPS estou na equipe de oficinas, responsável por agendar e divulgar minicursos e oficinas realizados pelo laboratório e também por emitir os certificados aos participantes. Nas atividades práticas, atuei enquanto aluna das disciplinas de Planejamento e Realização de Campanha no projeto “Sou Caravelas”. Com base no método pesquisa-ação, fomos a campo e elaboramos coletivamente com moradores da região de Caravelas (BA) um planejamento de campanha estruturada na Publicidade Social Comunitária e Afirmativa. O trabalho visava a recuperação da auto-estima dos moradores através da ativação da marca-cidade de Caravelas para os públicos interno (moradores) e externo (turistas). Para tanto, utilizamos ações que ressaltavam a cultura e belezas naturais da região, estimulando o Turismo de base Comunitária com base nas ODS's da ONU. Nesse processo, eu particularmente, criei editais para dois projetos que acontecerão na cidade o Festival “Sou Caravelas”, que tem por objetivo reconhecer os artistas locais e reafirmar suas identidades, e também do “Mangue na Mesa”, Festival Gastronômico de culinária local, além de participar da elaboração do “Brand Book da Cidade” (Manual da Marca) e “Workshop - Sou Caravelas” (Workshop que apresentará o projeto à cidade e preparará seus moradores para assumi-lo).

CONCLUSÕES:

Finalizamos o mapa epistemológico da Publicidade Social que permite entender a distinção da publicidade mercadológica. Nesse sentido, possibilita novas linhas de atuação e



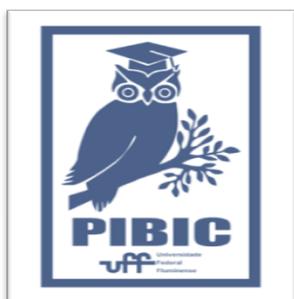
novas formas de olhar para a publicidade. Quando optei por estudar Comunicação Social, queria ter acesso ao conhecimento técnico da publicidade para

aplicar aos projetos socioculturais que eu já trabalhava, mas não imaginava que existiria um tipo de publicidade que se aproximasse tanto dessa expectativa quanto a Publicidade Social. O que é importante pelo lado profissional, mas também pessoal. A partir do momento que me deparo com uma publicidade que faz um sentido muito maior na minha cabeça, me faz querer seguir uma vida acadêmica e explorar mais essa perspectiva.

A efetiva participação do Geccops a partir dos assuntos abordados foram decisivos,

uma vez que propõem uma nova forma de pensar a publicidade no contra fluxo da hegemonia mercadológica. Percebi brechas de atuação e compreendi a publicidade de maneira mais próxima à realidade brasileira. Tive acesso a uma bibliografia repensada para trazer ao corpo discente teóricos de outros lugares como América Latina e África, e percebi, com nitidez, um contraponto às produções euro centradas.

Ter encontrado uma perspectiva publicitária que é do meu interesse me estimula academicamente. Para fechar, o trabalho intitulado “Aldeia de Arcozelo: Resistência Cultural nos tempos de FETAERJ”, escrito em co-autoria com minha orientadora, foi aprovado na XIV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã (CBCC). Fundamentei a parte teórica com os conhecimentos adquiridos no PIBIC e tratei do objeto que pretendo desenvolver em minha monografia. Foi a primeira experiência oficial e sinto que já faço parte do mundo acadêmico.





Grande área do conhecimento

Título do Projeto: Ocorrências Éticas e a Enfermagem

Autores: Rebeca Souza de Brito; Ana Thereza Macedo Pastor; Fernanda de Carvalho Dantas; Claudia de Carvalho Dantas.

Departamento/Unidade/Laboratório

INTRODUÇÃO:

Trata-se de uma pesquisa inserida no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gerência e Ética em Enfermagem da Universidade Federal Fluminense (GEPEGENF/UFF, desenvolvida no Campus de Rio das Ostras. Teve por objeto de investigação: Análise das ocorrências éticas em publicações científicas e em sites de publicação de processos éticos.

No cenário nacional, poucos são os artigos relacionados ao tema de processos éticos no âmbito da enfermagem. Sendo assim, justifica-se a presente proposta tendo em vista a pertinência do tema, bem como a escassez de estudos que abordem a temática.

No transcorrer do período de agosto de 2018 até julho de 2019, foram realizados dois subprojetos onde o primeiro teve o objetivo de analisar os temas que configuram problemas éticos decorrentes do exercício profissional da enfermagem e que foram julgados pelos tribunais da região Sudeste; e discutir estratégias visando minimizar possíveis causas dos problemas éticos desejando o cuidado seguro para aquele que cuida e para aquele que é cuidado. E o segundo subprojeto teve como objetivos: identificar os tipos de erros praticados pela equipe de enfermagem na administração de medicamentos; e discutir ações implementadas face aos erros praticados pela equipe de enfermagem.

A fim de contribuir para uma melhor assistência profissional de enfermagem, ensino e pesquisa, uma vez que o mesmo diz respeito aos princípios e diretrizes da ética e legislação que respaldam a conduta do profissional de enfermagem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados serão apresentados em duas etapas: a primeira concerne aos resultados obtidos no primeiro subprojeto realizado nos sites do Tribunais de Justiça e a segunda etapa refere-se aos resultados encontrados na Revisão Integrativa.

No Primeiro Subprojeto, ao processo de análise dos processos emergiram 4 temas que foram dispostos, a seguir, com as respectivas condutas vivenciadas pelos profissionais:

1- Problema Ético-Profissional com Interface Penal: Foram considerados contravenções penais as seguintes ocorrências: profissionais envolvidos com prática de crime tipificado no código penal, dentre os quais citam-se: ABORTO, ESTUPRO, FURTO e EXERCÍCIO ILEGAL DA MEDICINA.

2- Problema Ético-Profissional com Interface procedimental: Foram considerados procedimentais as seguintes ocorrências: profissionais envolvidos com irregularidades na prática de enfermagem relacionadas aos procedimentos assistenciais, dentre os quais citam-se: ERRO NA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTO (VIA, PESSOA, DOSE).

3- Problema Ético-Profissional com Interface atitudinal: Foram consideradas atitudinais as seguintes ocorrências: falta de respeito/atitude ética perante a profissão, dentre os quais citam-se profissionais denegrindo a imagem da profissão e de outros profissionais.

4- Problema Ético-Profissional com Interface educacional: Foram considerados educacional as seguintes ocorrências: profissionais envolvidos com irregularidades na formação de alunos de enfermagem, dentre os quais citam-se: assinatura de ficha de estágio por enfermeiros que não acompanharam alunos em campo de prática; ausência de enfermeiro na supervisão de alunos de curso técnico de enfermagem.

Já no Segundo Subprojeto, ao se analisar a tipologia dos erros de medicação, pode-se identificar que as ocorrências têm relação umas com as outras, pois a não administração de medicamentos pode ser uma consequência da falta de aprazamento, e a administração em horário errado, por consequência de não ter sido aprazada.

Aos tipos de erros de medicação, pode-se observar: administrada em via errada (50%),

administrada dose errada (50%), Omissão (33,3%), administrado fora do horário (33,3%) e erro na diluição (33,3%). Paralelo a isto, foram elencadas as principais ações adotadas pelos profissionais da enfermagem frente aos erros de medicação, sendo elas: comunicar ao enfermeiro ou médico responsável do turno, não comunicam o erro, intensificam os cuidados, conversar com o colega sobre o ocorrido, agir como se nada estivesse acontecido, tentar minimizar as consequências, monitorar o paciente e conversar com o paciente sobre o ocorrido.

CONCLUSÕES:

A partir dos resultados apresentados, conclui-se que os objetivos foram alcançados, uma vez que possibilitou o levantamento de processos judiciais envolvendo profissionais de enfermagem e estudantes de enfermagem, e os principais tipos de erros cometidos pela equipe de enfermagem foram identificados e as ações de enfermagem perante aos erros de medicações cometidos foram descritas.

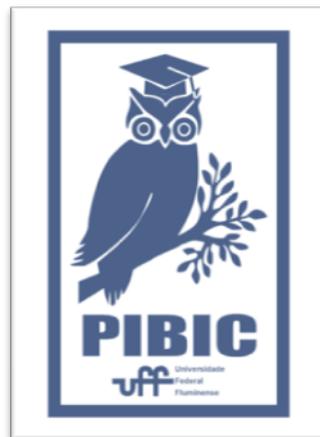
Diante desse cenário, ficou claro que o conhecimento ético é de suma importância para os profissionais e estudantes de enfermagem, sendo necessário que haja uma melhor capacitação dos mesmos, abordando temas como: responsabilidades, direitos e deveres do profissional de enfermagem.

Sendo assim, ressalta-se a importância de construção de medidas de preventivas para erros de medicação, como elaboração de protocolos, treinamentos e capacitação para a equipe, visando uma melhor assistência de enfermagem e a segurança do paciente.

Por fim, sugere-se a realização de mais estudos e investimento na implementação das comissões de ética como forma estratégica principais para o cuidar de si e do outro.

AGRADECIMENTOS:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Universidade Federal Fluminense por apoiar e incentivar os trabalhos desenvolvidos no âmbito da pesquisa.





CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS

ARQUITETURA DA VIOLÊNCIA: REGULAÇÕES DE UMA ORDEM PRIVADA E CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA SOCIABILIDADE URBANA EXCLUDENTE

Autores: Evelyn Garcia Cruz e Paula Andréa Santos da Silva

**Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Escola de Arquitetura e Urbanismo –
Laboratório de Pesquisa: Arquitetura da Violência**

INTRODUÇÃO:

Vamos analisar neste texto, os discursos que envolvem a falta aguda de habitação nas grandes cidades em dois momentos históricos, apontando as permanências e diferenças de sentidos produtores de mitos, que naturalizam a criminalização dos sem-teto organizados para ocupação de prédios vagos e abandonados nos centros urbanos.

A modernidade a partir do final do século XVIII, com os grandes movimentos demográficos, do campo para a cidade, o assalariamento, a formação do exército industrial de reserva, coloca para todos os profissionais que estão envolvidos com as questões urbanas, incluindo os arquitetos e urbanistas, importantes e difíceis desafios em relação à moradia para todos, desde que novas relações de trabalho separaram local de trabalho do local de moradia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No que se refere à modernidade, servem como exemplo, trechos citados por F. Engels em A Situação da Classe Trabalhadora da Inglaterra, extraídos de jornais e revistas da época.

Para sua análise o autor destacou notícias de jornais e revistas que envolviam a pobreza

urbana, e a saúde pública, descreviam seus territórios de moradia como insalubres, indecentes, feios, qualificando seus moradores como perigosos, imorais, ladrões, mendigos, vagabundos, degradados...

Os lugares da pobreza surgiam enunciados, via de regra, na mídia da época, no escorregadio terreno da violência, deslizando da criminalidade para o perigo.

Quase dois séculos depois, ainda estão em todos os jornais as questões relacionadas à penúria de sobrevivência e à falta de habitação das classes pobres e miseráveis das grandes cidades – envolvendo epidemias, acidentes como inundações e deslizamentos de terra, grandes catástrofes e muitas mortes. São vítimas os precariados e desempregados da nova crise estrutural do capital. Este é um campo de forças e choques que se revela, portanto, estrutural no capitalismo e cada vez mais privilegiado no ranking das escolhas da mídia contemporânea.

No Brasil o quadro social e habitacional é dramático e, segundo dados divulgados em dezembro de 2017, cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar diária equivalente a US\$ 5,5 (valor adotado pelo

Banco Mundial). Segundo os mesmos indicadores, no que diz respeito à distribuição de renda, ficou comprovado que o Brasil continua um país de alta desigualdade.

Segundo o Censo de 2010, o país, com pouco mais de 200 milhões de habitantes, tinha 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, o que estimula com justeza um movimento da população sem teto para a ocupação dos imóveis vazios e abandonados, porque “não se pode deixar de ocupar qualquer lugar para morar na superfície da Terra: ninguém vive suspenso no ar”

CONCLUSÕES:

A análise crítica e comparativa proposta inicialmente evidenciou a condição de extrema penúria dos sem teto, no contexto da crise estrutural do capital. Penúria esta que pode ser apontada como um sintoma do perverso avanço do neoliberalismo em escala global, como a nova organização da acumulação do capital que privilegia o capital financeiro, o Estado mínimo e a sua desincumbência no âmbito das políticas sociais. Promove o fim do emprego, nas cidades o abandono, a especulação e o lucro imobiliário sem limites e a gentrificação. Nesta perspectiva Achille Mbembe, em seu texto “A era do humanismo está terminando”, é quem bem aponta novos prognósticos:

Outro longo e mortal jogo começou. O principal choque da primeira metade do século XXI (...). Será entre a democracia liberal e o capitalismo neoliberal, entre o governo das finanças e o governo do povo, entre o humanismo e o

neoliberalismo. (...) Acrescente: bifurcação entre a democracia e o capital é a nova ameaça para a civilização.

Agradecimentos:

À Universidade Federal Fluminense

À Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.



ire SEQ Figure 1*
BIC 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: A Diplomática Contemporânea e seu aporte à produção documental

Autores: Lucas Andrade Sá Corrêa e Natália Bolfarini Tognoli

Instituto de Arte e Comunicação (IACS) Departamento de Ciência da Informação (GCI)

INTRODUÇÃO:

A produção documental é uma questão que vem sendo tratada apenas marginalmente pela Arquivologia. Fase de fronteira do fazer arquivístico tem, entretanto, acumulado problemas que – especialmente com o advento das TICs – parecem atingir o núcleo da teoria arquivística clássica e moderna.

Para entender o sentido dessa questão, acreditamos ser necessária ampliar o enquadramento do problema, pensando comparativamente a produção documental com a produção em geral, isto é, a produção de mercadorias na sociedade moderna.

Ao contextualizar a produção documental em um nível mais alto, podemos entender o grau do desafio que enfrentamos e evitar armadilhas de soluções simplistas. Para tanto, é necessário relacionar os momentos de crises e rupturas enfrentadas pela Arquivologia com as crises econômicas e políticas mais amplas que afetam nossa sociedade.

Entender o sentido da crise, nos possibilita melhor buscar contratendências práticas e teóricas para sua superação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A Arquivologia, em seu desenvolvimento enquanto disciplina científica, precisou lidar com momentos de crise. Desde o marco inicial da Revolução Francesa e a sistematização nos manuais do seu período clássico até o desenvolvimento da Gestão de Documentos de Arquivos, na Arquivologia Moderna, a Arquivologia se relaciona com os “períodos de emergência” ou crises sociais.

Como subproduto das atividades desenvolvidas por pessoas físicas e jurídicas, os documentos de arquivo precisam ser entendidos como historicamente situados e relacionados com os movimentos gerais da sociedade. Só assim seremos capazes de responder aos desafios colocados à Arquivologia no século XXI.

Ao estudarmos as características da crise pós-1970 identificamos como esta afeta a produção de documentos. A desregulamentação e flexibilização da produção juntamente à inovação tecnológica disruptiva ameaçam não só o fazer arquivístico como os conceitos mais fundamentais da área.

Ao recuperar o estudo da forma documental, a Diplomática Contemporânea atua como contratendência ao movimento posto pela crise atual. Recoloca o documento de arquivo –

e sua produção – no centro da disciplina e a instrumentaliza para o enfrentamento das mudanças do ambiente digital.

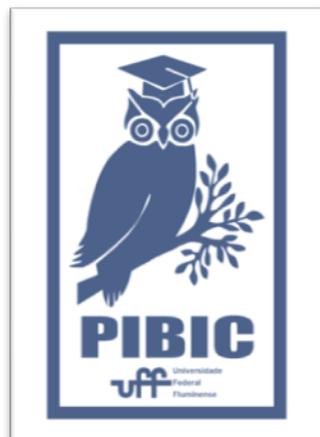
CONCLUSÕES:

Como vimos, a questão da produção é incontornável em nossa sociedade e é afetada diretamente pelas crises sociais mais amplas que precisam ser compreendidas para que possamos atuar dentro do seu contexto. A atual crise nos coloca desafios que, conforme pudemos concluir nesse estudo podem ser enfrentados com os instrumentos da Diplomática Contemporânea.

Concluimos, portanto, que o estudo apresentado contribui para uma melhor compreensão da produção documental como problema do campo arquivístico e o papel central da Diplomática Contemporânea no enfrentamento do mesmo.

AGRADECIMENTO:

Agradeço à coordenação do curso de Arquivologia e ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Aos professores e alunos que integram o grupo de pesquisa Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento. Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação Inovação/PROPI da Universidade Federal Fluminense pelo apoio e incentivo que tornou possível o desenvolvimento desta pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título: Contextualizando funções e competências: contribuição para a análise tipológica da documentação administrativa do período joanino (1808-1821)

Autores Dayane da Silva (orientanda); Prof. Dr. Renato de Mattos (orientador)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Ciência da Informação – Instituto de Arte e Comunicação Social

INTRODUÇÃO: Em análise dedicada à descrição de documentos custodiados em arquivos permanentes, Heloísa Bellotto¹ destaca que os estudos tipológicos se mostram pertinentes para diferentes áreas do saber. Para além da aplicabilidade no campo da administração, a tipologia documental se mostra igualmente relevante tanto para a História quanto para a Arquivologia. Em relação a essa última relação, Bellotto assinala a importância do estudo dos tipos documentais para o serviço aos usuários, uma vez que a identificação dos tipos documentais oferece aos pesquisadores “informações que são antecedentes e exteriores ao próprio conteúdo do documento, sendo fundamentais para a sua compreensão dentro do conteúdo jurídico-administrativo de produção”².

Apesar da importância assinalada pela autora, o desenvolvimento da presente pesquisa demonstrou a quase ausência de instrumentos descritivos capazes de subsidiar o levantamento e a identificação da documentação relativa à história do Brasil. A partir da análise crítica de alguns dos principais instrumentos de descrição existentes em arquivos portugueses e brasileiros responsáveis pela custódia da documentação produzida e acumulada pelos diversos órgãos do governo do regente D. João, Ana Martins³ propõe alguns procedimentos indispensáveis para o aprimoramento da organização e descrição destes fundos. Além da reconstituição dos processos de criação, circulação e arquivamento, Martins reforça a necessidade da correta identificação da proveniência dos documentos a partir de estudos que contemplem desde as competências de cada uma das entidades produtoras/acumuladoras até a recuperação do contexto funcional das espécies documentais.

Diante de tais desafios, o emprego da análise tipológica assume importância enquanto procedimento capaz de subsidiar arquivistas nas atividades de arranjo e descrição de documentos produzidos pela administração joanina, bem como na elaboração de instrumentos de pesquisa capazes de suprir as necessidades informacionais dos usuários. Assim, a partir dos estudos tipológicos dos documentos administrativos introduzidos pelo governo do príncipe regente D. João durante o processo de instalação das secretarias de estado na Corte do Rio de Janeiro, a presente pesquisa objetiva identificar os principais tipos documentais, entendidos aqui como a “configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou”⁴, a fim de auxiliar arquivistas no cumprimento das tarefas de organização documental e de disseminação da informação, assim como contribuir para a elaboração de glossários e de outros subsídios essenciais aos pesquisadores do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Antes de empreendermos a análise dos tipos documentais que estruturaram a prática administrativa do governo joanino entre os anos de 1808 e 1821, cumpre detalhar a metodologia utilizada nesse estudo. Amparando-nos nas pesquisas realizadas por Bellotto⁵ e Troitiño⁶, utilizaremos o modelo de análise a seguir:

- Tipo documental: definida pela espécie documental acrescida da atividade que a gerou: “a ser buscada na legislação, em tratados de direito administrativo, manuais de rotinas burocráticas, glossários, dicionários

¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

² *Ibidem*, p. 348.

³ MARTINS, Ana C. D. *Governança e arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2007.

⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Op cit.* p. 100.

⁵ *Ibidem*.

⁶ RODRIGUEZ, Sonia M. T. *O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX)*. 2010. Tese (Doutorado) - FFLCH, USP, São Paulo, 2010.

terminológicos ou a partir do próprio documento”⁷;

- Entidade produtora acumuladora;
- Atividade: que gerou o tipo documental em questão;
- Destinatário;
- Legislação que cria a entidade e a função/atividade que originará a série;
- Tramitação: sequência das diligências para o andamento de documentos de natureza administrativa até seu julgamento ou solução;
- Documentos correlativos: identificação de outros tipos documentais analogicamente relacionados.

Como o objetivo da pesquisa é o de elaborar um instrumento de pesquisa para o conjunto de documentos do período joanino, é de suma importância ter os campos acima bem claros para que o pesquisador entenda como organizamos e chegamos aos resultados. Dito isso, temos os subsídios necessários para realizarmos a análise dos documentos administrativos do período em questão e descrevermos as funções dos órgãos responsáveis pela produção e/ou acumulação de documentos.

Para o desenvolvimento da análise tipológica foi necessário examinar os volumes da *Collecção das Leis do Brazil* para que pudéssemos ter a base legislativa necessária para o entendimento das funções e atividades exercidas pela administração joanina.

Analisando as competências das secretarias, optamos pela análise das decisões expedidas pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios. Segundo Dilma Cabral e Angélica Camargo⁸, eram de competência da referida secretaria os despachos que tratavam das expedições das armadas, frotas e navios, além das ordens concernentes ao expediente dos passaportes dos navios que entravam e saíam dos portos.

Compreendida a entidade a ser analisada e a espécie escolhida, empreendemos a identificação das tipologias que estruturam a administração joanina constantes da *Collecção das Leis do Brazil*.

CONCLUSÕES:

⁷ BELLOTTO, Heloísa L. *Op cit.* p. 91.

⁸ CABRAL, Dilma; CAMARGO, Angélica R. (Orgs.). *Estado e administração: a corte joanina no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

A presente pesquisa teve como o objetivo realizar um instrumento de pesquisa, na qual procuramos identificar a espécie/função/atividade do documento, bem como as competências do órgão ou ministério que expediu/recebeu.

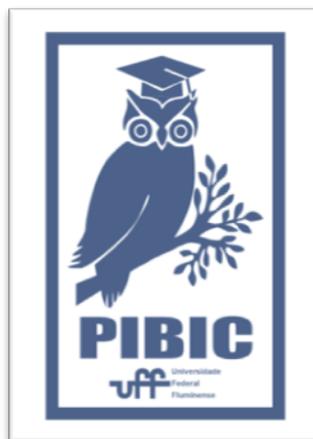
Vimos que a definição de funções e poderes no Estado não era nítida na administração joanina, o que acabou refletindo na documentação de cada secretaria. Por isso, a importância dos estudos da administração desse período é de suma importância, tal como os instrumentos arquivísticos que auxiliam e facilitam as pesquisas sobre o assunto.

Assim fez-se necessário explorar, através de artigos e teses, o funcionamento do poder monárquico no período de 1808 a 1821, já que é de extrema relevância entender a estrutura do órgão produtor do documento.

Continuaremos a pesquisa no intuito de analisar mais documentos e tentar entender as atribuições de cada secretaria.

Agradecimentos:

Agradecemos o apoio do Departamento de Ciência da Informação (GCI) do Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC pelo financiamento da pesquisa desenvolvida.





Ciências Sociais Aplicadas / Comunicação Audiovisual

Narrativas cotidianas no documentário sobre o rural brasileiro: personagens, poéticas, resistência.

Autores: Sasha Lima e Denise Tavares

Comunicação Social / Instituto de Arte e Comunicação Social / MULTIS (Núcleo de Pesq. Exper. Audiovisual. e Multimídia)

INTRODUÇÃO:

O documentário corresponde a uma produção fílmica caracterizada principalmente por sua responsabilidade com o real, ou por tratar a realidade de forma criativa, segundo John Grierson. As obras de não-ficção, surgiram na década de 1920, com Flaherty, desde então alguns estilos foram moldados e tiveram destaque ao ponto de influenciarem o que se tem por documentário atualmente. Grierson foi quem usou o termo documentário pela primeira vez ao comentar sobre o filme de Flaherty e foi responsável pela Escola Clássica, onde as obras eram produzidas levando-se em consideração seu potencial para educar, principalmente por alcançar as massas analfabetas. Posteriormente, o Documentário Direto, de Drew e Leacock, inseriu a ideia de câmera invisível que capta a realidade e que, além de educar, tem âmbitos políticos inseridos. O Cinema Verdade surgiu com o intuito de que o espectador tivesse a sabedoria de que a obra é a verdade de uma produção e não a realidade pura e genuína, segundo Morin e Jean Rouch. Ao considerar o filme documentário como uma representação realizada por alguém que interpretou a realidade, buscaremos destacar a construção da realidade rural brasileira em narrativas cotidianas sendo que, consideramos aqui a perspectiva do “novo rural”, que não é mais preso ao agrário e cuja empregabilidade não pode mais ser explicada exclusivamente pelo calendário agrícola, tanto o de plantação quanto o de criação animal. Além disso, os filmes selecionados recortam uma segunda realidade do campo: o universo da agroecologia. Portanto, o nosso foco são as abordagens de valorização e “descoberta”, onde a busca por novas perspectivas desse grupo e também os estereótipos que persistem ao representá-los serão analisados segundo a hipótese de que esta representação é delineada por uma poética que dialoga com as matrizes que compõem a “mitologia” sobre o universo rural brasileiro em uma perspectiva que o transfigura e, ao mesmo tempo, valoriza suas

memórias e personagens, em uma estratégia pautada pela lógica da resistência. As escolhas de documentários para esta pesquisa foram pautadas por tratarem do tema rural e também apresentarem a agroecologia de alguma forma no cotidiano das comunidades do interior, desta forma se faz necessária uma definição acerca desse ponto que serviu de abertura para que esta pesquisa fosse realizada, já que o projeto é uma terceira etapa do que já vem sendo estudado sobre o rural. Por agroecologia muitas vezes entende-se que seja modelo de agricultura ecológica que surgiu em contraposição ao agronegócio, mas seu conceito vai além. Na verdade, agroecologia pretende orientar incentivar e valorizar modelos de agricultura familiar, ou, mais especificamente, o desenvolvimento rural sustentável, de modo a ir contra o princípio “agro” de produção e mercantilização das atividades do campo, isso porque, para a agroecologia, o “agro” nos leva a agressão do meio ambiente e exclusão do ponto de vista social, pois a produção intensiva é dominada no Brasil por grandes produtores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As primeiras pesquisas foram de análise da repercussão dos documentários na web, onde através das três primeiras páginas de busca em janela anônima do Google, foram notadas também em quais plataformas de vídeos estão disponíveis dentro desse recorte e quantas visualizações possuem nas principais plataformas encontradas – YouTube e CurtaDoc. Os documentários foram pesquisados da seguinte forma: título do filme + nome do diretor. (Exemplo: *Nordeste B*, de Mirela Krue). Dentro dos resultados encontrados foram feitas tabelas com divisões para classificar do que se tratava cada link, além de uma linha determinada para apresentar o número de resultados encontrados para aquela pesquisa. Desta forma criamos a seguinte classificação: com o nome do filme e do diretor; disponível para assistir; com o nome do diretor; em trabalhos acadêmicos; nada relacionado à pesquisa. A partir da observação das tabelas, dois pontos chamaram atenção: a variação

do número de resultados de busca do Google ao comparar os filmes e o fato de muitos dos resultados estarem relacionados à festivais. A indústria dos filmes de não-ficção não é tão visada e por isso não tem o mesmo valor dado a indústria de ficção, a própria Agência Nacional do Cinema (Ancine) só tem participação em um dos filmes que destacamos. Ao comparar os filmes quando analisadas as relações entre as páginas e as obras, percebeu-se que ou seus diretores são da região onde o doc foi notado e divulgado, ou as imagens são sobre local próximo a essas mídias, ou então os festivais aos quais foram inscritos são de grande notoriedade. Nesta relação, os dois maiores resultados de buscas no Google foram *Brasil Orgânico* e *Energia Eólica: a caçada pelos ventos*, 29.100 e 36.000 mil, respectivamente. Ambos os documentários carregam pautas que têm sido crescentemente discutidas nas últimas décadas: o *Brasil Orgânico* traz à memória a busca por um país que cuida da natureza, que deve abrir mão da monocultura e de recursos que agridem os ecossistemas e foram inculcados através da Revolução Verde. Já o *Energia Eólica* lembra a busca por energias renováveis, energias que são o “futuro” em oposição ao petróleo, que é finito e muito poluente à natureza. Nessa perspectiva, a hipótese é de que a visibilidade desses assuntos resulte nos números citados acima, que são expressivos comparados aos resultados dos outros documentários selecionados, contudo mínimos se comparados as buscas por Brasil orgânico (aproximadamente 7.500.000) e energia eólica (aproximadamente 12.800.000). O *Energia Eólica* também se destacou ao ser citado em cinco trabalhos acadêmicos, sendo quatro da mesma autora, Mariana Traldi. (Valores de 7/3/19). Por último, gostaríamos de destacar que consideramos importante entrevistar o diretor de um dos filmes, o que nos levou a compreender melhor o processo de produção das obra.

CONCLUSÕES:

Após a etapa de leitura e análise das páginas foi possível ratificar a dependência que o documentário rural tem de grupos como ONGs ou Associações para a realização da produção que evidencie outros olhares que não o do senso comum midiático, além da participação em festivais regionais para ganhar notoriedade. A análise também permitiu observar a falta de manifestação das pessoas sobre os documentários ao não comentarem, ou comentarem elogios ou críticas superficiais através da plataforma de vídeos YouTube. O número de resultados apontado pelo Google a cada pesquisa por documentário confirma mais uma vez como não só a agroecologia, mas também o cotidiano rural recebe menos investimentos para produção de filmes ou documentos de registro e estudo. A partir

disso percebeu-se que a discussão sobre a agroecologia está sempre diretamente ligada à contradição do agronegócio. Em todos os filmes o modo de vida agroecológico é não apenas apontado como algo que já existia na cultura das comunidades rurais, como um modo de produção que preserve a natureza, e não há nada mais tecnológico do que produzir de forma saudável sem agredir o meio ambiente, essa é uma das grandes pautas da atualidade: ser sustentável. Cuidar do meio é também uma poética em comum das produções. O depoimento sobre preservar para garantir o futuro dos filhos e colaborar com a vida de todo o mundo é algo que se repete nas produções. Como todas as produções sobre o rural, também se reproduziu nos documentários a romantização do interior. Não na mesma dramatização das produções do cinema nacional, mas em pontos que parecem inescapáveis, como, por exemplo, a imagem lenta do sertão junto ao som de viola no fundo. É importante considerar também que se percebeu durante a conversa com o diretor de Romaria do Areião a tentativa de representar aquele ambiente sem reproduzir os estereótipos que os cercam. Enfim, entre todos os pontos abordados nos documentários o de maior relevância e que deve servir como um novo olhar da representação comum do campo e substituir o imaginário ultrapassado existente, é a noção de mundo e potencial de reflexão que essas comunidades demonstraram acerca do que as envolve e o que as extrapola: o mundo urbano.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos à PROPI e ao CNPq pelo apoio à pesquisa, o que hoje, mais do que nunca, considero essencial para a sociedade brasileira evoluir e diminuir suas desigualdades sociais. E à possibilidade de poder realizar esta parceria pois sem uma relação de confiança e estímulo mútuo nenhuma pesquisa, por mais simples que seja, se realiza. Assim, só pode haver agradecimento mútuo: a orientadora, Denise Tavares, agradece o empenho da orientanda e essa, Sasha Lima, retorna com o mesmo grau de satisfação.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Movimentos Sociais, Participação Popular e Educação do Campo

Autores: Bianca Rocha Rodrigues

Jacqueline Botelho (orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social/Escola de Serviço Social

INTRODUÇÃO:

O projeto “Movimentos Sociais, Participação Popular e Educação do Campo” tem o objetivo de realizar uma análise sobre os desafios contemporâneos às escolas do campo e seu funcionamento. Também tem como intenção garantir uma aproximação com o debate da questão agrária, reforma agrária, movimentos sociais e educação pública no Brasil.

Os movimentos sociais são espaços importantes de formação, atuando como sujeitos Pedagógicos essenciais na produção da humanização das pessoas. Concebemos que, no campo, qualifica-se o debate atual sobre o tipo de expansão necessária às escolas públicas e sobre sua qualidade, definida pelos movimentos sociais - o que ultrapassa a mera incorporação de novas tecnologias nas escolas e ao trabalho docente. No campo, os movimentos sociais estão ativos em sua dinâmica de lutas, incorporando ao seu forte componente pedagógico a estratégia de *ocupação da escola* em defesa de seu sentido público. (MARTINS, F. J., 2011).

Diante destas lutas e vivências amplamente discutidas pelos movimentos sociais, o presente estudo pretende contribuir analisando os desafios para a efetivação do projeto de

Educação do Campo¹ nas escolas dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A intenção é identificar as contradições, e tomá-las como referenciais de análise para que, através dos fundamentos metodológicos do materialismo histórico, possamos ler a realidade, a fim de que as sínteses possíveis de se extrair desse processo subsidiem novas práticas e fortaleçam as experiências que já estão em andamento.

O ensino médio do campo (como formação profissional ou como formação técnica para o trabalho no assentamento) busca fortalecer as condições de sobrevivência dos assentados, e precisa ser fortalecido nas áreas rurais. A escola do campo, ao buscar a integração da comunidade à escola, garante que haja um debate nos assentamentos sobre os pontos estratégicos necessários para o avanço das lutas no território.

Deste modo, as escolas do MST ajudam a resgatar o protagonismo do jovem do campo,

¹ A Educação do Campo é um Conceito que trata da particularidade do campo (social, cultural, temporal) na formação em escolas no campo. Desta forma, os movimentos sociais não lutam apenas por educação no campo, mas também por educação *do* campo.

a valorizar a cultura camponesa, na construção de espaços junto à comunidade, de exercício da democracia, através da participação política, incentivada pela escola e pelo Movimento na construção de uma cultura efetivamente democrática, capaz de ter todos capazes de reivindicar outra sociedade.

O Ensino Médio e a formação integral buscam a garantia da articulação entre ciência, trabalho e cultura na escola, elementos que devem garantir fundamentos necessários à contestação do atual projeto de agricultura hegemônico e de garantir as condições materiais para a consolidação da agricultura camponesa. Neste sentido, a ocupação da escola do campo é estratégia fundamental para a concretização da educação do campo, na medida em que ela nasce como projeto, como horizonte e se efetiva na luta cotidiana com a comunidade escolar, com os assentados, com o MST.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No primeiro semestre de 2019, a aluna bolsista do Projeto esteve envolvida na organização da VI Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), na Escola de Serviço Social da UFF. A ação contou com a integração entre movimentos sociais e Universidade e promoção de debates que buscaram contribuir para a defesa da educação democrática.

Desta forma, no dia 30/04/2019 foi realizada a oficina temática “Modos de vida e experiências de produção associada e autogestão na América Latina”. A oficina contou com a participação da Profa. Lia Tiriba (Associação de Educadores da América Latina e Caribe/ AELAC

e Universidade Federal Fluminense) e William Kennedy do Amaral Souza (Instituto Federal de Rondônia - IFRO).

No dia 02/05/2019 iniciou-se a oficina sobre “Questão agrária, Território e resistências”. A oficina foi ministrada por (MST), Prof. Mário Jorge (UFF), Aline Caldeira Lopes (NEPEC/UFF).

Em 03/05/2019, o debate da VI JURA esteve voltado para a discussão sobre o tema “Mulheres, violência e a luta pela reforma agrária no Brasil”. Para o debate sobre o tema, estiveram presentes Luiza Tonon Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro) e MST.

Ainda no primeiro semestre, a aluna bolsista realizou um levantamento das escolas do campo, que estão em funcionamento, e também das escolas que foram fechadas no estado do Rio de Janeiro, incluindo informações sobre escolas quilombolas.

No segundo semestre de 2019, a aluna submeteu trabalho para participação nos Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais(CBAS), com o trabalho “Obscurantismo das ideias, políticas públicas e a disputa pela educação no Brasil”. Reconhecemos que os resultados da pesquisa foram satisfatório, proporcionando possibilidades de amadurecimento do debate sobre educação do campo, que se faz urgente na atual conjuntura de ataque à democracia.

Agradecimentos:

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e à UFF pela oportunidade de desenvolvimento desse trabalho.





Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: :O mercado de crédito bancário brasileiro durante os governos Dilma Rousseff e Michel Temer (2011-2018)

Autores: Vinícius Venancio Borges dos Reis

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Economia (SEN), Faculdade de Economia

INTRODUÇÃO: Desde o início dos anos 2000, a concessão de crédito bancário no Brasil vem recebendo grande destaque. Apontado como um dos vetores do período de prosperidade vivenciado na primeira década do século, o papel do crédito como ampliador da demanda é bastante claro. Ademais, é enxergado como essencial para diversos setores, como o agropecuário e industrial, que tem suas possibilidades de investimento produtivo aumentadas a partir da oferta de crédito de longo prazo, e acesso a capital de giro com operações de menor prazo.

Com isso, é possível supor que o volume e tipo de crédito concedido no país sejam considerados boas variáveis para uma análise do cenário econômico do país. Foi com o objetivo de mapear essas variáveis que esse trabalho se desenvolveu. Sob o olhar pós-keynesiano, as atividades do período 2011 - 2018 foram observadas através dos relatórios do Banco Central nos Dados selecionados de instituições financeiras e nas Séries temporais. Como poderia se supor, para avaliar o dinâmicas do mercado de crédito no intervalo proposto, era necessário refletir sobre os movimentos ocorridos nos anos anteriores, principalmente no já citado período de expansão desse mercado no país.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para ter maior clareza do movimento desse mercado no período proposto, foi necessário olhar para variáveis como a crise financeira de 2008 e a tentativa de redução de spread bancário em 2012. Inicialmente o trabalho se propôs a comprovar e mapear a atuação anticíclica dos bancos públicos no mercado de crédito brasileiro.

A análise dos saldos das operações de crédito foi a primeira a comprovar esse padrão de atuação. De modo a melhorar a análise e aproveitando a extensão da série temporal, foi calculada a taxa de crescimento real acumulada em 12 meses (a partir do IPCA) de janeiro de

1996 a dezembro de 2018, desagregada por controle de capital (apenas privado e público). O exame dos dados comprovou a tese de comportamento contracíclico do setor público em diversos momentos, incluindo o intervalo proposto para a pesquisa. De janeiro de 2011 a dezembro de 2016 a concessão de crédito dos bancos públicos cresce mais que a dos privados, que beiram sozinhos o decréscimo de fevereiro de 2013 a março de 2014, quando assumem (ainda sozinhos) de vez essa direção até novembro de 2015, quando os bancos públicos passam a acompanhá-lo.

O trabalho prosseguiu com os relatórios sobre as carteiras de crédito ativo das instituições financeiras. Esse relatório só é disponibilizado pelo Banco Central desde 2014, o que limitou um pouco nossa análise. Entretanto, ao desagregar as informações contidas nesse por controle de capital (público, privado nacional e privado estrangeiro) e modalidade, foi possível comprovar um grande número de hipóteses, como a hegemonia do setor público na concessão total de crédito, no crédito habitacional, no crédito rural e agropecuário, além do crédito de longo prazo (acima de 5 anos) em todos os anos pesquisados (2014 a 2018).

O acesso aos relatórios dos ativos das instituições financeiras permitiu calcular a participação de algumas operações no total do ativo de cada tipo de controle de capital. Foram priorizadas, como se pode supor, as operações de crédito, tanto totais quanto nas modalidades citadas acima, além das operações de TVM e de aplicações interfinanceiras, afim de observar como os bancos alocavam seus ativos ao longo do tempo.

CONCLUSÕES:

Durante toda a pesquisa, ficou evidente a atuação anticíclica dos bancos públicos em relação ao comportamento do setor privado no mercado de crédito. Isso se justifica não só pela já explicitada relevância direta dessa operação

no nível de aquecimento e investimento da economia, mas também pela pressão que exerce sobre a estabilidade (ou viés pretendido) da base monetária e meios de pagamento. De qualquer forma, a atuação dos bancos públicos se faz necessária desde que foi adotada uma gestão enérgica dos ativos por parte dos bancos privados, fazendo com que esses sejam potenciais ampliadores de tendências, ou seja: tendem a reduzir o crédito em situações de desaceleração econômica, o que pode agravar uma recessão/estagnação; e tendem a relaxar seus critérios de concessão de empréstimos e orientar seus ativos de modo que essas operações ganhem mais espaço em períodos de prosperidade, concedendo crédito de maior risco, o que pode levar a um futuro desequilíbrio

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer ao meu professor orientador, Victor Leonardo de Araújo, por ter me proporcionado a oportunidade de participar dessa pesquisa acadêmica, por ter repassado parte de seu conhecimento com paciência e didática.

Agradeço também aos integrantes do Núcleo de Pesquisa em Economia e Sociedade Brasileira (NEB), pelo suporte acadêmico e aprendizagem que experimentei enquanto membro do núcleo.





Ciências Sociais Aplicadas

Parâmetros para melhoria do conforto térmico das cidades

Julia de Melo Amaral

Laboratório de Estudos da Legislação Urbanística

INTRODUÇÃO:

Os resultados obtidos pela última fase dessa pesquisa, que apontam para a crescente perda da qualidade das habitações formais na cidade do Rio de Janeiro, tanto em relação à legislação urbanística quanto em relação à produção imobiliária, orientaram um novo olhar para esse projeto. A partir de questionamentos sobre o que está envolvido na qualidade da habitação, foram abordados como isso pode ser discutido nos assentamentos precários, uma vez que são regiões não dominadas pelo mercado imobiliário e produzidas na informalidade, sem qualquer respaldo legal.

Para além do conforto ambiental foram levantados outros fatores decisivos para a saúde da habitação, como saneamento, adensamento e estrutura física da edificação. Procuramos também quais respostas o poder público tem oferecido aos problemas relativos à precariedade das moradias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A discussão parte da caracterização das necessidades habitacionais enquanto uma combinação entre déficit habitacional, demanda demográfica e inadequação habitacional. Como a abordagem é de natureza qualitativa, foi mais desenvolvido o último ponto, que diz respeito à problemas na estrutura da habitação e na vizinhança, tais como inadequação fundiária (cujas maioria dos casos se concentra na região Sudeste), domicílios sem banheiro, carência de infraestrutura (mais numeroso na Região Nordeste), adensamento excessivo e cobertura inadequada.

Entra em pauta os temas relativos à saúde da habitação, como a associação de temas se saúde pública, como a tuberculose, com a estrutura física das moradias. Também foram levantados pontos em relação à segurança das edificações, como os altos índices de quedas de laje que não possuem proteção, como guarda-corpo. As moradias precárias

comprometem a saúde física e mental dos seus moradores.

Diante desses fatores a promoção de melhorias habitacionais poderia ser uma alternativa de redução da precariedade, em ações combinadas no interior das edificações e na escala da vizinhança, compreendendo ações de melhorias das condições de segurança, da qualidade da habitação e aprimoramento de espaços de sociabilidade no bairro.

Como possível resposta para esses problemas foi encontrado o Programa Cartão Reforma (PCR) desenvolvido pelo Governo Federal no final de 2016. Era um momento de redução drástica no orçamento para o Programa Minha Casa Minha Vida, a principal política habitacional do país. O PCR permite ampliação e reforma de unidades habitacionais de famílias que possuem a propriedade do imóvel, estão em uma favela urbanizada e recebem até três salários mínimos por mês. Apesar de determinar que as famílias devem ser acompanhadas por profissionais por meio de assistência técnica, o Programa deixa lacunas preocupantes quanto à execução das obras.

Na gestão municipal o PCR foi destinado à duas comunidades – Parque Royal e Fernão Cardim – que não possuem altos índices referentes à precariedade das moradias.

CONCLUSÕES:

A inserção das melhorias habitacionais no bojo da política habitacional é urgente para a redução do quadro de inadequação habitacional posto no Brasil. As intervenções nos domicílios, cuja situação precária poderia ser contornada por meio de melhorias habitacionais, podem solucionar os principais problemas que afetam a saúde, segurança e conforto de seus moradores.

No entanto, o Programa Cartão Reforma expressa um não comprometimento com a redução do quadro de inadequações habitacionais, principalmente enquanto criado diante de um desmonte dos investimentos em

políticas habitacionais para a faixa de renda mais atingida pelo déficit. Desenhado para atingir apenas moradores de regiões atendidas por rede de coleta de esgoto e proprietários dos imóveis, o Programa se afasta dos mais vulneráveis.

Na gestão municipal a escolha das comunidades pode ter sido orientada por critérios políticos, uma vez que não se tratam de espaços precários e se inserem em áreas de expansão do mercado imobiliário.

Portanto, é notória a necessidade de continuar investigando quais formas de intervenção em unidades habitacionais, sejam elas oriundas de políticas habitacionais ou de organizações de profissionais arquitetos ou moradores, seriam mais adequadas para responder às demandas de necessidades habitacionais das favelas do nosso país.

Agradecimentos:

Agradeço à Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, por ter organizado um excelente evento no qual tivemos a oportunidade de apresentar e discutir o presente trabalho.

Agradeço aos colegas que fazem parte do LabLegal, por serem sempre questionadores e promoverem as melhores discussões que já fiz parte.

E, sobretudo, agradeço à Professora Cristina Nacif, excelente orientadora, que me permitiu traçar caminhos para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora, estudante e pessoa.





Ciências Humanas/Comunicação Social

Igor Oliveira Simões

GCO - Departamento de Comunicação Social/Instituto de Artes e Comunicação Social

INTRODUÇÃO:

Esse trabalho tem como objetivo apresentar a proposta, metodologia e o resultado final do projeto de pesquisa **“Juventude e midiaticização: usos apropriações das mídias a partir do cotidiano escolar”** no ano de 2018. Neste ano, o projeto buscou dar continuidade ao trabalho que havia sido desenvolvido anteriormente, desta vez, procurando investigar as formas de letramento midiático entre os estudantes do ensino médio do Colégio Pedro II, em Niterói, e observar o incremento destes níveis a partir da oferta de uma oficina de leitura crítica e produção de mídia os usos e apropriações da mídia a partir do cotidiano escolar. Para isso, utilizamos a metodologia da observação participante, com a oferta da oficina “Por Dentro da Mídia”, em seis encontros com 14 alunos e 11 pesquisadores se revezando entre os encontros.

Segundo a Comunidade Europeia, o letramento midiático é a “capacidade individual para interpretar de modo autônomo e crítico o fluxo, substância, valor e consequência da mídia em todas as suas formas” (TORNERO, 2009, p. 4). De acordo com a pirâmide de Tornero, as capacidades individuais estão relacionadas ao acesso dos indivíduos às mídias, a políticas públicas de educação, a leis, comprometimento da indústria midiática e ao envolvimento da sociedade civil neste esforço. Elas seriam responsáveis por 35% do sucesso do indivíduo em ler e produzir mensagens de maneira informada.

Um contexto ambiental mais favorável aumenta o nível de letramento individual, da mesma forma que a existência de cidadãos letrados impulsiona o desenvolvimento de políticas públicas e aumenta o grau de exigência em relação à qualidade do trabalho da mídia.

Em um primeiro momento, houve um convite à participação voluntária dos alunos nos encontros. A pesquisa teve duração de quatro semanas, com um ou dois encontros semanais, nos dias 24, 29 e 31 de outubro e 5, 7 e 12 de novembro. O perfil dos alunos é de 15 a 18

anos, em sua maioria do gênero feminino, com moradores dos municípios de São Gonçalo, Niterói e Rio Bonito e a maior parte da amostra declarou renda familiar entre três e seis salários mínimos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os estudantes se mostraram capazes de lidar com equipamentos para gravação digital nos celulares, produção de textos nos computadores, busca de informações online e até edição de áudio.

No nível da codificação e decodificação de mensagens, os jovens têm total domínio do letramento.

Mostraram dificuldade de identificar os atores envolvidos na produção de conteúdos midiáticos, as formas de funcionamento dos veículos e, principalmente, o nível de confiabilidade das mensagens em geral.

Sobre a regulação da mídia, percebemos um desconhecimento quase completo sobre a regulação das telecomunicações no Brasil.

CONCLUSÕES:

A partir dos resultados obtidos foi possível concluir que há um desequilíbrio na base da pirâmide em ambas as dimensões. Se em termos de acesso há uma boa disponibilidade de mídias, nem todas elas são utilizadas pela amostra. Em relação ao contexto do letramento midiático, não há um investimento contínuo em educação midiática nas escolas do Estado, bem como ações claras da indústria midiática neste sentido. Mas diversas instituições da sociedade civil vêm se envolvendo no debate sobre a democratização do campo midiático e na formação de cidadãos aptos a produzirem sua própria mídia. Portanto, parece que há fragilidades importantes no que seria o substrato para o desenvolvimento pleno de competências comunicativas.

Em relação às competências individuais, os dados sugerem que boa parte do déficit apresentado em áreas como compreensão crítica e habilidades comunicativas decorre da

ausência ou do baixo investimento na base da pirâmide. O desconhecimento a respeito do funcionamento da mídia, propriedade dos meios, seleção de fontes, diferença entre opinião e informação, entre outros temas, reduz ou impede o desenvolvimento de capacidades individuais. Embora desconfiem dos produtos informativos, consideram que o jornalismo deveria buscar a imparcialidade. Não conseguem definir, no entanto, o que seria imparcialidade. Em relação à publicidade, têm clareza da distância entre as mensagens e a “verdade”. A desconfiança em relação à mídia e às fontes do estado produz um ceticismo em relação à própria política. Isto não os impede, no entanto, de demonstrarem interesse em participar da vida política.

Agradecimentos:

Agradeço à minha orientadora, Carla Baiense, pelo convite, pela confiança, paciência e dedicação no andamento de todo o projeto. Agradeço a todos os familiares por todo o suporte, em especial minha mãe, que abriu mão e muita coisa para investir em um projeto de vida que até agora vem dando certo. Agradeço aos amigos e à minha parceira de todos os dias, Leticia, pela força. E agradeço, principalmente, a todos que apoiam, sustentam e lutam pela manutenção da universidade pública.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: E-Vozes: As Múltiplas Facetas da Visibilidade no Ativismo Digital de Grupos Marginalizados

Autores: Giovana Medeiros Trulio, Andrea Medrado

Departamento/Unidade/Laboratório: Comunicação Social (GCO)

INTRODUÇÃO:

Este trabalho tem como ponto de partida uma investigação acerca do uso das mídias digitais como forma de combater a marginalização em comunidades vulnerabilizadas. Analisamos de que formas o acesso às tecnologias digitais pode oferecer uma maior visibilidade para tais grupos e quais seriam as implicações dessa visibilidade. A pesquisa objetiva demonstrar como os espaços digitais podem se tornar amplificadores das mensagens de grupos socialmente oprimidos, fazendo com que suas vozes sejam ouvidas, mas, ao mesmo tempo, colocando-os em uma situação de exposição e vigilância. Traçamos um paralelo entre os efeitos do alcance de alta visibilidade que ocorreu com o coletivo Maré Vive, do Complexo da Maré. Em 2015, o coletivo se deparou com reações de hostilidade por conta da criação de uma versão falsificada de sua página do Facebook, associando imagens de jovens com o tráfico. Já o fotógrafo queniano Msingi Sasis, cuja atuação foi estudada pela Rede E-Voices, na qual este projeto está inserido, também lidou com um momento crítico gerado pela sua visibilidade. Também em 2015, o fotógrafo foi preso após ser considerado suspeito de terrorismo por conta de denúncias feitas enquanto atuava como “artista” (artista ativista), fotografando as ruas de Nairobi á noite. Com base na análise desses casos, investigamos os diferentes estágios e níveis de intensidade da exposição midiática desses grupos para, então, propor um modelo que batizamos de “curva de visibilidade”. Para analisar essas questões, adotamos uma abordagem metodológica qualitativa com a condução de observações etnográficas de iniciativas online – em seus perfis em mídias sociais – e offline – em eventos promovidos pelos ativistas e pela Rede E-Voices. Também foram conduzidas entrevistas em profundidade com midiativistas de favela no Rio e ativistas em Nairobi.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O termo marginalização está associado à exclusão social de indivíduos e, conseqüentemente, à invisibilização dos mesmos. Aqui, é possível perceber como o processo de oferecer a esses grupos, constantemente suprimidos, uma significativa visibilidade pode se tornar uma forma de empoderamento. A visibilidade confere a esses grupos um espaço de resistência no qual é possível atrair atenção para suas causas, denúncias e trabalho artístico. No entanto, essa dinâmica também está associada a capacidade de ocultar os agentes de poder que podem observar a atuação de grupos ativistas. Portanto, a exposição é responsável pela geração de uma vigilância, motivando uma prática de autodisciplina nos indivíduos, tal como acontece no modelo de prisão idealizado por Jeremy Bentham intitulado de panóptico. Nele, uma torre instalada no centro do pátio da prisão permitiria aos guardas monitorar os presos nas celas sem que os mesmos soubessem quando estavam sendo observados. Em suma, essa metáfora é utilizada para explicar o funcionamento interno da sociedade de vigilância, que se refere principalmente à visão de cima para baixo de ativistas e cidadãos por um agente poderoso, o Estado. Outras formas de analisar essa visibilidade assimétrica são observadas. Aqui, ao invés de termos somente “um” monitorando “vários”, temos também “vários” monitorando “um” ou, ainda, “vários” monitorando “vários” (Melgaço, 2016, p. 259). Incluímos aqui também o termo cunhado por Steve Mann (2004), “sousveillance”, que se refere a uma vigilância vinda de “baixo”, já que o ambiente digital permite que os grupos mais fracos em relação de poder tenham a oportunidade de expor aqueles com maior força. Introduzimos, por fim, a vigilância lateral, prática relacionada ao monitoramento feito entre cidadãos e que não necessariamente é

relacionada às instituições de poder. Assim, reconhecemos que a visibilidade é um conceito complexo que se encontra em um espectro com múltiplas características positivas e negativas, e identificamos que, considerando a atual onda mundial de autoritarismo, uma alta visibilidade levará, invariavelmente, a um momento crítico. Para fim de estabelecermos um modelo de vigilância capaz de considerar esse fator, propomos um modelo conceitual que batizamos de a “curva da visibilidade”, que inclui quatro estágios principais: a ampliação da visibilidade, o alcance da visibilidade, o estágio crítico e a administração da visibilidade.

CONCLUSÕES:

A pesquisa tornou notória a necessidade de construção de novos modelos para o entendimento da maneira como os grupos marginalizados devem reagir ao atingirem o seu estado crítico de visibilidade. Identificamos que essa atitude de resposta está diretamente relacionada ao estágio em que o movimento se encontra e de seus objetivos. Ao retomarmos nosso olhar para os casos do Maré Vive e Msingi Sasis, ambos destinaram seus esforços para superar suas crises, buscando uma visibilidade ainda maior. Portanto, ficamos com a questão: quais são as estratégias que os ativistas de comunidades marginalizadas estão ou deveriam estar usando para lidar com suas crises? Através dessa resposta seremos capazes de delimitar de forma mais acertada a curva da visibilidade. Buscamos, por meio dela, contribuir para que o empenho dos midiativistas com objetivo de realizarem transformações sociais utilizando as mídias digitais seja potencializado para que caminhemos sempre em direção a uma sociedade menos desigual.

Agradecimentos:

À UFF e ao Programa de Bolsas de Iniciação científica (PIBIC). À orientadora Andrea Medrado. Aos ativistas da página Maré Vive, que enriqueceram imensuravelmente esta pesquisa. Ao professor Adilson Cabral e ao grupo EMERGE. À rede de pesquisas E-Voices Redressing Marginality. Ao Arts and Humanities Research Council (Inglaterra), órgão que apoiou o estabelecimento da Rede E-Voices.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/COMUNICAÇÃO

**Ansiedade e afeto como sintoma e capital na
cotidianidade das juventudes contemporâneas: o
papel das mídias na construção de uma
pedagogia ambivalente para o capitalismo
globalizado.**

Victória Guedes – bolsista de IC

Ana Lucia Enne - orientadora

GEC/IACS/LAMI/GRECOS

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, através do mapeamento, leitura e análise de material diverso, como livros, games, séries televisivas, webséries, perfis de rede social e outros, conjugadas com entrevistas e realização de observação em grupos temáticos, buscamos discutir como as juventudes contemporâneas, em especial as que circulam em torno das práticas e consumos da classe média globalizada, são atravessadas pelas categorias da ansiedade e do afeto, que desempenham papéis ambivalentes na construção da realidade social. Neste sentido, entendemos que essas duas categorias são tanto sintoma quanto formas de capital na prática cotidiana da vida nas sociedades urbanas complexas contemporâneas. Partimos da hipótese de que as mídias são um importante locus de mediação para a construção e partilha de uma pedagogia acerca dessas duas sensibilidades, ansiedade e afeto, em relação direta com as demandas do capitalismo globalizado contemporâneo. Na primeira fase da pesquisa, realizada em 2018-2019, trabalhamos especialmente com as narrativas infanto-juvenis de grande sucesso editorial, como apresentaremos a seguir. Em 2019-2020, estamos prosseguindo com a ampliação do corpus analisado, visando a produção de uma publicação de maior porte ao fim do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em torno da pesquisa em desenvolvimento da professora Ana Lucia Enne sobre ansiedade e afeto como sintomas e capital – conceito trabalhado por Pierre Bourdieu – na sociedade contemporânea e capitalista, partimos para a análise de narrativas infanto-juvenis de sucesso que carregam uma pedagogia nos modos de ser e fazer dos protagonistas das histórias, como analogia e influência aos fazeres do jovem contemporâneo inserido em uma realidade conflitante de desafios e provações, além de certas limitações individuais e subjetivas para a sua colocação e atuação na sociedade. Para este mapeamento, analisamos as narrativas de Percy Jackson, o semideus do Olimpo; Harry Potter, o menino bruxo; a trilogia de Jogos Vorazes e as provações de Katniss Everdeen; e as complexidades de Tris Price na Trilogia Divergente.

Apresentamos estes resultados em um artigo no XV ENECULT, em agosto de 2019 em Salvador/BA (“Ansiedade e afeto como categorias-chave em narrativas literárias e midiáticas infanto-juvenis contemporâneas”), e, incorporando as ótimas sugestões feitas no debate que se seguiu à apresentação, estamos finalizando o mesmo para submissão para publicação.

No artigo que produzimos, trouxemos diversos conceitos que são sintomas da sociedade pós-moderna como hiperestímulos, mal-estar e afetos líquidos, conversando com autores como Simmel, Bauman e Freud, levando em consideração também o grau distópico de certas

narrativas como Jogos Vorazes e a Trilogia Divergente, analisados em congruência com os momentos atuais que estamos enfrentando.

Assim como na modernidade as fábulas traziam essa moral pedagógica, consideramos que essas narrativas operam em um mesmo grau de influência nas construções de imaginários atuais: as provações constantes, os inimigos próximos e os amigos distantes são apenas alguns tópicos que destacamos metodologicamente, na construção de um quadro comparativo entre estas narrativas, considerando também certas “desabilidades” dos heróis e suas fraquezas.

CONCLUSÕES

Diante do desenvolvimento da pesquisa e análise das narrativas, identificamos algumas proximidades nas narrativas levando em consideração os gêneros das personagens, o que nos levou a pensar também na construção social partindo desse viés do gênero e das diferentes dores dos heróis e heroínas. Temos a necessidade de expandir ainda mais as pesquisas e análises para melhor consolidar a reflexão, além de levar em conta as respostas emocionais e sensoriais dos leitores dessas narrativas e investigando, também, outras influências midiáticas da pesquisa em torno de ansiedades e afetos.





Grande área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto Desenhando a Vila Real da Praia Grande na Cidade de Niterói: a história urbana através da cartografia e da arquitetura

Autores Pedro Silveira Camara (Mat. 116026019)

Departamento/Unidade Departamento de Arquitetura/Escola de Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO:

A pesquisa em desenvolvimento trata-se da continuação do projeto iniciado em 2017. A partir da análise cartográfica e bibliográfica pretende-se compreender o desenvolvimento da cidade de Niterói, RJ, principalmente no período compreendido entre seu primeiro plano de urbanização e o final do Império, i.e., o século XIX. Em 2019 comemoram-se os duzentos anos do Alvará Régio de 10 de maio de 1819, que criou a Vila Real da Praia Grande, e a pesquisa pretende caracterizar os processos de transformação urbana da cidade de Niterói, a partir do projeto desta Vila Real da Praia Grande, contextualizando-os dentro das invariáveis que caracterizam o urbanismo praticado no Brasil nos séculos XIX e XX.

No século XIX a presença de Dom João VI, que passa a frequentar a região, leva a criação da Vila Real da Praia Grande, registrada em planta (projeto de 1819) e texto (plano de edificação de 1820). O desenho da nova vila, é um registro único da lógica do urbanismo português no Brasil, pois apresenta o projeto sobreposto ao registro da ocupação espontânea existente, permitindo-nos entender o que o projeto incorpora da estrutura antrópica precedente.

A rigidez ortogonal vai se adaptar no processo de implementação do projeto, às condições do terreno e a permanência de trechos do tecido espontâneo pré-existente. O resultado da implantação do Plano pode ser observado através do estudo da cartografia histórica, em especial o mapa de 1833, e do tecido urbano do atual centro Niterói.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foram analisados continuamente mapas de 1833, 1858, 1892, um da década de 1890 sem data precisa, além, é claro, do Plano de 1819 e de outros mapas do período usados principalmente apenas como referência. Jornais de época dão informações sobre que tipo de atividade ocorria à época no local, além de

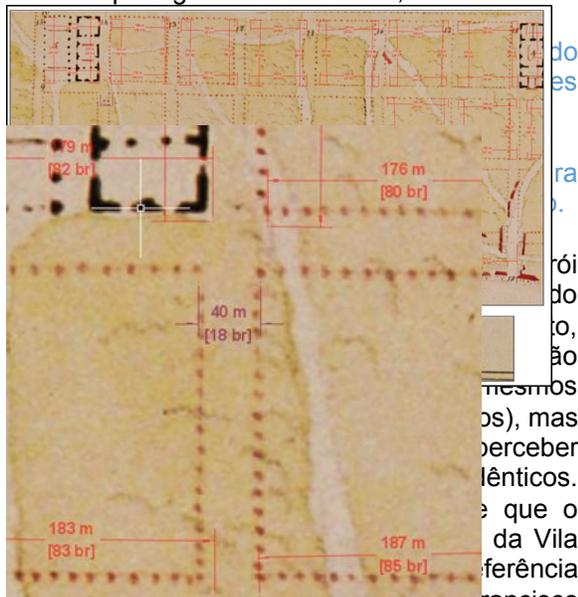
impressões gerais da sociedade sobre melhoramentos urbanos e novidades. A análise da base cadastral atual, quando aliada a visitas de campo, revela imóveis que datariam, muito possivelmente, do início da ocupação urbanizada de Niterói, constituindo-se, portanto, como importantes registros do processo de ocupação e expansão da cidade que viria a ser, por mais de meio século e em duas vezes descontínuas, capital do estado do Rio de Janeiro. A comparação dos mapas em escala, feita em softwares de imagem, permitiu perceber a permanência, ao longo dos anos, de determinados locais de importância para a cidade – muitos dos quais continuam até hoje, como a Igreja de São João Baptista, catedral da cidade, e o Largo da Memória, atual Praça Gomes Carneiro (ou Praça do Rink).

As imagens abaixo ilustram a comparação descrita.



largura (como textualmente determinado no Plano) apresentam uma média de 17 braças se supusermos que a escala gráfica do desenho foi feita em braças. Desta forma, só se pode concluir uma de duas possibilidades: (1) o

desenho não era um propriamente um projeto a ser executado, não passando de uma ilustração ou (2) a escala gráfica não está em braças e sim em uma outra unidade de medida a ser desvendada. Também experimentamos utilizar côvados portugueses e até varas, sem sucesso.



anota do documento divulgado por Francisco Marques dos Santos na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1941 (intitulado “Plano de Edificação da Nova Villa Real da Praia Grande”, hoje perdido e do qual não resta uma cópia em má qualidade), a análise mais cautelosa e comparação item a item dos dois documentos revelou elementos que não coincidiam. Conclui-se, então, que ou houve um terceiro (ou mais) desenhos, ou foram cometidos equívocos em algum dos artigos que temos hoje (texto ou desenho).

Além deste aspecto, reafirmamos a controvérsia em relação à autoria do plano ao longo do ano, contudo com a certeza de tê-la esclarecido um pouco mais. Como foi dito, existem hoje dois desenhos: um é o Plano já mencionado, divulgado na revista do IPHAN em 1941. O outro está guardado na Sociedade de Geografia de Lisboa e pudemos consultá-lo em muito boa qualidade e alta resolução. Este é assinado por “A. Pallière”: Arnaud Jullien Pallière, artista francês que chegou ao Rio de Janeiro em 1816 e produziu alguns desenhos para a Corte. No título do desenho são identificados mais dois nomes: do bacharel José Clemente Pereira, responsável por delinear o projeto de edificação e do major Antônio Rodrigues Gabriel de Castro, responsável pelo levantamento da planta do terreno. Estes três nomes são os que historiadores alternadamente apontaram como

autores do plano ao longo dos anos. Não é possível, contudo, saber quais destes historiadores tiveram acesso à planta que é guardada em Lisboa, pois esta não é nunca ou quase nunca mencionada na bibliografia existente, e é ela que melhor identifica quem desempenhou qual papel.

Em relação à autoria do Plano, concluímos que o mais provável é que José Clemente Pereira tenha sido coordenador deste, mas não autor do traçado, que teria ficado a cargo de Pallière ou de Gabriel de Castro – é possível também que o ilustrador francês tenha desenhado com base

em uma planta original de Gabriel de Castro. Mais do que a questão da autoria, a principal dúvida que fica é por que os dois



desenhos, tão parecidos, apresentam diferenças relevantes entre si e também em relação ao texto da Câmara?

CONCLUSÕES:

Acreditamos ter atingido um resultado satisfatório em relação ao que se propôs para a pesquisa, que vem em oportuno momento: além do já mencionado segundo centenário do Plano, há também a recente nomeação do Rio de Janeiro como primeira Capital Mundial da Arquitetura e a realização do Congresso Mundial de Arquitetos em 2020. Assim, em meio a tanto descrédito e descrença que se vê no fazer acadêmico e científico brasileiro hoje, temos uma fagulha de esperança de que nosso trabalho ainda é possível – e importante.



Ciências Sociais Aplicadas

A ESTRATÉGIA DO PWYW EM TEMPOS DE CRISE: O CASO DO CURTO CAFÉ

Autores; Cordovil, Ylana A.; Gomes, Israel; Peixoto, Mariana M. da C. L.; Levy,

Ariel

Departamento de Administração (STA)

INTRODUÇÃO:

Nos últimos anos houve uma inovação no modo como algumas empresas estruturaram o marketing em relação à precificação de seus produtos e serviços, e um novo modelo de precificação foi desenvolvido e chamado de mecanismo de precificação participativa (Participative Price Mechanism). Este novo modelo caracteriza-se pela participação ativa dos consumidores na precificação dos produtos que irão adquirir. Alguns exemplos dessa inovação é o NYOP (Name Your Own Price) e o PWYW (Pay What You Want).

O objeto da pesquisa foi o modelo de precificação Pay What You Want (PWYW), em livre tradução, pague o que quiser. Define-se, com base em Kim, Natter e Spann (2009), como um modelo de precificação no qual os consumidores participam atribuindo o preço que desejam aos produtos adquiridos, ou seja, os compradores tem o controle total sobre a precificação, podem definir um preço baixo ou igual a zero, e o vendedor não pode recusar o valor do pagamento. Segundo à teoria econômica clássica, o cliente sempre escolheria pagar um valor nulo por conta de ganhos de utilidade e bem-estar. Contudo, evidências empíricas (Tudón, 2015) e o caso do Curto Café mostram que a estratégia de PWYW vem sendo implementada com sucesso em diversos mercados. O aumento da popularidade de um empreendimento, que utiliza um modelo de precificação participativa, é um aspecto a ser considerado uma vez que os clientes do estabelecimento realizam a recomendação para seus amigos e familiares, fidelizando indiretamente assim novos clientes. Uma vez que os consumidores se sentem atraídos em frequentar o local que possui uma forma inovadora de vender seus produtos além dos clientes gostarem de se sentirem no poder na hora da decisão de qual preço pagar (Kim, Natter e Spann, p.1, 2009). Os empresários acreditam que a permanência no prédio foi

fundamental para o fortalecimento da marca. Para eles, o marketing mais efetivo foi o de boca a boca que, por sua vez, tem resultado em novos clientes indicados por consumidores que naturalmente se encantaram pela qualidade do serviço e do produto oferecidos (Sernovitz, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Na compilação das informações, foram analisados os dados entre outubro de 2012 e outubro de 2015, comparando-se o modelo atual através da estratégia de PWYW e o modelo antigo aplicado com a estratégia clássica de precificação de market-share driving (baixa de preços para aumento dos lucros). Para tal, foram analisados o volume de vendas e o faturamento da empresa, divididos em ciclos semestrais.

Este projeto verificou que o modelo de precificação PWYW se adaptou à crise econômica de 2015. Identificou-se um crescimento no faturamento significativo ao longo dos períodos, principalmente nos períodos de abril/14 a setembro/14 e de abril/15 a setembro/15 (início da crise). A cafeteria alavancou em 287% o faturamento nominal, a partir da implementação do PWYW e acredita-se que o resultado se deu por conta da maior visibilidade proporcionada pela estratégia desse modelo.

Contudo, as condições mercadológicas sofreram alterações, não podendo todo o resultado das variações em vendas ser atribuído apenas ao sistema de precificação. Nas vendas houve uma consolidação em um nível superior, com um crescimento percentual de 647% entre a última fase analisada (com o PWYW) com relação ao primeiro semestre (preços fixos). O crescimento acumulado do faturamento durante os períodos estudados foi de 1.015% desde a fase de preços fixos até a última fase de consolidação em 2015.

Para fins apenas de reconhecimento da presença de variáveis não controladas, para tentar contornar essa fragilidade, o estudo buscou apresentar que outras mudanças ocorreriam durante o período e que também poderiam ter impactado nos resultados, tais como: uma expansão do público alvo e a mudança no ambiente da cafeteria, que a partir da fase de transição (abril de 2013) passou a contar com mais espaço. Muito embora, desde o início tenham sido mantidas as mesmas características do ambiente com a disponibilidade de sofás, pufs e wifi para seus clientes. Então, também não é possível afirmar que a mudança de espaço tenha sido um fator relevante no crescimento dos resultados da cafeteria.

Os funcionários do início foram mantidos e sem qualquer tipo de treinamento durante o período. O aumento na equipe de funcionários ocorreu como consequência do aumento das vendas e não como uma estratégia de mudança organizacional.

Quanto ao espaço, a loja mudou para um lugar maior, mas permaneceu no mesmo centro comercial. Ou seja, não houve uma mudança de demanda que pudesse ser relacionada à região de localização da loja. Além disso, nenhuma estratégia de gestão, como corte de custos ou investimento em marketing foi realizada.

Durante a pesquisa, constatou-se que o PWYW é especialmente eficiente quando os custos marginais são baixos, quando a sobreprodução não é um problema para a empresa ou quando o produto e/ou serviço é difícil de ser valorado (Tudón, 2015; Schmidt, Spann & Zeithammer, 2015).

Esta pesquisa torna-se importante para o campo da Administração já que se propõe cumprir o objetivo de trazer à discussão a aplicabilidade do PWYW como metodologia de marketing. Durante a pesquisa busca-se evidenciar a interdisciplinaridade da Administração com algumas áreas do conhecimento reconhecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, são elas a Economia e a Comunicação. Cada um destes campos agregou ao projeto com seus conceitos cabíveis à esta problemática.

CONCLUSÕES:

O PWYW é um método inovador em que a decisão do preço é transferida inteiramente para o consumidor. Em uma primeira impressão esta

estratégia parece fadada ao fracasso, especialmente se a teoria econômica clássica estiver como base do pensamento. Entretanto, esta pesquisa demonstrou que pode vir a ser lucrativa para negócios como o Curto Café.

Este projeto relatou a primeira fase de um estudo em andamento, o que resultará em produções futuras, como a perspectiva dos sócios e clientes sobre a estratégia do *Pay What You Want*. Esta análise inicial buscou verificar a aplicabilidade do PWYW em um ambiente diferente dos encontrados na literatura usada no estudo, considerando ainda que a cafeteria Curto Café está localizada no centro do Rio de Janeiro, se encontrando em determinada condição mercadológica e possuindo um público peculiar. A relevância deste estudo de caso advém das diferenças culturais e sociais que existem entre os países estudados na literatura – desenvolvidos – e o Brasil – um país em desenvolvimento, com alto índice de corrupção e baixa escolaridade. Dado que as motivações do PWYW são baseadas em características comportamentais do ser humano, seria razoável encontrar resultados diferentes para países diferentes. Contudo, o estudo de caso do Curto Café mostrou que o modelo PWYW também pode ser aplicado com sucesso no Brasil e, possivelmente em outros países emergentes. As evidências do sucesso do PWYW no Curto Café são empíricas, sendo necessária a continuidade em estudos futuros.

Agradecimentos:

A equipe do projeto agradece à Universidade Federal Fluminense pelo apoio.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Rupturas performáticas online e gerenciamento de crise: casos brasileiros de marcas, celebridades e influenciadores digitais

Autores: Isabelle Medeiros

Departamento/Unidade/Laboratório: IACS / GEC / MiDCom

INTRODUÇÃO:

Com a emergência e crescimento do uso dos sites de redes sociais, abre-se a possibilidade da configuração de um *self online* a partir de performances identitárias nessas plataformas. Porém, essas performances podem proporcionar tanto uma reiteração da coerência expressiva (GOFFMAN, 2009) do ator social quanto uma ruptura de performance (POLIVANOV E CARRERA, 2019; SOUZA E POLIVANOV, 2017; FIGUEIREDO, MORAES E POLIVANOV, 2017) do *self*.

Essa pesquisa é um mapeamento explanatório de múltiplos casos em que se pode identificar uma ruptura de performance em sites de redes sociais. Esse estudo é feito sobre casos protagonizados por celebridades, influenciadores e marcas brasileiras.

As rupturas de performance partem de uma quebra na expectativa que o público tem sobre um ator social, seja ele uma celebridade, um influenciador ou uma marca. Essa ruptura pode ou não ser intencional, e se configura uma vez que causa uma quebra na coerência expressiva do *self* do ator social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Essa pesquisa mapeia seis casos brasileiros onde marcas, celebridades e influenciadores digitais protagonizaram rupturas de performance. O mapeamento inclui a ruptura e suas consequências, abrangendo a quebra da coerência expressiva, a recepção pelos fãs e/ou consumidores e o gerenciamento de crise (CARDIA, 2005).

Na categoria de celebridades, analisamos um caso protagonizado pela cantora Anitta e um caso protagonizado pelo cantor Nego do Borel. Na categoria de influenciadores digitais, um dos casos selecionados foi protagonizado pelos *youtubers* Gusta e Kéfera, enquanto o outro foi protagonizado pela

influenciadora Gabriela Pugliesi. E os casos da categoria de marcas, foram os casos da empresa Jendayi Cosméticos e da empresa Empiricus.

Algumas perguntas foram inicialmente feitas para guiar o estudo dos casos e compreender melhor como se dão e no que implicam essas rupturas. As perguntas iniciais foram 1) “Com quem acontecem essas rupturas?”; 2) “Quais são os principais agentes de invalidação?”; e 3) “Quais as consequências dessas rupturas para os sujeitos/instituições com quem ela acontece?”. Porém, com o desenvolver da pesquisa foi incorporado um quarto questionamento, 4) “Em quais plataformas a repercussão das rupturas de performance possui mais expressividade?”.

Outra discussão evocada pelo estudo dos casos foi sobre identificar as fronteiras que delimitam os atores sociais nas categorias de celebridade, influenciador e marca. Além disso, também foi central identificar o papel dos fãs em todo o processo de ruptura.

CONCLUSÕES:

Depois de analisados os casos, foi possível perceber que a categoria em que se encaixam os atores sociais não é, necessariamente, um fator determinante de quais serão as consequências da ruptura, os impactos em suas carreiras e qual tipo de gerenciamento de crise é acionado.

Os resultados das rupturas foram bastantes distintos em linhas gerais. No entanto, houve similaridades entre casos de categorias diferentes, não sendo possível pré-determinar os resultados de uma ruptura performática.

Quanto à questão que emergiu sobre quais são as delimitações dos atores sociais dentro das categorias propostas, concluímos que é possível transitar entre as categorias ou mesmo fazer parte de mais de uma simultaneamente. As determinações

classificatórias são permeadas por diversos fatores, como a plataforma de maior atuação, trajetória e validação por parte dos fãs ou consumidores.

São esses fãs que tem lugar nas plataformas online de evidenciar a ruptura, denunciar uma quebra de coerência expressiva ou alterar suas práticas de consumo, podendo gerar um impacto negativo na carreira de uma marca, celebridade ou influenciador.

Ao mesmo tempo, quando o engajamento com o ator social protagonista da ruptura é tal que supera a quebra inicial de coerência expressiva, esses mesmos fãs também possuem a autoridade para agir nas redes sociais com fanatismos (AMARAL, SOUZA E MONTEIRO, 2015). A partir do momento em que há uma conexão afetiva (PRIMO, 2009) forte o suficiente, a ligação com os fãs pode superar os efeitos da ruptura.

Referências bibliográficas:

AMARAL, A.; VIEIRA SOUZA, R.; MONTEIRO, C. “De westeros no #vemprarua à shippagem do beijo gay na TV brasileira”. Ativismo de fãs: conceitos, resistências e práticas na cultura digital. **Galáxia**, n. 29, 2015.

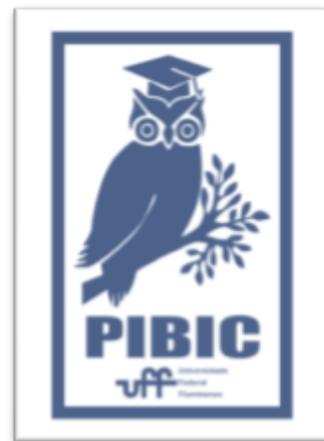
CARDIA, W. **Crise de imagem e gerenciamento de crises**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

FIGUEIREDO, J.; MORAES, I.; POLIVANOV, B. Rupturas de performance em sites de redes sociais: análise exploratória a partir dos casos Cléo Pires e Manu Gavassi. In: **XXII Congresso de Ciências da Comunicação (Intercom) na Região Sudeste**; UniFOA - Volta Redonda - RJ, 2017.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

POLIVANOV, B.; CARRERA, F. Rupturas performáticas em sites de redes sociais: um olhar sobre fissuras no processo de apresentação de si a partir de e para além de Goffman. Porto Alegre: **Revista InTexto**, v. 44, p. 74-98, 2019.

PRIMO, A. De narcisismo, celebridades, celetoides e subcelebridades: o caso Tessália e sua personagem Twittess. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 7, n. 20, p. 159-189, 2011.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Trabalho, Precarização e Resistência: uma análise nas telecomunicações do Rio de Janeiro

Autores: Ana Clara Souza, João Marcoyves da Silva e Maria Cristina Paulo Rodrigues

Departamento/Unidade/Laboratório: Escola de Serviço Social - Niterói

INTRODUÇÃO:

A pesquisa *Trabalho, Precarização e Resistência: uma análise nas telecomunicações do Rio de Janeiro* se propõe a analisar o setor das Telecomunicações, tendo como objetivo central verificar a precarização nas relações e condições de trabalho deste segmento da classe trabalhadora frente ao cenário da reforma trabalhista.

Para tanto, recuperamos estudo anterior de Rodrigues (2016) que apontava para um intenso processo de flexibilização e precarização nas telecomunicações do Rio de Janeiro desde a privatização do setor, que ocorreu em 1998 no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Para a realização da pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica sobre a Reforma Trabalhista e as mudanças no trabalho; análise dos e-mails de denúncia recebidos pelo SINTTEL-Rio (agosto de 2018/março de 2019); visitas ao sindicato e acompanhamento de atividades como negociação com as empresas e reuniões de representantes sindicais; entrevistas com dirigentes sindicais e coordenadora do Departamento Jurídico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

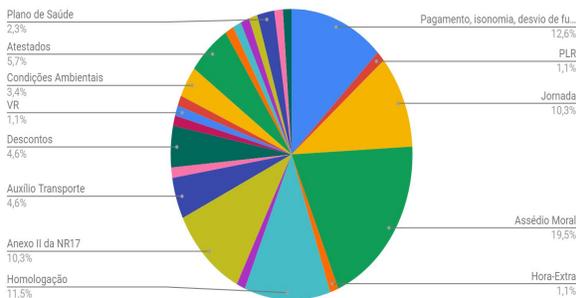
Se a precarização do trabalho se intensifica com a implantação da Reforma Trabalhista em 2017, para os trabalhadores em Telecomunicações este processo teve início ainda nos anos 1990, com a privatização sustentada numa terceirização generalizada, e que impôs perdas significativas de direitos conquistados anteriormente por aquela categoria e afetou, ainda, sua capacidade organizativa. Alguns números do estudo de Rodrigues (2016) nos ajudam a compreender a grande mudança no setor: em primeiro lugar, os

da terceirização. Citando duas das maiores operadoras, Vivo e Oi, um estudo do DIEESE, de 2014, identificou que a primeira tinha 20.878 trabalhadores diretos e 114.603 trabalhadores em empresas terceirizadas; e a Oi tinha 18.947 trabalhadores diretos e 148.298 trabalhadores em empresas terceirizadas. Com a terceirização, vem também uma alta rotatividade. Na realidade do Rio de Janeiro, esta rotatividade pode ser traduzida pelo número de homologações realizadas no SINTTEL-Rio, no período entre 2012-2015: 72.158 demissões/homologações. Estas demissões concentram-se, principalmente, nas empresas terceirizadas e quando detalhamos o perfil destes trabalhadores, reconhecemos nele o grupo social que mais sofre as consequências do trabalho precarizado: as mulheres, os jovens, os negros (RODRIGUES, 2016).

Quando analisamos os e-mails de denúncias enviados pelos trabalhadores ao sindicato, os relatos confirmam as empresas terceirizadas como as principais violadoras dos direitos, mas também nos explicitam o grau de sofrimento por que passam estes(as) trabalhadores(as).

Suas principais queixas são: assédio moral, problemas com pagamento, jornada de trabalho, descumprimento de legislação referente ao ambiente de trabalho, como podemos perceber no gráfico abaixo, sobre as principais reclamações dos(as) trabalhadores(as) da Atento:

Distribuição dos e-mails de denúncia por eixos - Atento



Quando comparamos os e-mails atuais com aqueles analisados em 2015 verificamos que as principais reclamações são as mesmas, inclusive repetindo também a própria empresa em que mais aparecem estas reclamações: nos dois períodos, a Atento centralizou o maior número de queixas, o que reforça os estudos (Braga: 2012; Nogueira:2006), que apontam este segmento como um dos mais precarizados no país.

Também foi possível notar algumas alterações, localizadas no caráter dos e-mails: no período atual, o índice de Informações superava o de Denúncias. Esta alteração, todavia, não representa, como uma primeira impressão poderia sugerir, uma diminuição na ocorrência de irregularidades dentro das empresas. Os e-mails de solicitação de informações eram referentes, majoritariamente, à feira de empregos que vem sendo realizada no SINTTEL-Rio, semanalmente, e que reúne um verdadeiro exército de reserva em busca de qualquer oportunidade de trabalho.

É neste quadro já tão grave que analisamos como a implantação da Reforma Trabalhista impacta o trabalho nas telecomunicações do Rio de Janeiro. A avaliação dos dirigentes sindicais entrevistados é que, embora a grande precarização tenha se instaurado com a privatização, a Reforma traz, sim, algumas novas perdas. Por exemplo, reintroduzindo nos Acordos Coletivos deste ano de 2019, o Banco de Horas (que o sindicato havia conseguido retirar de Acordos anteriores). Embora este instrumento tenha sido menos prejudicial do que o aprovado pela nova legislação - que é de 180 dias, enquanto o que está no Acordo Coletivo do SINTTEL-Rio é de 90 dias - os dirigentes reconhecem que é uma regressão nas conquistas que vinham firmando nas negociações coletivas.

Além disso, o fim do imposto sindical sem nenhuma alternativa de financiamento das

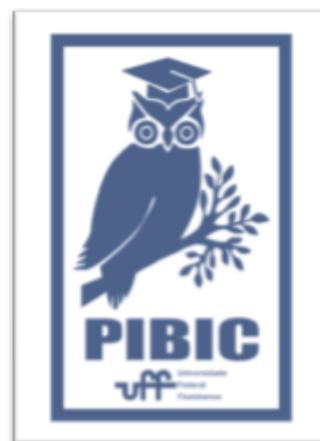
entidades gera, segundo os dirigentes sindicais, uma maior dificuldade de organização. Como forma de enfrentamento desta dificuldade, o SINTTEL-Rio vem intensificando as campanhas de sindicalização, conforme nos informaram seus dirigentes, o que tem tido resultados positivos.

Ainda sobre uma medida da Reforma Trabalhista e que atinge bastante os sindicatos, a retirada da homologação, o SINTTEL-Rio, diferente de muitos sindicatos, não sofreu esta mudança: através das negociações coletivas, o sindicato conseguiu manter quase 100% das homologações sob seu acompanhamento.

CONCLUSÕES:

Apesar de ainda se tratar de análises preliminares relativas ao primeiro ano da pesquisa, foi possível reunir subsídios significativos para a análise do cenário do trabalho atual nas telecomunicações. É assim que situamos a reforma trabalhista de 2017 como o auge de um desmonte dos direitos trabalhistas sustentado por argumentos sorrateiramente falaciosos, e que já vinha se delineando desde o final do século XX, com a reestruturação produtiva vigente mundialmente.

Além disso, através da análise nas telecomunicações cariocas, concordamos com estudos anteriores que indicam que as diversas categorias vão experimentar de modo diversificado estes impactos. Mas, apesar do intenso processo de precarização a que a classe trabalhadora está submetida, há também enfrentamentos que vêm sendo postos em ação.





Ciências Sociais Aplicadas

Análise dos meios de hospedagem e o seu posicionamento diante das questões socioambientais na Vila do Abraão na Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ.

Anna Carolina da Motta Soares Pires; Wilson Martins Lopes Júnior. E-mail: piresanna@id.uff.br

Departamento de Geografia e Políticas Públicas - DGP, Instituto de Educação de Angra dos Reis-IEAR, Universidade Federal Fluminense - UFF- Pólo de Angra dos Reis

INTRODUÇÃO:

A prática do turismo compreende diversos setores, o que por sua vez, exige diferentes estruturas para a sua realização, dentre as quais, a alimentícia, o comércio e serviços, e também a de hospedagem. Os meios de hospedagem, são essenciais para o desenvolvimento dessa atividade, porém, também é responsável por diferentes impactos no ambiente.

No município turístico de Angra dos Reis, no sul fluminense, a Ilha Grande se destaca como pólo receptor de expressivo fluxo de turistas. Segundo dados da Secretaria de Turismo (TurisAngra, 2010), o município de Angra dos Reis, recebe cerca de 11.000 turistas por dia, principalmente na Vila do Abraão - Ilha Grande, objeto do presente estudo. No Abraão, sede da Ilha Grande, concentra-se a maior infraestrutura de hospedagem, alimentação, comércio e turística da ilha.

Com o intuito de reduzir os impactos negativos provenientes do desenvolvimento da atividade turística, conseqüentemente da implementação de uma infraestrutura turística, vem se notando a crescente elaboração de sistemas de gestão ambiental, principalmente a partir da NBR 15401:2006 – Sustentabilidade para os Meios de Hospedagens. Esta, por sua vez, auxilia os meios de hospedagem no planejamento e na operação em relação as questões ambientais, além de se destacar por um diferencial competitivo no setor turístico, bom para o marketing do empreendimento (HONEY; STWART, 2002).

Porém, há uma certa dificuldade na implementação desses sistemas. As características organizacionais, as do ambiente, os custos e as questões financeiras envolvidas, fazem com que os meios de hospedagem de pequeno e médio porte precisem enfrentar

grandes desafios a fim de adotar um sistema de gestão ambiental.

Baseado na dificuldade dos meios de hospedagem de pequeno e médio porte para obter as certificações e conseqüentemente, adotar práticas mais sustentáveis, se estruturou este projeto. Enquanto objetivos, buscou-se compreender de que forma as empresas - pousadas sem certificação, agem a fim de diminuir os impactos causados na localidade; entender o posicionamento (percepção) dos gestores das empresas em relação a sustentabilidade; identificar as possíveis condutas adotadas pelas empresas, na perspectiva de práticas sustentáveis.

Neste projeto, empregou-se ambas as metodologias quantitativa e qualitativa, sendo a primeira estruturada a partir de pesquisa nas bases oficiais, construção de banco de dados e análise estatística descritiva. A qualitativa, por sua vez, consistiu em entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental e observação direta. Foram objetos deste estudo, quatro pousadas de pequeno a médio porte (até vinte leitos), cujos gestores aceitaram participar da pesquisa e que, especificamente, não possuem certificação (NBR 15401:2006 – Sustentabilidade para os Meios de Hospedagem), uma vez que o projeto almeja contemplar justamente as percepções e ações ambientais de empresas que ainda não se certificaram.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As entrevistas foram realizadas durante os meses de março e abril de 2019. Algumas pousadas não autorizaram a divulgação do seu nome, então as identificamos por Alfa, Beta, Gama e Delta.

Com as entrevistas, foi possível perceber que alguns gestores possuem mais consciência em relação a importância da implantação de

práticas que diminuam o impacto socioambiental causado pela operação do meio de hospedagem, citando exemplos do que está acontecendo, enquanto outros apenas afirmaram ser bom cuidar do meio ambiente. Três dos quatro gestores das pousadas entrevistadas, afirmaram que implementam práticas sustentáveis, entre elas reutilização da água da chuva, óleo de cozinha, tonner de impressora, separação do lixo, entre outras medidas. Já a quarta, declarou não implantar devido aos custos relacionados a esse processo.

Em relação as dificuldades para implementação de práticas sustentáveis, a pousada Alfa indicou a dificuldade para implementar o sistema de captação de água da chuva, isso em decorrência dos custos envolvidos no processo. A pousada Beta, não implementou nenhuma prática,ressaltando a questão dos altos custos e baixo retorno. A pousada Gama, mencionou apenas que tem a preocupação, enquanto a Delta relatou sobre a reorganização, instrução dos funcionários e os gastos com o sistema de captação de água da chuva instalada.

Aos serem questionados se a implementação dessas práticas causou impacto na competitividade turística, as pousadas que fazem o reuso da água da chuva, informaram que a tubulação gera curiosidade por parte dos turistas, mas que o fluxo dos turistas só altera realmente devido as estações do ano e as condições climáticas. A pousada Beta e a Delta não souberam, ou preferiram não responder.

Já em relação a consciência ambiental dos turistas, a pousada Alfa informou que normalmente as famílias e as pessoas de mais idade questionam como a água doce chega até a ilha, assim como sobre o destino dos resíduos produzidos. A pousada Beta, afirmou receber turistas com padrão socioeconômico significativo, mas não soube responder se são sensíveis a causa ambiental, ou críticos. No caso da pousada Gama, afirmou-se que os clientes são exigentes, principalmente os casais e as famílias. Já a pousada Delta, apontou que os turistas mais críticos são os casais e as famílias, vindo de cidades grandes ou de fora do país.

CONCLUSÕES:

Com a análise das entrevistas, concluiu-se que as pousadas não possuem um projeto de gestão ambiental. Notou-se na maioria das

pousadas, certa consciência ambiental por parte dos gestores, implementando formas de reuso da água da chuva, separação de lixo e reuso de materiais. Todavia, percebeu-se a falta de conhecimento para a implementação de práticas sustentáveis, assim como de suas vantagens e custos para implementação. Inclusive, foi apontado em vários momentos a dificuldade em implementar essas práticas, devido aos custos envolvidos.

É fundamental a orientação dos gestores dos meios de hospedagem, para que haja a elaboração de um projeto para a adoção de práticas sustentáveis, fazendo-os perceber que os ganhos serão significativos, tanto para o meio onde as pousadas estão inseridas, ou seja, na preservação dos recursos que permitem o seu funcionamento. Além disso, há os ganhos financeiros, levando em consideração a economia gerada a partir dessas práticas. Disseminar uma consciência crítica ambiental nos turistas também é importante, pois eles demandarão que os meios de hospedagem respeitem e preservem o meio onde estão inseridos, além de disseminarem esse consumo consciente por toda a ilha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- TURISANGRA. **TurisAngra conclui levantamento dos meios de hospedagem.** Disponível em: <https://angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=48995&IndexSigla=imp> Acesso em: 30 de ago. de 2018.
- HONEY, M.; STEWART, E. **The evolution of 'green' standards for tourism.** Ecotourism&certification: Setting standards in practice, p. 33-72, 2002.

Agradecimentos:

Agradeço a Universidade Federal Fluminense – UFF, assim como ao meu orientador Dr. Wilson Martins Lopes Júnior, Coordenador do Grupo de pesquisa “Geografia, Espaço e Turismo – GEOETUR”. Aluno bolsista PIBIC 2018/2019.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Caminhos da política de assistência social no estado do Rio de Janeiro: dilemas e desafios

Autores: Ester Benevides Dias Lima (bolsista PIBIC), Brenda Luanda Silva Costa (bolsista PIBIC); Mônica de Castro Maia Senna (coordenadora/orientadora);

Departamento/Unidade/Laboratório: Serviço Social Niterói/ Escola de Serviço Social/ Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar, sistematizar e examinar os resultados finais da pesquisa *“Caminhos da política de assistência social no estado do Rio de Janeiro: dilemas e desafios”*. O projeto de pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no estado do Rio de Janeiro, tendo como foco a gestão estadual da política de assistência social.

Nesse trabalho a ser apresentado na Semana Acadêmica da UFF, nos dedicamos a expor uma continuação da reflexão sobre a produção de conhecimento do Serviço Social sobre o SUAS, particularmente em relação ao Rio de Janeiro, como iniciado em relatório anterior. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental na base de dados do BTDT – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, destacando as produções dos anos de 2012 a 2018.

Ao buscarmos referenciais analíticos sobre as relações intergovernamentais no âmbito da política de assistência social brasileira, observamos uma relativa escassez na produção acadêmica sobre o tema, especialmente no campo do Serviço Social. Ainda que este campo do conhecimento seja profícuo em estudos sobre experiências de implementação do SUAS, sobretudo em nível municipal, ainda são poucas as abordagens que tratam do sistema descentralizado e participativo sob a ótica das relações federativas entre os diferentes níveis

de governo e, sobretudo, à condução da política pelo nível estadual.

O estado do Rio de Janeiro configurou o lócus do estudo tendo em vista não apenas o fato de que se trata da unidade federativa na qual está sediada a universidade, mas também em função das mudanças que vêm se operando na gestão estadual da assistência social associadas à grave crise econômica e política que se abateu no estado nos últimos anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa realizada no acervo de dados do BDTD considerou todas as dissertações e teses que continham em seus títulos o termo Assistência Social, para, a partir disso, identificar algumas questões, a saber: localização da produção por região e universidade; se era oriunda de dissertações de Mestrado ou teses de Doutorado; qual era a área de conhecimento do estudo, destacando o Serviço Social; as temáticas das pesquisas; e se continha algum estudo sobre o Rio de Janeiro (gestão municipal e estadual).

No que diz respeito ao total de produções mapeadas, em 2012 foi localizado o total de 45 produções; em 2013, também foram localizadas 45 produções; em 2014, foram 52 estudos sobre a assistência social; em 2015, um total de 44 pesquisas; em 2016, 32 produções; em 2017, 31 pesquisas e em 2018, 35 estudos. Observa-se, assim, que a temática da assistência social tem sido uma preocupação constante de estudos nas pós-graduações brasileiras no período estudado. Há uma pequena queda no número de trabalhos sobre a

temática a partir de 2014, mas não se pode afirmar se isso é uma tendência, tendo em vista que se trata de uma série histórica bem reduzida, necessitando um exame de mais longo prazo. É preciso ainda relativizar o que esses números representam em termos percentuais no total de dissertações e teses das áreas ao qual se vinculam, com destaque para a área do Serviço Social.

Outro elemento a considerar é que a partir de 2014 há uma inflexão nas políticas sociais brasileiras, cujo impacto ainda é bastante incerto em relação aos rumos e alcance das contrarreformas implantadas, o que pode ter repercutido nas temáticas das dissertações e teses. Contudo, apenas um estudo qualitativo é que pode apontar para os significados desses números.

A maioria das pesquisas era de Mestrado, o que era esperado em virtude do maior número de programas de pós-graduação com oferta exclusiva de cursos de mestrado.

A principal área do conhecimento das produções sobre a Assistência Social em todos os anos foi o Serviço Social. No ano de 2012, eram 26 estudos; 2013 (28); 2014 (30); 2015 (25), 2016 (14), 2017 (12), 2018 (20). Este dado revela a preocupação do Serviço Social em consolidar pesquisas sobre esta política pública, notadamente na área da assistência social.

Também a Psicologia aparece em quase todos os anos pesquisados (exceto 2016). Vale registrar que a Psicologia é, junto com o Serviço Social, uma das áreas profissionais mais requisitadas para atuação no SUAS, o que parece justificar a participação dessa área de conhecimento nas produções sobre a assistência social.

Um aspecto considerado nessa produção foi sua distribuição por temáticas relacionadas à assistência social. Aqui cabe destacar que historicamente a assistência social brasileira se constituiu como campo marcado por alta imprecisão conceitual, o que contribuiu para que todas as ações não cobertas pelas demais políticas públicas e dirigidas aos segmentos mais pobres da sociedade fossem encaminhadas à assistência social. Além disso, o campo é atravessado por recortes de

segmentos sociais específicos, como criança e adolescente, idoso, população em situação de rua, deficientes, dentre outros. Nesse sentido, o esforço de catalogação dos temas que atravessam a assistência social não é uma tarefa simples. Apesar disso, buscou-se, nesse trabalho, classificar as dissertações e teses por temáticas selecionadas, o que permitiu identificar uma amplitude de temas, que envolvem desde a gestão do SUAS, até o trabalho profissional junto a segmentos sociais específicos.

Optou-se por apresentar aqui os dois recortes temáticos com maior produção em cada ano examinado. Assim, no ano de 2012, os mais abordados foram sobre a própria assistência social, referindo-se sobre a sua concepção, sobre a política em si, em 6 produções; e 5 estudos acerca da implantação do SUAS. Em 2013, os mais pesquisados foram controle social/ conselho (8 produções); psicologia e assistência social (4); serviço social e assistência social (4); assistência social (4). No ano de 2014, ressaltam-se 10 produções sobre a assistência social; 6 de proteção social básica; 6 de proteção social especial. Em 2015, tem-se a seguinte configuração: gestão do SUAS (4 produções); gestão do trabalho (4); rede socioassistencial (4); controle social/ conselho (3); financiamento (3); proteção social básica (3); vigilância socioassistencial (3). Já em 2016, destaca-se a assistência social (8 estudos) e trabalho e assistência social (5 pesquisas). No ano de 2017, tem-se 10 produções sobre a assistência social; 3 referentes a programas de transferência de renda; 3 de proteção social especial e 3 sobre controle social /conselho. Em 2018, os temas mais abordados nos estudos localizados foram: Proteção Social Especial (4 produções), usuários da assistência (4), Proteção Social Básica (3) e sobre a própria política de assistência Social (3).

Embora sejam identificados alguns estudos no campo da gestão do SUAS (em 2013 foram 3 pesquisas, 2014 – 4, 2015 – 4, 2016 – 1 única produção), não identificamos trabalho sobre a gestão estadual e a relação com o SUAS. Até verificamos algumas análises sobre a gestão municipal, fato que reforça a necessidade de

análises que ressaltem o papel do gestor estadual no processo de implementação do SUAS.

Da produção das dissertações e teses que tomam o estado do Rio de Janeiro como lócus de análise, observa-se a predominância de teses de doutorado. Das nove produções identificadas no período, sete são procedentes de doutorado e apenas duas são dissertações de mestrado. Essas produções concentram-se em três instituições: UERJ (4 produções), PUC-Rio (3 produções) e PUC-SP (2 produções).

Em relação às temáticas, quatro trabalhos abordam questões relativas aos conselhos municipais de assistência social, sendo um com foco no município do Rio de Janeiro, outro no município de Niterói e um terceiro em um município da Baixada Fluminense. Ou seja, esses trabalhos elegem a realidade municipal como lócus de análise, concentradas nas cidades da região metropolitana do estado. O quarto trabalho que trata dos conselhos foca especificamente na atuação do assistente social nos conselhos de três municípios, localizados na região da Baixada Litorânea, Norte e Noroeste Fluminenses.

Um dos trabalhos se debruça no debate entre pobreza, assistência social e cidadania a partir da percepção dos usuários da política de assistência social, tomando como foco um município da região Norte fluminense.

Os demais trabalhos têm como preocupação aspectos relativos à própria política. Um deles aborda a assistência social nas metrópoles, voltando-se à análise da construção dos planos municipais de assistência social à luz dos parâmetros nacionais. Uma das metrópoles estudadas é a cidade do Rio de Janeiro. O financiamento da política de assistência social é objeto de uma dissertação de mestrado, que se volta à análise da experiência de um município da região Norte Fluminense. Outra dissertação analisa a gestão do trabalho em um município da região Sul Fluminense enquanto uma tese de doutorado toma como objeto de estudo a gestão pública do SUAS em município da região metropolitana, abordando especificamente a Proteção Social Básica.

Esse levantamento aponta, assim, para o predomínio de análises sobre experiências municipais, expressando, em grande medida, o protagonismo desse ente federado na gestão e implementação do SUAS. Nenhum trabalho, no entanto, toma a gestão estadual como foco de análise, o que revela a necessidade de maior sistematização em termos de pesquisas sobre o SUAS na realidade do Rio de Janeiro.

CONCLUSÕES:

Considerando o objetivo desta pesquisa de Iniciação Científica, que é a identificação e determinação da atuação da esfera estadual na condução do SUAS no estado do Rio de Janeiro, percebe-se que apesar da ampliação das ações atribuídas a esta esfera, os municípios têm assumido o protagonismo na gestão e provisão dos serviços, a esfera federal destaca-se no processo de coordenação, indução e financiamento da assistência social e o estado ainda desenvolve um papel secundário, que pode ser comprovado pela nos estudos examinados.

Apesar dos avanços legais verificados ao longo da implantação do SUAS, é preciso considerar os diversos condicionantes que afetam as relações intergovernamentais no país e que dizem respeito tanto a atributos da política setorial quanto a aspectos relativos à estrutura social, econômica e política do país e que atravessam cada ente federativo.

Não se pode descolar, portanto, dos estrangulamentos postos pela dinâmica capitalista, particularmente em um contexto em que as disputas pelo fundo público mostram-se extremamente desfavoráveis ao avanço das políticas sociais e cada vez mais favoráveis ao processo da liberalização financeira com enfraquecimento do Estado e da proteção social.

No tocante à produção acadêmica em teses e dissertações sobre política de assistência social brasileira disponível na BDTD/ IBICT, chamou atenção a inexistência de estudos voltados à análise da gestão estadual do SUAS no Rio de Janeiro e até mesmo a pouca produção acadêmica que possibilite conhecer a trajetória histórica dessa política no estado. Quando

tomada a referência do estado do Rio de Janeiro, os poucos estudos existentes concentram-se na realidade municipal. Esse indicador prova a relevância de estudos como o proposto na presente pesquisa, ainda mais considerando o papel que cabe à gestão estadual no desenho do SUAS enquanto sistema descentralizado e compartilhado pelos entes federados. A reconstrução da trajetória histórica do SUAS no estado é, nessa direção, uma tarefa urgente.

REFERÊNCIAS:

ALVES, JN et al. A Economia Solidária no centro das discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 2, Artigo 1. Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2016, p. 243-257

BRASIL. MDS. CNAS. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional Assistência Social — PNAS**. Brasília, 2004.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. B. **Política Social: fundamentos e História**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, G. F. **A Assistência Social no Brasil: da caridade ao direito. Trabalho de Conclusão de Curso de Direito**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, B. L. S.; SENNA, M. C. M.; MORAIS, I. D. **Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e Assistência Social: Análise de uma experiência**. In Anais do 5o Encontro Internacional de Política Social 12o Encontro Nacional de Política Social, Vitória, ES. Editora UFES, 2017. v. 1. p. 1-13.

GODINHO, I. C. **O papel da esfera estadual na gestão do SUAS: o caso do Rio de Janeiro**.

Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

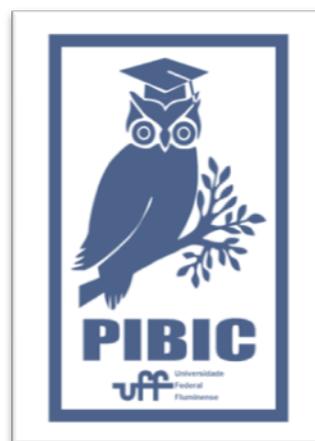
NETTO, JP. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. São Paulo, Cortez, 1993.

OLIVEIRA, H. M.J. de. **Cultura política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais**. São Paulo: Cortez, 2003.

RIBEIRO, LCQ. & SANTOS JUNIOR, O. Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira. **O Social em questão**, vol. 1, n.29, p. 23-42, 2013.

SENN, MCM; SILVA, VP. Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): tendências e perspectivas da agenda governamental contemporânea. **Sociedade em Debate**, 23(1): 82 -109, 2017.

SPOSATI, A. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade no 116**, p. 652-674: São Paulo, 2013





Ciências Sociais Aplicadas – Ciências Econômicas

- Estado e Desenvolvimento Econômico: A Estratégia e Ação Internacional Do BNDES (2003-2014)

Washington da S. Pereira, Leticia Diniz Nogueira e Javier W. Ghibaudi

Departamento de Economia – Faculdade de Ciências Econômicas de Niterói

INTRODUÇÃO:

As ações do BNDES na última década causaram uma série de debates a cerca da função do Estado no capitalismo do Brasil. Assim sendo, o projeto surge com o intuito de entender as relações contraditórias que tem o Estado com segmentos econômicos privados; buscando observar e interpretar a estratégia e ação do BNDES em relação a grandes grupos privados dos anos de 2003 a 2014 e a estratégia dos governos dessa época em relação ao desenvolvimento econômico do Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O trabalho foi construído com pesquisa de campo e reflexão teórica acerca da temática, desta forma realizou-se uma análise de dados estatísticos e relatórios do Banco, além de entrevistas a membros de seus quadros técnicos e dirigentes. Na reflexão teórica foi feita uma revisão de literatura sobre Estado e desenvolvimento capitalista no Brasil; diretamente relacionado com a formação e trajetória do BNDES, a partir do estudo de teses de autores que são referência nesta linha de pesquisa, por conseguinte sistematizando e analisando as fontes primárias e secundárias sobre a estratégia e ação do Banco em uma análise interdisciplinar. Durante a pesquisa surgiram diversos apontamentos acerca da temática. O Banco como meio de efetivação e aplicação de políticas econômicas, o processo contraditório de decisões envolvendo o desenvolvimento social, da economia e território e as tentativas de financiamento de empresas de capital nacional no exterior são algumas constatações que puderam ser feitas. Além dos estímulos a investimento em determinadas áreas como infraestrutura.

CONCLUSÕES:

A pesquisa tem alguns apontamentos acerca da problemática em questão. O BNDES, no período de 2003 a 2014, pode ser interpretado não só como um banco de fomento, mas também como um importante instrumento de política econômica feita por fora dos padrões convencionais. A prerrogativa do Banco como um meio de desenvolvimento propiciou, dentro de diversas contradições, a possibilidade de financiamento de grandes grupos econômicos e empresariais que aproveitaram os incentivos do Banco para expandir seus negócios. O que gerou crescimento dessas empresas, mas não necessariamente desenvolvimento social, econômico e regional no Brasil.

AGRADECIMENTOS:

É se suma importância a graduação também ser um lugar de pesquisa e não só de aprendizado e adequação ao saber estabelecido. Agradeço a Universidade e a Proppi que junto ao CNPQ promovem a inserção de estudantes da graduação no meio científico que desperta o senso crítico e incentiva o



desenvolvimento dos mesmos.



Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Espaços residuais urbanos: possibilidades de intervenção do poder público local

Autor: Tiago Andrade Vieira Maciel

Universidade Federal Fluminense / Escola de Arquitetura e Urbanismo / Laboratório de Estudos do Patrimônio / Departamento de Urbanismo.

INTRODUÇÃO:

Em primeiro momento, tornou-se necessário construir um arcabouço teórico que articule os conceitos trabalhados por diversos autores e que apresentam certa equivalência quando abordam elementos do espaço urbano carentes em projetos – ou (trans)projetos¹, mas ricos em potencialidades.

Os espaços urbanos sem uso, vazios, potenciais, intersticiais ou residuais têm sido tema de pesquisas por volta de quatro décadas e deflagram necessidades cada vez maiores para compreendê-los, bem como o esforço de atuar sobre eles. A globalização da economia parece ter modificado o perfil da produção e do consumo, mais rápido e radicalmente do que o planejamento tem sido capaz de prever, e, sobretudo, enfrentar. Se até a virada para o XXI a expansão descontrolada da cidade em direção à periferia arguia preocupações, agora o vasto processo de transformação tecnológica, institucional e de usos revela uma abundante obsolescência de espaços na cidade.

Em seguida, a revisão cartográfica de plantas encontradas em diversas secretarias da cidade de Niterói e a revisão legal referente a parâmetros urbanos são utilizadas para um estudo de caráter analítico sobre a área proposta, a Avenida Marquês de Paraná, e seu prolongamento. Tais recursos, em conjunto com a bibliografia, constroem o método de

¹ Do latim *trans*, trans- 'além, através'. O prefixo exprime o significado de além de, para além de, em troca de, através, para trás. Também pode indicar travessia, deslocamento ou mudança de uma condição para outra. [In: pt.wiktionary.org/wiki/trans-]

análise que será empregado como investigação, aqui chamado de paradigmas de suporte.

Os recursos da visão seriada por meio do Google Maps e da etnografia das ruas serão utilizados, por fim, para constituir um panorama de intervenções possíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

É certo que a primeira grande transformação ocorrida em nossa área de estudo foi o aterrado, que teve o desenho de suas vias inspirado pelo plano de Alfred Agache para o centro do Rio de Janeiro. Com a proposta, o aterrado abrigaria o Porto da cidade, que seria a porta de entrada para uma Niterói que refletisse os valores da modernidade. Contudo, ao passar dos anos, o aumento do estoque de terrenos e edifícios desfuncionalizados devido à crise estrutural do sistema produtivo das cidades modernas, a partir de 1970, deu luz a uma série de terrenos e construções vazias na região, caracterizados por Borde² como vazios esvaziados. A cidade passou, então a enfrentar novas demandas, buscando soluções por meio de mudanças na legislação, porém sem um planejamento urbano institucionalizado que buscasse a solução de seus conflitos a longo prazo.

Tais sucessões de alterações na legislação sem a evidência de um projeto de urbanização específico criaram a necessidade de uma metodologia de investigação onde, em primeiro momento, tratamos de fazer uma análise urbana através de Google Maps, buscando identificar os possíveis imóveis remanescentes já consolidados até os anos 1940. A partir desse primeiro levantamento, buscamos nos debruçar

² BORDE, Andréa. Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2006

sobre o maior número de informações referentes aos imóveis identificados, encontrando então, a maior parte das informações na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária do município de Niterói. Cabe ressaltar que muitos jogos de plantas encontrados não estão completos e, por vezes, nem existem. Portanto, trabalhamos para sintetizar um projeto de ambiência que pudesse caracterizar a rua Marquês de Paraná na primeira metade do século XX, confrontando-o com o seu estado atual, em busca de evidências que permaneceram com o passar dos anos.

CONCLUSÕES:

Os paradigmas sugeriram oportunidades de intervenção de escala mais fina nos lugares, ou seja, oferecendo oportunidades de transprojetos ao apresentar problemas como solução e oportunidades de intervenção do poder público ou da sociedade civil organizada.

Os planos urbanos são construções feitas num sentido global por estudiosos e na área analisada apresentam-se de difícil análise, sendo frutos de uma sucessão de diferentes legislações urbanas que acabam por permitir a ocupação característica de uma região. A ideia de vazio - neste caso projetual - apresenta um problema de investigação final: o que é o cheio? E, portanto, o que é o vazio e o não-vazio? Como essas construções conceituais, afinal, podem contribuir para uma maior contribuição de estudo da cidade?

AGRADECIMENTOS:

Agradeço pela a oportunidade de participar desse projeto de pesquisa que tanto contribuiu para a minha formação acadêmica.

Ao professor orientador Sergio Rodrigues Bahia, pela orientação no desenvolvimento da pesquisa, por todo material de apoio fornecido, pela disponibilidade e pelas nossas conversas.

Aos professores da UFF, em especial Felix Carriello, integrante do Laboratório de Estudos do Patrimônio-LEP/UFF, que esteve sempre por perto oferecendo apoio.

Por fim, a todos que estiveram ao meu lado e que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento do projeto.





Ciências Sociais Aplicadas

Expansão do Ensino Superior brasileiro e a formação profissional em Serviço Social: mapeamento e inserção em plataforma virtual

Gabriella de Souza Lopes, Larissa Dahmer Pereira

Departamento de Serviço Social de Niterói/ Niterói

INTRODUÇÃO:

Inicialmente, embora o tema objetivado tenha sido a expansão do ensino superior brasileiro, como esta expansão se deu e a inserção dos dados obtidos durante a pesquisa numa plataforma virtual, ao longo do período de Iniciação Científica o grupo se expandiu, de modo que o trabalho foi redirecionado. Portanto, este trabalho tem por objetivo analisar e mapear os cursos públicos de Serviço Social existentes no país, sua caracterização e, por fim, analisar os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC'S), para que possamos debater como se dá o ensino de Serviço Social nestas instituições de ensino. Inicialmente, num primeiro momento da pesquisa, realizamos a atualização da planilha relativa aos cursos de Serviço Social existentes no país, delineando, no meu caso principalmente, os cursos públicos existentes, com base nos dados da plataforma EMEC. Já no segundo momento da pesquisa, nos dedicamos às leituras bibliográficas para embasamento teórico na análise dos dados obtidos, possibilitando, assim, que desenvolvêssemos nossa hipótese.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Durante o ano de Iniciação Científica, realizamos um levantamento de dados referente a todos os cursos de Serviço Social existentes no país. Esta pesquisa se deu por meio da plataforma EMEC. Ao todo, encontramos 73 (setenta e três) cursos públicos de Serviço Social. Após este resultado, realizamos buscas nos sites das universidades para termos acesso aos Projetos Pedagógicos de Curso. De todos os 73 (setenta e três) cursos encontrados, tivemos acesso a 44 (quarenta e quatro) Projetos Pedagógicos. Além disso, cabe reforçar que 63% destes cursos públicos localizam-se em instituições federais. Disto isso, para analisarmos estes Projetos de maneira

crítica, realizamos muitas discussões a respeito da formação social brasileira e o caráter que a educação possui em nosso país. Nesse viés, partimos da perspectiva de que nosso país, enquanto um país de economia capitalista dependente (LIMOEIRO, 2013), forma a classe trabalhadora majoritariamente para o trabalho simples, de modo que o antagonismo de classes é determinante quando tomamos a educação como parâmetro. Neste sentido, o acesso à educação se dá de maneira desigual também. Tendo isso como norte, torna-se indispensável debatermos sobre a expansão do ensino superior proporcionada durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Por meio de programas como REUNI o acesso ao ensino superior foi expandido e possibilitado, inclusive nos cursos de Serviço Social. Contudo, precisamos nos atentar à qualidade com que este ensino está sendo ofertado, principalmente após estas pontuações. Desse modo, analisamos os 44 Projetos Pedagógicos de Curso a que tivemos acesso e comparamos os mesmos com as Diretrizes Curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

CONCLUSÕES:

Com todo o levantamento realizado e os resultados obtidos, pudemos realizar indagações pertinentes, como, por exemplo, nos questionarmos se as condições formativas nas IES públicas são bem avaliadas pelo Ministério da Educação (MEC)? Qual é o perfil dos estudantes nessa modalidade de ensino? Como são os Projetos Político Pedagógicos desses cursos de Serviço Social e quais são suas consonâncias ou dissonâncias com as Diretrizes propostas pela ABEPSS? Já que essa categoria administrativa se mostra de maneira dominante no cenário das instituições públicas que oferecem o curso de Serviço Social, qual é o papel das universidades mediante essa formação profissional? Quais são as condições

de permanência dos discentes de Serviço Social nessas instituições? Além dessas várias indagações, elaboramos outras, que tentamos analisar, desenvolver e responder durante este projeto de Iniciação Científica, tendo como base a bibliografia indicada pela orientadora. *A priori*, podemos concluir aqui que a educação vem mudando de forma na última década. O acesso à mesma, no que diz respeito ao ensino superior, tornou-se, de certa forma, mais democrático, o que é significativo para a profissão do Serviço Social. Porém, torna-se imprescindível ressaltar que não apenas a entrada, como também a permanência e a formação com qualidade destes alunos são importantes. Portanto, podemos concluir este movimento de mudança do caráter da educação impacta diretamente no ensino superior e, conseqüentemente, na formação profissional em Serviço Social. Ao longo do trabalho buscamos analisar como se dá esta formação, analisando os Projetos Pedagógicos de Curso. Dito isso, podemos concluir com o que nos foi possibilitado ter acesso durante a pesquisa até o momento, que apesar dos limites a possibilidade de formação dentro dos cursos públicos de Serviço Social se dá de maneira coerente com a proposta da ABEPSS. Pudemos analisar que o compromisso com a categoria profissional, seu horizonte, suas competências, atribuições e perspectivas se dão de maneira quase que homogênea dentre os cursos analisados. Por fim, os resultados até aqui obtidos nos mostram que a luta pela universidade e pelo ensino de qualidade, laico e universal não ocorre em vão, contudo, precisamos lutar por mais, sempre mais, pois a educação é um direito e deve ser ofertado de maneira completa. Dito isto, é indispensável que esta pesquisa continue em andamento, em busca de mais dados, para que a análise seja cada vez mais concreta e nossa hipótese se consolide. Não menos importante, é praxe reforçarmos a necessidade dos cursos de Serviço Social terem seus Projetos Pedagógicos de Curso elaborados em consonância com as propostas da ABEPSS, para que assim o ensino não seja comprometido.

Agradecimentos:

Por fim, agradeço, inicialmente, à Universidade Federal Fluminense e ao curso de Serviço Social por ter me possibilitado ter acesso a este

conhecimento tão importante. Sem o ensino superior e a graduação em Serviço Social eu jamais teria despertado o interesse em debater sobre isso. Agradeço, secundamente, à minha orientadora, Larissa Dahmer, que me ensinou a importância da pesquisa para a categoria e, principalmente, para a Universidade, de maneira geral. Sem ela eu também não teria despertado o interesse pelo debate sobre o Serviço Social e, principalmente, a Educação. O aprendizado que tive durante este ano como bolsista ficará para sempre comigo. Agradeço aos meus amigos que me incentivaram a entrar no projeto de Iniciação Científica quando tive dúvidas em me inscrever ou não, obrigada pela força, gente. Agradeço aos meus pais, por terem acreditado em mim e incentivado durante esta jornada como bolsista a continuar. Por fim, agradeço à Proppi e ao CNPq, por terem tornado um dos meus grandes objetivos durante a graduação algo concreto e por me possibilitarem, por meio deste período como bolsista, explorar horizontes fora da minha zona de conforto e extremamente importantes.





Ciências Sociais e Aplicadas

Representação da Forma e suas Relações com a Criação Projetual

Luciana Nemer e Philipe Cantreva

TAR / TCA / Grupo de Pesquisa Análise e Representação da Forma

INTRODUÇÃO:

Buscando desenvolver um pensamento crítico e uma base comparativa dentro do processo de criação projetual no ensino de arquitetura e urbanismo nas universidades, a pesquisa teve como objetivo levantar material para entender o real impacto da tecnologia nesse momento inicial do projeto e assim compreender seus prós e contras. Além disso, tendo amplo material teórico e prático, foi possível conseguir ressaltar a importância do primeiro contato criacionista e a relevância existente em seu aproveitamento ao longo de todo o período de graduação, assim como na vida profissional. Deste modo, sua validação técnico-científica foi feita através de submissão a artigos em revistas científicas e congressos reconhecidos no meio acadêmico- científico.

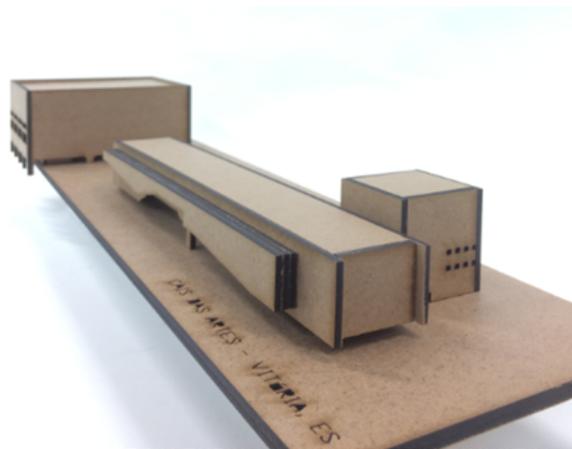
RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A discussão inicial para a pesquisa foi fundamentada na tipologia de estudo dos alunos ingressantes no curso, ou seja, a modo de representação gráfica com métodos que se perderam ao longo dos anos – desenho a carvão – e sua primeira produção física de um projeto que almeja desenvolver – maquete volumétrica. A problemática foi baseada em experiências observadas dentro de salas de aula, métodos de produção modernos e livros teóricos dos referidos temas. A priori se fez necessário a compreensão do funcionamento, finalidade e potenciais produtivos da máquina de corte a laser – este sendo o equipamento inicial de estudo – e a partir deste momento a efetiva comparação da nova metodologia frente a produção tradicional/manual de maquetes onde; como forma de valorização do momento temporal em que se vive no mercado de arquitetura e construção civil no Brasil, foi escolhido o projeto Cais das Artes do arquiteto brasileiro Paulo Mendes da Rocha para reprodução dos volumes de estudo. Após meses debruçado sobre tal problemática,

obteve-se como resultado duas maquetes volumétricas do dito projeto, porém, uma em Papel Paraná feita a partir de processo manual (figura 1) e outra em MDF feita na cortadora a laser (figura 2), deste modo foi possível escrever e submeter um artigo para o congresso Graphica 2019.



Figura 1 – Maquete Cais das Artes – técnica tradicional - Fonte: CANTREVA, 2019.



pertinência no ensino e formação do arquiteto.

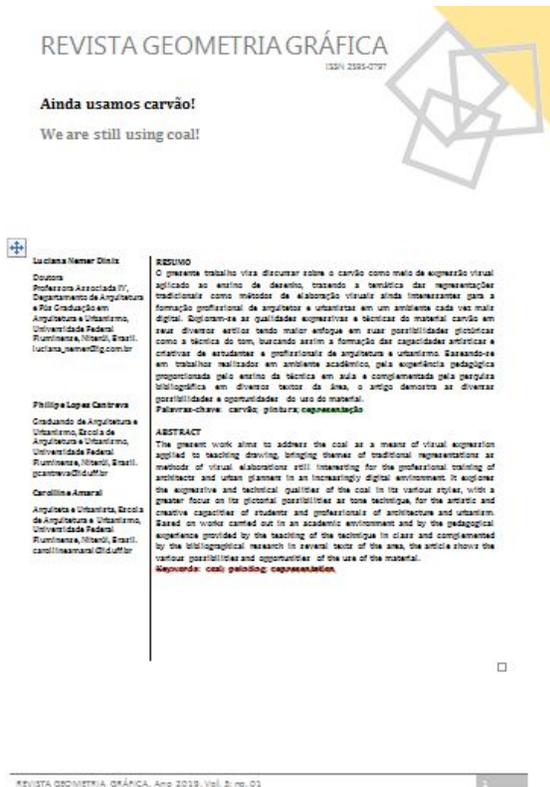


Figura 3 – Folha de rosto artigo: Ainda usamos carvão! - Fonte: NEMER, CANTREVA e AMARAL, 2019.

Por fim, de modo a devolver o conhecimento adquirido dentro do laboratório foi realizado um workshop sobre softwares na disciplina Tópicos Especiais em CHACU 3 – Representação Gráfica: Ferramenta para Criação e Pesquisa do PPGAU-UFF - no 2º/2018 e duas palestras na disciplina ministrada pela professora orientadora – Gráfica Digital – EAU-UFF no 1º/2019; assim auxiliando na renovação do conhecimento e pensamento crítico quanto as possibilidades que a modernidade na área arquitetônica oferece.

CONCLUSÕES:

Mostrou-se evidente a abrangência e o potencial que os temas trabalhados e discutidos possuem; o que permitiu o planejamento de novos projetos a serem abordados, além de oferecer a continuação dos que já estão em andamento. Como consequência, houve, também, a compreensão e entendimento não apenas de maquinários, mas de softwares amplamente usados dentro do cenário arquitetônico, permitindo uma atualização e

entendimento tanto por parte do bolsista quanto da orientadora. No encerramento desta pesquisa, o contato e manuseio da cortadora a laser e a introdução à impressora 3D trouxeram novos horizontes e incitaram mais e mais inquietações capazes de gerar novos projetos a serem estudados.

A relevância da pesquisa e do laboratório para a UFF é significativa, visto que possibilita a atualização dos modos de ensino, possibilidades de produção e inserção dos alunos e professores em um setor em ascensão no mercado. Entretanto, acaba por não se limitar a questão local, uma vez que ao compartilhar seus resultados em comitês científicos oferece a chance de outros lugares terem o uso desta análise para suas próprias inquietações e assim gerando uma colaboração dentro do âmbito acadêmico em território nacional.

Agradecimentos:

Os agradecimentos são principalmente direcionados a professora fundadora e orientadora do laboratório, Luciana Nemer Diniz, uma vez que sem sua vasta experiência e sua determinação não seria possível o pleno funcionamento e desenvolvimento no Grupo de Pesquisa Análise e Representação da Forma. Em seguida, porém não menos importante, a participação dos laboratórios Lamo-UFRJ e FabLab Casa Firjan que foram imprescindíveis para a construção da proposta de modernização das análises trabalhada, visto que ambos



possuem maquinários recente de produção de modelos e acesso fácil, tendo prontidão quanto ao diálogo. Além disso, ao PIBIC por possibilitar a permanência do bolsista na

construção de todo o processo de estudo aqui citado.



Ciências Sociais e Aplicadas

Formação profissional, serviço social e movimentos sociais: desafios ao projeto ético-político

Thalyta Santos Rocha Figueiredo

Escola de Serviço Social - Departamento de Serviço Social

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho aborda sobre a articulação entre o projeto ético-político do Serviço Social e a vinculação da formação/atuação em Movimentos Sociais. Em tempos de acirramento da crise do capital, torna-se de extrema importância tal debate e é imprescindível que o Serviço Social intensifique as discussões acerca da resistência e fortalecimento do atual Projeto Ético-Político.

O projeto profissional ao qual nos debruçamos nesta pesquisa se conforma enquanto antagônico ao neoliberalismo, uma vez que está aliado aos interesses da classe trabalhadora, e, portanto, aos direitos e lutas pela superação dessa ordem societária. Frente ao avanço do conservadorismo e desmantelamento dos direitos conquistados ao longo dos anos, é possível afirmar que há muitos desafios para o fortalecimento, e até mesmo sobrevivência, do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Devem, portanto, ser forjadas estratégias de resistência pela categoria profissional, e, nesse sentido, um dos pilares mais importantes para o revigoramento do projeto profissional encontra-se na condução da formação profissional, que na perspectiva pesquisada tem grau significativo de importância compreender como se materializa o debate com os movimentos sociais.

Diante disto, furtamo-nos nessa pesquisa a observar de forma mais atenta à relação com os movimentos sociais, como este debate tem aparecido na formação, processo com papel fundamental para a construção de profissionais com ideário político contra-hegemônico e progressista. Para tal, realizar a apropriação do debate de movimentos sociais, como meio de aproximação com a classe trabalhadora, tal qual traz expresso no Código de Ética de 1993, entre seus princípios fundamentais: a “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem

dominação/exploração de classe, etnia e gênero;” e “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir do pressuposto de que para compreender a relação da categoria de Serviço Social com os movimentos sociais seria necessário abranger como vem se configurando o processo de formação em serviço social a pesquisa desenvolveu um levantamento dos Planos Político Pedagógicos (PPP) e Grade Curriculares (GC), referente ao ano de 2017 e 2018, das universidades públicas vinculadas à ABEPSS. Assim, ingressamos no processo de análise das temáticas fundamentais para o Serviço Social, de acordo com seu Projeto Ético-Político, recorte para Movimentos Sociais. Para tal, viemos realizando a análise da disposição das disciplinas nos Projetos Pedagógicos das faculdades de Serviço Social.

Observamos que 73,6% da carga horária média dos currículos das instituições de ensino são destinados a atividades teórico-práticas mais TCC. Fizemos nesse sentido, para compreender quanto dessa carga horária destina-se ao desenvolvimento da temática de movimentos sociais e constatamos que apenas 1,4% dessa carga horária vai cumprir esse papel.

Num aprofundamento da análise, dos 22 projetos políticos pedagógicos destas Universidades foi identificado um total de 35 disciplinas aos quais, a partir das palavras-chaves escolhidas (movimento(s) social(is); movimento(s) social(is) urbano(s); direito à cidade; território; política (social/pública) de habitação; questão urbana; lutas sociais), foi identificado que apenas 20 dessas disciplinas abordavam as temáticas com centralidade. Somente 7 disciplinas eram relacionadas à questão urbana, sendo 2

abordadas com centralidade e 31 disciplinas de movimentos sociais, sendo 18 destas abordando com centralidade o tema.

CONCLUSÕES:

Torna-se perceptível que a articulação com a luta dos(as) trabalhadores(as) não se materializa no processo de formação do Serviço Social a apropriação do debate de movimentos sociais em sua especificidade, para com isso possibilitar a vinculação com as lutas sociais e organização da classe trabalhadora de forma tangencial na formação e posterior atuação profissional comprometida com o projeto ético-político profissional.

A distribuição de toda grade curricular dos Cursos de Serviço Social priorizam como seu horizonte as políticas públicas o que acarreta numa limitação à formação do assistente social e posteriormente reflete na ausência da atuação profissional dentro dos movimentos sociais.

O Serviço Social encontra-se hoje circundado de grandes desafios para o enraizamento e fortalecimento de seu projeto ético-político, visto a conjuntura aguda de neoliberalismo e reestruturação produtiva que resultam na ofensiva aos direitos e movimentos de resistência dos trabalhadores. Uma vez que a conquista de direitos e o fortalecimento da organização política da classe trabalhadora são importantes basilares do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Assim sendo, torna-se fundamental no interior da categoria profissional a análise destes desafios e a problematização dos caminhos escolhidos para afirmar o projeto profissional.

Estar alinhado aos movimentos sociais é imperativo. A garantia da hegemonia do atual projeto profissional, que tem como marcos a ruptura com conservadorismo, vínculo real com a classe trabalhadora e o horizonte de superação desta ordem, não se dará de maneira linear. Entretanto, este nível de organização é precedido por movimentos ainda nos marcos do capitalismo, é no interior da sociedade capitalista que irá se formar o germe de uma nova sociabilidade. São estes os processos de resistência nos quais o Serviço Social deveria estar associado, enquanto possíveis germes de superação deste modo de produção.

Neste ponto encontram-se os movimentos sociais, constituindo-se enquanto espaços de combate às desigualdades

engendradas pelo capitalismo e de negação ao status quo, e nos quais a formação deveria estar comprometida e inserida de forma significativa. Tais temáticas devem ser transversais durante toda a formação, para que efetivamente possa estar entrelaçada na prática profissional. Pode-se evidenciar, contudo, que não é uma realidade, mas deve-se caminhar para tal.

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente a Deus por me guiar por este período. Também agradeço aos meus pais que me apoiaram em todas minhas decisões e caminhos que escolhi na vida pessoal e academicamente. Junto à eles, agradeço as minhas amigas Pietra e Rebeca por serem como minha família e sempre acreditarem na minha capacidade de seguir além.

Agradeço à minha orientadora Prof. Dr. Eblin Farage por ter me dado oportunidade de crescer e aprender sobre a temática e me estimular.

Por último, agradeço à mestranda Sabrina Santos que me introduziu no estudo desta temática e nunca poupou esforços de me ajudar durante este período, sendo uma das minhas inspirações.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Análise de reações, interações e conteúdo nas postagens das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo durante as eleições de 2018

Autores: Pablo Nabarrete Bastos (orientador) e Diego Moreira Andrade de Souza (bolsista)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Comunicação Social/ Instituto de Arte e Comunicação Social/Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social (LACCOPS)

INTRODUÇÃO:

O principal objetivo desta pesquisa é analisar quantitativamente e qualitativamente as postagens nas páginas do Facebook das redes de organizações e movimentos sociais Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, durante o processo das eleições em 2018, com foco na disputa à Presidência da República.

Foram pouco mais de três meses de coleta de dados. Iniciamos a coleta de dados no dia 15/08/2018, dois dias após o registro das candidaturas à presidência da República no Tribunal Superior Eleitoral, ainda com o candidato Luiz Inácio Lula da Silva representando o Partido dos Trabalhadores (PT), e concluímos a coleta no dia 30/11/2018, um mês e dois dias após o segundo turno das eleições de 2018. Em um primeiro momento, quantificamos as características do conteúdo postado (se tinham texto, link, hadhtag, fotografia, vídeo, ilustração) e as manifestações: as reações conforme os botões do Facebook (Curtir, Amei, Haha, Uau, Triste, Grr), comentários e compartilhamentos dos conteúdos postados.

Após a quantificação das categorias acima, para uma análise das postagens, utilizamos uma abordagem qualitativa a partir da identificação dos supertemas. Estes supertemas são as apreciações dos assuntos que são importantes e da razão pela qual eles são importantes para o público (OROZCO GÓMEZ, 1997, p.148). Orozco Gómez (1997) afirma que eles têm o mesmo sentido dos núcleos geradores ou universos temáticos apresentados por Paulo Freire (1979) em Pedagogia do Oprimido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No mês de agosto, tivemos um total de 99 postagens da Frente Brasil Popular, com 7.706 reações, 7.169 compartilhamentos e 3.939

comentários. O supertema com maior número de reações no mês de agosto, que também aparece na hashtag mais mencionada, foi a greve de fome realizada por sete militantes pela liberdade do ex-presidente Lula, entre os dias 31 de julho e 25 de agosto de 2018, que teve 3.725 reações, 5.137 compartilhamentos e 3.672 comentários.

No mês de setembro, tivemos um total de 109 postagens da Frente Brasil Popular, com 7.675 reações, 3.126 compartilhamentos e 406 comentários. O supertema com maior número de reações foi Críticas ao candidato Bolsonaro, presente em sete postagens, com 936 reações, 463 compartilhamentos e 39 comentários. A hashtag #EleNão foi a mais presente, com oito aparições, seguida por #ManuNoJaburu, com cinco. No dia 11 de setembro de 2018, no último dia conforme o prazo adido pelo TSE, o PT confirmou a candidatura de Fernando Haddad para a presidência da República, com a candidata Manuela D'Ávila, do PC do B à vice-presidência.

No mês de setembro, a Frente Povo Sem Medo também fez poucas postagens no Facebook, com o supertema mobilização nas ruas, e que tiveram 123 reações, três compartilhamentos e seis comentários.

No mês de outubro, quando aconteceram as eleições de 2018, o primeiro turno no dia 07 de outubro e o segundo turno no dia 28 de outubro, tivemos o maior número de postagens e reações, totalizando 128, com 11.237 reações, 8.222 compartilhamentos e 4.787 comentários. O supertema com maior número de reações foi Apoio ao PT, com 20 postagens, que tiveram 2.367 reações, 1.323 compartilhamentos e 3.388 comentários. Conquanto o mês de outubro apresente o predomínio das interações a partir do supertema mais propositivo de apoio aos candidatos presidenciais apoiados pela Frente Brasil Popular, o supertema mais

presente na temática das postagens foi crítica e resistência ao candidato Bolsonaro, presente em 38 postagens, quase o dobro do número de postagens de apoio ao PT.

A Frente Povo Sem Medo fez mais publicações no mês de outubro, mas ainda assim não se compara com o volume de publicações da Frente Brasil Popular, conquanto tenham obtido muitas reações. Foram 27 postagens no mês das eleições, que tiveram 13.039 reações, 699 compartilhamentos e 917 comentários. O supertema que teve o maior número de reações foi crítica e resistência ao Bolsonaro, presente em 13 postagens, com 8.003 reações, 390 compartilhamentos e 701 comentários. Outros supertemas que tiveram destaque foram chamada para as manifestações, que apareceu em oito postagens, e mobilizações nas ruas, presente em cinco postagens. Chama a atenção o fato de que, embora a executiva nacional do PSOL tenha anunciado apoio ao candidato do PT, Fernando Haddad, e sua vice Manuela D'Ávila do PC do B, no dia 08 de outubro, um dia após o primeiro turno, a tônica do apoio esteve mais centrada na crítica ao Bolsonaro do que à aliança com Haddad. O uso de hashtags comprova nossa argumentação: #DitaduraNuncaMais apareceu quatro vezes, #EleNão, duas vezes, e #HaddadSim, uma vez. No mês de novembro, após a vitória do candidato do PSL, Jair Bolsonaro, teve início o trabalho de oposição da Frente Brasil Popular, organizações, partidos e movimentos sociais a ela vinculados. O número de postagens caiu para 83, com 3.191 reações, 2.046 compartilhamentos e 320 comentários. O supertema que despertou o maior número de reações neste mês foi saída de Cuba do programa Mais Médicos do governo federal. A Frente Povo Sem Medo fez 14 postagens no mês de novembro, que tiveram 2.658 reações, 1.120 compartilhamentos e 164 comentários. O supertema com maior número de reações foi crítica ao juiz Sérgio Moro, que teve 523 reações, 137 compartilhamentos e 57 comentários. O post informa, com base em matéria da revista Exame do grupo Abril, que o juiz tinha aceitado ser ministro da justiça do governo Bolsonaro.

A análise dos links inseridos nos posts é relevante para a nossa pesquisa por evidenciar de que maneira as organizações e movimentos sociais que compõem a Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo participam e são representados por estas redes, sobretudo quanto aos temas e desenvolvimento de

conteúdo. É importante constatar que os links mais presentes nas postagens da Frente Povo Sem Medo sejam de conteúdos jornalísticos desenvolvidos pela TVT, com 78 inserções durante o período analisado nesta pesquisa. A TVT é uma emissora educativa mantida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região. Outros links bastante mencionados pela Frente Brasil Popular são de conteúdos jornalísticos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do jornal Brasil de Fato e a Rede Brasil Atual. A TVT se auto define como um “canal de ampliação da voz dos movimentos sociais”. O fato dos links da TVT serem os mais presentes, além dos demais links de centrais sindicais e meios de comunicação ligados a organizações e movimentos sociais, manifesta o papel desempenhado pela comunicação popular como fonte de informações e como organizadora da luta. Já nas postagens da Frente Povo Sem Medo não há frequência nas inserções de links.

CONCLUSÕES:

Embora as Frentes busquem unidade do campo popular em alguns momentos específicos, como em grandes manifestações, o que prevalece são estratégias, conteúdos e linguagens que refletem as especificidades políticas e ideológicas de cada Frente. Durante a campanha, podemos identificar um momento de unidade política no início da campanha do segundo turno das eleições, quando se conflagra a polarização entre o candidato Fernando Haddad, do PT, e Jair Bolsonaro, do PSL. Outro aspecto que chama a atenção é a estratégia política que as Frentes demonstram no uso que fazem de suas páginas no Facebook: a Frente Povo Sem Medo usa sua página principalmente para convocar seu público para a luta nas ruas e para repercutir as mobilizações, enquanto que a Frente Brasil Popular demonstra ter maior atenção ao aspecto informativo e organizativo dos seus conteúdos. Para concluir, é importante ressaltar a grande diferença na quantidade de produção de conteúdo, com a Frente Brasil Popular se destacando bastante nesse aspecto. Uma das explicações para isso é a utilização do maior histórico, estrutura e profissionalização da comunicação que existem nas organizações que compõem a Frente Brasil Popular, como a CUT, o PT e o MST, o que pode ser verificado nos links inseridos. Quanto à maneira que

concebemos engajamento e seu desenvolvimento na campanha, podemos tecer algumas considerações. Se a performance das postagens depender da lógica algorítmica, o resultado tende a ser pífio. Em primeiro lugar porque, como discutimos na primeira seção, a lógica algorítmica reflete as lutas sociais e políticas da sociedade e, neste momento histórico, as disputas ideológicas estão sendo vencidas por forças políticas conservadoras. Com relação aos algoritmos do Facebook, após a última grande mudança realizada em janeiro de 2018, tornou-se ainda mais difícil o alcance de posts orgânicos das fan pages, páginas de organizações diversas, comerciais ou não, que não tiverem financiamento para melhorar sua performance, ou impulsionamento como diz o linguajar da comunicação digital. A justificativa da empresa foi que a mudança prioriza as interações pessoais e, conseqüentemente, a experiência do usuário, o que força as organizações a precisarem investir ainda mais para ter seu conteúdo visualizado no feed dos usuários. A partir da compreensão de que o engajamento se erige nas interações sociais cotidianas tecidas em aparelhos privados de hegemonia mediados e mediatizados, para ter êxito na vinculação social dos sujeitos com suas lutas as organizações sociais precisam trabalhar seus processos pedagógicos e comunicacionais em diferentes espaços de sociabilidade. E, para melhor uso políticos dos sites de redes sociais, é necessário educar para outros hábitos de consumo como, por exemplo, entrar nas páginas independentemente se o algoritmo quiser ou não te levar para lá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Pablo Nabarrete. *Marcha dialética do MST: formação política entre campo e cidade*. 2015. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/27154/tde-29062015-151022/>>. Acesso em: 29/03/2018.

BASTOS, Pablo Nabarrete; SILVA, Denise Terezinha da. Análise das postagens e interações das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo durante a greve geral de 28 de abril de 2017. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017, Curitiba. Anais... Curitiba: Universidade Positivo – UP, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *La investigación en comunicación desde la perspectiva cualitativa*. Guadalajara : Universidad Nacional de La Plata/Instituto Mexicano para el desarrollo comunitario, 1997.

FRENTE BRASIL POPULAR. <<https://www.facebook.com/FrenteBrasilPopular/>>. Acesso em 30 mar. 2018.

POVO SEM MEDO. <<https://www.facebook.com/povosemmedonacional/>>. Acesso em 30 mar. 2018.

Agradecimentos:

Agradecemos a Universidade Federal Fluminense pela bolsa concedida, que nos permitiu desenvolver a pesquisa com maior engajamento e tranquilidade. Agradecemos também a militância das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, que nos dá razão para continuar acreditando que outro mundo é possível.





Ciências Sociais Aplicadas

SUBSÍDIOS PARA AÇÕES PARTICIPATIVAS NA ASSESSORIA TÉCNICA PARA APRODUÇÃO DE MELHORIAS HABITACIONAIS EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS

Ronado Brilhante e João Luis Koifman

Departamento de Arquitetura/EAU UFF/OPPHUS

INTRODUÇÃO:

Em 24 de dezembro de 2008, foi sancionado o projeto de lei N° 11.888, que “assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no artigo 6º da Constituição Federal”. Foi pensando no papel da produção acadêmica para o fortalecimento de dessas iniciativas que iniciamos, em maio de 2015, o projeto de extensão universitária “Construindo uma Metodologia de Assistência Técnica para a Promoção de Melhorias Habitacionais em Assentamentos Informais”, no âmbito da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

Nossas atividades, que tem por objetivo investigar metodologias capazes de gerar uma maior aproximação entre os saberes populares e técnicos, no intuito de produzir soluções construtivas satisfatórias para a promoção da melhoria das condições de habitabilidade. Deve ser ressaltado que nas áreas aonde vem sendo realizadas as atividades de extensão observa-se a incidência de doenças alérgicas, respiratórias e de veiculação hídrica, decorrentes de precárias condições de urbanização moradia.

As intervenções propostas visam colaborar para a melhoria desse quadro de insalubridade; além de corresponder às demandas referentes à estabilidade estrutural, ao conforto térmico, à acessibilidade e à redução do consumo de energia. Entretanto, no decorrer dos processos, percebemos certa resistência por parte dos moradores no sentido

de apropriação de determinadas elaborações contrárias ao que é culturalmente estabelecido. Desse modo, essa pesquisa é proposta com um duplo objetivo: de sistematização e análise dos resultados alcançados até então; e de constituir elementos necessários à elaboração de procedimentos participativos. Com isso, esperamos compor subsídios que contribuam para potencializar o caráter didático-participativo das nossas ações, através da elaboração de procedimentos que partam de uma reflexão mais aprofundada sobre os processos de interação com os nossos interlocutores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Nos trabalhos na Rocinha e no Morro do Palácio, observou-se a relevância da adoção de diferentes meios de representação do projeto, a fim de permitir uma melhor compreensão da proposta de construção. Neste sentido, a utilização de modelos físicos e eletrônicos mostrou-se importante para uma melhor compreensão da proposta por parte dos moradores envolvidos.

Outro ponto a ser observado foi a constatação de que existem práticas de construção enraizadas entre os moradores, que tornam mais difícil a adoção de soluções construtivas mais adequadas do ponto de vista técnico. Na Rocinha, por exemplo, o uso frequente de escadas cujo dimensionamento de piso e espelho não correspondem às normas técnicas usuais, em função da exiguidade do espaço disponível para construir, faz com que haja uma “naturalização” dessa solução imprópria, no que se refere à ergonomia – o que

fez com que Dona Goretti relutasse, inicialmente, em aceitar a proposta de uma escada helicoidal. De modo geral, nas discussões com os moradores, sobre a configuração dos compartimentos, aspectos associados à iluminação e ventilação são colocados em segundo plano, para priorizar ganhos de área, ainda que mínimos, a despeito da promoção de melhores condições de salubridade. Por sua vez, no Morro do Palácio, Sr. Fabiano, em um dos encontros de discussão do projeto, solicitou a pavimentação de todo o seu lote - uma prática comum na comunidade -, porque “não gostava de plantas”. Essa posição fez com que o grupo contra argumentasse, chamando atenção para as implicações dessa decisão, não apenas para o conforto térmico da moradia, como também pelo que representava como contribuição para a saturação da rede de drenagem existente. Em ambos os casos ficou flagrante a necessidade do diálogo voltado para conciliar o saber técnico e o saber popular. Observa-se também a dificuldade de compreensão sobre o papel do arquiteto e do projeto da edificação no processo de construção de moradias.

ser alcançado com o aporte de práticas dialógicas.

CONCLUSÕES:

Esperamos que as atividades de assistência técnica possam contribuir para a propagação de práticas construtivas, que promovam melhorias habitacionais e o reconhecimento da relevância da assistência técnica. Percebemos, entretanto, que esse objetivo é parcialmente atingido, dada a dificuldade de aceitação de determinados princípios técnicos elementares à melhoria das condições de habitabilidade. Essa dificuldade nos levou a compreender a necessidade de um maior aporte de pesquisa, que nos permita uma análise mais apurada de nossos procedimentos, além de possibilitar-nos refletir sobre outros métodos de ação. O objetivo fundamental da pesquisa aqui proposta consiste em constituir

uma base prática-teórica-conceitual necessária ao melhor desenvolvimento da dimensão didática das nossas atividades. Avaliamos que os modos de interação entre acadêmicos e moradores necessitam de aprimoramentos capazes de gerar uma maior aproximação entre as dimensões técnicas e aquelas culturalmente constituídas. Desse modo, entendemos que necessitamos de procedimentos que se valham de uma maior participação dos moradores no processo de projeto, o que deve

Agradecimentos:

Agradecemos aos sujeitos direta e indiretamente envolvidos, a nossa instituição e ao CNPq.





Grande área do conhecimento

Título do Projeto: “FAKE NEWS” E A INTOLERÂNCIA NA REDE

Autores: Renata Rezende e Thaís Marques

Departamento/Unidade/Laboratório: Comunicação Social/IACS

INTRODUÇÃO:

Nesta pesquisa buscamos analisar a produção das chamadas *fake news* - notícias falsas - no ambiente virtual e a sua influência na produção de discursos de intolerância. Acreditamos que tais discursos se manifestam a partir do compartilhamento de narrativas catárticas, ou seja, relatos caracterizados por uma descarga emocional originada de um acontecimento dramático, conceito desenvolvido pela orientadora da pesquisa, a partir dos estudos de Aristóteles e Spinoza.

Usamos o Facebook como espaço de análise em uma pesquisa de cunho qualitativo. Os assuntos sobre política foram os que geraram mais repercussões catárticas e foi também nesse espaço que as notícias falsas ganharam maior visibilidade.

Desenvolvemos duas principais etapas da pesquisa: uma fase teórica e outra empírica. No primeiro período, buscamos entender e nos questionar sobre a contextualização acerca da situação do país em relação às *fake news*, a partir do debate sobre a era da pós-verdade inserida no cenário brasileiro. Esse fenômeno, o qual recorremos aos escritos de Matthew D’Ancona (2018), revelou, segundo o autor, que as versões dos fatos têm maior relevância do que os acontecimentos em si e surgem, dentre outros motivos, pela insatisfação do público em relação aos escândalos entre instituições de poder, em especial aos esquemas de corrupção do governo.

Para além dessa abordagem, D’Ancona também acrescenta que o surgimento da dúvida que respalda a era da pós-verdade advém de um outro movimento, o pós-modernismo. Segundo o autor, esse debate se tornou “mais um estado de ânimo do que uma filosofia coerente” (2018, p.89). Classifica, ainda, as consequências do pós-modernismo que, por certa perspectiva, “deu prestígio intelectual ao cinismo elegante e uma face diferente ao relativismo”, e, assim, tornou-se o que chamou

de uma “ferrugem sobre o metal da verdade” (2018, p.89).

Os questionamentos do autor, no entanto, traçam uma contextualização do cenário norte-americano. A discussão da pós-verdade busca nas raízes do Iluminismo uma era da verdade, em que a ciência e os fatos tinham legitimidade inquestionável, para uma fase posterior, da prevalência do ceticismo, da dúvida e do relativismo. Nossos questionamentos na pesquisa se esforçaram para compreender, dessa maneira, se o Brasil realmente haveria passado pelo período da verdade e como essa era da pós-verdade se daria aqui.

Para tanto, numa primeira fase da análise empírica, realizamos uma etnografia digital na rede social Facebook, a partir da coleta de *prints* das publicações e respectivos comentários das páginas de “Jair Messias Bolsonaro” e “Fernando Haddad”, candidatos à presidência nas eleições de 2018 do Brasil. Em princípio, estabelecemos que seriam armazenados os *posts* entre os dias 8 e 28 de outubro de 2018, período referente ao segundo turno disputado entre os dois candidatos. Dentre esses, as três publicações com maior número de reações por dia e seus cinco comentários “Mais relevantes”, uma classificação dada pelo próprio Facebook. Sendo assim, esperávamos coletar 63 publicações e 315 comentários de cada página

A fase empírica foi seguida por outra coleta de dados na rede social Facebook. Ao levarmos em consideração a divergência entre a repercussão dada às publicações de veículos de comunicação e de perfis referentes a figuras individuais, percebemos que seria necessário avaliar também como as notícias jornalísticas associadas de alguma maneira ao fenômeno *fake news* impactam no público, em especial nas declarações com sinais de intolerância. O “filtro bolha” foi um fator levado em consideração para essa nova etapa.

Supomos que essas páginas de jornais pudessem abranger uma diversidade maior de

usuários do que as dos envolvidos nas eleições de 2018, os candidatos Haddad e Bolsonaro. Tomamos, então, como objeto de análise a notícia “Bolsonaro veta campanha do Banco do Brasil marcada pela diversidade, e diretor é exonerado”¹ publicada pelo portal O Globo online e replicada pela página do grupo no Facebook, ambos em 25 de abril de 2019. Nessa análise nos propusemos a coletar os 50 comentários “Mais relevantes”, de acordo com a classificação do Facebook.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No decorrer da primeira coleta de *prints* obtivemos alguns problemas técnicos. Com o passar do tempo e a veiculação de novas publicações no feed de cada página, alguns *posts* foram ocultados, reduzindo nosso número final de dados coletados. A primeira página a ser analisada foi a de Jair Messias Bolsonaro, dela armazenamos 50 publicações e 295 comentários. Já na de Fernando Haddad, a quantidade foi inferior: 32 *posts* e 160 comentários. Sendo assim, resolvemos analisar os resultados em números percentuais.

Notamos que a utilização de títulos foi algo que não esteve presente nesse tipo de página. Nenhuma postagem, tanto de Bolsonaro como de Haddad, usou o artifício. Não encontrado em ambas as páginas também foi o compartilhamento de publicações de outros perfis, as duas fizeram seus próprios *posts* em 100% dos casos.

Os números começam a divergir quando percebemos a presença de *fake news* no conteúdo compartilhado. Para fazer esse apontamento, classificamos apenas as inverdades que já haviam sido comprovadas como tais em matérias jornalísticas ou outras produções, contando também com o embasamento teórico do *Ethical Journalism Network*, entidade sem fins lucrativos com sede em Londres (Inglaterra). Segundo sua definição, observada por White (2017), o termo demonstra “uma informação deliberadamente fabricada e

publicada com a intenção de enganar os outros em falsidades ou em duvidar de fatos verificáveis”.

A ocorrência de informações falsas na página “Jair Messias Bolsonaro” esteve em 15 das 59 publicações feitas, somando assim 25,4%. No perfil “Fernando Haddad” o número foi de 6,2%, demonstrando a presença de *fake news* em 2 dos 32 *posts* coletados. Desse modo, a primeira página analisada foi a que mais apresentou notícias falsas. No intuito de verificar nossa hipótese, seguimos com o item que identificava as marcas de intolerância presentes no conteúdo das publicações. Levamos em consideração a definição do termo no que se diz em relação ao outro (conceito de alteridade). De acordo com Maffesoli (2014), o “eu” pressupõe o “contra”, que se desdobra no contra o outro. “O outro da natureza, o outro do grupo e, evidentemente, o outro do grupo inimigo” (2014, p. 84). Em contrapartida, existiria uma gestão da alteridade menos agressiva, que se situaria “em face” ou “ao lado” do outro, mas que só aconteceria no âmbito do que chama de uma “sociedade oficiosa”.

Deduzimos que nosso ambiente de análise estaria em um circuito que envolve as duas esferas, ou seja, se trataria de uma rede digital em meios às emoções e relações interpessoais (sociedade oficiosa) que ao mesmo tempo estaria imersa nas disputas políticas do país (sociedade oficial). Além disso, é interessante contextualizar que a aversão pelo outro, nesse caso, estaria sendo reforçada pela polarização dos grupos eleitorais entre esquerda e direita.

Entre os *posts* feitos pelo candidato Bolsonaro, 16,9% demonstraram traços de intolerância, ou seja, 10 com conteúdo insultante e 49 sem esses traços. Já para Haddad, não foi possível identificar nenhuma publicação com tal perfil. Outro item analisado que perpassa pelo assunto da intolerância foram os comentários repercutidos através dessas postagens. Comparando as duas páginas, os resultados são bem similares nesse aspecto. A de Jair Bolsonaro teve 3,3% dos comentários com traços de intolerância e a de Fernando Haddad apresentou 3,1%.

Retomando para a análise sobre as postagens, temos três aspectos restantes que avaliaram as características técnicas utilizadas para estabelecer a comunicação entre os candidatos e os usuários que os

¹Disponível em: <

<https://www.facebook.com/jornalglobo/posts/2711165625589766>>. Acesso em 15 ago 2019.

acompanhavam: texto, imagem e vídeo. A página “Jair Messias Bolsonaro” apresentou maior ocorrência de texto (98,3%), seguido de vídeo (38,9%) e imagem (18,6%). “Fernando Haddad” também usou mais textos para suas publicações, 96,8%. No entanto, o segundo recurso mais utilizado pelo candidato petista foi a imagem (59,3%) e, por último, o vídeo, com 40,6%. É importante destacar que uma publicação não necessariamente fazia uso de apenas um desses artifícios sozinho, podendo ter texto e imagem ou vídeo e imagem, por exemplo.

Nos comentários, os resultados que se destacaram foram aqueles que analisaram se havia conexão entre o conteúdo da repercussão e o do *post*. Abordamos esse aspecto no intuito de identificar ações de *bots* (robôs) ou o replicamento de espécies de correntes prontas. Apenas 25% dos comentários das postagens de Bolsonaro tinham relação com o conteúdo publicado, em comparação com os 63,1% de Haddad. 70,8% demonstravam ser de autoria própria na primeira página e 82,5% na segunda.

CONCLUSÕES:

Com os resultados que comparavam a presença de *fake news* e a de marcas de intolerância, poderíamos refutar nossa hipótese. Porém, ao abordarmos os dados apresentados, compreendemos que o processo envolve um circuito mais complexo, visto que não sabemos até que ponto esses engajamentos eram gerados organicamente ou se eles advinham de robôs. Outro fator importante é a falta de autenticidade nos comentários da página que mais apresentou inverdades e discursos intolerantes, o que nos leva a questionar se o conteúdo publicado realmente era absorvido por aquele público e influenciava as respostas a ele. Ainda, observamos que o teor dos comentários também acrescentam mais uma análise aos resultados. A maioria deles que se caracterizavam como intolerantes faziam ataques ao grupo pelo qual o candidato Haddad tinha relação. Por essa perspectiva, podemos supor que os traços de intolerância (16,9%) e notícias falsas (25,4%) presentes na página “Jair Messias Bolsonaro” possam ter influenciado o cenário geral e repercutido no clima de opinião.

Observando as teorias estudadas no projeto, foi possível notar que outros fatores influenciam a ascensão das posições e relatos

de intolerância nas redes virtuais, além das *fake news*.

Agradecimentos:

Agradeço à orientadora, Professora Renata Rezende, pela oportunidade de conhecer e participar da pesquisa.

À Universidade Federal Fluminense, ao Departamento de Comunicação Social e a Capes.





Ciências Sociais Aplicadas / Comunicação

Visual Game, Comunicação e Educação

Jéssica Riquena da Costa e Alexandre Farbiarz

Comunicação Social / IACS /

educ@mídias.com

- Educação para as Mídias em Comunicação

INTRODUÇÃO:

O desenvolvimento de tecnologias relacionadas ao entretenimento possibilitou, entre tantas coisas, a criação dos videogames. Segundo Pinheiro (2006), a criação do primeiro jogo eletrônico aconteceu em 1961, nos laboratórios do MIT. Steve Russell começou a desenvolver o jogo em um PDP-1, computador que, na época, era considerado um dos mais modernos. Com a ajuda de Alan Kotok, o jogo *SpaceWar*, que continha uma temática baseada em ficções científicas, foi finalizado no mesmo ano. O jogo sofreu diversas modificações durante alguns anos e, graças ao uso do PDP-1, foi possível a inserção de um 'controle' acoplado à máquina para facilitar na execução do game (*Ibid.*).

Com acesso limitado apenas aos usuários de grandes laboratórios de computação, a popularização dos jogos só aconteceu em 1968 com a criação de um aparato eletrônico capaz de se conectar a aparelhos televisores.

Entretanto, essa realidade mudou bruscamente e, nos dias de hoje, temos acesso a jogos eletrônicos em computadores, smartphones, tablets e uma infinidade de aparelhos. Segundo a Pesquisa Game Brasil (PGB, 2018), 75,5% dos brasileiros consomem jogos eletrônicos. A pesquisa aponta também que 84% dos consumidores de jogos afirmam que usam o meio mobile para jogar, 46% afirmaram que usam o console e 45% o computador. Quando questionados sobre qual o meio preferido para consumir os jogos, o *mobile* seguiu na frente com 43,6%, contra 25,7% do console e 14,5% do computador. A pesquisa foi realizada entre os meses de fevereiro e março de 2018 e contou com 2.856 participantes nos 26 estados e no Distrito Federal, dados retirados da Matéria Pesquisa indica que 75,5% dos brasileiros consomem jogos eletrônicos, publicada no Portal IGN e Pesquisa Game Brasil 2018 revela perfil dos jogadores brasileiros, publicada no Portal Torcedores.

O consumo dos jovens em relação aos jogos digitais é grande e, essa ação, ultrapassa as barreiras do campo

doméstico e chega até o ambiente escolar. O uso de aparelhos celulares em sala de aula é uma questão complicada, principalmente para professores que lidam com

alunos do segundo ciclo do ensino fundamental até o ensino médio, período em que o uso se inicia o uso de aparelhos celulares. Batista e Barcelos (2017) apresentam muitas das dificuldades em inserir o uso de celular nas salas de aula.

A criação de Jogos Educativos, jogos que podem ser acessados por diversos meios e têm conteúdo didático, se tornou objeto de pesquisa para estudiosos em comunicação (ECK *apud*. SAVI; ULBRICHT, 2008) e, dentro no ambiente acadêmico, alvo de experimentações. Entretanto, os jogos educativos ainda enfrentam diversos problemas e desafios. Um deles é a falta de princípios pedagógicos em jogos desenvolvidos por empresas. Segundo Van Eck (2006), as empresas pecam ao desenvolverem jogos extremamente atraentes ao olhar de jovens e crianças, mas com teor educacional baixíssimo. Esse erro acontece também no caminho inverso. Jogos desenvolvidos em ambientes acadêmicos são, normalmente, recheados de teorias pedagógicas, mas apresentam pouca atratividade, não alcançando o objetivo.

ANÁLISE:

Durante o primeiro semestre de 2018 realizamos a primeira etapa da pesquisa referente ao levantamento de referencial teórico específico sobre o uso de mídias e tecnologias lúdico-interativas no contexto educacional, amparando as etapas subsequentes.

A fim de entender a preferência dos alunos e o real desempenho de jogos em salas de aula, decidimos elaborar um formulário que foi veiculado, principalmente, entre alunos do ensino fundamental e médio através das mídias sociais. Este formulário tem como objetivo principal identificar a posição do aluno sobre o uso de jogos em sala de aula e se, assim como levantado na introdução, eles possuem efeitos positivos ao ensino.

Por esse motivo, concomitantemente ao formulário e a fim de entender, além das opiniões e preferências dos alunos, como a produção e a classificação de jogos poderia facilitar o seu uso em sala de aula, passamos a procurar as classificações usadas nos jogos e os gêneros em que eles se dividem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Após o levantamento teórico, realizamos a análise desse material para entender quais são os desafios e facilidades do uso de jogos em sala de aula e buscar um método capaz de qualificar jogos de diferentes gêneros.

Para entender as preferências em relação aos jogos e os costumes de utilização do público-alvo de jogos educativos, em sua maioria jovens que cursam do ensino fundamental ao ensino médio, buscamos pesquisas que mapeiam tais dados. Com isso, chegamos a duas pesquisas, a Pesquisa Game Brasil, que tem como objetivo entender o comportamento dos consumidores brasileiros de jogos e suas preferências, e a Pesquisa Game Latam, que busca mapear as mesmas características que a primeira, porém se estende por toda a América Latina.

Entender a preferência do público de jogos foi importante para que pudéssemos mapear as preferências do público-alvo dos jogos educativos. Percebemos, por exemplo, que o meio mobile é o mais usado para o consumo de jogos e que o uso indevido do aparelho é uma das maiores reclamações dos professores do ensino regular. Tendo em vista as informações que possuíamos, começamos a pensar, principalmente, nas dificuldades para o uso de jogos encontradas atualmente e, com isso, passamos a procurar teorias que pudessem nos fazer entender como buscar melhorias na relação jogos-educação.

A Teoria do Fluxo, descrita por Mihaly Csikszentmihalyi (1999) em seu livro 'A Descoberta do Fluxo. Psicologia do envolvimento com a vida cotidiana', foi o ponto de partida para entender por onde os jogos educacionais deveriam caminhar. Segundo a teoria, a criação de um fluxo, ou seja, um sentimento de pertencimento e, aplicado à nossa pesquisa, de diversão, seriam necessários para que o aluno que fosse exposto ao jogo conseguisse se relacionar de forma satisfatória e o professor que usasse o jogo em sala de aula conseguisse sentir que está passando um conteúdo relevante.

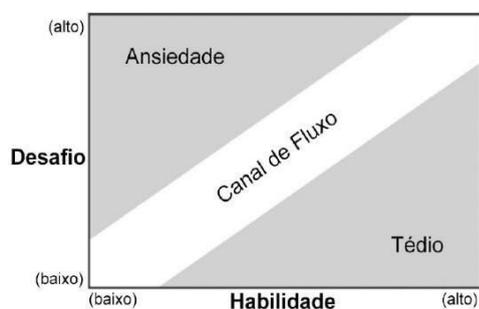


Figura 1: Diagrama de Fluxo.

Fonte: Csikszentmihalyi, 2008.

Percebemos, então, que não existe apenas um modo de usar os jogos em ambientes escolares. A experiência vivida pelos alunos do Portal NuGame mostra que há formas de usar jogos convencionais, desenvolvidos tendo em vista o entretenimento, com objetivo de educação. Assim como há maneiras de desenvolver e usar jogos educativos, focados principalmente na educação, que apresentem desafios e até entretenimento.

A grande maioria dos respondentes avaliou positivamente o uso de jogos em sala e aula. Desde a fácil conexão da temática do jogo com a disciplina, até a melhora no desempenho escolar o formulário mostrou que o uso de jogos em sala de aula tende a apresentar bons resultados, principalmente, no desempenho e interesse dos alunos pela disciplina.

CONSIDERAÇÕES:

O levantamento teórico feito trouxe diversas questões acerca do uso de jogos. A primeira delas é a falta do uso desse método de educação pelos professores. Existem, realmente, muitos motivos para justificar o não-uso de jogos em sala de aula. A falta de computadores e/ou equipamentos diversos, a grande quantidade de alunos em cada turma, a falta de jogos de qualidade desenvolvidos com fim educativo, a necessidade do uso do celular pessoal do aluno - impossibilitando que alunos que não possuam celular participem das atividades - e até a falta de uma capacitação para que professores de diversos níveis escolares possam compreender melhor o uso de jogos e seus benefícios.

Percebemos que há um afastamento, criado pelos meios tradicionais de educação, quanto ao uso de aparelhos tecnológicos em sala de aula. Prova disso é a criação das leis N° 12.730/2007, de São Paulo e 4734/08, do Rio de Janeiro que proíbem o uso de celular em sala de aula. Contudo, esse afastamento não é o único motivo para a não utilização de jogos. Vimos que também existe uma falta de interesse por parte dos alunos para consumir certos tipos de jogos, principalmente os jogos educacionais, ou seja, jogos criados especificamente para uso pedagógico. Percebemos que a principal reclamação é a falta de atratividade desses jogos.

Concluimos que existe uma carência de um método capaz de categorizar os jogos em relação às competências e diretrizes criadas pelo MEC para alunos do ensino e médio. Tal carência dificulta o contato dos profissionais da área de educação com jogos específicos que podem ser usados em sala de aula. Para além disso, a falta de uma capacitação que integre tais profissionais com novos métodos de ensino

também se faz necessária. Para que jogos, educacionais ou não, sejam usados em sala de aula é preciso mostrar aos professores, coordenadores, diretores e a todo o corpo de funcionários que compõe uma escola que a tecnologia e, principalmente, os games não devem ser um empecilho dentro de sala de aula e, sim, uma escada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRANTES, S.; GOUVEIA, L. **Será que os jogos são eficientes para ensinar?** Um estudo baseado na experiência de fluxo. Paper apresentado em Challenges 2007, Universidade do Minho, 17 mai., 2007. Disponível em: http://homepage.ufp.pt/lmbg/com/salbg_challenges07.pdf.

BATISTA, S. C.; BARCELOS, G.T. Análise do uso do celular no contexto educacional. **Novas Tecnologias na Educação**, v. 11, n. 1, jul. 2013. CINTED-UFRGS. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/renote/article/view/4169>.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. **A Descoberta do Fluxo**. Psicologia do envolvimento com a vida cotidiana. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FARBIARZ, Alexandre; XAVIER, Guilherme de Almeida; DIAS, Cynthia Macedo; ASSIS, Leandro Marlon Barbosa; GONCALVES, Débora Ribeiro. **Commercium et Cognitionis**. III Mostra de Inovação no Ensino Superior, Niterói: PROIAC UFF, 2017.

FD COMUNICAÇÃO. **Pesquisa Game Latam**, 2018. Disponível em: <http://www.focomunicacao.com.br/pesquisa-game-latam>.

FORTUNA, Tânia Ramos. Sala de aula é lugar de brincar? In: XAVIER, M. L. M.; DALLA ZEN, M. I. H. (org.) **Planejamento em destaque**: análises menos convencionais. (Cadernos de Educação Básica, 6) Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 147-164. Disponível em: https://brincarbrincando.pbworks.com/f/texto_sala_de_aula.pdf.

MONTÉIRO, Christiano Britto. **Breves considerações sobre as possibilidades educacionais dos videogames**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2015 (Texto sobre games e Ensino de História). Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/cdf1bc_91dfd35505df454cbdd2cc0084050651.pdf.

PGB. **Pesquisa Game Brasil**, 2018. Disponível em:

<https://www.pesquisagamebrasil.com.br/>.

PINHEIRO, Cristiano Max Pereira. **A utilização dos Games como Mídia**. Anais do 4º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, São Luís, 2006.

Disponível em: https://issuu.com/maxrs/docs/a_historia_da_utilizacao_dos_games_como_midia.

SILVA, Leonardo Ferreira; PINHEIRO, Matheus Dias; SANTOS, Rick Rodrigues dos SCHIMIGUEL, Juliano. O Crescimento dos Jogos no Mercado Mobile e suas Acessibilidades. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Caribe. fev. 2016. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/caribe/2016/02/jogos.htm>.

SAVI, Rafael; ULBRICHT, Vânia R. Jogos Educacionais: benefícios e desafios. **Renote**. v. 6, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/14405/8310>.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos à contribuição dos pesquisadores do grupo de pesquisa educ@mídias.com – Educação para as Mídias em Comunicação, da UFF, no desenvolvimento deste projeto, e à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UFF e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio recebido.



Ciências Sociais Aplicadas

Rio 2016 depois do espetáculo: cidade marca, intervenções urbanas e conflitos.
Uma proposta de avaliação *ex post*.

Pamella Luiza Ventura; Fernanda Sánchez (Orientadora)

GPDU/TUR/PPGAU/UFF

INTRODUÇÃO:

Este texto tem por objetivo analisar os grandes projetos urbanos depois da chamada “era olímpica” da cidade do Rio de Janeiro, em particular na área portuária, com a Operação Urbana “Porto Maravilha”, que teve início em 2009 e completa, agora, dez anos.

O foco da análise são as ações de “*renovação urbano-cultural*” e de quais os padrões culturais valorizados. O conjunto de instrumentos simbólicos – campanhas publicitárias, arquiteturas do *star system*, megaequipamentos culturais, festivais internacionais e agenda diversificada de eventos –, foi fundamental na “venda” do espaço renovado, para alavancar a operação urbana.

Percebe-se que a política de ativação cultural da área de renovação urbana teve por objetivo criar uma atmosfera ligada à cultura do entretenimento, espetacular, de modo que nela se estabelecesse uma nova fronteira de acumulação de poder e dinheiro (ARANTES, 2009), pautada na produção de imagens-síntese da cidade (SÁNCHEZ, 2010), para atrair novos empreendimentos e trazer cidadãos cariocas e turistas, promovendo o consumo do lugar.

A leitura de processos de transformação urbana e seus impactos, a partir das experiências do Norte Global, vem sendo marcada pela mobilização de conceitos como revitalização e renovação, ou outros de caráter mais crítico que podem ser resumidas por intermédio dos termos “gentrificação” ou “enobrecimento”.

A cultura é termômetro de uma cidade saudável para os negócios e tem função econômica (ARANTES, 2009). Equipamentos culturais de grande escala acabam por atrair capital via turismo e investimentos a partir da criação de uma imagem de cidade culturalmente dinâmica e inovadora (ZUKIN, 1995).

A área tem sido objeto de diversas intervenções, oriundas de modelos estrangeiros e que, via de regra, tem repercutido negativamente nos segmentos sociais mais frágeis, identificados e/ou clivados pela questão de raça.

Procura-se ler nas transformações no Porto Maravilha o que Renato Emerson dos Santos (2017) denomina “branqueamento do território”, conceito que o autor propõe para compreender a dimensão racial da mudança (a) da composição da população ocupante, (b) dos padrões culturais valorizados e (c) da imagem e narrativa sobre a área. Reconhecendo a produção do conhecimento e as narrativas a partir de loci geopolíticos e corpos-políticos de enunciação nos territórios pesquisados, traço distintivo do projeto decolonial, busca-se experimentação teórico-metodológica, em campo, da base conceitual para compreender os processos que articulam, de modo transversal e original, desigualdade, raça, território e produção do espaço, a partir de grandes operações urbanas.

No processo de transformação simbólica, observamos que a política cultural que parece “resgatar” a cultura de matriz Africana está resumida a pontos no espaço, que configuram um circuito, o “Circuito da herança africana”, mas que exclui da leitura, outros diversos pontos, territórios e territorialidades que constituem a área da Pequena África. As rupturas desencadeadas pelo projeto nos espaços físico e social acabam por estimular a percepção das re-existências culturais de grupos sociais de matriz Africana. Ao mesmo tempo em que a cultura é utilizada como recurso para um consenso social em escala macro, podemos observar, com uma lente mais aproximada do território, outras importantes presenças.

O objetivo do trabalho é evidenciar as diferentes, porém imbricadas, dimensões dos

conflitos identificados na área portuária: conflitos territoriais – que passam pelas formas de colonização do espaço pela coalizão dominante, conflitos simbólicos - que passam pelas narrativas de lugar, de memória, de cultura e de imagem. Perceber as mudanças da área pela lente dos conflitos permite vislumbrar, também, possibilidades insurgentes nas fissuras da operação urbana, percebidas como “espaços inventados de ativismo” e de re-existência. (AY; MIRAFTAB, 2016) na resistência corporificada dos sujeitos no espaço.

O que vem se intensificando, sobretudo desde o início da operação urbana em 2009, é uma disputa simbólica pelas representações (BOURDIEU, 1997) sobre o território, na qual patrimônios materiais e imateriais são mobilizados como signos de identidade. Tais disputas constituem o que Pierre Nora chama de “lugares de memória”. Segundo Nora (1993, p. 9) a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”. A memória é sempre uma construção, fruto de disputas pelo social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No desenvolvimento da pesquisa, o desvelar das dinâmicas culturais no território nos permitiu reconhecer atores, políticas e lugares - vividos, construídos e de memória, o que tornou-se chave para apontar os processos em curso na região.

As cartografias produzidas como formas de saber socialmente construídas, buscam a eloqüência dos mapas. O que podemos fazer para que os mapas e as iconografias “ falem ” dos mundos sociais? A intenção é disponibilizar esta forma de produção do conhecimento para a sociedade civil.

A metodologia desenvolvida fornece bases para uma discussão sobre a seletividade das ações ligadas à cultura assim como acerca da distribuição social dos custos e benefícios do projeto de renovação.

CONCLUSÕES:

A experiência do encontro entre diferentes histórias e culturas desafia a matriz da renovação urbano-cultural dos chamados “espaços luminosos”, no caso analisado, sobretudo na área do Boulevard Olímpico. Ao enfrentar o desafio de afirmar a alteridade, ao reivindicar o reconhecimento de identidades específicas e de direitos a elas associados, por exemplo, de reconhecimento de quilombos urbanos, amplia a compreensão dos territórios culturais da área portuária.

Pode-se sustentar, mediante a discussão acerca dos edifícios âncora que são parte do espetáculo da renovação urbana, assim como pelos lugares de memória da Pequena África, que a área portuária é um lugar que, no momento pós-olímpico, está bem definido pelo conflito: um conflito sobre o que foi seu passado (a natureza de sua ‘herança’), sobre o que deveria ser seu desenvolvimento presente,

sobre o que poderá ser seu futuro” (MASSEY, 2008, p. 185).



Instrumentos como identificação dos diferentes lugares e grupos de cultura, análise documental e cartografias experimentais permitiram

reconhecer os diferentes atores. Por seu lado, a documentação cartográfica permitiu cotejar os efeitos urbanísticos da implementação dos equipamentos e da infraestrutura nas diferentes regiões e, particularmente, os conflitos relativos às áreas mais impactadas.

Na atuação de agentes culturais que recusavam a invisibilização de suas práticas e pautas no projeto Porto Maravilha é possível identificar o que Renato Emerson Santos et al (2017) caracterizam como re-existência.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à Escola de Arquitetura e Urbanismo e à equipe de pesquisadores do GPDU, à MSc. Francisca Alexandre, ao Prof. Glauco Bienenstein e à Profa. Fernanda Sánchez,

orientadora, pelas contribuições na produção coletiva da pesquisa.



Superior (PEB -INFES)

Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do projeto: Acessibilidade nos museus e centros de ciências da cidade de Niterói

Autores: Bruna Wendhausem Enne, Érica Cristina Nogueira

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Ciências Exatas, Biológicas e da Terra, Instituto do Noroeste Fluminense de Educação

INTRODUÇÃO:

Segundo a Lei nº 11.904 (Brasil, 2009), é dever do museu garantir a acessibilidade universal dos diferentes públicos. De acordo com Silva et al. (2015), em pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, acerca da acessibilidade para cegos e surdos, apenas um museu possuía estratégias de acessibilidade para os dois públicos.

De acordo com Dischinger e Bins Ely (2005), as dificuldades encontradas pelos visitantes com deficiência nos espaços de uso comum são originadas por barreiras que podem ser de dois tipos: físico-espaciais e atitudinais. As primeiras são os elementos que dificultam ou impedem a realização de atividades desejadas de forma independente. As barreiras atitudinais, no entanto, centram-se nas dificuldades dos indivíduos e não em suas habilidades.

Nesta pesquisa, analisamos se os museus e centros de ciências de Niterói estão preparados para receber o público com deficiência. Dezenove espaços culturais responderam ao nosso contato e participaram desta pesquisa. Durante as visitas técnicas, entrevistamos os responsáveis pelos museus e analisamos os espaços com o objetivo de verificar se os mesmos possuíam capacidade de atender o público com deficiência de forma inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Após a coleta e análise dos dados, verificamos que com relação a arquitetura acessível, nenhum dos museus atende a legislação em vigor. Enquanto 79% dos museus possui portas largas, permitindo a passagem de pessoas com cadeira de rodas, apenas 12% possui balcão acessível, com altura máxima de 0,9m. Além disso, somente 44% dos museus que possuem bebedouro disponível para o público, instalaram

o equipamento em altura acessível para pessoas com mobilidade reduzida e/ou baixa estatura. Dos dezenove museus visitados, dez possuem sanitário acessível e um possui sanitário adaptado, mas sem seguir todas as exigências dispostas na Lei nº 10.098 (Brasil, 2000). Um outro fator relevante é a adaptação da entrada dos espaços, pois muitos possuem desníveis e necessitam de rampas ou plataformas elevatórias. Nesse caso, 50% dos museus possui entrada principal acessível e 16% possui alguma entrada adaptada, sem ser a principal.

A pesquisa mostrou que a maioria dos museus não está preparada para receber os visitantes deficientes visuais (cegos ou baixa visão): apenas um possui piso tátil e nenhum possui mapa tátil. Com relação às obras, em 5 museus algumas peças podiam ser tocadas, enquanto que em apenas 1 havia identificação da obra em Braille, sem atender, no entanto, às normas técnicas para pessoas com baixa visão. Para o público surdo, apenas três espaços possuem mediador bilíngue e oferecem visitas em Libras. Entre os museus visitados, apenas quatro possuíam projetos em desenvolvimento na área de inclusão do público com deficiência. Visando receber melhor o visitante com deficiência, cinco museus ofereceram aos seus funcionários cursos de capacitação e treinamento.

A acessibilidade no entorno dos museus também foi analisada. Na Figura 1 mostramos que todos os espaços possuem calçadas planas, a metade possui rampa de acesso e apenas quatro possuem piso tátil. Outro fator importante que facilita o acesso de quem tem mobilidade reduzida é a proximidade de vaga para deficiente próxima aos espaços museais.

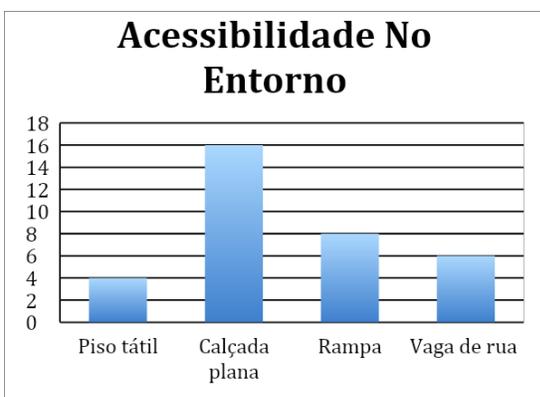


Figura 1: Acessibilidade no entorno dos museus visitados.

CONCLUSÕES:

A partir dos dados analisados, percebemos que, embora mais cara, a acessibilidade arquitetônica é a mais recorrente, principalmente a acessibilidade para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Enquanto isso, com relação à acessibilidade atitudinal e comunicacional, poucos museus possuem propostas para a recepção do visitante com deficiência.

A interação entre os museus e o público cego e surdo é extremamente precária. Alguns museus alegam que a ausência de deficientes em seus espaços faz com que não sejam urgentes ações para tornar o espaço acessível. Outros, ao iniciarem seus projetos de acessibilidade e treinamento de funcionários, revelaram perceber um crescimento da demanda de visitante com deficiência.

Com o objetivo de identificar e valorizar os museus que possuem políticas de inclusão da pessoa com deficiência elaboramos o **Guia Acessível dos Museus de Niterói para Pessoas com Deficiência** (Enne & Nogueira, em preparação). O guia tem como objetivo divulgar ao público visitante os espaços nos quais serão bem recebidos de acordo com suas necessidades. O material encontra-se em fase de finalização. Vale ressaltar que o guia pretende se ater exclusivamente aos pontos positivos, às conquistas de cada espaço, estimulando outros museus a se adaptarem e abrirem suas portas para receberem os visitantes com deficiência.

Agradecimentos:

Agradecemos à UFF e ao PIBIC/CNPq pelo apoio financeiro concedido.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>.

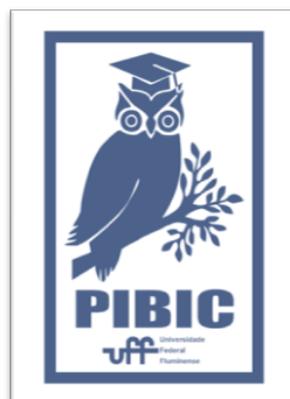
BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. *Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos: Guia de avaliação e implementação de normas técnicas*.

Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2005.

ENNE, B.W; NOGUEIRA, E.C. *Guia Acessível dos Museus de Niterói para Pessoas com Deficiência*. Niterói, 2019 – em preparação.

SILVA, J.; ACCETA ROJAS, A.; TEIXEIRA, G. *Acessibilidade aos Cegos e Surdos em Museus e Centros Culturais da Cidade do Rio de Janeiro*, Dissertação de Mestrado - CMPDI – Universidade Federal Fluminense, 2015.





Ciências Sociais Aplicadas

**ATUALIZAÇÃO E ANÁLISES A PARTIR DO BANCO DE PUBLICAÇÕES
SOBRE AS RELAÇÕES UNIVERSIDADE-EMPRESA-GOVERNO**

Nathan Ribeiro Messias e Marcelo Gonçalves do Amaral

Administração/ Volta Redonda – Aterrado/ Laboratório de Multi-Aplicações em Gestão (LAMAG)

INTRODUÇÃO:

O presente projeto é uma continuação do projeto: “ATUALIZAÇÃO DO BANCO DE PUBLICAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES UNIVERSIDADE-EMPRESA-GOVERNO” desenvolvido no período 2017-2018, que tem o objetivo de realizar a manutenção, atualização e análise de um banco de dados contendo publicações sobre as relações Universidade-Empresa-Governo ou Triple Helix, como também é conhecido.

O banco de publicações científicas sobre a TH começou a ser desenvolvido em 2009 como parte das iniciativas relacionadas à organização da VIII Conferência Internacional da TH, realizada em outubro de 2010 em Madri, Espanha. A equipe organizadora sentiu a necessidade de conhecer a produção acadêmica das conferências anteriores visando definir os temas relevantes para a chamada de artigos. A ideia era conhecer os temas tradicionais, nos quais autores envolvidos com a temática teriam facilidade de publicar, e combiná-los com temas novos, de interesse dos organizadores da VIII conferência. Adicionalmente, identificar os principais autores e instituições envolvidas com a TH, visando convidá-los para participar da conferência e, também, descobrir quais instituições com atuação relevante na temática que não estavam participando das conferências e envolvê-las.

O banco de publicações ajudou a fazer uma conferência bem-sucedida em 2010 (com 116 trabalhos apresentados) e a partir de 2011 se tornou um projeto/produto do Triple Helix Research Group (THERG-Brazil), grupo de pesquisas criado em 2008 e, atualmente, sediado no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF). Novas versões têm sido disponibilizadas para estudiosos do tema.

O banco contava no início do projeto com 2.100 publicações cadastradas, publicações essas divididas em artigos, conferências, working papers, capítulos de livros e etc. Hoje a base conta com 2.700 publicações cadastradas se encontrando em formato MS Excel, mas com possibilidade de migração para softwares conhecidos de análise de banco de dados como Mendeley, Endnote e Vantage Point e de outros menos conhecidos como Wandora. Da forma como o banco se encontra organizado hoje, ele mostra: O ano da publicação, o tipo (se o mesmo é um artigo, working paper, uma publicação de conferência e etc.) sua sessão ou tema, caso seja de conferência, o autor da publicação, a instituição ao qual o autor está vinculado, o país, as palavra-chave, fonte, caso venha de um periódico ou repositório, o título da publicação, sua base de dados e por último o DOI.

Entre as atividades desenvolvidas no decorrer da iniciação, encontra-se a manutenção do banco de dados e sua análise, a continuação do processo de coleta e a manutenção deste conteúdo e a sua disponibilização no blog do grupo de pesquisa Triple Helix Brasil (triplehelixbrasil.blogspot.com). Há ainda necessidade constante de verificação de inconsistências relacionadas ao nome de autores e a mudança de instituição dos mesmos.

Ao aprofundar as análises no banco, acabou-se gerando um produto do mesmo, um banco de dados com informações das conferências da International Association of Science Parks and Areas of Innovation (IASP) que abrange as publicações de 2007 à 2017. Como inicialmente já se havia feito análises em cima dos dados apresentados pelo banco da TH, agora foi a hora de analisar os dados apresentados pelo IASP. A IASP é uma rede que conecta parques tecnológicos em funcionamento e em desenvolvimento, ela também reúne

incubadoras de negócios, universidades, consultores e experts em economia regional. Ela possui até o momento 397 membros em 73 países, possuindo assim uma rede de mais de 128.000 companhias

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os trabalhos apresentados nos eventos do IASP durante o período analisado apresentaram um crescimento constante entre 2007 e 2010, mostrando uma queda de quase 47% em 2011. A partir de 2012, há um ressurgimento do aumento da produção para novamente decair em 2015. Os anos seguintes indicam uma tendência de retomada do volume da publicação. No período de 2007 a 2010 é o pico de produtividade da amostra analisada (2010, com 67 artigos, 11,7% do total). O ano de menor produção é 2011, com 32 trabalhos na conferência realizada na Dinamarca. Nos anos seguintes, houve uma nova curva de crescimento, com uma interrupção em 2015 (na Conferência de Beijing na China). A isto, assumimos que essas oscilações são devidas a questões relacionadas à configuração dos eventos (localização, o formato da chamada de trabalhos e apresentações) do que um maior ou menor interesse no tema. É importante notar que a IASP conduz os eventos com parceiros locais (em geral STIP) e que apesar de alguma padronização em operação, há mais eventos de sucesso do que outros.

CONCLUSÕES:

O objetivo do projeto é a atualização e análise do banco de dados das publicações sobre as relações universidade-empresa-governo. Em relação ao banco, há algumas atividades que continuarão até o fim da iniciação, como por exemplo a seleção de publicações para fazer parte do banco. Em termos gerais, todas as atividades desenvolvidas até o momento seguiram o cronograma sem atrasos, de forma que não restará atividades pendentes nessa iniciação quando o projeto acabar, assim se prevê que até o fim do projeto, todos os objetivos propostos serão concluídos.

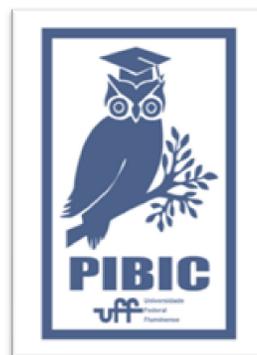
Agradecimentos:

Agradeço primeiramente a Deus por me dar saúde e força para concluir este projeto.

Aos meus familiares, que com seu apoio, não mediram esforços para que eu concluísse essa etapa da minha carreira acadêmica.

Ao meu orientador, professor Marcelo Gonçalves do Amaral, por todo o tempo dedicado durante o processo de realização da iniciação científica.

À Universidade Federal Fluminense de Volta Redonda, por todo apoio e estrutura que tornara esse projeto possível.





GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

O DESENVOLVIMENTO RURAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AUTORES: LUCAS DE FARIA TORRES, RAQUEL P. DE SOUZA

DEPARTAMENTO/UNIDADE/LABORATÓRIO: ESCOLA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL E METALÚRGICA DE VOLTA REDONDA/ DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE AGRONEGÓCIOS/ LABORATÓRIO DE GESTÃO DE AGRONEGÓCIOS

INTRODUÇÃO:

Neste trabalho entende-se desenvolvimento rural como um conceito que se além as noções de bem-estar social e sustentabilidade. Seguindo a linha definida por Kageyama (2008), pretende-se trabalhar com quatro dimensões de desenvolvimento, mais especificamente uma dimensão econômica, uma socioeconômica, um político-institucional e uma ambiental.

Kageyama (2008) propõe o desenvolvimento de 3 dimensões para compreensão do processo de desenvolvimento: Fatores Condicionantes, que são um conjunto de fatores que facilitam e potencializam a ocorrência desenvolvimento rural; as Características, que são os caminhos pelo qual o desenvolvimento se desenrola e os

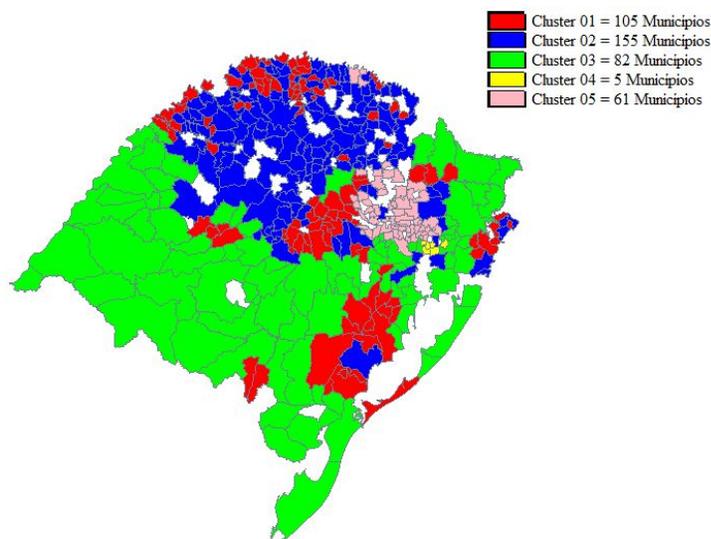
Resultados, que refletem o nível de bem estar alcançado nas regiões.

Nesta pesquisa adequa-se a metodologia definida por Kageyama (2008), para o nível municipal. O estado escolhido foi o do Rio Grande do Sul (RS).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa reuniu um total de 37 indicadores divididos nas 3 dimensões de análises propostas por Kageyama (2008). Os indicadores utilizados podem ser encontrados em Souza (2019). Cinco *clusters* foram gerados a partir do software *Philcarto*, conforme a Figura 1. Não foi possível agrupar 89 municípios dada a falta de informações.

Figura 1. Estado do Rio Grande do Sul: *Clusters* formados a partir de todos os indicadores.



Fonte: Elaborado pelo autores

O *Cluster 01* é o mais disperso observado nesta análise, estando concentrando em áreas do Centro, na fronteira com Santa Catarina e na região Sul do estado. Os municípios do *Cluster 01* possuem alta porcentagem de residentes no meio rural, sendo a maior dos 5 clusters. Os indicadores de educação estão abaixo da média, bem como o PIB *per capita*, a densidade demográfica. Estão presentes um número elevado de terrenos pequenos e com acentuada participação de mão de obra familiar, muitas vezes não-assalariada. As áreas são menos produtivas em relação às dos outros grupos e apresentam poucos usos além dos da produção agropecuária. O IDH municipal é baixo, bem como a renda por pessoa.

O *Cluster 02* se apresenta mais agrupado, estando presente principalmente na porção Centro-Norte do estado. O *Cluster 02* é caracterizado por municípios com indicadores de educação, IDH municipal, renda média por habitante, PIB *per capita* próximos da média. A

proporção de áreas de lavoura é a maior dos 5 grupos. Aqui é onde ocorreu o maior fenômeno de migração da população rural.

O *Cluster 03* representa a maior extensão territorial do estado e se encontra bem agrupado nas regiões Oeste e Litoral. Apresenta valores referentes à educação medianos, bem como renda média por habitante e PIB *per capita*. É caracterizado por uma proporção menor de moradores do meio rural em relação aos últimos *cluster* analisados. É o grupo de municípios com menor presença de estabelecimentos pequenos. A produção por pessoa é elevada, apesar da produção por hectare não ser.

O *Cluster 04* se localiza agrupado em 5 municípios próximos a capital Porto Alegre. É o grupo com melhores taxas de alfabetização no meio rural do estado. Neste grupo existe uma quantidade mais variada de culturas sendo exploradas e também forte presença de estabelecimentos pluriativos. É um grupo de cidades com elevado IDH, com altas taxas de

concentração humana. Foi o único a apresentar um incremento no número de pessoas residentes no meio rural, apesar de ainda assim ser o grupo com menor proporção de população rural. Aqui existe pouco uso de mão de obra familiar, e pouca produção.

O *Cluster 05* está concentrado na região Centro-Norte. É o que apresenta maior quantidade de características acima da média. A educação apresenta níveis razoáveis, a área média dos estabelecimentos é a menor

CONCLUSÕES:

A que se destacar que os resultados obtidos propõem uma análise estática do desenvolvimento, por conta de os indicadores não traçarem um caminho ao longo do tempo do comportamento de uma determinada variável, apenas considerando a mesma no momento específico da coleta de dados.

No Rio Grande do Sul nota-se uma concentração elevada de municípios com perfil mais urbanos e ricos concentrados em torno da região da Serra, da qual ao se distanciar,

observada, mesmo que com aproximadamente 40% da população vivendo em meio rural. Existem muitos estabelecimentos pequenos, com bastante presença de agricultura familiar, sendo a pluriatividade presente em maior intensidade que nos outros grupos. A renda individual, IDH municipal e PIB *per capita* também são as maiores do estado, mas nota-se que não ocorre o processo de aumento da proporção de moradores da zona rural, observado no *Cluster 04*.

nota-se uma caracterização mais rural e com menos aspectos que denotam modernidade tecnológica, bem como uma menor densidade demográfica.

Os resultados propõem uma possibilidade variada de interpretações à cerca dos dados coletados, mas nos informa qual a situação em termos de desenvolvimento comparando uns municípios com os outros. A sugestão é avançar nas razões econômicas, sociais, geográficas e históricas que justificam esses agrupamentos.

BIBLIOGRAFIA:

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SOUZA, Raquel P. de. **Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 57, N° 01, p. 109-126, Jan./Mar. 2019 – Impressa em Abril de 2019